Lei nº 1.503, de 05 de setembro de 1994.

"Reorganiza e Consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-A organização administrativa da Prefeitura Municipal de Taquari, passa a ser estabelecida pela presente Lei.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

ART. 2º-A Prefeitura Municipal de Taquari, para dar cumprimento às funções de sua competência, estabelecidas pelas legislações em vigor, fica constituída dos seguintes órgãos:

1 -Gabinete do Prefeito, composto por:

1.1-Secretaria Geral;

1.2-Assessoria Jurídica;

1.3-Secretaria de Planejamento e Coordenação;

1.4-Assessoria de Comunicação.

2 -Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;

3 -Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

4 -Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Turismo;

5--Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;

6 -Secretaria Municipal da Fazenda;

7--Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;

8 -Secretaria Municipal de Agricultura;

9 -Departamento e Ação Social;

10-Subprefeituras.

ART. 3º-A Prefeitura Municipal poderá organizar Conselhos Municipais, que funcionarão como órgãos de Cooperação, para o estudo de problemas que digam respeito aos diversos setores sócio-econômicos do Município, ligados diretamente ao Gabinete

do Prefeito.

Parágrafo Único-Constituirão órgãos de cooperação:

1.Conselho Municipal de urbanismo;

2.Conselho Municipal de transporte e trânsito;

3.Conselho Municipal de Educação;

4.Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente;

5.Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;

6.Conselho Municipal de Desportos.

ART. 4º-Fica integrada a estrutura da Prefeitura Municipal de Taquari-Órgãos de Cooperação-a Junta de Serviço Militar, Seguro Desemprego, Setor de Emissão CTPS, com a competência e organização estabelecidas na legislação em vigor.

ART. 5º-Os Secretários Municipais, o Assessor de Comunicação, o Assessor Jurídico do Município, o Diretor de Departamento de Ação Social e os Subprefeitos são auxiliares diretos do Prefeito, aos quais compete assessorar o Chefe do Executivo nos assuntos pertinentes às atividades das respectivas Secretarias e/ou Departamentos, bem como orientar, supervisionar e coordenar os trabalhos desenvolvidos nos órgãos que dirigem.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS
SEÇÃO I
Do Gabinete do Prefeito

ART. 6º-Compõem o Gabinete do Prefeito:

I-Secretaria Geral, incumbida de prestar colaboração e assistência imediata ao Prefeito no concernente às funções político-administrativas, cabendo-lhes, especialmente:

a)coordenar as relações do Chefe do Executivo com autoridades;

b)facilitar os entendimentos e contatos entre o Prefeito e o público em geral;

c)informar o chefe do Executivo sobre a opinião da comunidade em relação à política administrativa adotada;

d)receber e preparar a correspondência do Prefeito;

e)preparar despachos determinados pelo Prefeito;

f)promover diligências e solicitar informações necessá-

rias ao encaminhamento ou decisão de assuntos da competência do Prefeito;

g)manter contatos com outros órgãos públicos e privados quando necessário;

h)executar outras tarefas atinentes aos serviços próprios da Secretaria Geral.

§ Primeiro-A Secretaria Geral, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna,com o seguinte órgão:

1.Seção de Atividades Auxiliares.

II-Assessoria Jurídica do Município, que tem por finalidade prestar assessoramento em assuntos de natureza jurídica, bem como matéria legislativa em geral, cabendo-lhe:

a)verificar a exatidão, sob aspecto jurídico, das leis e outros atos do Governo Municipal;

b)preparar e acompanhar expedientes judiciais, nos quais seja parte interessada a Prefeitura;

c)examinar e preparar projetos-de-lei de iniciativa do Prefeito e acompanhar sua tramitação na Câmara de Vereadores;

d)estudar e elaborar projetos de decretos e regulamentos da Prefeitura;

e)Preparar, fundamentalmente, vetos de projetos de lei , conforme as determinações do Prefeito;

f)emitir pareceres e informações sobre questões que envolvam aspectos jurídicos, submetidos ao seu exame;

g)atender a consultas formuladas pelos demais órgãos da Prefeitura, em assuntos de sua competência;

h)organizar e manter atualizada a legislação municipal , estadual e federal, bem como outros documentos necessários ao desempenho das atribuições da Procuradoria;

i)assessorar o Chefe do Executivo na celebração de convênios, contratos e outros atos dos quais participe o Município;

j)preparar e acompanhar os inquéritos administrativos e sindicâncias;

l)acompanhar os processos no Poder Judiciário.

§ 2º-A Assessoria Jurídica do Município, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna, com o seguinte órgão:

1.Seção das Atividades Auxiliares.

III-Secretaria de Planejamento e Coordenação, incumbida de assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relativos ao Plano de Ação do Governo, bem como matéria de Planejamento Organizacional, cabendo-lhe:

a)realizar estudos para a integração do planejamento municipal aos programas estaduais e nacionais de desenvolvimento,considerando as necessidades e recursos existentes;

b)elaborar e coordenar o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

c)coordenar, com base no plano de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual do Município e encaminhar os elementos necessários à Secretaria Municipal da fazenda para sua elaboração;

d)coordenar pedidos de abertura de créditos adicionais e emitir parecer sobre os mesmos;

e)examinar os reflexos financeiros dos projetos de leis e decretos que afetem a receita ou despesa do Município;

f)promover estudos com relação aos gastos dos diversos setores, visando o acompanhamento da execução orçamentária e a elaboração de gráficos estatísticos;

g)promover estudos e pesquisas referentes à organização dos serviços públicos municipais que tendem a estabelecer normas gerais, relativas a técnicas e métodos de trabalhos.

§ 3º-A Secretaria de Planejamento e Coordenação, para o desempenho das funções que lhe são conferidas, contará com os seguintes órgãos em sua estrutura interna:

1.Unidade de Projetos Especiais;

2.Unidade de Organização e Métodos.

IV-A Assessoria de Comunicação, incumbida de Assessorar o Chefe do executivo nas atividades de Comunicação, cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

a)planejamento, organização, produção, edição, direção ou supervisão de serviços relativos à atividade de comunicação,desenvolvidos no âmbito da administração municipal, de forma a colocar no aperfeiçoamento dos serviços prestados, na manutenção da boa imagem da instituição e do Município, na promoção do bem comum, na informação do público em geral e no desenvolvimento integrado da comunidade, de acordo com os princípios éticos e técni-

cos que devem nortear a função;

b)coleta e elaboração de notícias e outros materiais jornalísticos e seu encaminhamento para veiculação ou circulação;

c)planejamento, produção ou supervisão de peças jornalísticas, publicitárias ou gráficas, bem como de campanhas publicitárias, ou de iniciativa da Administração Municipal;

d)planejamento, produção ou supervisão de peças de comunicação de caráter educativo, informativo ou de orientação social desencadeadas pela Administração Municipal, visando a divulgação de novos serviços à comunidade, o chamamento para o pagamento de tributos, a instrução sobre saúde pública, a preservação do patrimônio e ações semelhantes, entre outras;

e)auxílio técnico aos diversos setores da administração no atendimento de suas necessidades de comunicação interna e externa;

f)publicação, quando viável, dos planos e metas de administração, com o objetivo de auscultar a opinião pública e de favorecer o acesso às informações por parte da comunidade;

g)colaborar na execução e supervisão de pesquisas junto à opinião pública, visando a coleta de dados para o planejamento administrativo;

h)assessorar a Administração, oferecendo subsídios técnicos à elaboração do planejamento municipal, bem como às campanhas, projetos, programas ou planos de atividades de alcance público;

i)encaminhamento e supervisão de textos legais, notas e despachos oficiais destinados à divulgação por parte dos veículos de comunicação, tendo em vista a correção, a padronização e a adequação técnica na apresentação dos originais;

j)preparação e supervisão de originais destinados à impressão, como formulários, materiais de expediente, folhetos informativos, cartazes, anúncios e outros que levem a identificação da Administração Municipal, visando a padronização visual, a adequação da linguagem e a boa apresentação estética de peças;

l)colaborar no entendimento dos profissionais de comunicação, agências e veículos, prestando-lhes o auxílio técnico necessário ao adequado desempenho de suas tarefas;

m)prestar suporte técnico de comunicação e auxiliar na

divulgação dos eventos que integram o calendário oficial do Município;

n)colaborar na avaliação do atendimento que está sendo dado ao público, nos diversos escalões da Administração, fornecendo sugestões para a melhoria contínua dos serviços.

§ 4º-A Assessoria de Comunicação, para desempenho das funções que lhe são conferidas contará, em sua estrutura interna, com os seguintes órgãos:

1.Seção de Recepção;

2.Seção de atividades Auxiliares.

SEÇÃO II

Da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

ART. 7º-A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento industrial e comercial no Município, devendo para tanto:

a)Preparar e coordenar a elaboração de planos de desenvolvimento econômico;

b)Promover a realização de atividades relacionadas com o desenvolvimento industrial e comercial;

c)Orientar a localização e licenciar a instalação de unidades industriais e comerciais de acordo com as áreas destinadas a esse fim;

d)Licenciar e controlar o comércio transitório e as atividades de prestação de serviço em geral;

e)Promover o intercâmbio e convênios com Entidades Federais, Estaduais, Municipais e de Iniciativa Privada nos assuntos atinentes às políticas de desenvolvimento industrial e comercial.

SEÇÃO III

Da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ART. 8º-A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos tem por finalidade executar as atividades relacionadas à manutenção das estradas vicinais, vias públicas, serviços urbanos, obras públicas em geral, cumprir e fazer cumprir o plano diretor e os códigos de posturas e de obras do município, cabendo-lhe:

a)estudar e projetar a construção e conservação de estradas de rodagem e de vias públicas, bem como orientar e fiscalizar a sua execução;

b)manter serviços de limpeza pública, promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

c)centralizar e supervisionar os serviços de transporte da Prefeitura, executando atividades de manutenção e reparação de veículos e máquinas da municipalidade;

d)manter serviço de pedreira,promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

e)manter serviço de composição asfáltica, promovendo e coordenando a sua execução;

f)encarregar-se da construção de instalações destinadas a comemorações cívicas e festividades populares;

g)estudar e elaborar projetos de edificações, obras de arte, sistemas de pavimentação e outros, bem como executar e fiscalizar os serviços respectivos;

h)fiscalizar as obras que forem realizadas sob o regime de empreitada;

i)examinar e aprovar projetos de construções particulares e fiscalizar a sua execução;

j)realizar estudos e planejamentos urbanísticos;

l)planejar a construção de parques,praças, e jardins;

m)executar e fiscalizar o serviço de iluminação pública;

n)executar ou fiscalizar, no que couber, os serviços de trânsito de veículos no Município;

o)fiscalizar os serviços rodoviários municipais, bem como outros serviços de transporte coletivo urbano e de táxi;

p)planejar e orientar o Plano Diretor do Município.

§ 1º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, tem a seu encargo, ainda, a administração do Camping Municipal.

§ 2º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Obras e Edificações;

2-Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas;

3-Departamento de Saneamento e Urbanismo;

4-Departamento de Transportes e Segurança;

5-Departamento de iluminação;

6-Departamento de Estradas e Rodagens;
7-Departamento de Oficina e Garagens;
8-Departamento de Limpeza Pública.

SEÇÃO IV

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

ART. 9º-A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem por finalidade promover, coordenar e executar as atividades pertinentes ao ensino, à educação, ao turismo e a cultura no Município de Taquari, zelando pelo cumprimento dos respectivos programas, devendo, para tanto:

a)planejar e coordenar a execução do Plano Municipal de Educação, articulado com as diretrizes estaduais e federais;

b)estimular e promover atividades técnico-demagógicas e de atualização para o corpo docente e administrativo das escolas;

c)promover as atividades relativas à integração da criança no meio físico e social;

d)fazer executar as leis e regulamentos do ensino;

e)efetuar o controle da rede escolar;

f)realizar estudos e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação propostas referentes à criação, instalação, transformação, cessação de atividades ou extinção de escolas municipais, visando atender a demanda do alunado e calendários escolares;

g)organizar e manter atualizado o registro de estabelecimentos municipais de ensino;

h)programar e executar programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, atividades desportivas e culturais em âmbito escolar, bem como programas de transporte e material escolar;

i)buscar integração dos processos culturais identificados no Município de Taquari de modo a, dinamicamente, preservá-los, acompanhando e estimulando sua evolução;

j)promover a execução de atividades recreativas e desportivas, no âmbito escolar;

l)valorizar a cultura e preservar a memória histórica do Município;

m)preservar os valores históricos, coletando-os e documentando-os;

n)conservar, pesquisar e expor o acervo histórico e geográfico, com finalidade de estudo e pesquisa;

o)promover cultural e turisticamente o Município de Taquari;

§ 1º-A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Coordenação Pedagógica;

2.Coordenação Cultural e Turismo;

3.Coordenação Administrativa.

SEÇÃO V

Da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente

ART. 10-A Secretaria Municipal da Saúde e Meio-Ambiente, tem por finalidade desenvolver a política de saúde no Município,exercendo atividades que visem buscar soluções para o problema de saúde dos munícipes, cabendo-lhe:

a)exercer atividades destinadas a atender aspectos de saúde dos munícipes, principalmente da população carente;

b)elaborar e executar programas à população econômica e socialmente desassistida, prevenindo e sanando problemas de saúde;

c)executar tarefas de segurança epidemiológica, sanitária e ambiental, de acordo com a legislação vigente;

d)executar serviços de perícia médica do servidor municipal;

e)executar programas de atendimento descentralizado, médico-odontológico, visando o atendimento à população periférica;

f)coordenar e executar o serviço de transporte de pessoas através de ambulância;

g)coordenar a manutenção de convênios com órgãos governamentais e /ou entidades, visando melhorar a assistência médico-odontológica da população;

h)programar e executar programas de planejamento e preservação do meio ambiente.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Saúde;

2.Departamento de Meio Ambiente e Programas Sanitários;

3.Serviço de Atendimento Ambulatorial e Auxiliares;

4.Seção de Acompanhamento de Convênios;

5.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 11-As atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente serão desenvolvidas por administração direta ou mediante acordos, convênios ou contratos com entidades de direito público ou privado, quando for o caso.

ART. 12-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

ART. 13-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente seguirá os princípios e normas emitidos na legislação federal e estadual fixadas para a política de saúde ou dela decorrentes , observadas as peculiaridades do Município.

ART. 14-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente tem a seu encargo, ainda, a administração dos cemintérios, da Capela Mortuária e do Lixão.

SEÇÃO VI

Da Secretaria Municipal da Fazenda

ART. 15-A Secretaria Municipal da Fazenda tem por finalidade promover, orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades pertinentes à política financeira do Município, devendo, para tanto:

a)promover a execução dos serviços relacionados com a receita e a despesa do Município;

b)manter o controle da execução do orçamento e das alterações que ocorreram;

c)orientar e controlar, na parte financeira, a execução dos contratos ou convênios que a Prefeitura mantenha ou venha a manter com terceiros;

d)manter cadastro atualizado dos contribuintes da municipalidade;

e)preparar documentos necessários à prestação de contas impostas por diferentes organismos fiscalizadores;

f)preparar planos de implantação ou reforma tributária;

g)propor abertura de créditos adicionais;

h)elaborar, de acordo com as instruções do órgão compe-

fins de concessão de direitos e vantagens e outras disposições legais;

d)informar, preparar e instruir processos referentes à vida funcional dos servidores da Prefeitura;

e)controlar e preparar os elementos necessários ao pagamento dos servidores do Município;

f)efetuar o controle da lotação dos cargos que compõem o quadro de pessoal da Prefeitura, bem como dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;

g)receber, registrar, movimentar e expedir a correspondência e processos da Prefeitura, arquivar os documentos e processos solucionados, bem como prestar, sobre os mesmos, informações ao público;

h)executar os serviços de transporte de correspondência e expedientes em geral e supervisionar os serviços relativos à limpeza e higiene dos locais de trabalho, bem como exercer a vigilância da sede da Prefeitura;

i)elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo e inativo da Prefeitura;

j)centralizar a execução das atividades pertinentes à administração do material necessário à realização dos serviços da Prefeitura Municipal;

l)examinar e preparar licitações pertinentes a obras, serviços, compras e alienações, no âmbito da Administração Municipal;

m)promover estudos com relação aos gastos com material e combustíveis, com vistas a estatísticas e contabilidade de custos;

n)manter o controle da entrada e saída do material e elaborar mapas mensais demonstrativos do movimento, para verificação do estoque existente;

o)organizar e manter atualizado cadastro de fornecedores e de preços dos materiais de uso mais freqüentes na Prefeitura;

p)fazer o inventário anual do almoxarifado, bem como balancetes, mapas e quadros demonstrativos adequados.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

I.Departamento de Pessoal;

tente, a proposta anual do orçamento do Município;

i)conceder alvarás para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, uma vez satisfeitas as exigências legais, bem como verificar as condições em que se encontram e o cumprimento de seus deveres para com o fisco municipal;

j)exercer a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, ambulantes, quiosques e bancas de jornais e revistas, efetuando a apreensão de mercadorias e apetrechos, quando for necessário;

l)administrar os bens imobiliários da municipalidade;

m)manter registro e controle do patrimônio permanente da municipalidade;

n)executar serviços de tesouraria;

o)prestar orientação fiscal aos contribuintes;

p)proceder diligências fiscais autuando os infratores da Legislação Tributária;

q)julgar, em primeira instância, as reclamações de tributos.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal da fazenda, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Contabilidade;

2.Departamento de Fiscalização Tributária;

3.Departamento de Cadastro Imobiliário;

4.Setor de patrimônio.

SEÇÃO VII

Da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ART. 16º-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos tem por finalidade orientar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de administração geral da Prefeitura Municipal de Taquari, cabendo-lhe:

a)elaborar, examinar, registrar e mandar publicar todos os atos relativos a pessoal;

b)executar as atividades referentes ao recrutamento, seleção e treinamento de pessoal;

c)organizar e manter atualizados assentamentos individuais relativos à vida funcional dos servidores da Prefeitura para

2.Departamento de Material / Licitações;
3.Unidade de Recrutamento e Seleção de pessoal;
4.Serviço de Protocolo;
5.Seção de Atividades Auxiliares;
6.Seção de Portaria e Serviços Gerais;
7.Setor de Arquivo Público.

SEÇÃO VIII

Da Secretaria Municipal de Agricultura

ART. 17-A Secretaria Municipal de Agricultura tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento rural no Município, devendo, para tanto:

a)orientar e coordenar programas de incentivos à produção rural;

b)coordenar, orientar e estimular programa de hortas comunitárias.

c)coordenar, orientar e estimular a realização de feiras e exposições agro-industriais no Município;

d)exercer a fiscalização do comércio de feiras livres,verificando as condições de limpeza e higiene dos locais, bem como estabelecer preços dos produtos;

e)implantar e desenvolver programas de formação social e ação comunitária direta ou indiretamente, destinados à melhoria de vida da população rural;

f)exercer a fiscalização, conservação, remodelação e manutenção dos parques, praças e jardins, inclusive os já exeistentes.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Agricultura,para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Mecanização Agrícola;
2.Seção de Hortas Comunitárias;
3.Seção de Atividades Auxiliares;
4.Seção de cadastramento Rural.

SEÇÃO IX

Do Departamento de Ação Social

ART. 18-O Departamento Municipal de Ação Social tem por

finalidade desenvolver a política de assistência social no Município, com vistas à solução desses problemas, exercendo as atividades destinadas a atender aspectos de alimentação, atendimento ao menor, assistência social e habitação nas faixas de população carente, cabendo-lhe:

a)elaborar programas de assistência social à população econômica e socialmente desassistida, visando prevenir e sanar os desajustes sociais, bem como executar os serviços respectivos;

b)implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social direta e indiretamente destinados a indivíduos, grupos ou população socialmente carenciados;

c)estudar, elaborar e executar programas de assistência à maternidade, infância, idoso e menor que por suas condições socio-econômicas, não têm acesso aos meios normais de desenvolvimento;

d)manter estabelecimentos para atender menores carentes visando sua orientação e recuperação social;

e)efetuar atendimento a indigentes que se dirijam à Prefeitura em busca de auxílio;

f)realizar pesquisas sobre recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência a necessitados;

g)manter, supervisionar e administrar vilas populares próprias do Município, mediante locação ou permissão de uso de casas e terrenos a famílias comprovadamente necessitadas;

h)orientar, coordenar e executar o Programa de Suplementação Alimentar, desenvolvimento pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único-O Departamento Municipal de Ação Social, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Atendimento ao Menor;

2.Departamento de Habitação Social;

3.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 19-O Departamento Municipal de Ação Social, exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

SEÇÃO X

Da Subprefeitura

ART. 20-As subprefeituras como órgãos de centralização territorial e administrativa, terão como incumbência a administração de distritos do interior do Município, cumprindo e fazendo cumprir todos os atos baixados pelo Prefeito, aplicáveis às áreas de sua jurisdição e coordenando a sua execução pelos diversos órgãos da Prefeitura, nos limites de sua competência.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais e transitórias

ART. 21-Os órgãos da Prefeitura Municipal devem funcionar perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração e entrosamento.

ART. 22-O horário de expediente da prefeitura Municipal obedecerá as necessidades do serviço e será determinado pelo Prefeito Municipal.

ART. 23-No exercício de 1994 a Prefeitura Municipal funcionará com a estrutura orçamentária vigente.

ART. 24-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, **05** de **setembro de 1994.**

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TAQUARI

Câmara de Vereadores

DATA 23.06.94

1.672

VISTO

Secretário

ESPÉCIE: Projeto de lei

Nº 1.940/94 ORIGEM: Executivo

ASSUNTO: "Reorganiza e consolida a estrutura administrativa da Prefeitu-
EMENTA :
ra Municipal e dá outras providências"

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

E.M. nº 13/94 Taquari, 22 de junho de 1994.

Câmara Municipal de Taquari
PROTOCOLADO sob n.º 240/94
Livro n.º 02 Fls. 155
aos 23 de julho de 94

Senhor Presidente

Encaminhamos a essa Egrégia Casa Legislativa, para análise e deliberação, o Projeto de Lei que "Reorganiza e Consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal", e o Projeto de Lei que "Dispõe sobre os quadros de Cargos e Funções Públicas do Município e estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Municipais."

A Constituição do Brasil, promulgada em 05/10/88 , confere autonomia aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inc. I). Quanto a esta competência a atual constituição de modo expresso determina que cada Município institua, por Lei local, o regime jurídico único e Planos de Carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas (art. 39-C.F.).

Na elaboração destes dois projetos de leis assumimos uma posição isenta, independente e imparcial. Não nos prendemos a apelos de favoritismo, a pressões de grupos e classes que objetivam vantagens.

Os servidores públicos cumprem papel de fundamental importância na missão que compete ao Município. Precisam, em consequência, de adequadas garantias, direitos e deveres. Dentro deste contexto a remuneração deve ser justa, proporcional as atribuições e responsabilidades do cargo, observado sempre o princípio constitucional da impessoalidade.

Na fixação da remuneração do quadro único dos servidores não houve alteração, conservamos os mesmos valores que atualmente recebe cada nível. Apenas reestruturamos as tabelas de vencimentos para adaptá-las às categorias funcionais criadas

no projeto.

A situação financeira da Prefeitura não nos permitiu proceder qualquer melhoria de vencimentos para todos os níveis, embora reconheçamos que os salários da Prefeitura estejam muito defasados, e muito aquém do desejado.

Contando com a atenção de V. Exa., e demais édis, submetemos os projetos à consideração desse Egrégio Legislativo, requerendo sua aprovação em REGIME DE URGÊNCIA.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor
Ver. Adroaldo Couto
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
EM MÃOS

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 31/08/94
PRESIDENTE

À Comissão Técnica
Em 06/07/94
Presidente

Projeto de lei nº 1.940/94

"Reorganiza e Consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-A organização administrativa da Prefeitura Municipal de Taquari, passa a ser estabelecida pela presente Lei.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

ART. 2º-A Prefeitura Municipal de Taquari, para dar cumprimento às funções de sua competência, estabelecidas pelas legislações em vigor, fica constituída dos seguintes órgãos:

1 -**Gabinete do Prefeito,** composto por:

1.1-Secretaria Geral;

1.2-Assessoria Jurídica;

1.3-Secretaria de Planejamento e Coordenação;

1.4-Assessoria de Comunicação.

2 -**Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;**

3 -**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;**

4 -**Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Turismo;**

5--**Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;**

6 -**Secretaria Municipal da Fazenda;**

7--**Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;**

8 -**Secretaria Municipal de Agricultura;**

9 -**Departamento e Ação Social;**

10-**Subprefeituras.**

ART. 3º-A Prefeitura Municipal poderá organizar Conselhos Municipais, que funcionarão como órgãos de Cooperação, para o estudo de problemas que digam respeito aos diversos setores sócio-econômicos do Município, ligados diretamente ao Gabinete

Ao ver. João Rolim para relatar parecer.
Em ___/___/94.

Ver. Manoel Lopes
Pres.Comissão Justiça e Redação

Ciente em ___/___/94.

Ver. João Rolim
Relator

Ao ver. Paulo Costa para relatar parecer.
Em ___/___/94.

Ver. Eraldo Cardoso
Pres.Comissão Orçamento e Finanças

Ciente em ___/___/94.

Ver. Paulo Costa
Relator

Ao ver. Eli da Silva para relatar parecer.
Em ___/___/94.

Verª. Rosa Lautert
Pres.Com.Educação, Obras e Bem-Estar

Ciente em ___/___/94.

Ver. Eli da Silva
Relator

do Prefeito.

Parágrafo Único-Constituirão órgãos de cooperação:

1.Conselho Municipal de urbanismo;

2.Conselho Municipal de transporte e trânsito;

3.Conselho Municipal de Educação;

4.Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente;

5.Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;

6.Conselho Municipal de Desportos.

ART. 4º-Fica integrada a estrutura da Prefeitura Municipal de Taquari-Órgãos de Cooperação-a Junta de Serviço Militar, Seguro Desemprego, Setor de Emissão CTPS, com a competência e organização estabelecidas na legislação em vigor.

ART. 5º-Os Secretários Municipais, o Assessor de Comunicação, o Assessor Jurídico do Município, o Diretor de Departamento de Ação Social e os Subprefeitos são auxiliares diretos do Prefeito, aos quais compete assessorar o Chefe do Executivo nos assuntos pertinentes às atividades das respectivas Secretarias e/ou Departamentos, bem como orientar, supervisionar e coordenar os trabalhos desenvolvidos nos órgãos que dirigem.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS
SEÇÃO I
Do Gabinete do Prefeito

ART. 6º-Compõem o Gabinete do Prefeito:

I-Secretaria Geral, incumbida de prestar colaboração e assistência imediata ao Prefeito no concernente às funções político-administrativas, cabendo-lhes, especialmente:

a)coordenar as relações do Chefe do Executivo com autoridades;

b)facilitar os entendimentos e contatos entre o Prefeito e o público em geral;

c)informar o chefe do Executivo sobre a opinião da comunidade em relação à política administrativa adotada;

d)receber e preparar a correspondência do Prefeito;

e)preparar despachos determinados pelo Prefeito;

f)promover diligências e solicitar informações necessá-

rias ao encaminhamento ou decisão de assuntos da competência do Prefeito;

g)manter contatos com outros órgãos públicos e privados quando necessário;

h)executar outras tarefas atinentes aos serviços próprios da Secretaria Geral.

§ Primeiro-A Secretaria Geral, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna,com o seguinte órgão:

1.Seção de Atividades Auxiliares.

II-Assessoria Jurídica do Município, que tem por finalidade prestar assessoramento em assuntos de natureza jurídica, bem como matéria legislativa em geral, cabendo-lhe:

a)verificar a exatidão, sob aspecto jurídico, das leis e outros atos do Governo Municipal;

b)preparar e acompanhar expedientes judiciais, nos quais seja parte interessada a Prefeitura;

c)examinar e preparar projetos-de-lei de iniciativa do Prefeito e acompanhar sua tramitação na Câmara de Vereadores;

d)estudar e elaborar projetos de decretos e regulamentos da Prefeitura;

e)Preparar, fundamentalmente, vetos de projetos de lei , conforme as determinações do Prefeito;

f)emitir pareceres e informações sobre questões que envolvam aspectos jurídicos, submetidos ao seu exame;

g)atender a consultas formuladas pelos demais órgãos da Prefeitura, em assuntos de sua competência;

h)organizar e manter atualizada a legislação municipal , estadual e federal, bem como outros documentos necessários ao desempenho das atribuições da Procuradoria;

i)assessorar o Chefe do Executivo na celebração de convênios, contratos e outros atos dos quais participe o Município;

j)preparar e acompanhar os inquéritos administrativos e sindicâncias;

l)acompanhar os processos no Poder Judiciário.

§ 2º-A Assessoria Jurídica do Município, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna, com o seguinte órgão:

1.Seção das Atividades Auxiliares.

III-Secretaria de Planejamento e Coordenação, incumbida de assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relativos ao Plano de Ação do Governo, bem como matéria de Planejamento Organizacional, cabendo-lhe:

a)realizar estudos para a integração do planejamento municipal aos programas estaduais e nacionais de desenvolvimento,considerando as necessidades e recursos existentes;

b)elaborar e coordenar o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

c)coordenar, com base no plano de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual do Município e encaminhar os elementos necessários à Secretaria Municipal da fazenda para sua elaboração;

d)coordenar pedidos de abertura de créditos adicionais e emitir parecer sobre os mesmos;

e)examinar os reflexos financeiros dos projetos de leis e decretos que afetem a receita ou despesa do Município;

f)promover estudos com relação aos gastos dos diversos setores, visando o acompanhamento da execução orçamentária e a elaboração de gráficos estatísticos;

g)promover estudos e pesquisas referentes à organização dos serviços públicos municipais que tendem a estabelecer normas gerais, relativas a técnicas e métodos de trabalhos.

§ 3º-A Secretaria de Planejamento e Coordenação, para o desempenho das funções que lhe são conferidas, contará com os seguintes órgãos em sua estrutura interna:

1.Unidade de Projetos Especiais;

2.Unidade de Organização e Métodos.

IV-A Assessoria de Comunicação, incumbida de Assessorar o Chefe do executivo nas atividades de Comunicação, cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

a)planejamento, organização, produção, edição, direção ou supervisão de serviços relativos à atividade de comunicação,desenvolvidos no âmbito da administração municipal, de forma a colocar no aperfeiçoamento dos serviços prestados, na manutenção da boa imagem da instituição e do Município, na promoção do bem comum, na informação do público em geral e no desenvolvimento integrado da comunidade, de acordo com os princípios éticos e técni-

cos que devem nortear a função;

b)coleta e elaboração de notícias e outros materiais jornalísticos e seu encaminhamento para veiculação ou circulação;

c)planejamento, produção ou supervisão de peças jornalísticas, publicitárias ou gráficas, bem como de campanhas publicitárias, ou de iniciativa da Administração Municipal;

d)planejamento, produção ou supervisão de peças de comunicação de caráter educativo, informativo ou de orientação social desencadeadas pela Administração Municipal, visando a divulgação de novos serviços à comunidade, o chamamento para o pagamento de tributos, a instrução sobre saúde pública, a preservação do patrimônio e ações semelhantes, entre outras;

e)auxílio técnico aos diversos setores da administração no atendimento de suas necessidades de comunicação interna e externa;

f)publicação, quando viável, dos planos e metas de administração, com o objetivo de auscultar a opinião pública e de favorecer o acesso às informações por parte da comunidade;

g)colaborar na execução e supervisão de pesquisas junto à opinião pública, visando a coleta de dados para o planejamento administrativo;

h)assessorar a Administração, oferecendo subsídios técnicos à elaboração do planejamento municipal, bem como às campanhas, projetos, programas ou planos de atividades de alcance público;

i)encaminhamento e supervisão de textos legais, notas e despachos oficiais destinados à divulgação por parte dos veículos de comunicação, tendo em vista a correção, a padronização e a adequação técnica na apresentação dos originais;

j)preparação e supervisão de originais destinados à impressão, como formulários, materiais de expediente, folhetos informativos, cartazes, anúncios e outros que levem a identificação da Administração Municipal, visando a padronização visual, a adequação da linguagem e a boa apresentação estética de peças;

l)colaborar no entendimento dos profissionais de comunicação, agências e veículos, prestando-lhes o auxílio técnico necessário ao adequado desempenho de suas tarefas;

m)prestar suporte técnico de comunicação e auxiliar na

divulgação dos eventos que integram o calendário oficial do Município;

n)colaborar na avaliação do atendimento que está sendo dado ao público, nos diversos escalões da Administração, fornecendo sugestões para a melhoria contínua dos serviços.

§ 4º-A Assessoria de Comunicação, para desempenho das funções que lhe são conferidas contará, em sua estrutura interna, com os seguintes órgãos:

1.Seção de Recepção;

2.Seção de atividades Auxiliares.

SEÇÃO II

Da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

ART. 7º-A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento industrial e comercial no Município, devendo para tanto:

a)Preparar e coordenar a elaboração de planos de desenvolvimento econômico;

b)Promover a realização de atividades relacionadas com o desenvolvimento industrial e comercial;

c)Orientar a localização e licenciar a instalação de unidades industriais e comerciais de acordo com as áreas destinadas a esse fim;

d)Licenciar e controlar o comércio transitório e as atividades de prestação de serviço em geral;

e)Promover o intercâmbio e convênios com Entidades Federais, Estaduais, Municipais e de Iniciativa Privada nos assuntos atinentes às políticas de desenvolvimento industrial e comercial.

SEÇÃO III

Da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ART. 8º-A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos tem por finalidade executar as atividades relacionadas à manutenção das estradas vicinais, vias públicas, serviços urbanos, obras públicas em geral, cumprir e fazer cumprir o plano diretor e os códigos de posturas e de obras do município, cabendo-lhe:

a)estudar e projetar a construção e conservação de estradas de rodagem e de vias públicas, bem como orientar e fiscalizar a sua execução;

b)manter serviços de limpeza pública, promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

c)centralizar e supervisionar os serviços de transporte da Prefeitura, executando atividades de manutenção e reparação de veículos e máquinas da municipalidade;

d)manter serviço de pedreira,promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

e)manter serviço de composição asfáltica, promovendo e coordenando a sua execução;

f)encarregar-se da construção de instalações destinadas a comemorações cívicas e festividades populares;

g)estudar e elaborar projetos de edificações, obras de arte, sistemas de pavimentação e outros, bem como executar e fiscalizar os serviços respectivos;

h)fiscalizar as obras que forem realizadas sob o regime de empreitada;

i)examinar e aprovar projetos de construções particulares e fiscalizar a sua execução;

j)realizar estudos e planejamentos urbanísticos;

l)planejar a construção de parques,praças, e jardins;

m)executar e fiscalizar o serviço de iluminação pública;

n)executar ou fiscalizar, no que couber, os serviços de trânsito de veículos no Município;

o)fiscalizar os serviços rodoviários municipais, bem como outros serviços de transporte coletivo urbano e de táxi;

p)planejar e orientar o Plano Diretor do Município.

§ 1º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, tem a seu encargo, ainda, a administração do Camping Municipal.

§ 2º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Obras e Edificações;

2-Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas;

3-Departamento de Saneamento e Urbanismo;

4-Departamento de Transportes e Segurança;

5-Departamento de iluminação;

6-Departamento de Estradas e Rodagens;
7-Departamento de Oficina e Garagens;
8-Departamento de Limpeza Pública.

SEÇÃO IV

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

ART. 9º-A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem por finalidade promover, coordenar e executar as atividades pertinentes ao ensino, à educação, ao turismo e a cultura no Município de Taquari, zelando pelo cumprimento dos respectivos programas, devendo, para tanto:

a)planejar e coordenar a execução do Plano Municipal de Educação, articulado com as diretrizes estaduais e federais;

b)estimular e promover atividades técnico-demagógicas e de atualização para o corpo docente e administrativo das escolas;

c)promover as atividades relativas à integração da criança no meio físico e social;

d)fazer executar as leis e regulamentos do ensino;

e)efetuar o controle da rede escolar;

f)realizar estudos e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação propostas referentes à criação, instalação, transformação, cessação de atividades ou extinção de escolas municipais, visando atender a demanda do alunado e calendários escolares;

g)organizar e manter atualizado o registro de estabelecimentos municipais de ensino;

h)programar e executar programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, atividades desportivas e culturais em âmbito escolar, bem como programas de transporte e material escolar;

i)buscar integração dos processos culturais identificados no Município de Taquari de modo a, dinamicamente, preservá-los, acompanhando e estimulando sua evolução;

j)promover a execução de atividades recreativas e desportivas, no âmbito escolar;

l)valorizar a cultura e preservar a memória histórica do Município;

m)preservar os valores históricos, coletando-os e documentando-os;

n)conservar, pesquisar e expor o acervo histórico e geográfico, com finalidade de estudo e pesquisa;

o)promover cultural e turisticamente o Município de Taquari;

§ 1º-A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Coordenação Pedagógica;

2.Coordenação Cultural e Turismo;

3.Coordenação Administrativa.

SEÇÃO V

Da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente

ART. 10-A Secretaria Municipal da Saúde e Meio-Ambiente, tem por finalidade desenvolver a política de saúde no Município,exercendo atividades que visem buscar soluções para o problema de saúde dos munícipes, cabendo-lhe:

a)exercer atividades destinadas a atender aspectos de saúde dos munícipes, principalmente da população carente;

b)elaborar e executar programas à população econômica e socialmente desassistida, prevenindo e sanando problemas de saúde;

c)executar tarefas de segurança epidemiológica, sanitária e ambiental, de acordo com a legislação vigente;

d)executar serviços de perícia médica do servidor municipal;

e)executar programas de atendimento descentralizado, médico-odontológico, visando o atendimento à população periférica;

f)coordenar e executar o serviço de transporte de pessoas através de ambulância;

g)coordenar a manutenção de convênios com órgãos governamentais e /ou entidades, visando melhorar a assistência médico-odontológica da população;

h)programar e executar programas de planejamento e preservação do meio ambiente.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Saúde;

2.Departamento de Meio Ambiente e Programas Sanitários;

3.Serviço de Atendimento Ambulatorial e Auxiliares;

4.Seção de Acompanhamento de Convênios;

5.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 11-As atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente serão desenvolvidas por administração direta ou mediante acordos, convênios ou contratos com entidades de direito público ou privado, quando for o caso.

ART. 12-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

ART. 13-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente seguirá os princípios e normas emitidos na legislação federal e estadual fixadas para a política de saúde ou dela decorrentes , observadas as peculiaridades do Município.

ART. 14-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente tem a seu encargo, ainda, a administração dos cemintérios, da Capela Mortuária e do Lixão.

SEÇÃO VI

Da Secretaria Municipal da Fazenda

ART. 15-A Secretaria Municipal da Fazenda tem por finalidade promover, orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades pertinentes à política financeira do Município, devendo, para tanto:

a)promover a execução dos serviços relacionados com a receita e a despesa do Município;

b)manter o controle da execução do orçamento e das alterações que ocorreram;

c)orientar e controlar, na parte financeira, a execução dos contratos ou convênios que a Prefeitura mantenha ou venha a manter com terceiros;

d)manter cadastro atualizado dos contribuintes da municipalidade;

e)preparar documentos necessários à prestação de contas impostas por diferentes organismos fiscalizadores;

f)preparar planos de implantação ou reforma tributária;

g)propor abertura de créditos adicionais;

h)elaborar, de acordo com as instruções do órgão compe-

tente, a proposta anual do orçamento do Município;

i)conceder alvarás para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, uma vez satisfeitas as exigências legais, bem como verificar as condições em que se encontram e o cumprimento de seus deveres para com o fisco municipal;

j)exercer a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, ambulantes, quiosques e bancas de jornais e revistas, efetuando a apreensão de mercadorias e apetrechos, quando for necessário;

l)administrar os bens imobiliários da municipalidade;

m)manter registro e controle do patrimônio permanente da municipalidade;

n)executar serviços de tesouraria;

o)prestar orientação fiscal aos contribuintes;

p)proceder diligências fiscais autuando os infratores da Legislação Tributária;

q)julgar, em primeira instância, as reclamações de tributos.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal da fazenda, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Contabilidade;

2.Departamento de Fiscalização Tributária;

3.Departamento de Cadastro Imobiliário;

4.Setor de patrimônio.

SEÇÃO VII

Da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ART. 16º-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos tem por finalidade orientar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de administração geral da Prefeitura Municipal de Taquari, cabendo-lhe:

a)elaborar, examinar, registrar e mandar publicar todos os atos relativos a pessoal;

b)executar as atividades referentes ao recrutamento, seleção e treinamento de pessoal;

c)organizar e manter atualizados assentamentos individuais relativos à vida funcional dos servidores da Prefeitura para

fins de concessão de direitos e vantagens e outras disposições legais;

d)informar, preparar e instruir processos referentes à vida funcional dos servidores da Prefeitura;

e)controlar e preparar os elementos necessários ao pagamento dos servidores do Município;

f)efetuar o controle da lotação dos cargos que compõem o quadro de pessoal da Prefeitura, bem como dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;

g)receber, registrar, movimentar e expedir a correspondência e processos da Prefeitura, arquivar os documentos e processos solucionados, bem como prestar, sobre os mesmos, informações ao público;

h)executar os serviços de transporte de correspondência e expedientes em geral e supervisionar os serviços relativos à limpeza e higiene dos locais de trabalho, bem como exercer a vigilância da sede da Prefeitura;

i)elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo e inativo da Prefeitura;

j)centralizar a execução das atividades pertinentes à administração do material necessário à realização dos serviços da Prefeitura Municipal;

l)examinar e preparar licitações pertinentes a obras, serviços, compras e alienações, no âmbito da Administração Municipal;

m)promover estudos com relação aos gastos com material e combustíveis, com vistas a estatísticas e contabilidade de custos;

n)manter o controle da entrada e saída do material e elaborar mapas mensais demonstrativos do movimento, para verificação do estoque existente;

o)organizar e manter atualizado cadastro de fornecedores e de preços dos materiais de uso mais freqüentes na Prefeitura;

p)fazer o inventário anual do almoxarifado, bem como balancetes, mapas e quadros demonstrativos adequados.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Pessoal;

2.Departamento de Material / Licitações;
3.Unidade de Recrutamento e Seleção de pessoal;
4.Serviço de Protocolo;
5.Seção de Atividades Auxiliares;
6.Seção de Portaria e Serviços Gerais;
7.Setor de Arquivo Público.

SEÇÃO VIII

Da Secretaria Municipal de Agricultura

ART. 17-A Secretaria Municipal de Agricultura tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento rural no Município, devendo, para tanto:

a)orientar e coordenar programas de incentivos à produção rural;

b)coordenar, orientar e estimular programa de hortas comunitárias.

c)coordenar, orientar e estimular a realização de feiras e exposições agro-industriais no Município;

d)exercer a fiscalização do comércio de feiras livres,verificando as condições de limpeza e higiene dos locais, bem como estabelecer preços dos produtos;

e)implantar e desenvolver programas de formação social e ação comunitária direta ou indiretamente, destinados à melhoria de vida da população rural;

f)exercer a fiscalização, conservação, remodelação e manutenção dos parques, praças e jardins, inclusive os já exeistentes.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Agricultura,para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Mecanização Agrícola;
2.Seção de Hortas Comunitárias;
3.Seção de Atividades Auxiliares;
4.Seção de cadastramento Rural.

SEÇÃO IX

Do Departamento de Ação Social

ART. 18-O Departamento Municipal de Ação Social tem por

finalidade desenvolver a política de assistência social no Município, com vistas à solução desses problemas, exercendo as atividades destinadas a atender aspectos de alimentação, atendimento ao menor, assistência social e habitação nas faixas de população carente, cabendo-lhe:

a)elaborar programas de assistência social à população econômica e socialmente desassistida, visando prevenir e sanar os desajustes sociais, bem como executar os serviços respectivos;

b)implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social direta e indiretamente destinados a indivíduos, grupos ou população socialmente carenciados;

c)estudar, elaborar e executar programas de assistência à maternidade, infância, idoso e menor que por suas condições socio-econômicas, não têm acesso aos meios normais de desenvolvimento;

d)manter estabelecimentos para atender menores carentes visando sua orientação e recuperação social;

e)efetuar atendimento a indigentes que se dirijam à Prefeitura em busca de auxílio;

f)realizar pesquisas sobre recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência a necessitados;

g)manter, supervisionar e administrar vilas populares próprias do Município, mediante locação ou permissão de uso de casas e terrenos a famílias comprovadamente necessitadas;

h)orientar, coordenar e executar o Programa de Suplementação Alimentar, desenvolvimento pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único-O Departamento Municipal de Ação Social, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Atendimento ao Menor;

2.Departamento de Habitação Social;

3.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 19-O Departamento Municipal de Ação Social, exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

SEÇÃO X

Da Subprefeitura

ART. 20-As subprefeituras como órgãos de centralização territorial e administrativa, terão como incumbência a administração de distritos do interior do Município, cumprindo e fazendo cumprir todos os atos baixados pelo Prefeito, aplicáveis às áreas de sua jurisdição e coordenando a sua execução pelos diversos órgãos da Prefeitura, nos limites de sua competência.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais e transitórias

ART. 21-Os órgãos da Prefeitura Municipal devem funcionar perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração e entrosamento.

ART. 22-O horário de expediente da prefeitura Municipal obedecerá as necessidades do serviço e será determinado pelo Prefeito Municipal.

ART. 23-No exercício de 1994 a Prefeitura Municipal funcionará com a estrutura orçamentária vigente.

ART. 24-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, de

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. nº 177/94 Taquari, 1º de setembro de 1994.

ML/JMP

Senhor Prefeito:

Encaminhamos a V. Exa. a anexa cópia do projeto de lei nº 1.940/94, aprovado na sessão ordinária de 31 de agosto próximo passado.

Outrossim, comunicamos a V. Exa. que foi rejeitado pelo Plenário deste Legislativo, na mesma sessão, o projeto de lei nº 1.941/94, desse Executivo, que "Dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município; estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências".

Enviamos, também, a V. Exa. as anexas Indicações nºs. 278 a 292/94, apresentadas à Mesa na referida sessão, bem como cópias das Atas nºs. [redacted], 2.680 (sessão ordinária de 17 de agosto) e 2.681 (sessão extraordinária de 24 de agosto), aprovadas na reunião mencionada.

Apresentamos a V. Exa. nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Ver. Manoel Lopes
1º Vice-Presidente no exercício
do cargo de Presidente

A S. Exa. o Senhor:
Renato Baptista dos Santos
DD. Prefeito Municipal
N/Cidade

Lei nº 1.503, de 05 de setembro de 1994.

"Reorganiza e Consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-A organização administrativa da Prefeitura Municipal de Taquari, passa a ser estabelecida pela presente Lei.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

ART. 2º-A Prefeitura Municipal de Taquari, para dar cumprimento às funções de sua competência, estabelecidas pelas legislações em vigor, fica constituída dos seguintes órgãos:

1 -**Gabinete do Prefeito**, composto por:

1.1-Secretaria Geral;

1.2-Assessoria Jurídica;

1.3-Secretaria de Planejamento e Coordenação;

1.4-Assessoria de Comunicação.

2 -**Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;**

3 -**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;**

4 -**Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Turismo;**

5 -**Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;**

6 -**Secretaria Municipal da Fazenda;**

7 -**Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;**

8 -**Secretaria Municipal de Agricultura;**

9 -**Departamento e Ação Social;**

10-**Subprefeituras.**

ART. 3º-A Prefeitura Municipal poderá organizar Conselhos Municipais, que funcionarão como órgãos de Cooperação, para o estudo de problemas que digam respeito aos diversos setores sócio-econômicos do Município, ligados diretamente ao Gabinete

do Prefeito.

Parágrafo Único-Constituirão órgãos de cooperação:

1.Conselho Municipal de urbanismo;

2.Conselho Municipal de transporte e trânsito;

3.Conselho Municipal de Educação;

4.Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente;

5.Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;

6.Conselho Municipal de Desportos.

ART. 4º-Fica integrada a estrutura da Prefeitura Municipal de Taquari-Órgãos de Cooperação-a Junta de Serviço Militar, Seguro Desemprego, Setor de Emissão CTPS, com a competência e organização estabelecidas na legislação em vigor.

ART. 5º-Os Secretários Municipais, o Assessor de Comunicação, o Assessor Jurídico do Município, o Diretor de Departamento de Ação Social e os Subprefeitos são auxiliares diretos do Prefeito, aos quais compete assessorar o Chefe do Executivo nos assuntos pertinentes às atividades das respectivas Secretarias e/ou Departamentos, bem como orientar, supervisionar e coordenar os trabalhos desenvolvidos nos órgãos que dirigem.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS
SEÇÃO I
Do Gabinete do Prefeito

ART. 6º-Compõem o Gabinete do Prefeito:

I-Secretaria Geral, incumbida de prestar colaboração e assistência imediata ao Prefeito no concernente às funções político-administrativas, cabendo-lhes, especialmente:

a)coordenar as relações do Chefe do Executivo com autoridades;

b)facilitar os entendimentos e contatos entre o Prefeito e o público em geral;

c)informar o chefe do Executivo sobre a opinião da comunidade em relação à política administrativa adotada;

d)receber e preparar a correspondência do Prefeito;

e)preparar despachos determinados pelo Prefeito;

f)promover diligências e solicitar informações necessá-

rias ao encaminhamento ou decisão de assuntos da competência do Prefeito;

g)manter contatos com outros órgãos públicos e privados quando necessário;

h)executar outras tarefas atinentes aos serviços próprios da Secretaria Geral.

§ Primeiro-A Secretaria Geral, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna,com o seguinte órgão:

1.Seção de Atividades Auxiliares.

II-Assessoria Jurídica do Município, que tem por finalidade prestar assessoramento em assuntos de natureza jurídica, bem como matéria legislativa em geral, cabendo-lhe:

a)verificar a exatidão, sob aspecto jurídico, das leis e outros atos do Governo Municipal;

b)preparar e acompanhar expedientes judiciais, nos quais seja parte interessada a Prefeitura;

c)examinar e preparar projetos de lei de iniciativa do Prefeito e acompanhar sua tramitação na Câmara de Vereadores;

d)estudar e elaborar projetos de decretos e regulamentos da Prefeitura;

e)Preparar, fundamentalmente, vetos de projetos de lei , conforme as determinações do Prefeito;

f)emitir pareceres e informações sobre questões que envolvam aspectos jurídicos, submetidos ao seu exame;

g)atender a consultas formuladas pelos demais órgãos da Prefeitura, em assuntos de sua competência;

h)organizar e manter atualizada a legislação municipal , estadual e federal, bem como outros documentos necessários ao desempenho das atribuições da Procuradoria;

i)assessorar o Chefe do Executivo na celebração de convênios, contratos e outros atos dos quais participe o Município;

j)preparar e acompanhar os inquéritos administrativos e sindicâncias;

l)acompanhar os processos no Poder Judiciário.

§ 2º-A Assessoria Jurídica do Município, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna, com o seguinte órgão:

1.Seção das Atividades Auxiliares.

III-Secretaria de Planejamento e Coordenação, incumbida de assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relativos ao Plano de Ação do Governo, bem como matéria de Planejamento Organizacional, cabendo-lhe:

a)realizar estudos para a integração do planejamento municipal aos programas estaduais e nacionais de desenvolvimento,considerando as necessidades e recursos existentes;

b)elaborar e coordenar o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

c)coordenar, com base no plano de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual do Município e encaminhar os elementos necessários à Secretaria Municipal da fazenda para sua elaboração;

d)coordenar pedidos de abertura de créditos adicionais e emitir parecer sobre os mesmos;

e)examinar os reflexos financeiros dos projetos de leis e decretos que afetem a receita ou despesa do Município;

f)promover estudos com relação aos gastos dos diversos setores, visando o acompanhamento da execução orçamentária e a elaboração de gráficos estatísticos;

g)promover estudos e pesquisas referentes à organização dos serviços públicos municipais que tendem a estabelecer normas gerais, relativas a técnicas e métodos de trabalhos.

§ 3º-A Secretaria de Planejamento e Coordenação, para o desempenho das funções que lhe são conferidas, contará com os seguintes órgãos em sua estrutura interna:

1.Unidade de Projetos Especiais;

2.Unidade de Organização e Métodos.

IV-A Assessoria de Comunicação, incumbida de Assessorar o Chefe do executivo nas atividades de Comunicação, cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

a)planejamento, organização, produção, edição, direção ou supervisão de serviços relativos à atividade de comunicação,desenvolvidos no âmbito da administração municipal, de forma a colocar no aperfeiçoamento dos serviços prestados, na manutenção da boa imagem da instituição e do Município, na promoção do bem comum, na informação do público em geral e no desenvolvimento integrado da comunidade, de acordo com os princípios éticos e técni-

cos que devem nortear a função;

b)coleta e elaboração de notícias e outros materiais jornalísticos e seu encaminhamento para veiculação ou circulação;

c)planejamento, produção ou supervisão de peças jornalísticas, publicitárias ou gráficas, bem como de campanhas publicitárias, ou de iniciativa da Administração Municipal;

d)planejamento, produção ou supervisão de peças de comunicação de caráter educativo, informativo ou de orientação social desencadeadas pela Administração Municipal, visando a divulgação de novos serviços à comunidade, o chamamento para o pagamento de tributos, a instrução sobre saúde pública, a preservação do patrimônio e ações semelhantes, entre outras;

e)auxílio técnico aos diversos setores da administração no atendimento de suas necessidades de comunicação interna e externa;

f)publicação, quando viável, dos planos e metas de administração, com o objetivo de auscultar a opinião pública e de favorecer o acesso às informações por parte da comunidade;

g)colaborar na execução e supervisão de pesquisas junto à opinião pública, visando a coleta de dados para o planejamento administrativo;

h)assessorar a Administração, oferecendo subsídios técnicos à elaboração do planejamento municipal, bem como às campanhas, projetos, programas ou planos de atividades de alcance público;

i)encaminhamento e supervisão de textos legais, notas e despachos oficiais destinados à divulgação por parte dos veículos de comunicação, tendo em vista a correção, a padronização e a adequação técnica na apresentação dos originais;

j)preparação e supervisão de originais destinados à impressão, como formulários, materiais de expediente, folhetos informativos, cartazes, anúncios e outros que levem a identificação da Administração Municipal, visando a padronização visual, a adequação da linguagem e a boa apresentação estética de peças;

l)colaborar no entendimento dos profissionais de comunicação, agências e veículos, prestando-lhes o auxílio técnico necessário ao adequado desempenho de suas tarefas;

m)prestar suporte técnico de comunicação e auxiliar na

divulgação dos eventos que integram o calendário oficial do Município;

n)colaborar na avaliação do atendimento que está sendo dado ao público, nos diversos escalões da Administração, fornecendo sugestões para a melhoria contínua dos serviços.

§ 4º-A Assessoria de Comunicação, para desempenho das funções que lhe são conferidas contará, em sua estrutura interna, com os seguintes órgãos:

1.Seção de Recepção;

2.Seção de atividades Auxiliares.

SEÇÃO II

Da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

ART. 7º-A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento industrial e comercial no Município, devendo para tanto:

a)Preparar e coordenar a elaboração de planos de desenvolvimento econômico;

b)Promover a realização de atividades relacionadas com o desenvolvimento industrial e comercial;

c)Orientar a localização e licenciar a instalação de unidades industriais e comerciais de acordo com as áreas destinadas a esse fim;

d)Licenciar e controlar o comércio transitório e as atividades de prestação de serviço em geral;

e)Promover o intercâmbio e convênios com Entidades Federais, Estaduais, Municipais e de Iniciativa Privada nos assuntos atinentes às políticas de desenvolvimento industrial e comercial.

SEÇÃO III

Da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ART. 8º-A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos tem por finalidade executar as atividades relacionadas à manutenção das estradas vicinais, vias públicas, serviços urbanos, obras públicas em geral, cumprir e fazer cumprir o plano diretor e os códigos de posturas e de obras do município, cabendo-lhe:

a)estudar e projetar a construção e conservação de estradas de rodagem e de vias públicas, bem como orientar e fiscalizar a sua execução;

b)manter serviços de limpeza pública, promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

c)centralizar e supervisionar os serviços de transporte da Prefeitura, executando atividades de manutenção e reparação de veículos e máquinas da municipalidade;

d)manter serviço de pedreira,promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

e)manter serviço de composição asfáltica, promovendo e coordenando a sua execução;

f)encarregar-se da construção de instalações destinadas a comemorações cívicas e festividades populares;

g)estudar e elaborar projetos de edificações, obras de arte, sistemas de pavimentação e outros, bem como executar e fiscalizar os serviços respectivos;

h)fiscalizar as obras que forem realizadas sob o regime de empreitada;

i)examinar e aprovar projetos de construções particulares e fiscalizar a sua execução;

j)realizar estudos e planejamentos urbanísticos;

l)planejar a construção de parques,praças, e jardins;

m)executar e fiscalizar o serviço de iluminação pública;

n)executar ou fiscalizar, no que couber, os serviços de trânsito de veículos no Município;

o)fiscalizar os serviços rodoviários municipais, bem como outros serviços de transporte coletivo urbano e de táxi;

p)planejar e orientar o Plano Diretor do Município.

§ 1º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, tem a seu encargo, ainda, a administração do Camping Municipal.

§ 2º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Obras e Edificações;

2-Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas;

3-Departamento de Saneamento e Urbanismo;

4-Departamento de Transportes e Segurança;

5-Departamento de iluminação;

6-Departamento de Estradas e Rodagens;
7-Departamento de Oficina e Garagens;
8-Departamento de Limpeza Pública.

SEÇÃO IV

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

ART. 9º-A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem por finalidade promover, coordenar e executar as atividades pertinentes ao ensino, à educação, ao turismo e a cultura no Município de Taquari, zelando pelo cumprimento dos respectivos programas, devendo, para tanto:

a)planejar e coordenar a execução do Plano Municipal de Educação, articulado com as diretrizes estaduais e federais;

b)estimular e promover atividades técnico-demagógicas e de atualização para o corpo docente e administrativo das escolas;

c)promover as atividades relativas à integração da criança no meio físico e social;

d)fazer executar as leis e regulamentos do ensino;

e)efetuar o controle da rede escolar;

f)realizar estudos e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação propostas referentes à criação, instalação, transformação, cessação de atividades ou extinção de escolas municipais, visando atender a demanda do alunado e calendários escolares;

g)organizar e manter atualizado o registro de estabelecimentos municipais de ensino;

h)programar e executar programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, atividades desportivas e culturais em âmbito escolar, bem como programas de transporte e material escolar;

i)buscar integração dos processos culturais identificados no Município de Taquari de modo a, dinamicamente, preservá-los, acompanhando e estimulando sua evolução;

j)promover a execução de atividades recreativas e desportivas, no âmbito escolar;

l)valorizar a cultura e preservar a memória histórica do Município;

m)preservar os valores históricos, coletando-os e documentando-os;

n)conservar, pesquisar e expor o acervo histórico e geográfico, com finalidade de estudo e pesquisa;

o)promover cultural e turisticamente o Município de Taquari;

§ 1º-A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Coordenação Pedagógica;

2.Coordenação Cultural e Turismo;

3.Coordenação Administrativa.

SEÇÃO V

Da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente

ART. 10-A Secretaria Municipal da Saúde e Meio-Ambiente, tem por finalidade desenvolver a política de saúde no Município,exercendo atividades que visem buscar soluções para o problema de saúde dos munícipes, cabendo-lhe:

a)exercer atividades destinadas a atender aspectos de saúde dos munícipes, principalmente da população carente;

b)elaborar e executar programas à população econômica e socialmente desassistida, prevenindo e sanando problemas de saúde;

c)executar tarefas de segurança epidemiológica, sanitária e ambiental, de acordo com a legislação vigente;

d)executar serviços de perícia médica do servidor municipal;

e)executar programas de atendimento descentralizado, médico-odontológico, visando o atendimento à população periférica;

f)coordenar e executar o serviço de transporte de pessoas através de ambulância;

g)coordenar a manutenção de convênios com órgãos governamentais e /ou entidades, visando melhorar a assistência médico-odontológica da população;

h)programar e executar programas de planejamento e preservação do meio ambiente.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Saúde;

2.Departamento de Meio Ambiente e Programas Sanitários;

3.Serviço de Atendimento Ambulatorial e Auxiliares;

4.Seção de Acompanhamento de Convênios;

5.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 11-As atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente serão desenvolvidas por administração direta ou mediante acordos, convênios ou contratos com entidades de direito público ou privado, quando for o caso.

ART. 12-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

ART. 13-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente seguirá os princípios e normas emitidos na legislação federal e estadual fixadas para a política de saúde ou dela decorrentes, observadas as peculiaridades do Município.

ART. 14-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente tem a seu encargo, ainda, a administração dos cemintérios, da Capela Mortuária e do Lixão.

SEÇÃO VI

Da Secretaria Municipal da Fazenda

ART. 15-A Secretaria Municipal da Fazenda tem por finalidade promover, orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades pertinentes à política financeira do Município, devendo, para tanto:

a)promover a execução dos serviços relacionados com a receita e a despesa do Município;

b)manter o controle da execução do orçamento e das alterações que ocorreram;

c)orientar e controlar, na parte financeira, a execução dos contratos ou convênios que a Prefeitura mantenha ou venha a manter com terceiros;

d)manter cadastro atualizado dos contribuintes da municipalidade;

e)preparar documentos necessários à prestação de contas impostas por diferentes organismos fiscalizadores;

f)preparar planos de implantação ou reforma tributária;

g)propor abertura de créditos adicionais;

h)elaborar, de acordo com as instruções do órgão compe-

tente, a proposta anual do orçamento do Município;

i)conceder alvarás para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, uma vez satisfeitas as exigências legais, bem como verificar as condições em que se encontram e o cumprimento de seus deveres para com o fisco municipal;

j)exercer a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, ambulantes, quiosques e bancas de jornais e revistas, efetuando a apreensão de mercadorias e apetrechos, quando for necessário;

l)administrar os bens imobiliários da municipalidade;

m)manter registro e controle do patrimônio permanente da municipalidade;

n)executar serviços de tesouraria;

o)prestar orientação fiscal aos contribuintes;

p)proceder diligências fiscais autuando os infratores da Legislação Tributária;

q)julgar, em primeira instância, as reclamações de tributos.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal da fazenda, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Contabilidade;

2.Departamento de Fiscalização Tributária;

3.Departamento de Cadastro Imobiliário;

4.Setor de patrimônio.

SEÇÃO VII

Da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ART. 16º-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos tem por finalidade orientar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de administração geral da Prefeitura Municipal de Taquari, cabendo-lhe:

a)elaborar, examinar, registrar e mandar publicar todos os atos relativos a pessoal;

b)executar as atividades referentes ao recrutamento, seleção e treinamento de pessoal;

c)organizar e manter atualizados assentamentos individuais relativos à vida funcional dos servidores da Prefeitura para

fins de concessão de direitos e vantagens e outras disposições legais;

d)informar, preparar e instruir processos referentes à vida funcional dos servidores da Prefeitura;

e)controlar e preparar os elementos necessários ao pagamento dos servidores do Município;

f)efetuar o controle da lotação dos cargos que compõem o quadro de pessoal da Prefeitura, bem como dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;

g)receber, registrar, movimentar e expedir a correspondência e processos da Prefeitura, arquivar os documentos e processos solucionados, bem como prestar, sobre os mesmos, informações ao público;

h)executar os serviços de transporte de correspondência e expedientes em geral e supervisionar os serviços relativos à limpeza e higiene dos locais de trabalho, bem como exercer a vigilância da sede da Prefeitura;

i)elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo e inativo da Prefeitura;

j)centralizar a execução das atividades pertinentes à administração do material necessário à realização dos serviços da Prefeitura Municipal;

l)examinar e preparar licitações pertinentes a obras, serviços, compras e alienações, no âmbito da Administração Municipal;

m)promover estudos com relação aos gastos com material e combustíveis, com vistas a estatísticas e contabilidade de custos;

n)manter o controle da entrada e saída do material e elaborar mapas mensais demonstrativos do movimento, para verificação do estoque existente;

o)organizar e manter atualizado cadastro de fornecedores e de preços dos materiais de uso mais freqüentes na Prefeitura;

p)fazer o inventário anual do almoxarifado, bem como balancetes, mapas e quadros demonstrativos adequados.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Pessoal;

2.Departamento de Material / Licitações;
3.Unidade de Recrutamento e Seleção de pessoal;
4.Serviço de Protocolo;
5.Seção de Atividades Auxiliares;
6.Seção de Portaria e Serviços Gerais;
7.Setor de Arquivo Público.

SEÇÃO VIII

Da Secretaria Municipal de Agricultura

ART. 17-A Secretaria Municipal de Agricultura tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento rural no Município, devendo, para tanto:

a)orientar e coordenar programas de incentivos à produção rural;

b)coordenar, orientar e estimular programa de hortas comunitárias.

c)coordenar, orientar e estimular a realização de feiras e exposições agro-industriais no Município;

d)exercer a fiscalização do comércio de feiras livres,verificando as condições de limpeza e higiene dos locais, bem como estabelecer preços dos produtos;

e)implantar e desenvolver programas de formação social e ação comunitária direta ou indiretamente, destinados à melhoria de vida da população rural;

f)exercer a fiscalização, conservação, remodelação e manutenção dos parques, praças e jardins, inclusive os já exeistentes.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Agricultura,para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Mecanização Agrícola;
2.Seção de Hortas Comunitárias;
3.Seção de Atividades Auxiliares;
4.Seção de cadastramento Rural.

SEÇÃO IX

Do Departamento de Ação Social

ART. 18-O Departamento Municipal de Ação Social tem por

finalidade desenvolver a política de assistência social no Município, com vistas à solução desses problemas, exercendo as atividades destinadas a atender aspectos de alimentação, atendimento ao menor, assistência social e habitação nas faixas de população carente, cabendo-lhe:

a)elaborar programas de assistência social à população econômica e socialmente desassistida, visando prevenir e sanar os desajustes sociais, bem como executar os serviços respectivos;

b)implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social direta e indiretamente destinados a indivíduos, grupos ou população socialmente carenciados;

c)estudar, elaborar e executar programas de assistência à maternidade, infância, idoso e menor que por suas condições socio-econômicas, não têm acesso aos meios normais de desenvolvimento;

d)manter estabelecimentos para atender menores carentes visando sua orientação e recuperação social;

e)efetuar atendimento a indigentes que se dirijam à Prefeitura em busca de auxílio;

f)realizar pesquisas sobre recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência a necessitados;

g)manter, supervisionar e administrar vilas populares próprias do Município, mediante locação ou permissão de uso de casas e terrenos a famílias comprovadamente necessitadas;

h)orientar, coordenar e executar o Programa de Suplementação Alimentar, desenvolvimento pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único-O Departamento Municipal de Ação Social, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Atendimento ao Menor;

2.Departamento de Habitação Social;

3.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 19-O Departamento Municipal de Ação Social, exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

SEÇÃO X

Da Subprefeitura

ART. 20-As subprefeituras como órgãos de centralização territorial e administrativa, terão como incumbência a administração de distritos do interior do Município, cumprindo e fazendo cumprir todos os atos baixados pelo Prefeito, aplicáveis às áreas de sua jurisdição e coordenando a sua execução pelos diversos órgãos da Prefeitura, nos limites de sua competência.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais e transitórias

ART. 21-Os órgãos da Prefeitura Municipal devem funcionar perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração e entrosamento.

ART. 22-O horário de expediente da prefeitura Municipal obedecerá as necessidades do serviço e será determinado pelo Prefeito Municipal.

ART. 23-No exercício de 1994 a Prefeitura Municipal funcionará com a estrutura orçamentária vigente.

ART. 24-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, **05** de **setembro de 1994.**

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

EM 05/09/94
Lei 1.503

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 31/08/94
PRESIDENTE

À Comissão Técnica
Em 06/07/94
Presidente

Projeto de lei nº 1.940/94

"Reorganiza e Consolida a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-A organização administrativa da Prefeitura Municipal de Taquari, passa a ser estabelecida pela presente Lei.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO GERAL

ART. 2º-A Prefeitura Municipal de Taquari, para dar cumprimento às funções de sua competência, estabelecidas pelas legislações em vigor, fica constituída dos seguintes órgãos:

1 -Gabinete do Prefeito, composto por:

1.1-Secretaria Geral;

1.2-Assessoria Jurídica;

1.3-Secretaria de Planejamento e Coordenação;

1.4-Assessoria de Comunicação.

2 -Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;

3 -Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos;

4 -Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Turismo;

5 -Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;

6 -Secretaria Municipal da Fazenda;

7 -Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos;

8 -Secretaria Municipal de Agricultura;

9 -Departamento e Ação Social;

10-Subprefeituras.

ART. 3º-A Prefeitura Municipal poderá organizar Conselhos Municipais, que funcionarão como órgãos de Cooperação, para o estudo de problemas que digam respeito aos diversos setores sócio-econômicos do Município, ligados diretamente ao Gabinete

do Prefeito.

Parágrafo Único-Constituirão órgãos de cooperação:

1.Conselho Municipal de urbanismo;

2.Conselho Municipal de transporte e trânsito;

3.Conselho Municipal de Educação;

4.Conselho Municipal de Defesa ao Meio Ambiente;

5.Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;

6.Conselho Municipal de Desportos.

ART. 4º-Fica integrada a estrutura da Prefeitura Municipal de Taquari-Órgãos de Cooperação-a Junta de Serviço Militar, Seguro Desemprego, Setor de Emissão CTPS, com a competência e organização estabelecidas na legislação em vigor.

ART. 5º-Os Secretários Municipais, o Assessor de Comunicação, o Assessor Jurídico do Município, o Diretor de Departamento de Ação Social e os Subprefeitos são auxiliares diretos do Prefeito, aos quais compete assessorar o Chefe do Executivo nos assuntos pertinentes às atividades das respectivas Secretarias e/ou Departamentos, bem como orientar, supervisionar e coordenar os trabalhos desenvolvidos nos órgãos que dirigem.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS
SEÇÃO I
Do Gabinete do Prefeito

ART. 6º-Compõem o Gabinete do Prefeito:

I-Secretaria Geral, incumbida de prestar colaboração e assistência imediata ao Prefeito no concernente às funções político-administrativas, cabendo-lhes, especialmente:

a)coordenar as relações do Chefe do Executivo com autoridades;

b)facilitar os entendimentos e contatos entre o Prefeito e o público em geral;

c)informar o chefe do Executivo sobre a opinião da comunidade em relação à política administrativa adotada;

d)receber e preparar a correspondência do Prefeito;

e)preparar despachos determinados pelo Prefeito;

f)promover diligências e solicitar informações necessá-

rias ao encaminhamento ou decisão de assuntos da competência do Prefeito;

g)manter contatos com outros órgãos públicos e privados quando necessário;

h)executar outras tarefas atinentes aos serviços próprios da Secretaria Geral.

§ Primeiro-A Secretaria Geral, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna,com o seguinte órgão:

I.Seção de Atividades Auxiliares.

II-Assessoria Jurídica do Município, que tem por finalidade prestar assessoramento em assuntos de natureza jurídica, bem como matéria legislativa em geral, cabendo-lhe:

a)verificar a exatidão, sob aspecto jurídico, das leis e outros atos do Governo Municipal;

b)preparar e acompanhar expedientes judiciais, nos quais seja parte interessada a Prefeitura;

c)examinar e preparar projetos-de-lei de iniciativa do Prefeito e acompanhar sua tramitação na Câmara de Vereadores;

d)estudar e elaborar projetos de decretos e regulamentos da Prefeitura;

e)Preparar, fundamentalmente, vetos de projetos de lei , conforme as determinações do Prefeito;

f)emitir pareceres e informações sobre questões que envolvam aspectos jurídicos, submetidos ao seu exame;

g)atender a consultas formuladas pelos demais órgãos da Prefeitura, em assuntos de sua competência;

h)organizar e manter atualizada a legislação municipal , estadual e federal, bem como outros documentos necessários ao desempenho das atribuições da Procuradoria;

i)assessorar o Chefe do Executivo na celebração de convênios, contratos e outros atos dos quais participe o Município;

j)preparar e acompanhar os inquéritos administrativos e sindicâncias;

l)acompanhar os processos no Poder Judiciário.

§ 2º-A Assessoria Jurídica do Município, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua estrutura interna, com o seguinte órgão:

1.Seção das Atividades Auxiliares.

III-Secretaria de Planejamento e Coordenação, incumbida de assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos relativos ao Plano de Ação do Governo, bem como matéria de Planejamento Organizacional, cabendo-lhe:

a)realizar estudos para a integração do planejamento municipal aos programas estaduais e nacionais de desenvolvimento,considerando as necessidades e recursos existentes;

b)elaborar e coordenar o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

c)coordenar, com base no plano de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual do Município e encaminhar os elementos necessários à Secretaria Municipal da fazenda para sua elaboração;

d)coordenar pedidos de abertura de créditos adicionais e emitir parecer sobre os mesmos;

e)examinar os reflexos financeiros dos projetos de leis e decretos que afetem a receita ou despesa do Município;

f)promover estudos com relação aos gastos dos diversos setores, visando o acompanhamento da execução orçamentária e a elaboração de gráficos estatísticos;

g)promover estudos e pesquisas referentes à organização dos serviços públicos municipais que tendem a estabelecer normas gerais, relativas a técnicas e métodos de trabalhos.

§ 3º-A Secretaria de Planejamento e Coordenação, para o desempenho das funções que lhe são conferidas, contará com os seguintes órgãos em sua estrutura interna:

1.Unidade de Projetos Especiais;

2.Unidade de Organização e Métodos.

IV-A Assessoria de Comunicação, incumbida de Assessorar o Chefe do executivo nas atividades de Comunicação, cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

a)planejamento, organização, produção, edição, direção ou supervisão de serviços relativos à atividade de comunicação,desenvolvidos no âmbito da administração municipal, de forma a colocar no aperfeiçoamento dos serviços prestados, na manutenção da boa imagem da instituição e do Município, na promoção do bem comum, na informação do público em geral e no desenvolvimento integrado da comunidade, de acordo com os princípios éticos e técni-

cos que devem nortear a função;

b)coleta e elaboração de notícias e outros materiais jornalísticos e seu encaminhamento para veiculação ou circulação;

c)planejamento, produção ou supervisão de peças jornalísticas, publicitárias ou gráficas, bem como de campanhas publicitárias, ou de iniciativa da Administração Municipal;

d)planejamento, produção ou supervisão de peças de comunicação de caráter educativo, informativo ou de orientação social desencadeadas pela Administração Municipal, visando a divulgação de novos serviços à comunidade, o chamamento para o pagamento de tributos, a instrução sobre saúde pública, a preservação do patrimônio e ações semelhantes, entre outras;

e)auxílio técnico aos diversos setores da administração no atendimento de suas necessidades de comunicação interna e externa;

f)publicação, quando viável, dos planos e metas de administração, com o objetivo de auscultar a opinião pública e de favorecer o acesso às informações por parte da comunidade;

g)colaborar na execução e supervisão de pesquisas junto à opinião pública, visando a coleta de dados para o planejamento administrativo;

h)assessorar a Administração, oferecendo subsídios técnicos à elaboração do planejamento municipal, bem como às campanhas, projetos, programas ou planos de atividades de alcance público;

i)encaminhamento e supervisão de textos legais, notas e despachos oficiais destinados à divulgação por parte dos veículos de comunicação, tendo em vista a correção, a padronização e a adequação técnica na apresentação dos originais;

j)preparação e supervisão de originais destinados à impressão, como formulários, materiais de expediente, folhetos informativos, cartazes, anúncios e outros que levem a identificação da Administração Municipal, visando a padronização visual, a adequação da linguagem e a boa apresentação estética de peças;

l)colaborar no entendimento dos profissionais de comunicação, agências e veículos, prestando-lhes o auxílio técnico necessário ao adequado desempenho de suas tarefas;

m)prestar suporte técnico de comunicação e auxiliar na

divulgação dos eventos que integram o calendário oficial do Município;

n)colaborar na avaliação do atendimento que está sendo dado ao público, nos diversos escalões da Administração, fornecendo sugestões para a melhoria contínua dos serviços.

§ 4º-A Assessoria de Comunicação, para desempenho das funções que lhe são conferidas contará, em sua estrutura interna, com os seguintes órgãos:

1.Seção de Recepção;

2.Seção de atividades Auxiliares.

SEÇÃO II

Da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

ART. 7º-A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento industrial e comercial no Município, devendo para tanto:

a)Preparar e coordenar a elaboração de planos de desenvolvimento econômico;

b)Promover a realização de atividades relacionadas com o desenvolvimento industrial e comercial;

c)Orientar a localização e licenciar a instalação de unidades industriais e comerciais de acordo com as áreas destinadas a esse fim;

d)Licenciar e controlar o comércio transitório e as atividades de prestação de serviço em geral;

e)Promover o intercâmbio e convênios com Entidades Federais, Estaduais, Municipais e de Iniciativa Privada nos assuntos atinentes às políticas de desenvolvimento industrial e comercial.

SEÇÃO III

Da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

ART. 8º-A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos tem por finalidade executar as atividades relacionadas à manutenção das estradas vicinais, vias públicas, serviços urbanos, obras públicas em geral, cumprir e fazer cumprir o plano diretor e os códigos de posturas e de obras do município, cabendo-lhe:

a)estudar e projetar a construção e conservação de estradas de rodagem e de vias públicas, bem como orientar e fiscalizar a sua execução;

b)manter serviços de limpeza pública, promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

c)centralizar e supervisionar os serviços de transporte da Prefeitura, executando atividades de manutenção e reparação de veículos e máquinas da municipalidade;

d)manter serviço de pedreira,promovendo, coordenando e controlando a sua execução;

e)manter serviço de composição asfáltica, promovendo e coordenando a sua execução;

f)encarregar-se da construção de instalações destinadas a comemorações cívicas e festividades populares;

g)estudar e elaborar projetos de edificações, obras de arte, sistemas de pavimentação e outros, bem como executar e fiscalizar os serviços respectivos;

h)fiscalizar as obras que forem realizadas sob o regime de empreitada;

i)examinar e aprovar projetos de construções particulares e fiscalizar a sua execução;

j)realizar estudos e planejamentos urbanísticos;

l)planejar a construção de parques,praças, e jardins;

m)executar e fiscalizar o serviço de iluminação pública;

n)executar ou fiscalizar, no que couber, os serviços de trânsito de veículos no Município;

o)fiscalizar os serviços rodoviários municipais, bem como outros serviços de transporte coletivo urbano e de táxi;

p)planejar e orientar o Plano Diretor do Município.

§ 1º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, tem a seu encargo, ainda, a administração do Camping Municipal.

§ 2º-A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Serviços Urbanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Obras e Edificações;

2-Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas;

3-Departamento de Saneamento e Urbanismo;

4-Departamento de Transportes e Segurança;

5-Departamento de iluminação;

6-Departamento de Estradas e Rodagens;
7-Departamento de Oficina e Garagens;
8-Departamento de Limpeza Pública.

SEÇÃO IV

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

ART. 9º-A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem por finalidade promover, coordenar e executar as atividades pertinentes ao ensino, à educação, ao turismo e a cultura no Município de Taquari, zelando pelo cumprimento dos respectivos programas, devendo, para tanto:

a)planejar e coordenar a execução do Plano Municipal de Educação, articulado com as diretrizes estaduais e federais;

b)estimular e promover atividades técnico-demagógicas e de atualização para o corpo docente e administrativo das escolas;

c)promover as atividades relativas à integração da criança no meio físico e social;

d)fazer executar as leis e regulamentos do ensino;

e)efetuar o controle da rede escolar;

f)realizar estudos e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação propostas referentes à criação, instalação, transformação, cessação de atividades ou extinção de escolas municipais, visando atender a demanda do alunado e calendários escolares;

g)organizar e manter atualizado o registro de estabelecimentos municipais de ensino;

h)programar e executar programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, atividades desportivas e culturais em âmbito escolar, bem como programas de transporte e material escolar;

i)buscar integração dos processos culturais identificados no Município de Taquari de modo a, dinamicamente, preservá-los, acompanhando e estimulando sua evolução;

j)promover a execução de atividades recreativas e desportivas, no âmbito escolar;

l)valorizar a cultura e preservar a memória histórica do Município;

m)preservar os valores históricos, coletando-os e documentando-os;

n)conservar, pesquisar e expor o acervo histórico e geográfico, com finalidade de estudo e pesquisa;

o)promover cultural e turisticamente o Município de Taquari;

§ 1º-A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Coordenação Pedagógica;

2.Coordenação Cultural e Turismo;

3.Coordenação Administrativa.

SEÇÃO V

Da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente

ART. 10-A Secretaria Municipal da Saúde e Meio-Ambiente, tem por finalidade desenvolver a política de saúde no Município,exercendo atividades que visem buscar soluções para o problema de saúde dos munícipes, cabendo-lhe:

a)exercer atividades destinadas a atender aspectos de saúde dos munícipes, principalmente da população carente;

b)elaborar e executar programas à população econômica e socialmente desassistida, prevenindo e sanando problemas de saúde;

c)executar tarefas de segurança epidemiológica, sanitária e ambiental, de acordo com a legislação vigente;

d)executar serviços de perícia médica do servidor municipal;

e)executar programas de atendimento descentralizado, médico-odontológico, visando o atendimento à população periférica;

f)coordenar e executar o serviço de transporte de pessoas através de ambulância;

g)coordenar a manutenção de convênios com órgãos governamentais e /ou entidades, visando melhorar a assistência médico-odontológica da população;

h)programar e executar programas de planejamento e preservação do meio ambiente.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Saúde;

2.Departamento de Meio Ambiente e Programas Sanitários;

3.Serviço de Atendimento Ambulatorial e Auxiliares;

4.Seção de Acompanhamento de Convênios;

5.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 11-As atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente serão desenvolvidas por administração direta ou mediante acordos, convênios ou contratos com entidades de direito público ou privado, quando for o caso.

ART. 12-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

ART. 13-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente seguirá os princípios e normas emitidos na legislação federal e estadual fixadas para a política de saúde ou dela decorrentes , observadas as peculiaridades do Município.

ART. 14-A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente tem a seu encargo, ainda, a administração dos cemintérios, da Capela Mortuária e do Lixão.

SEÇÃO VI

Da Secretaria Municipal da Fazenda

ART. 15-A Secretaria Municipal da Fazenda tem por finalidade promover, orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades pertinentes à política financeira do Município, devendo, para tanto:

a)promover a execução dos serviços relacionados com a receita e a despesa do Município;

b)manter o controle da execução do orçamento e das alterações que ocorreram;

c)orientar e controlar, na parte financeira, a execução dos contratos ou convênios que a Prefeitura mantenha ou venha a manter com terceiros;

d)manter cadastro atualizado dos contribuintes da municipalidade;

e)preparar documentos necessários à prestação de contas impostas por diferentes organismos fiscalizadores;

f)preparar planos de implantação ou reforma tributária;

g)propor abertura de créditos adicionais;

h)elaborar, de acordo com as instruções do órgão compe-

tente, a proposta anual do orçamento do Município;

i)conceder alvarás para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, uma vez satisfeitas as exigências legais, bem como verificar as condições em que se encontram e o cumprimento de seus deveres para com o fisco municipal;

j)exercer a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, ambulantes, quiosques e bancas de jornais e revistas, efetuando a apreensão de mercadorias e apetrechos, quando for necessário;

l)administrar os bens imobiliários da municipalidade;

m)manter registro e controle do patrimônio permanente da municipalidade;

n)executar serviços de tesouraria;

o)prestar orientação fiscal aos contribuintes;

p)proceder diligências fiscais autuando os infratores da Legislação Tributária;

q)julgar, em primeira instância, as reclamações de tributos.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal da fazenda, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Contabilidade;

2.Departamento de Fiscalização Tributária;

3.Departamento de Cadastro Imobiliário;

4.Setor de patrimônio.

SEÇÃO VII

Da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ART. 16º-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos tem por finalidade orientar, executar, coordenar e supervisionar as atividades de administração geral da Prefeitura Municipal de Taquari, cabendo-lhe:

a)elaborar, examinar, registrar e mandar publicar todos os atos relativos a pessoal;

b)executar as atividades referentes ao recrutamento, seleção e treinamento de pessoal;

c)organizar e manter atualizados assentamentos individuais relativos à vida funcional dos servidores da Prefeitura para

fins de concessão de direitos e vantagens e outras disposições legais;

d)informar, preparar e instruir processos referentes à vida funcional dos servidores da Prefeitura;

e)controlar e preparar os elementos necessários ao pagamento dos servidores do Município;

f)efetuar o controle da lotação dos cargos que compõem o quadro de pessoal da Prefeitura, bem como dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;

g)receber, registrar, movimentar e expedir a correspondência e processos da Prefeitura, arquivar os documentos e processos solucionados, bem como prestar, sobre os mesmos, informações ao público;

h)executar os serviços de transporte de correspondência e expedientes em geral e supervisionar os serviços relativos à limpeza e higiene dos locais de trabalho, bem como exercer a vigilância da sede da Prefeitura;

i)elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo e inativo da Prefeitura;

j)centralizar a execução das atividades pertinentes à administração do material necessário à realização dos serviços da Prefeitura Municipal;

l)examinar e preparar licitações pertinentes a obras, serviços, compras e alienações, no âmbito da Administração Municipal;

m)promover estudos com relação aos gastos com material e combustíveis, com vistas a estatísticas e contabilidade de custos;

n)manter o controle da entrada e saída do material e elaborar mapas mensais demonstrativos do movimento, para verificação do estoque existente;

o)organizar e manter atualizado cadastro de fornecedores e de preços dos materiais de uso mais freqüentes na Prefeitura;

p)fazer o inventário anual do almoxarifado, bem como balancetes, mapas e quadros demonstrativos adequados.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Pessoal;

2.Departamento de Material / Licitações;
3.Unidade de Recrutamento e Seleção de pessoal;
4.Serviço de Protocolo;
5.Seção de Atividades Auxiliares;
6.Seção de Portaria e Serviços Gerais;
7.Setor de Arquivo Público.

SEÇÃO VIII

Da Secretaria Municipal de Agricultura

ART. 17-A Secretaria Municipal de Agricultura tem por finalidade elaborar, coordenar e executar programas de desenvolvimento rural no Município, devendo, para tanto:

a)orientar e coordenar programas de incentivos à produção rural;

b)coordenar, orientar e estimular programa de hortas comunitárias.

c)coordenar, orientar e estimular a realização de feiras e exposições agro-industriais no Município;

d)exercer a fiscalização do comércio de feiras livres,verificando as condições de limpeza e higiene dos locais, bem como estabelecer preços dos produtos;

e)implantar e desenvolver programas de formação social e ação comunitária direta ou indiretamente, destinados à melhoria de vida da população rural;

f)exercer a fiscalização, conservação, remodelação e manutenção dos parques, praças e jardins, inclusive os já exeistentes.

Parágrafo Único-A Secretaria Municipal de Agricultura,para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará, em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Mecanização Agrícola;
2.Seção de Hortas Comunitárias;
3.Seção de Atividades Auxiliares;
4.Seção de cadastramento Rural.

SEÇÃO IX

Do Departamento de Ação Social

ART. 18-O Departamento Municipal de Ação Social tem por

finalidade desenvolver a política de assistência social no Município, com vistas à solução desses problemas, exercendo as atividades destinadas a atender aspectos de alimentação, atendimento ao menor, assistência social e habitação nas faixas de população carente, cabendo-lhe:

a)elaborar programas de assistência social à população econômica e socialmente desassistida, visando prevenir e sanar os desajustes sociais, bem como executar os serviços respectivos;

b)implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social direta e indiretamente destinados a indivíduos, grupos ou população socialmente carenciados;

c)estudar, elaborar e executar programas de assistência à maternidade, infância, idoso e menor que por suas condições socio-econômicas, não têm acesso aos meios normais de desenvolvimento;

d)manter estabelecimentos para atender menores carentes visando sua orientação e recuperação social;

e)efetuar atendimento a indigentes que se dirijam à Prefeitura em busca de auxílio;

f)realizar pesquisas sobre recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência a necessitados;

g)manter, supervisionar e administrar vilas populares próprias do Município, mediante locação ou permissão de uso de casas e terrenos a famílias comprovadamente necessitadas;

h)orientar, coordenar e executar o Programa de Suplementação Alimentar, desenvolvimento pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único-O Departamento Municipal de Ação Social, para desempenho das funções que lhe são conferidas, contará em sua organização estrutural, com os seguintes órgãos:

1.Departamento de Atendimento ao Menor;

2.Departamento de Habitação Social;

3.Seção de Atividades Auxiliares.

ART. 19-O Departamento Municipal de Ação Social, exercerá suas funções, tanto quanto possível, de forma coordenada com outros órgãos públicos ou privados que desenvolvam atividades afins.

SEÇÃO X

Da Subprefeitura

ART. 20-As subprefeituras como órgãos de centralização territorial e administrativa, terão como incumbência a administração de distritos do interior do Município, cumprindo e fazendo cumprir todos os atos baixados pelo Prefeito, aplicáveis às áreas de sua jurisdição e coordenando a sua execução pelos diversos órgãos da Prefeitura, nos limites de sua competência.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais e transitórias

ART. 21-Os órgãos da Prefeitura Municipal devem funcionar perfeitamente articulados, em regime de mútua colaboração e entrosamento.

ART. 22-O horário de expediente da prefeitura Municipal obedecerá as necessidades do serviço e será determinado pelo Prefeito Municipal.

ART. 23-No exercício de 1994 a Prefeitura Municipal funcionará com a estrutura orçamentária vigente.

ART. 24-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, de

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL, COMO ÓRGÃO GESTOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL-FUNDOPIMES."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o banco do estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, como órgão gestor do FUNDOPIMES, operações de crédito, até o limite de R$ 951.085,00 (Novecentos e cinqüenta e um mil, oitenta e cinco reais) reajustáveis pela taxa referencial de juros TR ou outro índice indicado pelo Governo Federal, ou índice que esteja conforme às normas Federais editadas a partir de 01 de fevereiro de 1991, tendo como data-base 01/agosto/1994, a serem aplicados na execução do Programa Integrado de Melhoria Social.

§ 1º-Os recursos serão aplicados nos projetos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, pavimentação asfáltica e com paralelepípedo, incluindo rede de esgotos pluviais e drenagem em diversas ruas.

§ 2º-As vias a serem beneficiadas com pavimentação asfáltica, com as respectivas metragens, são as seguintes:

-Av. Promissão _____ 2.840 m²
-Av. Vinte de Setembro _____ 11.756 m²
-Rua Bertholdo Kern _____ 8.013 m²
-Av. Júlio de Castilhos _____ 5.364 m²
-Rua Homero Cunha _____ 800 m²
-Rua Sete de Setembro _____ 800 m²
-Rua Rodrigo Vilanova _____ 4.210 m²
-Rua Antônio Porfírio da Costa _____ 4.837 m²
-Rua João O. Cunha _____ 4.410 m²

-Rua José Porfírio da Costa _____ 11.788 m²

-Rua Pontes Filho _____ 4.960 m²

-Rua Acacília Capelão Peres _____ 6.320 m²

§ 3º-As vias a serem beneficiadas com pavimentação de paralelepípedos, com as respectivas metragens, são as seguintes:

-Av. Getúlio Vargas _____ 3.328 m²

-Rua Pedro Renner _____ 1.600 m²

-Rua Doralino O. Reis _____ 1.656 m²

-Rua Osvaldo Michel _____ 1.480 m²

-Rua Manoel Conceição _____ 1.776 m²

-Rua Timóteo Junqueira dos Santos _____ 3.872 m²

-Rua Euclides da Cunha _____ 7.328 m²

-Rua João Pessoa _____ 4.376 m²

-Rua da Paz _____ 1.422 m²

ART. 2º-Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução nº 11/94, de 31/01/94, do Senado Federal.

§ 1º-O Poder Executivo enviará, mensalmente, à Câmara Municipal, o valor de cada prestação paga, bem como o saldo remanescente da dívida contratada.

§ 2º-O prazo de liquidação da dívida a ser contratada não poderá ser superior a 48 (quarenta e oito) meses.

ART. 3º-Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei as parcelas que se fizerem necessárias do produto de arrecadação tributária, inclusive quotas-partes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.

ART. 4º-O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal dentro de 30 dias, contados da contratação das operações de crédito autorizadas por esta Lei, cópias dos respectivos instrumentos contratuais.

ART. 5º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite de R$ 341.637,00 (Trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e sete reias) reajustáveis de acordo

com o artigo 1º, tendo como data-base 01/agosto/1994, para aplica - ção da contrapartida do Município do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

ART. 6º-Os créditos a que se refere o artigo anterior terão como contrapartida financeira reduções de dotação orçamentária e ex cesso de arrecadação tributária.

ART. 7º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adi cionais, até o limite de R$ 951.085,00 (Novecentos e cinqüenta e um mil, oitenta e cinco reais), reajustáveis de acordo com o estipula- do no artigo 1º, tendo como data-base 01/agosto/1994.

Parágrafo Único-Servirá como recursos para cobertura do crédi- to de que trata este artigo o excesso de arrecadação a se verificar no exercício.

ART. 8º-Dos orçamentos anuais do Município constarão as dota - ções orçamentárias necessárias no atendimento dos encargos decorren tes das operações de crédito autorizadas pela presente Lei.

ART. 9º-esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, re vogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 08 de setembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

GABINETE DO PREFEITO MUNCIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Rua Osvaldo Aranha 1791 - Cx. postal 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653 1067 e 653 1266

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1.953/94:

APROVADO
06 09 94
PRESIDENTE

Emenda nº 1:

Inclua-se os seguintes §§ 1º, 2º e 3º ao art. 1º:

"Art. 1º - .....

§ 1º - Os recursos serão aplicados nos projetos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, pavimentação asfáltica e com paralelepípedos, incluindo rede de esgotos pluviais e drenagem em diversas ruas.

§ 2º - As vias a serem beneficiadas com pavimentação asfáltica, com as respectivas metragens, são as seguintes:

- Av. Promissão..... 2.840 m²;
- Av. Vinte de Setembro..... 11.756 m²;
- Rua Bertholdo Kern..... 8.013 m²;
- Av. Júlio de Castilhos..... 5.364 m²;
- Rua Homero Cunha..... 800 m²;
- Rua Sete de Setembro..... 800 m²;
- Rua Rodrigo Vilanova..... 4.210 m²;
- Rua Antônio Porfírio da Costa..... 4.837 m²;
- Rua João O. Cunha..... 4.410 m²;
- Rua José Porfírio da Costa..... 11.788 m²;
- Rua Pontes Filho..... 4.960 m²;
- Rua Acacília Capelão Peres..... 6.320 m².

§ 3º - As vias a serem beneficiadas com pavimentação de paralelepípedos, com as respectivas metragens, são as seguintes:

- Av. Getúlio Vargas..... 3.328 m²;
- Rua Pedro Renner..... 1.600 m²;
- Rua Doralino O. Reis..... 1.656 m²;
- Rua Osvaldo Michel..... 1.480 m²;
- Rua Manoel Conceição..... 1.776 m²;
- Rua Timóteo J. dos Santos..... 3.872 m²;
- Rua Euclides da Cunha..... 7.328 m²;
- Rua João Pessoa..... 4.376 m²;
- Rua da Paz..... 1.422 m².

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1994.

Ver. Cledio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa . a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1953/94:

Emenda nº 2:

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art.2º:

"Art. 2º - .....

Parágrafo único - O Poder Executivo enviará, mensalmente, à Câmara Municipal, o valor de cada prestação paga, bem como o saldo remanescente da dívida contratada".

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1994.

Ver. Paulo Mulinari

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão da seguinte emenda ao projeto de lei nº 1.953/94:

Emenda nº3:Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 2º, passando o parágrafo único para § 1º:

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

"Art. 2º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - O prazo de liquidação da dívida a ser contratada não poderá ser superior a 48 (quarenta e oito) meses".

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1994.

Ver. Manoel Lopes

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. nº 192/94

ML/JMP

Taquari, 8 de setembro de 1994.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos à sanção de V. Exa. a anexa cópia do projeto de lei nº 1.953/94 (com Emendas nºs. 1, 2 e 3), aprovado na sessão extraordinária de 6 do corrente.

Apresentamos a V. Exa., na oportunidade, nossos protestos de estima e consideração.

Ver. Manoel Lopes
1º Vice-Presidente no exercício do
cargo de Presidente

A S. Exa. o Senhor:
Renato Baptista dos Santos
DD. Prefeito Municipal
N/Cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. nº 192/94
ML/JMP

Taquari, 8 de setembro de 1994.

Senhor Prefeito:

Encaminhamos à sanção de V. Exa. a anexa cópia do projeto de lei nº 1.953/94 (com Emendas nºs. 1, 2 e 3), aprovado na sessão extraordinária de 6 do corrente.

Apresentamos a V. Exa., na oportunidade, nossos protestos de estima e consideração.

Ver. Manoel Lopes
1º Vice-Presidente no exercício do
cargo de Presidente

A S. Exa. o Senhor:
Renato Baptista dos Santos
DD. Prefeito Municipal
N/Cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. nº 192/94 Taquari, 8 de setembro de 1994.

ML/JMP

Senhor Prefeito:

Encaminhamos à sanção de V. Exa. a anexa cópia do projeto de lei nº 1.953/94 (com Emendas nºs. 1, 2 e 3), aprovado na sessão extraordinária de 6 do corrente.

Apresentamos a V. Exa., na oportunidade, nossos protestos de estima e consideração.

Ver. Manoel Lopes
1º Vice-Presidente no exercício do
cargo de Presidente

A S. Exa. o Senhor:
Renato Baptista dos Santos
DD. Prefeito Municipal
N/Cidade

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

À Comissão Técnica
Em 31/08/94
Presidente

Projeto de lei nº 1.953/94

"AUTORIZA A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE SUL S/A - BANRISUL, COMO ÓRGÃO GESTOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL-FUNDOPIMES."

c/Emendas nºs 1,2 e 3
APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

Sanciona-se em 08/09/94
lei nº 1504
Prefeito Municipal

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, como órgão gestor do FUNDOPIMES, operações de crédito, até o limite de R$ 951.000,00 (Novecentos e cinqüenta e um mil reais, oitenta e cinco reais) reajustáveis pela taxa referencial de juros TR ou outro índice indicado pelo Governo Federal, ou índice que esteja conforme às normas Federais editadas a partir de 01 de fevereiro de 1991, tendo como data-base 01/agosto/1994, a serem aplicados na execução do Programa Integrado de Melhoria Social.

ART. 2º- Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução nº 11/94, de 31/01/94, do Senado Federal.

ART. 3º- Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia das operações de crédito de que trata esta lei as parcelas que se fizerem necessárias do produto da arrecadação tributária, inclusive cotas-partes do Imposto Sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.

ART. 4º- O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal dentro de 30 dias, contados da contratação das operações de crédito autorizadas por esta Lei, cópias dos respectivos instrumentos contratuais.

ART. 5º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite de R$ 341.637,00 (Trezentos e quarenta e um mil reais, seiscentos e trinta e sete reais) reajustáveis de acordo com o estipulado no artigo 1º, tendo como data-base 01/agosto/1994, para aplicação da contrapartida do Município do programa Integrado de Melhoria Social (PIMS).

ART. 6º- Os créditos a que se refere o artigo anterior terão como contrapartida financeira reduções de dotação orçamentária e excesso de arrecadação tributária.

ART. 7º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite de R$ 951.[illegible].00 (Novecentos e cinqüenta e um mil reais e oitenta e cinco reais), reajustáveis de acordo com o estipulado no artigo 1º, tendo como data-base 01/agosto/1994.

Parágrafo único- Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata este artigo o excesso de arrecadação a se verificar no exercício.

ART. 8º- Dos orçamentos anuais do Município constarão as dotações orçamentárias necessárias ao atendimento dos encargos decorrentes das operações de crédito autorizadas pela presente Lei.

ART. 9º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL, COMO ÓRGÃO GESTOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL-FUNDOPIMES."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, como órgão gestor do FUNDOPIMES, operações de crédito, até o limite de R$ 1.851.085,00 (Novecentos e cinqüenta e um mil, oitenta e cinco reais) reajustáveis pela taxa referencial de juros TR ou outro índice indicado pelo Governo Federal, ou índice que esteja conforme as normas Federais editadas a partir de 01 de fevereiro de 1991, tendo como data-base 01/agosto/1994, a serem aplicados na execução do Programa Integrado de Melhoria Social.

§ 1º-Os recursos serão aplicados nos projetos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, pavimentação asfáltica e com paralelepípedo, incluindo rede de esgotos pluviais e drenagem em diversas ruas.

§ 2º-As vias a serem beneficiadas com pavimentação asfáltica, com as respectivas metragens, são as seguintes:

-Av. Promissão	2.840 m²
-Av. Vinte de Setembro	11.756 m²
-Rua Bertholdo Kern	8.013 m²
-Av. Júlio de Castilhos	5.364 m²
-Rua Homero Cunha	800 m²
-Rua Sete de Setembro	800 m²
-Rua Rodrigo Vilanova	4.210 m²
-Rua Antônio Porfírio da Costa	4.837 m²
-Rua João O. Cunha	4.410 m²

- Rua José Porfírio da Costa _____ 11.788 m²
- Rua Pontes Filho _____ 4.960 m²
- Rua Acacília Capelão Peres _____ 6.320 m²

As vias a serem beneficiadas com pavimentação de paralelepípedos com as respectivas metragens, são as seguintes:

- Rua Getúlio Vargas _____ 3.328 m²
- Rua Pedro Renner _____ 1.600 m²
- Rua Doralino O. Reis _____ 1.656 m²
- Rua Osvaldo Michel _____ 1.480 m²
- Rua Manoel Conceição _____ 1.776 m²
- Rua Timóteo Junqueira dos Santos _____ 3.872 m²
- Rua Euclides da Cunha _____ 7.328 m²
- Rua João Pessoa _____ 4.376 m²
- Rua da Paz _____ 1.422 m²

ART. 2º-Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida contratada obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução nº 11/94, de 31/01/94, do Senado Federal.

§ 1º-O Poder Executivo enviará, mensalmente, à Câmara Municipal o valor de cada prestação paga, bem como o saldo remanescente da dívida contratada.

§ 2º-O prazo de liquidação da dívida a ser contratada não poderá ser superior a 48 (quarenta e oito) meses.

ART. 3º-Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei as parcelas que se fizerem necessárias do produto de arrecadação tributária, inclusive quotas-partes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municí-

ART. 4º-O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal dentro de 30 dias, contados da contratação das operações de crédito autorizadas por esta Lei, cópias dos respectivos instrumentos contratuais.

ART. 5º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite de R$ 341.637,00 (Trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e sete reias) reajustáveis de acordo

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

...tigo 1º, tendo como data-base 01/agosto/1994, para aplica - ...contrapartida do Município do Programa Integrado de Melhoria ...(PIMES).

...t. 6º-Os créditos a que se refere o artigo anterior terão ...contrapartida financeira reduções de dotação orçamentária e ex... ...arrecadação tributária.

...t. 7º-Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adi... ...até o limite de RS 951.085,00 (Novecentos e cinqüenta e um ...enta e cinco reais), reajustáveis de acordo com o estipula- ...rtigo 1º, tendo como data-base 01/agosto/1994.

...rágrafo Único-Servirá como recursos para cobertura do crédi- ...ertrata este artigo o excesso de arrecadação a se verificar ...rício.

...t. 8º-Dos orçamentos anuais do Município constarão as dota - ...orçamentárias necessárias no atendimento dos encargos decorren... ...as operações de crédito autorizadas pela presente Lei.

...t. 9º-esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, re... ...as disposições em contrário.

...ABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 08 de setembro de ...

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

...SE E PUBLIQUE-SE:

RENATO REIS DE JESUS
...rio da Administração

Lei nº 1.505, de 14 de setembro de 1994.

"Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1º-Esta Lei estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, cria o respectivo quadro de cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e plano de pagamento dos membros do magistério.

ART. 2º-O regime jurídico dos membros do magistério é o mesmo dos demais servidores do Município, observadas as disposições específicas desta Lei.

ART. 3º-Para efeito desta Lei, entende-se por:

I-Magistério Público Municipal:

É o conjunto de professores, especialistas de educação, que, ocupando funções no ensino público municipal, de 1º e 2º graus, desempenham atividades próprias, vinculadas aos objetivos da educação.

II-Rede Municipal de Ensino:

É o conjunto de estabelecimentos escolares e órgãos educacionais que tem como mantenedor o Município, são administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e integram o Sistema Municipal de Ensino.

III-Professor:

É o membro do Magistério Público que exerce como titular de cargo público, atividades docentes no campo da educação.

IV-Especialista de Educação:

É o membro do Magistério Público Municipal ou colocado à sua disposição, que exerce como titular de cargo público as atividades de planejamento, supervisão e orientação no campo da educação.

V-Atividades do Magistério:

São aquelas exercidas pelos professores e especialistas de educação no desempenho de todas as tarefas relacionadas com a educação.

TÍTULO II
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

ART. 4º-A carreira do magistério Público têm como princípios básicos:

I -habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério, através da comprovação de titulação específica;

II -dedicação no exercício do magistério;

III -eficiência;

IV -atualização constante;

V -retribuição pecuniária condigna com a valorização da especialização, para gerar uma situação econômica compatível com a dignidade, peculiaridade e importância da profissão; e,

VI -progressão na carreira, mediante promoções baseadas no tempo de serviço, conforme o Regime Jurídico Único da Prefeitura e deste Plano.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DA CARREIRA
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 5º-A Carreira do Magistério Pùblico Municipal de 1º e 2º Graus de ensino, constituída de cargos de provimento efetivo, é estruturada em 3 (três) classes dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe à classe, cada uma compreendendo, no máximo,

quatro níveis de habilitação, estabelecidos de acordo com a formação pessoal de professor ou especialista de educação.

ART. 6º - Para efeitos desta lei, cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao membro do magistério, mantidas as características de criação por lei, denominação própria , número certo e retribuição pecuniária padronizada.

ART. 7º - As classes constituem a linha de promoção dos professores.

Parágrafo único - As classes são designadas pelas letras A, B e C, sendo esta última o final da carreira.

ART. 8º - Todo o cargo se situa inicialmente na letra A.

SEÇÃO III

DA PROMOÇAO

ART. 9º - Promoção é a passagem do membro de uma determinada classe a imediatamente superior.

ART. 10 - As promoções obedecerão critérios de tempo de exercício mínimo em cada classe.

ART. 11 - O tempo de exercício mínimo na classe imediatamente anterior, para fins de promoção para a seguinte, será de:

I - cinco anos para a classe B;

II - sete anos para a classe C, permanecendo até o final da carreira.

ART. 12 - Em princípio todo o professor poderá ser promovido de classe.

ART. 13 - Fica prejudicada a promoção, acarretando a interrupção da contagem de tempo de serviço para promoção e contagem de triênios, ao membro do magistério que cometer as ocorrências descritas no art. 87 do R.J.U.

SEÇÃO IV

DOS NIVEIS

ART. 14 - Os níveis constituem a linha de habilitação dos professores, como segue:

a) nível 1 - habilitação específica de 2º Grau Magistério, com estágio;

b) nível 2 - habilitação específica de Grau superior,ao nível de graduação, representada por licenciatura de

primeiro grau obtida em curso de curta duração;

c) nível 3 - habilitação específica obtida em grau superior, de graduação correspondente a licenciatura plena;

d) nível 4 - habilitação específica obtida em curso superior de pós-graduação e mestrado.

Parágrafo primeiro - A mudança de nível é automática e vigorará no mês seguinte aquele em que o interessado requerer e apresentar certidão de conclusão do curso superior.

Parágrafo segundo - O nível é pessoal, de acordo com a habilitação específica do professor, que conservará na promoção a classe superior.

CAPITULO III
DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇAO

ART. 15 - O recrutamento para os cargos de professor far-se-à para a classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, observadas as normas gerais constantes no Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Parágrafo único - Vetado.

ART. 16 - Os concursos públicos serão realizados segundo as áreas de habilitação seguintes:

I - Area 1 - currículo por atividade, ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª série;

II - Area 2 - currículo por disciplina, ensino de 1º grau, de 5ª a 8ª série, habilitação específica de grau superior, obtida mediante licenciatura de 1º grau, no mínimo;

III - Area 3 - currículo por disciplina, ensino de 2º grau, habilitação específica de grau superior, obtida mediante licenciatura plena e pós-graduação.

Parágrafo único - Os concursos para as áreas 2 e 3, serão realizados somente quando houver vaga, em disciplina para a qual não haja possibilidade de aproveitamento de professor, nos termos do artigo 19, §§ 1º e 2º desta lei.

ART. 17 - O professor estável, com habilitação para lecionar em qualquer das áreas referidas no artigo anterior, poderá pedir mudança de área de atuação.

Parágrafo primeiro - A mudança da área de atuação depende da

existência de vaga em unidade de ensino e não poderá ocorrer se houver candidato aprovado em concurso público para a respectiva área, salvo se nenhum candidato aceitar a indicação para a vaga existente.

Parágrafo segundo - Havendo mais de um interessado para a mesma vaga terá preferência na mudança de área o professor que tiver, sucessivamente:

I - maior tempo de exercício no Magistério Público Municipal;

II - mais idade.

Parágrafo terceiro - E facultado à Administração, mediante real necessidade do ensino municipal e observando o disposto nos parágrafos anteriores, determinar a mudança de área de atuação do professor.

ART. 18 - O professor da área, currículo por disciplina, cujo número de horas em que leciona for inferior a carga horária normal estabelecida nesta lei para o membro do magistério, terá de completar a jornada em outras atividades constantes das especificações do cargo de professor, conforme determinado pela direção da escola ou órgão central de educação do Município.

TITULO III

DO REGIME DE TRABALHO

ART. 19 - O regime normal de trabalho do professor, é de 22 (vinte e duas) horas semanais.

Parágrafo primeiro - O professor que atuar currículo por disciplina terá uma carga máxima de 18 (dezoito) horas-aula, cumprindo o restante em horas-atividades.

Parágrafo segundo - O professor poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar, até o máximo de vinte e duas horas semanais, nos seguintes casos:

I - para substituir professor nos seus impedimentos legais;

II - de designação para o exercício de direção e vice - direção de escola;

III - de designação para atuação no Órgão Municipal de Ensino;

IV - para o exercício do cargo de supervisão nas escolas municipais.

V - por necessidade do ensino.

Parágrafo terceiro - A convocação para trabalhar em regime suplementar, nos casos de substituição, só terá lugar após despacho favorável do Prefeito, em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária de medida.

Parágrafo quarto - Pelo trabalho em regime suplementar, o professor perceberá remuneração na mesma base de seu regime de trabalho, observada a proprocionalidade quando da convocação para período inferior a 22 (vinte e duas) horas semanais.

Parágrafo quinto - Não poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar o professor que estiver em acúmulo de cargos empregos ou funções públicas.

CAPITULO I
DAS FERIAS

ART. 20 - Para o pessoal docente, as férias coincidirão com o período das férias escolares, conforme calendário emitido pelo OME.

TITULO IV
DA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTERIO

ART. 21 - Os professores e especialistas de educação, para desempenho de suas atividades, serão distribuídos na forma prevista em regulamento, mediante:

I - Lotação
II - Designação
III - Remoção
IV - Substituição
V - Cedência

SEÇÃO I
DA DESIGNAÇÃO

ART. 22 - Designação é o ato pelo qual o membro do Magistério Público Municipal é encaminhado para ter exercício em órgão da administração da rede municipal de ensino ou unidade escolar.

ART. 23 - Cabe ao Secretário Municipal de Educação e Cultura designar o professor ou especialista de educação para a unidade es

colar ou órgão onde irá exercer suas funções.

ART. 24 - O membro do Magistério Público Municipal perde a designação em virtude de afastamento para tratar de interesse particular.

SEÇÃO II

DA LOTAÇÃO

ART. 25 - Todo o membro do Magistério Público Municipal é lotado na secção de pessoal da Secretaria da Administração.

SEÇÃO III

DA REMOÇÃO

ART. 26 - Remoção é o deslocamento à pedido, necessidade ou permuta do professor ou especialista em educação, de um órgão da administração da rede municipal de ensino ou unidade escolar, sem prejuízo de suas promoções.

ART. 27 - Remove-se por necessidade e pelos seguintes critérios:

I - menor tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

II - menor idade.

ART. 28 - Remove-se à pedido pelos seguintes critérios:

I - maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

II - maior idade.

SEÇÃO IV

DA SUBSTITUIÇÃO

ART. 29 - Substituição é o ato mediante o qual a autoridade competente designa o professor ou especialista de educação para exercer, temporariamente, as funções de outro, em sua ausência ou impedimento, conforme especificações no Título IV desta Lei.

SEÇÃO V

DA CEDENCIA

ART. 30 - A cedência do membro do Magistério Público Municipalpal, concursado e do quadro em extinção, para órgãos estaduais ou particulares, só será permitida se houver disponibilidade no quadro, quando solicitado pelo Delegado de Educação com a

aprovação da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único - No caso do artigo anterior, o professor cedido terá que cumprir horas-aula semanais em sala de aula. Caso não preencha a carga horária, deverá cumprir em outra unidade escolar.

TITULO V
DO QUADRO DO MAGISTERIO

ART. 31 - E criado o quadro do Magistério Público do Município, que será constitu-ido de cargo de professores e especialistas de educação.

ART. 32 - São criados 185 cargos de professor e 18 cargos de especialistas de educação.

Parágrafo único - Os cargos de especialista de educação e de diretores e vice-diretores, podem ser exercidos por professores do quadro, com mais de três anos de regência de classe, com a gratificação que lhe couber.

ART. 33 - São criadas as seguintes gratificações para o pessoal do magistério:

I - O professor com habilitação específica de 2º Grau Magistério, que lecionar para classe especial, fará jus a 40% de gratificação; para lecionar para pré-escola receberá 10% de gratificação; e, com estudos adicionais para atuar de 5ª a 6ª séries, fará jus a uma gratificação de 10% do básico inicial.

Parágrafo único - Só terá direito a gratificação o membro do magistério que estiver em exercício de suas funções nas atividades determinadas.

II - O professor cedido ou permutado por órgão público estadual, sem ônus para o Município, e o professor membro do quadro de carreira do Magistério Público Municipal que receber portaria do Prefeito Municipal para exercer as funções de coordenador, chefe do setor de secretaria e supervisão, terá direito a receber, respectivamente a FG5, FG4 e FG3, desde que cumpra as 40 (quarenta) horas semanais do OME.

III - São criadas as seguintes gratificações de direção e vice-direção para os membros do Magistério Público Municipal, concursados e nomeados:

- de 50 (cinqüenta) a 100 (cem) alunos:
  Diretor 20% e Vice-diretor 10%
- de 101 (cento e um) a 150 (cento e cinqüenta) alunos:
  Diretor 25% e vice-diretor 15%
- Acima de 151 (cento e cinqüenta e um) alunos:
  Diretor 30% e vice-diretor 20%

Parágrafo único - A gratificacão será sobre o nível que estiver enquadrado, sempre como base de cálculo o básico inicial, enquanto estiver na função.

IV - O membro do Magistério Público Municipal que usar transporte coletivo fora do sítio urbano, numa distância mínima de 5 (cinco) quilômetros, fará juz a uma ajuda de custo de 45% (quarenta e cinco por cento), que incidirá sobre o básico inicial.

V - Ao membro do Magistério que, em exercício do mesmo, atuar sozinho numa unidade escolar, caberá uma gratificação de 20% pelo nível ao qual pertencer, sempre como referencial o básico inicial.

TITULO VI
DO PLANO DE PAGAMENTO
CAPITULO I
DA TABELA DE PAGAMENTO DOS CARGOS

ART. 34 - Os vencimentos dos cargos efetivos do Magistério terão como padrão referencial o menor vencimento básico fixado em lei da Prefeitura Municipal:

- Cargos de provimento efetivo:

	CLASSES		
NIVEIS	**A**	**B**	**C**
N1	1.30	1.40	1.50
N2	1.90	2.00	2.10
N3	2.00	2.10	2.20
N4	2.10	2.20	2.30

ART. 35 - As funções gratificadas pagas aos servidores da SMEC terão o mesmo valor daquelas pagas ao Quadro Geral dos Servidores Municipais.

TITULO VII

DA CONTRATAÇAO PARA NECESSIDADE TEMPORARIA

ART. 36 - Considera-se como necessidade temporária as contratações que visam a:

I - substituir professor legal e temporáriamente afastado;

II - suprir falta de professor com habilitação específica para atuar de 5ª a 8ª série desde que não há ou não aceitarem concursado sua nomeação;

III - suprir falta de professor com habilitação específica para atuar de pré-escola a 4ª série, desde que não há ou não aceitarem concursado sua nomeação;

IV - complementar carga horária do professor cedido ou permutado do Estado para o OME, na função de supervisor.

ART. 37 - A contratação a que se refere os incisos I, II e III do artigo anterior, somente poderão ocorrer quando não for possível a convocação de outro professor para trabalhar em regime suplementar, observado o disposto no inciso 4º do art. 21.

ART. 38 - A contratação de que tratam os incisos I, II e III do art. 36, observará as seguintes normas:

I - Será sempre em caráter suplementar e a título precário;

II - Será sempre em caráter temporário, não excedendo a seis meses, prorrogáveis mediante aprovação da Câmara.

ART. 39 - As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurado os seguintes direitos ao contratado:

I - Regime de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais;

II - Vencimento mensal igual ao valor básico do nível em que estiver enquadrado, desde que possua formação pedagógica;

III - Gratificação natalina e férias proporcionais nos termos do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais;

IV - Gratificação (unidoscência, classe especial, estudos adicionais, supervisão, difícil acesso);

V - Os professores contratados, sem formação pedagógica receberão o básico da carreira do Magistério Públi-

co Municipal, correspondente ao nível 1, classe A.

TITULO VIII

DISPOSIÇOES GERAIS E TRANSITORIAS

ART. 40 - Os atuais professores estáveis constituirão Quadro Especial em Extinção, excepcionalmente regido pela C.L.T., reenquadrados no básico do nível 1, classe A.

ART. 41 - Os atuais professores concursados do Magistério Municipal serão aproveitados nos cargos enviados por esta Lei, distribuídos nas classes A, B, e C do Quadro de Carreira e no nível de habilitação que lhe corresponde, observando o seguinte:

I - Na classe A, os professores que possuírem até 5 (cinco) anos completos de exercício no Magistério do Município;

II - Na classe B, os professores que possuírem 6 (seis) anos até 12 (doze) anos de exercício no Magistério do Município;

III - Com 12 (doze) anos e 1 (um) dia para a classe C.

ART. 42 - Os atuais professores estáveis do Magistério Público Municipal, para fins de efetivação nos termos do § 1º do art. 19 do ADTC, após prestarem concurso de provas, será valorizado mediante contagem de pontos, proporcionalmente e sua extensão, o efetivo tempo de serviço ao Magistério Público Municipal.

Parágrafo único - Os atuais professores contratados pelo regime C.L.T., após prestarem concurso de provas, terão o tempo de regência de classe valorizado para fins de classificação, mediante contagem de pontos, proporcionalmente ao tempo de exercício da mesma.

ART. 43 - Toda vez que o número de servidores contratados exceder 35% do número total de servidores concursados, fica a Administração Municipal obrigada a realizar concurso público.

ART. 44 - Os contratos de trabalho dos professores celetistas, admitidos sem concurso público e não portadores de estabilidade, serão rescindidos dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da abertura do primeiro concurso público.

ART. 45 - As despesas da aplicação da presente Lei, correrão das dotações orçamentárias próprias.

ART. 46 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.195/86 e Lei nº 1.324/89.

ART. 47 - O controle da aplicação desta lei ficará à cargo do Conselho Municipal de Educação, após sua criação através de Lei específica.

ART. 48 - Esta lei entrará em vigor no 1º dia do mês seguinte ao de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 14 de setembro de 1994

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

ANEXO I

CARGO: Professor

ATRIBUIÇOES:

a) descrição sintética: orientar a aprendizagem do aluno; participar do processo de planejamento das atividades da secola; organizar as operações inerentes ao processo de ensino - aprendizagem: contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

b) descrição analítica: planejar e executar o trabalho docente em consonância com o Plano Curricular da escola e atendendo ao avanço da tecnologia educacional; levantar dados relativos à realidade de sua classe; definir;operacionalmente, os objetivos do plano curricular: formas de execução e situações de experiência estabelecer mecanismos de avaliação; constatar necessidades e carências do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos de atendimento; cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional; organizar registros de observações do aluno; participar de reuniões, conselhos' de classe, atividades cívicas e extra-classe; coordenar a área de estudo; integrar ' órgãos complementares da escola; atender a solicitação da escola referente a sua ação docente desenvolvida no âmbito escolar; executar outras tarefas afins.

CONDIÇOES DE TRABALHO:

Geral: Carga horária de 22 horas semanais.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) instrução formal: habilitação legal para o exercício do magistério.

b) idade: entre 18 a 45 anos.

A N E X O II

CARGO: Especialista de Educação

ATRIBUIÇOES:

a) Descrição sintética: planejar, supervisionar, avaliar e reformular o processo ensino-aprendizagem.

b) Descrição analítica: desenvolver pesquisas de campo, com o fim de cetificar-se dos problemas e necessidades da área educacional sob sua responsabilidade; elaborar currículos, planos de cursos e programas; colaborar com outros especialistas para segurar ao sistema educacional conteúdos autênticos e definitivos; orientar o corpo docente no desenvolvimento de suas potencialidades profissionais: avaliar o processo ensino aprendizagem, examinando relatórios ou participando de conselho de classes, para ferir a validade dos métodos empregados; planejar e organizar a implantação e funcionamento dos serviços de orientação educacional, em nível de escola e de comunidade.

CONDIÇOES DE TRABALHO:

GERAL: Carga de 22 horas semanais.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) habilitação legal para o exercício da função de especialista de educação.

b) idade: Entre 18 a 45 anos.

RECRUTAMENTO:

Concurso Público

A N E X O III

Serão reenquadrados neste plano de carreira as seguintes professoras:

26 professoras nível 1
03 professoras nível 2
09 professoras nível 3
03 professoras nível 4

Isabel Bittencourt da Rosa	Nível 1
Cenira Cardoso Rodrigues	Nível 1
Martinha Pacheco de Souza	Nível 1
Tereza Maurícia Silveira Palagi	Nível 1
Nilva Isabel de Quadros Braga	Nível 1
Ledi Maria Vargas Sarmento	Nível 1
Rosane Dannemberg Martins	Nível 1
Maria Rejanedos Santos Porto	Nível 3
Hélia Maria da Silva	Nível 3
Clarisse de Souza Silveira	Nível 1
Angela Maria da Rosa	Nível 1
Venilda de Souza Coimbra	Nível 1
Lilian Rosângela DA Rosa	Nível 3
Cleide Susana Prisco Lopes	Nível 1
Eliane Terezinha Silva Schuler	Nível 1
Eliege Terezinha da Silva	Nível 1
Maria da Graça da Silva	Nível 4
Noêmia Santiago Rocha	Nível 1
Vera Lúcia Oliveira Azevedo	Nível 1
Eliane Liete Machado	Nível 2
Marcia Elisia Dória Souza	Nível 2
Rosane Maria Bizarro Rocha	Nível 4
Sônia Maria Bittencourt Calkmann	Nível 1
Sônia Terezinha Brito dos Santos	Nível 1
Jussara Rocha dos Santos	Nível 3
Rosane Terezinha Santos da Rosa	Nível 1
Sueli Oliveira Pacheco	Nível 1
Maria de Lurdes Da Silva	Nível 1

Ilda Silva da Silva	Nível 1
Luci Santiago Marques	Nível 1
Ilse Maria Scheibe	Nível 1
Eliete Maria Fergutz Prisco	Nível 3
Marines Ferreira da Rosa	Nível 3
Vera Conceição Oliveira	Nível 1
Claudete Bittencourt Espíndola	Nível 1
Maria Elisabete Silva da Rosa	Nível 3
Fátima Gravina dos Santos	Nível 3
Fátima das Graças Guedes	Nível 3
Nelci Fazenda Pereira	Nível 4
Sidene Maria de Souza	Nível 2
Mari Elisa Lengler Christmann	Nível 2
Ledi Silva da Rosa	Nível 2
Rosa Maria Souza da Silva	Nível 1

A N E X O IV

São declaradas excedentes e ficarão automaticamente extintos no momento em que vagarem os seguintes cargos de provimento efetivo:

03 professores primeiro grau incompleto
04 professores de primeiro grau
04 professores ensino primário
01 professor de 2º grau não magistério
19 professores magistério
01 professor 3º grau Curta
01 professor 3º grau plena

Neci Maria Silva de Moraes
Eva Alda dos Santos
Idércia Lopes da Silva
Francisca de Borba Saldanha
Iva Silva da Silva
Maria de Lourdes Pereira de Jesus
Maria Georgina S. de Oliveira
Nelsa Pereira Braga.
Irelde Lopes da Silva
Vanda Silveira Lopes
Maria da Glória dos Reis
Selíbia F. da S. Santos
Jane Terezinha M. dos Reis
Nelma Borges da Costa
Maria Efigênia Vargas
Ana Maria Costa de Medeiros
Marcia Elízia Dória Souza
Ana Nair da Rosa Garcia
Deodete Pereira Machado
Iara Maria Fazenda Machado
Lisete Silva de Oliveira
Neci de Souza

Sirlei Oliveira de Freitas
Ondina Rodrigues Cunha
Cecília Reis de Medeiros
Rejane Borba Pacheco
Sueli Oliveira Pacheco
Nídia Capelão Rocha
Marlene Alves de Freitas
Elsa Maria M. dos Santos
Vani Neves da Rosa
Lúcia Terezinha da Silva
Tânia Duarte de Borba

Lei nº 1.506, de 14 de setembro de 1994.

"CRIA CARGO EM COMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E RESPECTIVA FUNÇÃO GRATIFICADA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Ficam criados os seguintes cargos em comissão na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

(3) Coordenador - CC5 ou FG5

(1) Chefe do Setor de Secretaria CC4 ou FG4

(6) Supervisor CC4 ou FG4

(1) Regente do Coral CC3 ou FG3

(5) Instrutor do CMEC (Centro Municipal de Educação e Cultura) CC2 ou FG2

(2) Assessor Administrativo CC2 ou FG2

ART. 2º-O profissional cedido ou permutado do Estado fará jus, após portaria do Prefeito Municipal, a receber a função gratificada respectivamente ao cargo que ocupe.

ART. 3º-(VETADO)

ART. 4º-(VETADO)

ART. 5º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 14 de setembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

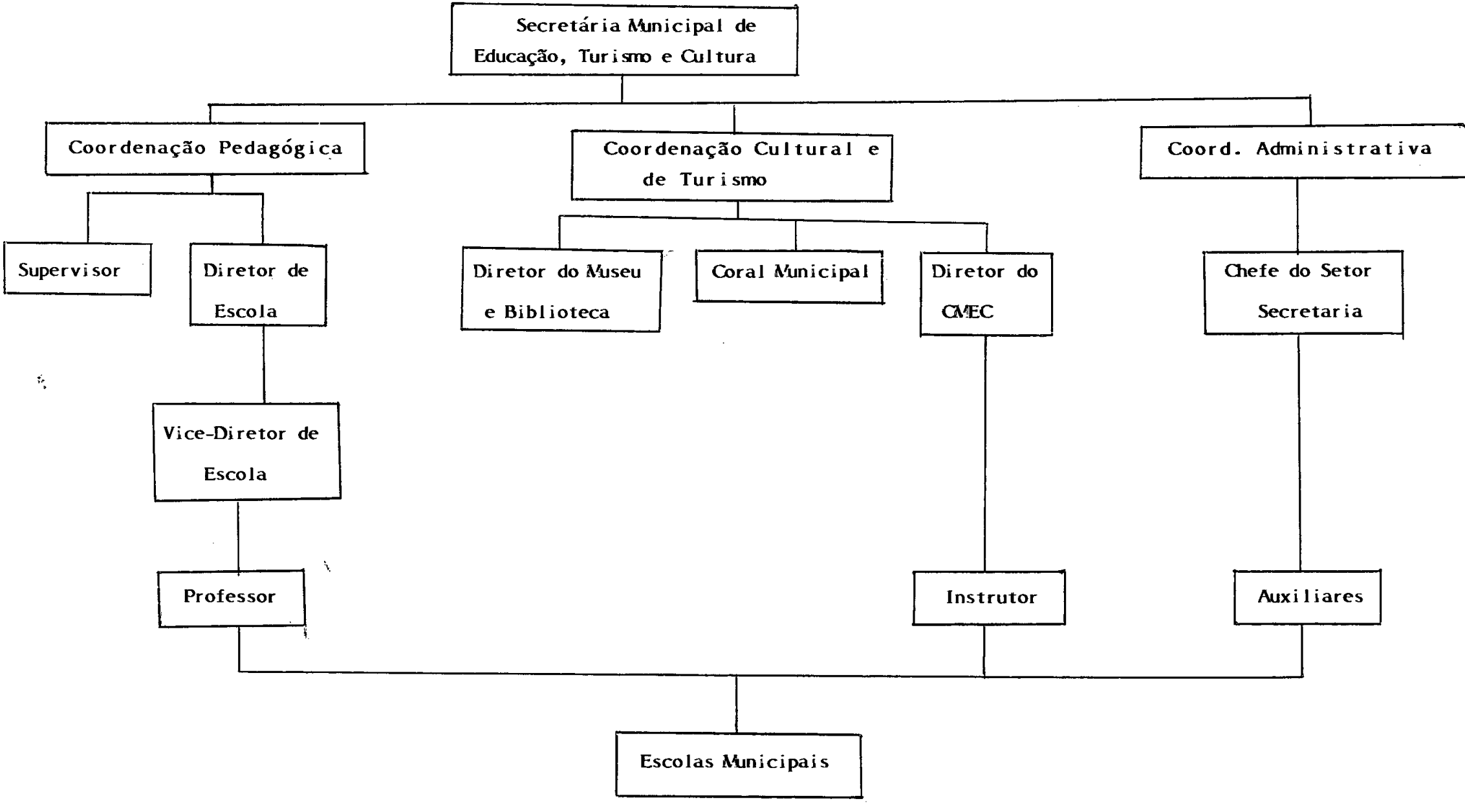
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

CARGO	FINALIDADE	CC ou FG
Coord. Administrativo, Pedagógico e Cultural	**Coordenador** - presta diretamente assessoria à Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com o objetivo de coordenar os três setores distintos da SMEC. **Coord. Asministrativo** - coordenar atividades ' desenvolvidas no setor de Secretaria onde são' realizados todos os trabalhos burocráticos-administrativos, como: históricos, atas finais , boletins estatísticos, pareceres, processos , arquivo ativo, arquivo passivo, controle e distribuição da merenda, controle do patrimônio , correspondência, designação e documentação dos professores e funcionários. **Coord. Pedagógico**- coordenar as atividades do setor de supervisão diretamente relacionadas ' ao processo didático-pedagógico das escolas. **Coord. Cultural e de Turismo** - Coordenar as atividades do Centro Municipal de Educação e Cultura, como também promover culturalmente o município em toda esfera federativa, sempre integrando a escola com a comunidade. Desenvolver projetos culturais diretamente com alunos e comunidade com o objetivo de valori - zar e apresentar as manifestações culturais , trabalhando paralelamente com a projeção turística do nosso município.	5
Chefe do Setor Secretaria Supervisor	Responsabilizar-se pela elaboração e execução' dos trabalhos desenvolvidos no setor secretaria seguindo as determinações do coordenador ' administrativo. Responsabilizar-se pela supervisão e orientação pedagógica em todas as escolas do Municí - pio. Organizar projetos pedagógicos e comunitá	4

CARGO	FINALIDADE	CC ou FG
	rios para assim devolver atividades estra-classe nas escolas, envolvendo sempre a comunidade	4
REGENTE	Responsabilizar-se e desenvolver as atividades do Coral Municipal. Divulgar a arte musical, aprimorando a sensibilidade artística, levando a todos a importância do Canto Coral em nossa sociedade. Coordenar as atividades musicais no CMEC, onde será lotado.	3
Instrutor do CMEC	Desenvolver com alunos os projetos culturais, trabalhando diretamente nas oficinas existentes e nas que surgirem.	2
Assessor Administrativo	Prestar assessoramento aos setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, executando trabalhos administrativos e datilográficos com a aplicação da legislação pertinente aos servidores municipais.	

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO



Sanção 12/08/94
Lei 1506

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto 193/94

"Cria cargo em comissão no Serviço Público Municipal e respectiva função gratificada".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos em comissão na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

(3) Coordenador - CC5 ou FG5

(1) Chefe do Setor de Secretaria CC4 ou FG4

(6) Supervisor CC4 ou FG4

(1) Regente do Coral CC3 ou FG3

(5) Instrutor do CMEC (Centro Municipal de Educação e Cultura) CC2 ou FG2

(2) Assessor Administrativo CC2 ou FG2

Art. 2º - O profissional cedido ou permutado do Estado fará jus, após portaria do Prefeito Municipal, a receber a função gratificada, respectivamente ao cargo que ocupe.

Art. 3º - Nos casos de Diretores e Vice serem servidores concursados e nomeados, sua remuneração terá como base o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 4º - Ficam revogados os cargos em comissão e respectivas funções gratificadas de Dirigente de Biblioteca e Museu, Dirigente de Patrimônio, Dirigente de Orientação e Pesquisa conforme Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

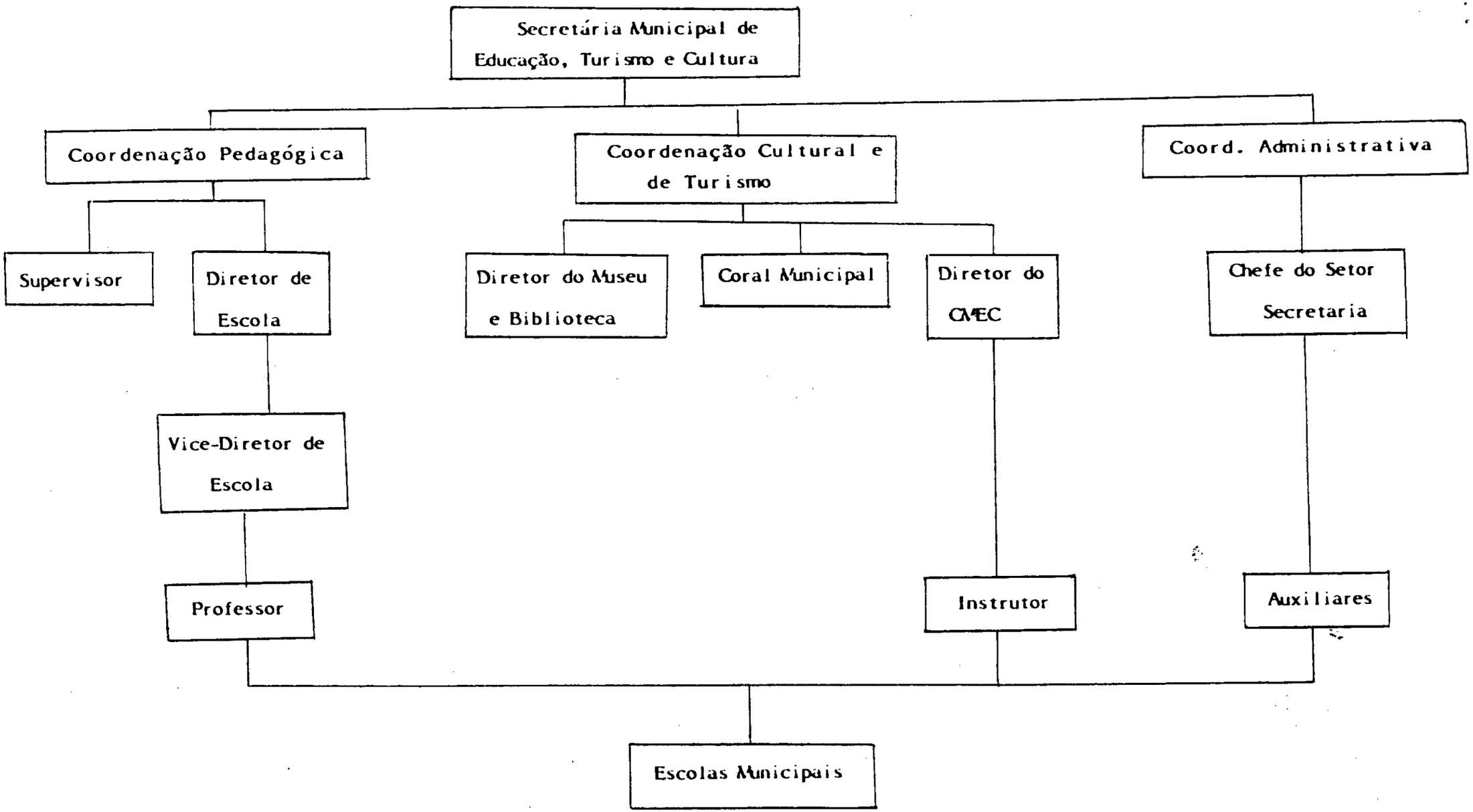
Registre-se e publique-se:

José Renato Reis de Jesus
Secretário da Administração

CARGO	FINALIDADE	CC ou FG
Coord. Administrativo, Pedagógico e Cultural	**Coordenador** - presta diretamente assessoria à Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com o objetivo de coordenar os três setores distintos da SMEC. **Coord. Asministrativo** - coordenar atividades ' desenvolvidas no setor de Secretaria onde são' realizados todos os trabalhos burocráticos-administrativos, como: históricos, atas finais , boletins estatísticos, pareceres, processos , arquivo ativo, arquivo passivo, controle e distribuição da merenda, controle do patrimônio , correspondência, designação e documentação dos professores e funcionários. **Coord. Pedagógico**- coordenar as atividades do setor de supervisão diretamente relacionadas ' ao processo didático-pedagógico das escolas. **Coord. Cultural e de Turismo** - Coordenar as atividades do Centro Municipal de Educação e Cultura, como também promover culturalmente o município em toda esfera federativa, sempre integrando a escola com a comunidade. Desenvolver projetos culturais diretamente com alunos e comunidade com o objetivo de valori - zar e apresentar as manifestações culturais , trabalhando paralelamente com a projeção turística do nosso município.	5
Chefe do Setor Secretaria	Responsabilizar-se pela elaboração e execução' dos trabalhos desenvolvidos no setor secretaria seguindo as determinações do coordenador ' administrativo.	4
Supervisor	Responsabilizar-se pela supervisão e orientação pedagógica em todas as escolas do Municí - pio. Organizar projetos pedagógicos e comunitá	

CARGO	FINALIDADE	CC ou FG
	rios para assim devolver atividades extra-classe nas escolas, envolvendo sempre a comunidade.	4
Regente	Responsabilizar-se e desenvolver as atividades do Coral Municipal. Divulgar a arte musical, aprimorando a sensibilidade artística , levando a todos a importância do Canto Coral em nossa sociedade. Coordenador as atividades musicais no CMEC, onde será lotado.	3
Instrutor do CMEC	Desenvolver com alunos os projetos culturais, trabalhando diretamente nas oficinas existentes e nas que surgirem.	2
Assessor Administrativo	Prestar assessoramento aos setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, executando trabalhos administrativos e datilográficos com a aplicação da legislação pertinente aos serviços municipais.	

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 24/08/94
PRESIDENTE

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão da seguinte emenda ao projeto de lei nº 1.937/94:

Emenda nº 1:

Dê-se nova redação ao art. 1º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos em comissões na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

(3) Coordenador - CC5 ou FG5

(1) Chefe do Setor de Secretaria CC4 ou FG4

(6) Supervisor CC4 ou FG4

(1) Regente do Coral CC3 ou FG3

(5) Instrutor do CMEC (centro Municipal de Educação e Cultura) CC2 ou FG2

(2) Assessor Administrativo CC2 ou FG2".

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1994.

Ver. Clédio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

À Comissão Técnica
Em 27 / 10 / 93
Presidente

Projeto de lei nº 1.892/93

APROVADO
Em 17/08/94
PRESIDENTE

"Cria a Feira Municipal do Material Escolar-FEMAE".

Art. 1º - Fica criada a Feira do Material Escolar e Didático do Município de Taquari.

Art. 2º - Poderão participar da Feira as Escolas públicas e Particulares, fundações, sindicatos, entidades assistenciais, bem como pessoas físicas e jurídicas.

Art. 3º - No referido evento poderão haver transações de compra, venda e permuta de material escolar e didático.

Art. 4º - A coordenação da Feira será de responsabilidade da Secretaria de Educação que poderá, a seu critério contar com o apoio e a colaboração de outros órgãos interessados.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 1993.

Ver. Clédio Pereira.

Em 23 08 94
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Sanciono-se em 14 08 94
Lei nº 1.507
Prefeito Municipal

Lei nº 1.507, de 14 de setembro de 1994.

"Cria a Feira Municipal do Materil Escolar - FEMAE."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica criada a Feira do Material Escolar e Didático do Município de Taquari.

ART. 2º-Poderão participar da feira as Escolas Públicas e Particulares, fundações, sindicatos, entidades assistenciais, bem como pessoas físicas e jurídicas.

ART. 3º-No referido evento poderão haver transações de compra , venda e permuta de material escolar didático.

ART. 4º-A coordenação da Feira será de responsabilidade da Secretaria de Educação que poderá, a seu critério contar com o apoio e a colaboração de outros órgãos interessados.

ART. 5º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 14 de setembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Emendas de nº 01 a 21

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.943/94

A Comissão Técnica
Em 06/07/94
Presidente

"Dispõe sobre a Lei de Diretrizes orçamentárias, para o exercício de 1995."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART 1º-A elaboração da proposta orçamentária do Município de Taquari para o exercício de 1995, obedecerá as disposições legais vigentes e as diretrizes estabelecidas por esta Lei, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

ART. 2º-O Projeto de Lei Orçamentária deverá obedecer, ainda, os princípios de universalidade, da unidade, periodicidade, exatidão, clareza e da publicidade, bem como, identificar o programa de trabalho a ser desenvolvido em cada unidade orçamentária da Administração Municipal.

Parágrafo Único-O programa de trabalho deverá ser identificado em cada unidade orçamentária, a nível de funções e Programas, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 9/74-SEPLAN e a natureza da despesa a ser realizada, para sua execução, no mínimo, até o nível de elemento.

ART. 3º-A estimativa da receita própria do Município será feita, pela utilização de métodos e técnicas apropriadas, as quais deverão no momento do encaminhamento da proposta orçamentária anual, ser explicadas nos respectivos quadros administrativos.

ART. 4º-As receitas provenientes de transferências constitucionais da União e do estado, a favor do Município, serão incluídas na proposta orçamentária, com base nas informações recebidas dos órgãos competentes, aplicando-se os ajustes necessários.

Sanciono-se em 29/09/94
Lei nº 1.508
Prefeito Municipal

RECEBIDO EM 08/09/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

ART. 5º-O orçamento deverá consignar como receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive provenientes de transferência que lhe venham a ser feitas por outras de personalidade jurídica de direito privado, quer sejam relativas a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extra-orçamentária, cujo produto não tenham como destinação ao atendimento de despesas públicas Municipais.

ART. 6º-Quando se fizerem necessárias as operações de crédito por antecipação da receita a Lei Orçamentária ou a Lei Ordinária que as autorizar, deverá estabelecer os limites e os critérios a serem observados.

ART. 7º-A despesa orçamentária deverá ser classificada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4320/64, por unidades orçamentárias, observando, no mínimo, o disposto no parágrafo único, do art. 2º , desta Lei.

ART. 8º-O Município aplicará, no mínimo, 30% da receita resultante de impostos, conforme determina a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO-O Município destinará no mínimo 3% dos recursos previstos no "caput" deste artigo, no atendimento a pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental.

ART. 9ºO Poder Executivo, firmará convênios com outras esferas do governo para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de Educação, saúde, Assistência Social, Saneamento básico, Esporte e Habiração, constituindo-se com projetos específicos e liberados somente após o recebimento dos recursos.

ART. 10-As despesas com pessoal serão limitadas em 65%(sessenta e cinco por cento)das receitas, conforme o disposto no art. 38, das disposições Constitucionais transitórias.

ART. 11-O orçamento para o exercício financeiro de 1995, deverá considerar os objetivos, prioridades e metas constantes nos anexos que fazem parte integrante desta Lei.

ART. 12-Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

ANEXO I

Gabinete do Prefeito

07.01- Manutenção dos Serviços do Gabinete e órgãos de assessoramento.

Objetivos- Dar condições de funcionamento aos Serviços do Gabinete e órgãos de assessoramento, como Assessoria Jurídica, Comunicação, Junta Militar e Conselho Municipal de Desportos (CMD).

07.02- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

Objetivo- Equipar o gabinete com móveis e equipamentos, tornando mais eficientes as atividades realizadas e seus órgãos de assessoramento.

07.03- Manutenção do Setor de Esportes.

Objetivo- Dar suporte e incentivo ao esporte amador do município.

ANEXO II

Secretaria da Administração

07.01- Manutenção dos Serviços de expediente pessoal, protocolo, arquivo público e Depto. de materiais e licitações.

Objetivo- Desenvolver ações visando a adequação dos recursos humanos financeiros, técnicos e institucionais para melhorar as atividades do expediente interno, administração de bens, elaboração de Leis, Decretos, Portarias, Registro, publicação e expedição de atos do Prefeito Municipal e folha de pagamento.

07.02- Reestruturação Administrativa.

Objetivo- Implantar a reforma administrativa.Reestruturar todas as Secretarias, dotando-as de uma nova organização mais moderna e eficiente na prestação de serviços administrativos.

07.03- Implantação do Sistema Computadorizado.

objetivo- Ampliação e melhoramentos da unidade de processamento de dados para modernização dos serviços da Secretaria da Administração e da Secretaria da Fazenda, objetivando agilizar as informações, assegurando maior grau de confiança nos dados fornecidos e/ou solicitados.

07.04- Aquisição de Equipamentos e material permanente.

Objetivo- Equipar as unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, acompanhamento a evolução científica que os novos tempos exigem.

ANEXO III

Secretaria da Fazenda

08.01- Manutenção dos Serviços da Secretaria.

Objetivo- Executar a política economica e financeira do Município:
-desenvolver ações visando a captação, aplicação,orientação e controle dos recursos financeiros;
-controlar e executar o orçamento anual, programas financeiros, realizar o processamento contábil da receita e despesa, aplicar as leis fiscais e todas as atividades relativas a lançamento de tributos e arrecadação de rendas municipais;
-realizar a fiscalização de contribuintes, recebimento, guarda e movimentação de bens e valores.

08.02- Amortização da Dívida Fundada.

Objetivo- Pagamentos de precatórias judiciais, de acordo com o disposto nos art. 100 da Constituição Federal e 33 das Disposições Constitucionais Transitórias.
Amortização de financiamentos diversos.

08.03- Aquisição de Equipamentos e material permanente.

Objetivo- Equipar a unidade com máquinas e móveis, viabilizando a execução dos trabalhos propostos com maior exatidão possível e em condições que venham em favorecimento aos contribuintes e atendendo, também aos fornecedores.

ANEXO IV

Secretaria do Planejamento

09.01- Manutenção dos Serviços da Secretaria do Planejamento.

Objetivos- Desenvolver ações visando a coordenação, supervisão , planejamento e assistência aos programas dos órgãos da administração municipal.
Elaboração, execução e controle do Plano Plurianual da Lei Orçamentária anual e diretrizes fixadas nesta Lei.
Implantar unidade de projetos especiais e de organização e métodos.

09.02- Equipamentos e material permanente.

Objetivo- Equipar a Secretaria com móveis e equipamentos de Trabalho tornando possível o desenvolvimento de suas atividades com eficiência, nas ações relacionadas a formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados de planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

ANEXO V

Secretaria da Agricultura

14.01- Manutenção dos Serviços da Secretaria.

Objetivo- Desenvolver ações visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vista a executar as metas do Plano de Governo Municipal, nas áreas da Agricultura, Citricultura e Pecuária.

Emenda 12

14.02- Organização Rural.

Objetivo- Organização do produtor rural em grupos com objetivo de facilitar a orientação técnica e em conjunto encontrar soluções dos problemas de suas propriedades rurais. Manter em atividade o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

14.03- Recuperação do Solo.

Objetivo- Proporcionar orientação técnica e ações subsidiadas para facilitar aos agricultores a realização de análise do solo e correção com calcáreo.

14.04- Mecanização Agrícola.

Objetivo- Incentivar os pequenos e médios produtores no preparo do solo para aumentar a produção nas culturas de citrus, arroz, milho, melancia e mandioca, inclusive com implantação de lavouras demonstrativas.

14.05- Pecuária.

Objetivo- Incentivar a melhoria dos rebanhos e manter posto de inseminação artificial em bovinos e suínos.

Emenda 18

14.06- Equipamento para a Secretaria.

Objetivo- Equipar a secretaria de móveis, utensílios e máquinas e equipamentos agrícolas, visando organizar o setor de mecanização agrícola para dar cumprimento as metas do Plano de Governo Municipal para a área agro-pecuária.

Cresça com TAQUARI!!

Emenda 2

14.07- (VETADO)

gricultura: Incentivo a produção de alimentos, a-
través da doação ou sistema troca-troca de adubos
e sementes; Hortas comunitárias, com organização '
das hortas domésticas e escolares, através de ori-
entação técnica e fornecimento de insumos e semen-
tes; Incentivar a implantação de pequenas indús -
trias rurais (atafonas, vinho de laranja, queijo ,
usinas de leite, doces e conservas, etc...).

Citricultura: Prover cursos de citricultura e en-
xertia e implantar, em conjunto com a Secretaria
de Educação, pequenos pomares nas escolas munici-
pais, estaduais e particulares.

Pecuária: Promover cursos de apicultura para peque
nos produtores.

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI

Secretaria de Educação, Cultura e Turismo

42.01- Construção de novos prédios escolares.

Objetivo- Dar condições de melhorias do Ensino Básico.

Emenda 13 construção de duas escolas municipais, uma nas mesmidades do Salso Medeiros no Rincão são José e outra na Vila Pedacito

42.02- Recuperação de prédios escolares.

Objetivo- Recuperar os prédios da rede de Ensino Municipal que não oferecem as condições ideais para a prática do aprendizado.

42.03- Ampliação de prédios escolares.

Objetivo- Atender a demanda do alunado do Ensino Fundamental.

42.04- Conservação nas Escolas Municipais.

Objetivo- Manter em dia e em condições de uso o patrimônio público.

42.05- Aquisição de mobiliário e equipamento.

Objetivo- Suprir as necessidades das escolas e SMEC.

42.06- Aquisição de material básico, didático-pedagógico e limpeza.

Objetivo- Dotar as Escolas Municipais de materiais mínimos para o funcionamento.

42.07- Fornecimento de vale transporte.

Objetivo- Oportunizar o ensino de 1º, 2º e 3º Graus aos estudantes de Taquari.

42.08- Conservação e manutenção das kombis escolares.

Objetivo- Continuar viabilizando o Projeto de Nucleação escolar.

42.09- Construção de quadras comunitárias e Ginásio de Esportes.

Emenda 19 →

Objetivo- Oferecer oportunidades de desenvolvimento físico e social, bem como condições de lazer as comunidades e ao educando.

Emenda 3 → Implantação de quadra de esportes comunitária no Bairro Thadeo

42.10- Seguir os projetos: horta escolar e suplementação de merenda.

Objetivo- Proporcionar a melhoria de merenda escolar favorecendo assim a constituição de um balanceamento nutricional.

42.11- Aquisição de veículos para a SMEC.

Objetivo- Dotar a SMEC de meios de transporte para melhorar o deslocamento que o serviço exige, assim dinamizando o trabalho.

48.12- Recuperar o Teatro São João.

Objetivo- Devolver a comunidade um patrimônio histórico-cultural em condições de funcionamento, a finalidade a que se destina.

46.13 Ampliação do Pavilhão Arthur da Costa e Silva.

Objetivo- Dar melhores condições ao desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer da comunidade.

48.14- Reequipamento da Banda Municipal.

Objetivo- Dar condições de pleno funcionamento à Banda Municipal, que além de ajudar na formação do jovem, abrilhantará os eventos locais e regionais, divulgando o Município.

47.15- Tratamento odontológico e Clínica Geral.

Objetivo- Oferecer através da unidade móvel da Sec. Municipal da Saúde, atendimento que venha auxiliar as condições de saúde do alunado.

48.16- Incrementar os projetos Culturais.

Objetivo- Oportunizar o desenvolvimento dos projetos culturais para desenvolver na criança o crescimento artístico, intelectual e cultural.

Emenda 13 → criar o projeto "Música na Praça" através de apresentações artísticas no centro e nos bairros da cidade, e interior do Município, pelos valores da terra".

43.17- Restauração do Antigo Seminário Seráfico.

Objetivo- Conservar o patrimônio histórico e cultural dando-lhe melhores condições aos projetos lá desenvolvidos.

42.18- Execução de projetos da Supervisão Pedagógica.

Objetivo- Oportunizar um melhor assessoramento as Escolas na área pedagógica.

← Emenda nº 9 e 14

43.19- Viabilizar o 2º Grau noturno na comunidade de Morro do Pedro Rosa, em conjunto com o Estado, como também o 2º Grau noturno da Escola Municipal Emílio Schenck.

Emenda 5 → (Coqueiros, Colônia Sinte, Governo do)

Objetivo- Atender a demanda deste grau de instrução nas duas localidades.

Emenda 4.

42.20- Cursos de aperfeiçoamento.

Objetivo- Aperfeiçoar e atualizar os professores do Município.

- Apoio a APAE.

Objetivo- Dar aos excepcionais assistência educacional de acordo com as suas possibilidades e aptidões.

Emenda 15 objetivo →

→ 48.21- Apoio e incentivo a entidades culturais, recreativas e esportivas.

Objetivo- Divulgar as manifestações culturais dessas entidades.

Emenda 20 →

46.22- Dotação de verba orçamentária específica, para o núcleo didático-pedagógico institucional e CMD (Conselho Municipal de Desportos).

Objetivo- Viabilizar com maior autonomia suas atividades e projetos, conforme suas necessidades.

48.23- Ampliar o acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal e promover a Feira do Livro.

Emenda nº 4

"Viabilizar o 1º grau noturno na Felem, em conjunto com o governo do estado:

Objetivo: Atender a demanda deste grau de instrucó na localidade de Passo do Santa Cruz.

Objetivo- Oportunizar melhores condições de pesquisa e incentivo a leitura.

42.24- Participação da equipe da SMEC em cursos, Seminários e encontros .

Objetivo- Enriquecer os conhecimentos técnicos para melhor desenvolvimento do trabalho.

- Auxílio Financeiro a APAE.

Objetivo- Prestar auxílio financeiro a APAE, visando à continuidade da prestação de seus serviços de assistência aos excepcionais.

65.25- Desenvolvimento do Turismo em taquari.

Objetivo- Divulgar os atrativos turísticos, planejar e fortalecer o desenvolvimento do Turismo para o Município.Promover pesquisa e desenvolvimento das potencialidades locais no setor, divulgação e promoção do patrimônio Cultural e das belezas naturais do Município.
Implantação de empreendimentos turísticos.
Realização da Festa Nacional da laranja e eventos programados.

ANEXO VII

Secretaria de Obras e saneamento - Serviçor Urbanos.

07.01- Elaboração do Plano Diretor.

Objetivo- Disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano e ordenar o pelo desenvolvimento das funções sociais da Cidade nos termos do art. 182, da Constituição Federal.

07.02- Desapropiação de imóveis para execução de Plano Diretor e outros que se fizerem necessários dentro das propriedades Administrativas.

Objetivo- Dotar o Município de condições de executar as metas propostas no sentido de equacionar os problemas urbanos atuais e futuros.
Desapropriação de imóveis para implantação de equipamentos comunitários.

07.03- Conclusão do Centro Administrativo.

Objetivo- Instalar adequadamente todos os setores da Administração, dando-lhes condições de segurança e trabalho.

07.04- Aquisição de Equipamentos e Material permanente.

Objetivo- Equipar o setor com móveis e equipamentos de trabalho , tornando-o mais eficiente.

30.05- Instituição da Guarda Municipal.

Objetivo- Proteger o patrimônio público e dar maior segurança a municipalidade.

30.06- Instalação ou extensão de uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Objetivo- Manter serviço permanente de combate ao fogo e de proteção à pessoa e ao patrimônio particular e público.

60.07- Energia Elétrica. Ampliação, extensão e remodelação da rede de iluminação pública.

Objetivo- Iluminar ruas e praças, dotar residências de energia elétrica, tanto na zona urbana, quanto na zona rural do Município.

Emenda 16

57.08- Habitação. Fomento e participaçãp na construção de casas populares.

Objetivo- Diminuir o déficit residencial, colaborando na construção de casas populares em convênio com os órgãos competentes.

60.09- Serviços de Utilidade públicas. Equipamentos e material permanente. Aquisição de caminhões compactadores. Aquisição e instalação de usina para seleção e industrialização do lixo domiciliar.

Objetivo- Ampliar a coleta de lixo domiciliar na zona urbana. Eliminar depósitos de lixo domiciliar causadores de poluição ambiental e que se tornam focos transmissores de doenças.

60.10- Participação na Construção de rede de água e reservatórios.

Objetivo- Ampliar o abastecimento de água para atender as necessidades populacionais e das empresas.

Emenda 21 →

60.11- Construção de Cemintério Municipal.

Objetivo- Construção de um Cemintério Municipal, junto ao Cemintério dos Almeidas, na área já adquirida.

60.12- Paisagismo e Urbanização.

Objetivo- Construir novos centros de laser (Parques e jardins), recuperar e melhorar os já existentes, bem como, arborizar logradouros públicos, implantar o projeto de arborização do Camping Municipal.

60.13- Remodelação e ampliação do Cemintério Municipal.

Objetivo- Ocupar os espaços com maior racionalidade e ampliando seus limites nas áreas adjacentes livres.

60.14- Manutenção dos serviços Urbanos.

Objetivo- Adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais com vista a manutenção e funcionamento do órgão.

Emenda 6

76.15- Construção da rede de Esgostos.

Objetivo- Implantar redes de esgotos fluviais e cloacais. Planejamento, instalação, ampliação, operações e manutenção de sistema públicos de esgoto sanitários e despejos industriais. Implantar redes de esgoto nas Ruas Eduardo Porto e 1º de Maio.

91.16- Instituição de zonas de estabelecimento.

Objetivo- Disciplinar o tráfego de veículos na zona central da Cidade, no sentido de descongestionar o trânsito, estabelecendo na Rua Sete de Setembro, o estacionamento somente do lado esquerdo

Emenda 7

91.17- Conservação e melhoria das vias públicas.

Objetivo- Melhorar as condições de trafegabilidade na zona urbana nas vilas densamente povoadas, dotando-as de calçamento e pavimentação nas ruas e construções de pontes e bueiros, especialmente a ponte q. faz a ligação da Rua Sete de Setembro à Vila Planalto, com a consequente abertura de rua.

Departamento Municipal de Estradas de Rodagem - D.M.E.R.

88.01- Instalação ~~de bomba de abastecimento~~ e Posto de lavagem.

Emenda 8

Objetivo- Reduzir custos, ~~economizar tempo no abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município.~~

88.02- Reequipamento das oficinas (Mecânica e Marcenaria) e ampliação da mesma.

Objetivo- Equipar as oficinas de maneira a ter condições de realizarem as manutenções necessárias nas máquinas e veí -

culos do Município, bem como, na confecção e conservação dos bens móveis e imóveis da Prefeitura.

88.03- Equipamentos e material permanente.

Objetivo- Aquisição de uma moto-niveladora, um trator de esteira, duas retro-escavadeiras, três caminhões basculantes.

Recuperar e, dentro dos recursos do orçamento anual, renovar a frota de veículos e máquinas para melhor atender as exigências do setor.

88.04- Estradas vicinais.

Objetivo- Conservação, recuperação e melhorias das estradas vicinais do Município.

Abertura de novas estradas.

Construção e reformas de pontes e bueiros, especificamente nas localidades de Arroio das Pedras e Passo do Santa Cruz, na divisa com o município de Triunfo.

merda 11

Serviços Hidroviários.

90.01- Desativação dos serviços hidroviários.

Objetivo- Abrir licitações para venda das embarcações existentes.

Sub-Prefeituras.

88.03- Manutenção das Sub-prefeituras.

Objetivo- Criação de novos distritos com construção de redes dotadas de toda infra-estrutura.

ANEXO VIII

Secretaria de Indústria e Comércio

62.01- Programa de desenvolvimento Industrial de Taquari.

Objetivo- Desenvolver ações no sentido de planejar e promover a expansão do Parque Industrial de Taquari, com base na Lei ~~1.399/92.~~ 1493/94.

Emenda 9

Promover fomento da produção industrial e e agro-indústria, inclusive através da concessão de estímulos e patrocínio de exposições.

Emenda 17 → Destinar partes do orçamento para compor o Fundo Rotativo de Apoio a Micro e Pequena Empresa

63.02- Incentivos ao Comércio.

Objetivo- Planejar e promover, juntamente com ACIT, CDL e PRÓ TAQ, a expansão do comércio em Taquari.

ANEXO IX

Secretaria da Saúde e Meio Ambiente

75.01- Manutenção dos Serviços da Saúde e Meio Ambiente.

Objetivo- Aprimorar o processo de mudança na área da saúde e meio ambiente, onde o essencial será ofertar melhores serviços, visando a saúde integral da pessoa e da comunidade de Taquari, através do saneamento e da comunidade taquariense, através do saneamento básico, habitação, nutrição, medicina preventiva e atendimento médico e hospitalar.

75.02- Aquisição de Serviços, materiais e equipamentos.

Objetivo- Dotar a Secretaria de equipamentos e materiais necessários para o seu pleno funcionamento, bem como o pagamento dos servidores prestados ao órgão.

75.03- Aquisição de 01 ambulância.

Objetivo- Transportar enfêrmos do nosso Município que necessitam de atendimento urgente e locomoção para localidades com maiores recursos humanos e materiais.

75.04- Aquisição de uma Unidade Móvel médico/dentária.

Objetivo- Atender todos os postos de saúde de vilas, bairros e interior com equipamentos adequados.

75.05- Manutenção do Plantão Médico 24 horas.

Objetivo- Atender todos os casos que exigem emergência.

75.06- Aquisição de medicamentos.

Objetivo- Atender a população extremamente carente.

75.07- Aquisição de caixas pronto socorro.

Objetivo- Equipar todas as escolas Municipais com produtos que são necessárias para primeiros socorros.

75.08- Aquisição de Material de construção.
Objetivo- Construir casas populares.
Construir postos de saúde de vilas, bairros e interior.
Construção de creches.

76.09- Aquisição de canos, paralelepípedo, asfalto e fossas.
Objetivo- Saneamento básico e infra-estrutura para as vilas onde serão construídas as vilas populares e também para a canalização de esgoto em diversos locais da Cidade.

75.10- Aquisição de Material elétrico e postes.
Objetivo- Implantação da rede elétrica em vilas a serem criadas através de casas populares.

75.11- Implantação do serviço de atendimento dentário em todo o Município.
Objetivo- Atender a comunidade carente e em eparceria com a comunidade e sindicato dos agricultores.

Cmcd. 10 - Disciplinar o depósito de lixo municipal.

Objetivo - Proporcionar a coleta seletiva e, se possível, a reciclagem do lixo, devido ao dano ocasionado pelo mesmo ao meio ambiente e aos moradores da região

ANEXO X

Encargos Gerais do Município.

82.01- Assistência e Previdência.
Objetivo- Previdência Social ao Servidor Público.
Cobrir despesas com encargos sociais, programa de formação do Patrimônios do Servidor Público.

82.02- Previdência Social a inativos e pensionistas.
Objetivo- Atender os encargos com inativos e pensionistas.

ANEXO XI

Câmara Municipal de Vereadores

01- Legislativa
01- Processo Legislativo
001- Ação Legislativa
02- Fiscalização Financeira e Orçamentária
002- Controle Externo
2.001- Manutenção das Atividades Legislativas
Objetivo- Manter o pleno e regular funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, para o desempenho das funções legislativas, de controle e fiscalização do Executivo(CF art. 29, IX), de assessoramento ao Executivo local e de administração de seus serviços.

1.001- Recuperação e reequipamento da Câmara Municipal de Vereadores.
Objetivo- Melhorar as condições do prédio da Câmara de vereadores, através da ampliação de suas instalações, bem como dotar a Secretaria e demais setores de móveis e equipamentos para o desempenho dos seus serviços, acompanhando a evolução científica que os novos tempos exigem.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1.943/94, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1995":

APROVADO 06/09/94 PRESIDENTE

Emenda nº 1: OK

Substitua-se no art. 11 a expressão "exercício" financeiro de 1994" por "exercício financeiro de 1995".

Emenda nº 2: OK

Acrescente-se no Anexo V - Secretaria da Agricultura, o seguinte ítem:

APROVADO 06/09/94 PRESIDENTE

"14.07 - Eletrificação Rural

Objetivo: Incentivar, através de subsídios, a eletrificação rural nas diversas localidades do Município, especialmente na Localidade de Costa do Santa Cruz, que dá acesso ao Porto Grande".

Emenda nº 3: OK

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, o seguinte:

APROVADO 06/09/94 PRESIDENTE

"42.09 - .....

Objetivo - .....

Implantação de quadra de esportes comunitária no Bairro Prado".

Emenda nº 4: OK

APROVADO 06/09/94 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, onde convier, o que segue:

"- Viabilizar o 1º Grau noturno na FEBEM, em conjunto com o Governo do estado:

Objetivo - Atender a demanda deste grau de instrução na localidade de Passo do Santa Cruz".

Emenda nº 5: OK

APROVADO 06/09/94 PRESIDENTE

Dê-se nova redação ao ítem 43.19 do Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, que passa a ter o seguinte teor:

"43.19 - Viabilizar o 2º Grau noturno na comunidade de Morro do Pedro Rosa, Coqueiros e Colônia Vinte, em conjunto com o Governo do Estado, como também o 2º Grau noturno da Escola Municipal Emílio Schenk".

Objetivo - Atender a demanda deste grau de instrução naquelas localidades".

Emenda nº 6: OK

Acrescente-se no Anexo VII - Secretaria de Obras e Saneamento - Serviços Urbanos, o seguinte:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"76.15 - .....

Objetivo - .....

Implantar redes de esgoto nas Rua Eduardo Porto e 1º de Maio".

Emenda nº 7: OK

Acrescente-se no Anexo VII- Secretaria de Obras e Saneamento - Serviços Urbanos, no final dos ítens mencionados o que segue:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"91.16 - .....

Objetivo - ....., estabelecendo na Rua Sete de Setembro, o estacionamento somente do lado esquerdo.

91.17 - .....

Objetivo - ....., especialmente a ponte que faz a ligação da Rua Sete de Setembro à Vila Planalto, com a conseqüente abertura da rua".

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

Emenda nº 8: OK

Altere-se a redação do Anexo VII - Secretaria de Obras e Saneamento - Departamento Municipal de Estradas e Rodagem - D.M.E.R., no seu ítem 88.01, que passa a ter este teor:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"88.01 - Instalação de Posto de Lavagem

Objetivo - Reduzir custos".

Emenda nº 9: OK

Substitua-se no Anexo VIII - Secretaria de Indústria e Comércio, ítem 62.01, a expressão "Lei nº 1.399/92" por "Lei 1.493/94".

Emenda nº 10:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo IX - Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, onde convier:

- Disciplinar o depósito de lixo municipal

Objetivo: Proporcionar a coleta seletiva e, se possível, a reciclagem do lixo, devido ao abalo ocasionado pelo mesmo ao meio ambiente e aos moradores da região".

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

X Emenda nº 11: OK

Acrescente-se no Anexo VII - Secretaria de Obras e Saneamento - Departamento Municipal de Estradas de Rodagem - D.M.E.R., no final do ítem 88.04, o que segue:

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

"88.04 - .....

Objetivo - .....

.....

Construção e reforma de pontes e bueiros, especificamente nas localidade de Arroio das Pedras e Passo do Santa Cruz, na divisa com o município de Triunfo".

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1994.

Ver. Manoel Lopes

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo do o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1.943/94:

Emenda nº 12: OK

Dê-se nova redação ao ítem 14.01 do Anexo V-Secretaria da Agricultura, que passa a ter o seguinte teor:

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

"14.01 - Manutenção dos Serviços da Secretaria

Objetivo - Desenvolver ações visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vista a executar as metas do Plano de Governo Municipal, nas áreas da Agricultura, Citricultura e Pecuária:

-Agricultura: Incentivo a produção de alimentos, através da doação ou sistema troca-troca de adubos e sementes; Hortas comunitárias, com organização das hortas domésticas e escolares, através de orientação técnica e fornecimento de insumos e sementes; Incentivar a implantação de pequenas indústrias rurais (atafonas, vinho de laranja, queijo, usinas de leite, doces e conservas, etc...).

-Citricultura: Prover cursos de citricultura e enxertia e implantar, em conjunto com a Secretaria de Educação, pequenos pomares nas escolas municipais, estaduais e particulares.

-Pecuária: Promover cursos de apicultura para pequenos produtores.

Emenda nº 13: OK

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação Cultura e Turismo, no final do ítens 42.01 e 48.16 o que segue:

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

"42.01 OK - .....

Objetivo - .....

Construção de duas escolas municipais, uma nas proximidades do Salão Medeiros, no Rincão São José, e outra na Vila Planalto".

"48.16 OK - .....

Objetivo - .....

- Criar o projeto "Música na Praça", através de a-

presentações artísticas no centro e nos bairros da cidade, e interior do Município, pelos valores da terra".

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

Emenda nº 14: OK

Dê-se a seguintes redação ao ítem 42.18 do Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo:

"42.18 - Execução de projetos da Supervisão Pedagógica

Objetivo - Oportunizar um melhor assessoramento às Escolas na área pedagógica, subsidiar a formação pedagógica à nível de 2º Grau dos professores municipais e destinar recursos para a formação de professores, à nível de licenciatura, para a área que existir carência de profissionais".

Emenda nº 15: OK

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, onde convier:

"- Implantar o projeto "Nenhum Adulto Analfabeto" através de convênio com empresas do Município, para alfabetização de adultos".

Objetivo - Erradicar o analfabetismo no Município".

Emenda nº 16: OK

Acrescente-se ao Anexo VII - Secretaria de Obras e Saneamento - Serviços Urbanos, no final do ítem 57.08, o seguinte:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"57.08 - .....

Objetivo - .....

Proporcionar a população de baixa renda, recursos financeiros mediante fundo especial para reforma de habitações".

Emenda nº 17: OK

Acrescente-se ao Anexo VIII - Secretaria de Indústria e Comércio, no final do ítem 62.01, o que segue:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"62.01 - .....

Objetivo - .....

.....

Destinar partes do orçamento para compor o Fundo Rotativo de Apoio a Micro e Pequena Empresa".

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1994.

Ver. Paulo Mulinari

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1.943/94:

Emenda nº 18: OK

Acrescente-se no Anexo V-Secretaria da Agricultura, no final do ítem 14.05, o que segue:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"14.05 - .....

Objetivo - .....

Incentivar a criação de aves, através de melhorias em áreas destinadas à construção de aviários".

Emenda nº 19: OK

OK

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, o que segue:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"42.09 - .....

Objetivo - .....

.....

Implantação de quadras de esportes comunitárias nas localidades de Morro do Pedro Rosa, Tabaí, Júlio de Castilhos e Aterrados".

Emenda nº 20: OK

OK

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, o que segue:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"48.21 - .....

Objetivo - .....

Auxiliar, no que for possível, financeiramente as entidades culturais, esportivas e recreativas das localidades de Morro do Pedro e Tabaí".

Emenda nº 21: OK

OK

Acrescente-se no Anexo VII - Secretaria de Obras e Saneamento - Serviços Urbanos, no ítem 60.10, o que segue:

APROVADO Em 06/09/94 PRESIDENTE

"60.10 - .....

Objetivo - Ampliar o abastecimento de água para atender as necessidades populacionais e das empreas, inclusive as comunidades do interior, especialmente o Trevo-Tabaí".

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1994.

Ver. Arsênio Cardoso

Lei nº 1.508, de 29 de setembro de 1994.

"DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 1995."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquqri, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-A elaboração da proposta orçamentária do Município de Taquari para o exercício de 1995, obedecerá as disposições legais vigentes e as diretrizes estabelecidas por esta Lei, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

ART. 2º-O Projeto de Lei Orçamentária deverá obedecer, ainda, os princípios de universalidade, da unidade, periodicidade, exatidão, clareza e da publicidade, bem como, identificar o programa de trabalho a ser desenvolvido em cada unidade orçamentária da Administração Municipal.

Parágrafo Único-O programa de trabalho deverá ser identificado em cada unidade orçamentária, a nível de funções e Programas,em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 9/74-SEPLAN e a natureza da despesa a ser realizada, para sua execução, no mínimo , até o nível de elementos.

ART. 3º-A estimativa da receita própria do Município será feita, pela utilização de métodos e técnicas apropriadas, as quais deverão no momento do encaminhamento da proposta orçamentária anual, ser explicadas nos respectivos quadros administrativos.

ART. 4º-As receitas provenientes de transferências constitucionais da União e do estado, a favor do Município, serão incluídas na proposta orçamentária, com base nas informações recebidas dos órgãos competentes, aplicando-se os ajustes necessários.

ART. 5º-O orçamento deverá consignar com receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive provenientes de transferência que lhe venham a ser feitas por outras de personalidade jurídica de direito privado, quer sejam re

lativas a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extra-orçamentária, cujo produto não tenham como destinação ao atendimento de despesas públicas Municipais.

ART. 6º-Quando se fizerem necessárias as operações de crédito por antecipação da receita a Lei Orçamentária ou a Lei Ordinária , que as autorizar, deverá estabelecer os limites e os critérios a serem observados.

ART. 7º-A despesa orçamentária deverá ser classificada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, por unidades orçamentárias, observando, no mínimo, o disposto no parágrafo único, do art. 2º, desta Lei.

ART. 8º-O Município aplicará, no mínimo, 30% da receita resultante de impostos, conforme determina a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único-O Município destinará no mínimo 3% dos recursos previstos no "caput" deste artigo, no atendimento a pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental.

ART. 9º-O Poder Executivo, firmará convênios com outras esferas do governo para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de Educação, Saúde,Assistência Social, Saneamento Básico,Esporte e Habitação, constituindo-se com projetos específicos e liberados somente após o recebimento dos recursos.

ART. 10-As despesas com pessoal serão limitadas em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas, conforme o disposto no art. 38, das disposições Constitucionais transitórias.

ART. 11-O orçamento para o exercício financeiro de 1995, deverá considerar os objetivos, prioridades e metas constantes nos anexos que fazem parte integrante desta Lei.

ART. 12-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,29 de setembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

ANEXO I

GABINETE DO PREFEITO

07.01- Manutenção dos Serviços do Gabinete e órgãos de assessoramento.

Objetivos - Dar condições de funcionamento aos Serviços do gabinete e órgãos de assessoramento, comoo Assessoria Jurídica, Comunicação, Junta Militar e Conselho Municipal de Desportos (CMD).

07.02- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

Objetivos - Equipar o gabinete com móveis e equipamentos, tornando mais eficientes as atividades realizadas e seus órgãos de assessoramento.

07.03- Manutenção do Setor de Esportes.

Objetivo - Dar suporte e incentivo ao esporte amador do Município

ANEXO II

Secretaria da Administração

07.01- Manutenção dos Serviços de expediente pessoal, protocolo, arquivo público e Departamento de materiais e licitações.

Objetivo- Desenvolver ações visando a adequação dos recursos humanos financeiros, técnicos e institucionais para melhorar as atividades do expediente interno, administração de bens, elaboração de Leis, Decretos, Portarias, Registro , Publicação e expedição de atos do prefeito Municipal e folha de pagamento.

07.02- Reestruturação Administrativa.

Objetivo- Implantar a reforma administrativa. Reestruturar todas as Secretarias, dotando-as de uma nova organização mais moderna e eficiente na prestação de serviços administrativos.

07.03- Implantação do Sistema Computadorizado.

Objetivo- Ampliação e melhoramentos da unidade de processamento de dados para modernização dos serviços da Secretaria da Administração e da Secretaria daFazenda, objetivando agilizar as informações, assegurando maior grau de confiança nos dados fornecidos e/ou solicitados.

07.04- Aquisição de Equipamentos e material permanente.

Objetivo- Equipar as unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, acompanhamento a evolução científica que os novos tempos exigem.

ANEXO III

Secretaria da Fazenda

08.01- Manutenção dos Serviços da Secretaria

Objetivo- Executar a política economica e finaceira do Município:
-desenvolver ações visando a captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros;
-controlar e executar o orçamento anual, programas financeiros, realizar o processamento contábil da receita e despesa, aplicar as leis fiscais e todas as atividades relativas a lançamento de tributos e arrecadação de rendas municipais;
-realizar a fiscalização de contribuintes, recebimento , guarda e movimentação de bens e valores.

08.02- Amortização da Dívida Fundada.

Objetivo- Pagamentos de precatórias judiciais, de acordo com o disposto nos art. 100, da Constituição Federal e 33, das Disposições Constitucionais Transitórias.
Amortização de financiamentos diversos.

08.03- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

Objetivo- Equipar a unidade com máquinas e móveis, viabilizando a execução dos trabalhos propostos com maior exatidão possível e em condições que venham em favorecimento aos contribuintes e atendendo, também aos fornecedores.

ANEXO IV

Secretaria do Planejamento

09.01- Manutenção dos Serviços da Secretaria do Planejamento.

Objetivo- Desenvolver ações visando a coordenação, supervisão, planejamento e assistência aos programas dos órgãos da administração municipal.
Elaboração, execução e controle do Plano Plurianual da Lei Orçamentária anual e diretrizes fixadas nesta Lei.
Implantar unidade de projetos especiais e de organização e métodos.

09.02- Equipamentos e Material Permanente.

Objetivo- Equipar a Secretaria com móveis e equipamentos de Trabalho tornando possível o desenvolvimento de suas atividades com eficiência, nas ações relacionadas a formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados de planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

ANEXO V

Secretaria da Agricultura

14.01- Manutenção dos Serviços da Secretaria.

Objetivo- Desenvolver ações visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vista a executar as metas do Plano de Governo Municipal, nas áreas da Agricultura, Citricultura e Pecuária:

-Agricultura: Incentivo a produção de alimentos, através da doação ou sistema troca-troca de adubos e sementes; Hortas comunitárias, com organização das hortas domésticas e escolares, através de orientação técnica e fornecimento de insumos e sementes; Incentivar a implantação de pequenas indústrias rurais (atafonas, vinho de laranja, queijo, usinas de leite, doces e conservas, etc.)

-Citricultura: Prover cursos de citricultura e enxertia e implantar, em conjunto com a Secretaria de Educação, pequenos pomares nas escolas municipais, estaduais e particulares.

-Pecuária: Promover cursos de apicultura para pequenos produtores.

14.02- Organização Rural.

Objetivo- Organização do produtor rural em grupos com objetivo de facilitar a orientação técnica e em conjunto encontrar soluções dos problemas de suas propriedades rurais. Manter em atividade o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

14.03- Recuperação do Solo.

Objetivo- Proporcionar orientação técnica e ações subsidiadas para facilitar aos agricultores a realização de análise do solo e correção com calcáreo.

14.04- Mecanização Agrícola

Objetivo- Incentivar os pequenos e médios produtores no preparo do solo para aumentar a produção nas culturas de citrus, arroz, milho, melancia e mandioca, inclusive com implantação de lavouras demonstrativas.

14.05- Pecuária

Objetivo- Incentivar a melhoria dos rebanhos e manter posto de inseminação artificial em bovinos e suínos.
Incentivar a criação de aves, através de melhorias em áreas destinadas à construção de aviários.

14.06- Equipamento para a Secretaria

Objetivo- Equipar a Secretaria de móveis, utensílios e máquinas e equipamentos agrícolas, visando organizar o Setor de Mecanização Agrícola para dar cumprimento as metas do Plano de Governo Municipal para a área agro-pecuária.

14.07- Eletrificação Rural

Objetivo- Incentivar, através de subsídios, a eletrificação rural nas diversas localidades do Município, especialmente na localidade de Costa do Santa Cruz, que dá acesso ao Porto Grande.

ANEXO VI

Secretaria de Educação, Cultura e Turismo

42.01- Construção de novos prédios escolares.
Objetivo- Dar condições de melhorias do Ensino Básico.
Construção de duas escolas municipais, uma nas proximidades do Salão Medeiros, no Rincão São José e outra na Vila Planalto.

42.02- Recuperação de prédios escolares.
Objetivo- Recuperar os prédios da rede de Ensino Municipal que não oferecem as condições ideais para a prática do aprendizado

42.03- Ampliação de prédios escolares.
Objetivo- Atender a demanda do alunado do Ensino Fundamental.

42.04- Conservação nas Escolas Municipais.
Objetivo- Manter em dia e em condições de uso o patrimônio público.

42.05- Aquisição de mobiliário e equipamento.
Objetivo- Suprir as necessidades das escolas e SMEC.

42.06- Aquisição de material básico, didático-pedagógico e limpeza.
Objetivo- Dotar as Escolas Municipais de materiais mínimos para o funcionamento.

42.07- Fornecimento de vale transporte.
Objetivo- Oportunizar o ensino de 1º, 2º e 3º Graus aos estudantes de Taquari.

42.08- Conservação e manutenção das kombis escolares.
Objetivo- Continuar viabilizando o Projeto de Nucleação escolar.

42.09- Construção de quadras comunitárias e Ginásio de Esportes.
Objetivo- Oferecer oportunidades de desenvolvimento físico e social, bem como condições de lazer as comunidades e ao edu-

cando.
Implantação de quadra de esportes comunitária no Bairro Prado.
Implantação de quadras de esportes comunitárias nas localidades de Morro do pedro Rosa, Tabaí, Júlio de Castilhos e Aterrados.

42.10- Seguir os projetos: horta escolar e suplementação de merenda.

Objetivo- Proporcionar a melhoria de merenda escolar favoreoendo assim a constituição de um balanceamento nutricional.

42.11- Aquisição de veículos para a SMEC.

Objetivo- Dotar a SMEC de meios de transporte para melhorar o deslocamento que o serviço exige, assim dinamizando o trabalho.

48.12- Recuperar o Teatro São João.

Objetivo- Devolver a comunidade um patrimônio histórico - cultural em condições de funcionamento, a finalidade a que se destina.

46.13- Ampliação do Pavilhão Arthur da Costa e Silva.

Objetivo- Dar melhores condições ao desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer da comunidade.

48.14- Reequipamento da Banda Municipal.

Objetivo- Dar condições de pleno funcionamento à Banda Municipal , que além de ajudar na formação do jovem, abrilhantará os eventos locais e regionais, divulgando o Município.

47.15- Tratamento odontológico e Clínica Geral.

Objetivo- Oferecer através da unidade móvel da Sec. Municipal da Saúde, atendimento que venha auxiliar as condições de saúde do alunado.

48.16- Incrementar os projetos culturais.

Objetivo- Oportunizar o desenvolvimento dos projetos culturais para desenvolver na criança o crescimento artístico, intelectual e cultural.

Criar o projeto "Música na Praça", através de apresentações artísticas no centro e nos bairros da Cidade, e interior do Município, pelos valores da terra".

43.17- Restauração do Antigo Seminário Seráfico.

Objetivo- Conservar o patrimônio histórico e cultural dando-lhe melhores condições aos projetos lá desenvolvidos.

42.18- Execução de projetos da Supervisão Pedagógica.

Objetivo- Oportunizar um melhor assessoramento às Escolas na área pedagógica, subsidiar a formação pedagógica à nível de 2º Grau dos professores municipais e destinar recursos para a formação de professores, à nível de licenciatura, para a área que existir carência de profissionais.

43.19- Viabilizar o 2º Grau noturno na comunidadde de Morro do Pedro Rosa, Coqueiros e Colônia Vinte, em conjunto com o Governo do Estado, como também o 2º Grau noturno da Escola Municipal Emílio Schenk. Viabilizar o 1º Grau noturno na FEBEM, em conjunto com o Governo do estado.

Objetivo- Atender a demanda deste grau de instrução nas duas localidades. Atender a demanda deste grau de instrução na localidade de Passo do Santa Cruz.

42.20- Cursos de aperfeiçoamento.

Objetivo- Aperfeiçoar e atualizar os professores do Município.

Implantar o Projeto "Nenhum Adulto Analfabeto", através de convênio com empresas do Município, para alfabetização de adultos.

Objetivo- Erradicar o analfabetismo no Município.

Apoio a APAE.

Objetivo- Dar aos excepcionais assistência educacional de acordo com as suas possibilidades e aptidões.

48.21- Apoio e incentivo a entidades culturais, recreativas e esportivas.

Objetivo- Divulgar as manifestações culturais dessas entidades.
Auxiliar, no que for possível, financeiramente as entidades culturais, esportivas e recreativas das localidades de Morro do Pedro Rosa e Tabaí.

46.22- Dotação de verba orçamentária específica, para o número didático-pedagógico institucional e CMD (Conselho Municipal de Desportos).

Objetivo- Viabilizar com maior autonomia suas atividades e projetos, conforme suas necessidades.

48.23- Ampliar o acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal e promover a Feira do Livro.

Objetivo- Oportunizar melhores condições de pesquisa e incentivo a leitura.

42.24- Participação da equipe da SMEC em cursos, Seminários e Encontros.

Objetivo- Enriquecer os conhecimentos técnicos para melhor desenvolvimento do trabalho.
Auxílio Financeiro a APAE.

Objetivo- Prestar auxílio financeiro a APAE, visando à continuidade da prestação de seus serviços de assistência aos excepcionais.

65.25- Desenvolvimento do Turismo em Taquari.

Objetivo- Divulgar os atrativos turísticos, planejar e fortalecer o desenvolvimento do Turismo para o Município. Promoveer pesquisa e desenvolvimento das potencialidades locais do setor, divulgação e promoção do patrimônio Cultural e das belezas naturais do Município.
Implantação de empreendimentos turísticos.
Realização da Festa Nacional da Laranja e eventos programados.

ANEXO VII

Secretaria de Obras e Saneamento - Serviços Urbanos.

07.01- Elaboração do Plano Diretor.

Objetivo- Disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano e ordenar pelo desenvolvimento das funções sociais da Cidade nos termos do art. 182, da Constituição Federal.

07.02- Desapropriação de imóveis para execução de Plano Diretor e outros que se fizerem necessários dentro das propriedades administrativas.

Objetivo- Dotar o Município de condições de executar as metas propostas no sentido de equacionar os problemas urbanos atuais e futuros.
Desapropriação de imóveis para implantação de equipamentos comunitário.

07.03- Conclusão do Centro Administrativo.

Objetivo- Instalar adequadamente todos os setores da Administração , dando-lhes condições de segurança e trabalho.

07.04- Aquisição de Equipamentos e material permanente.

Objetivo- Equipar o setor com móveis e equipamentos de trabalho, tornando-os mais eficiente.

30.05- Intituição da Guarda Municipal.

Objetivo- Proteger o patrimônio público e dar maior segurança a municipalidade.

30.06- Instalação ou extensão de uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Objetivo- Manter serviço permanente de combate ao fogo e de proteção à pessoa e ao patrimônio particular e público.

60.07- Energia Elétrica. Ampliação, extensão e remodelação da rede de iluminação pública.

Objetivo- Iluminar ruas e praças, dotar residências de energia elétrica, tanto na zona urbana, quanto na zona rural do Muni-

cípio.

57.08- Habitação. Fomento e participação na construção de casas populares.

Objetivo- Diminuir o déficit residencial, colaborando na construção de casas populares em convênio com os órgãos competentes. Proporcionar a população de baixa renda, recursos financeiros mediante fundo especial para reforma de habitações.

60.09- Serviços de Utilidade Públicas. Equipamentos e materiais permanente. Aquisição de caminhões compactadores. Aquisição e instalação de usina para seleção e industrialização do lixo domiciliar.

Objetivo- Ampliar a coleta de lixo domiciliar na zona urbana. Eliminar depósitos de lixo domiciliar causadores de poluição ambiental e que se tornam focos transmossores de doenças.

60.10- Participação na Construção de rede de água e reservatórios

Objetivo- Ampliar o abastecimento de água para atender as necessidades populacionais e das empresas.
Ampliar o abastecimento de água para atender as necessidades populacionais e das empresas, inclusive as comunidades do interior, especialmente o Trevo-Tabaí.

60.11- Construção de Cemintério Municipal.

Objetivo- Construção de um Cemintério Municipal, junto ao Cemintério dos Almeidas, na área já adquirida.

60.12- Paisagismo e Urbanização.

Objetivo- Construir novos centros de lazer (Parques e jardins), recuperar e melhorar os já existentes, bem como, arborizar logradouros públicos, implantar o projeto de arborização do Camping Municipal.

60.13- Remodelação e ampliação do Cemintério Municipal.

Objetivo- Ocupar os espaços com maior racionalidade e ampliando seus limites nas áreas adjacentes livres.

60.14- Manutenção dos Serviços Urbanos.
Objetivo- Adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais com vista a manutenção e funcionamento do órgão.

76.15- Construção da rede de Esgotos.
Objetivo- Implantar redes de esgotos fluviais e cloacais. Planejamento, instalação, ampliação, operações e manutenção de sistema públicos de esgoto sanitários e despejos industriais. Implantar redes de esgoto nas Ruas Eduardo Porto e 1º de maio.

91.16- Instituição de zonas de estabelecimento.
Objetivo- Disciplinar o tráfego de veículos na zona central da Cidade no sentido de descongestionar o trânsito, estabelecendo na Rua Sete de Setembro, o estacionamento somente do lado esquerdo.

91.17- Conservação e melhoria das vias públicas.
Objetivo- Melhorar as condições de trafegabilidade na zona urbana nas vilas densamente povoadas, dotando-as de calçamento e pavimentação nas ruas e construções de pontes e bueiros, especialmente, a ponte que faz a ligação da Rua Sete de Setembro à Vila Planalto, com a conseqüente abertura de rua.

Departamento Municipal de Estradas de Rodagem - D.M.E.R.

88.01- Instalação de Posto de Lavagem .
Objetivo- Reduzir custos.

88.02- Reequipamento das oficinas (Mecânica e marcenaria) e ampliação da mesma.
Objetivo- Equipar as oficinas de maneira a ter condições de realizarem as manutenções necessárias nas máquinas e veículos do Município, bem como, na confecção e conservação dos bens móveis e imóveis da prefeitura.

88.03- Equipamentos e material permanente.
Objetivo- Aquisição de uma moto-niveladora, um trator de esteirs,duas retro-escavadeiras, três caminhões basculantes.
Recuperar e, dentro dos recursos do orçamento anual, reno - var a frota de veículos e máquinas para melhor atender as exigências do setor.

88.04- Estradas vicinais.
Objetivo- Conservação, recuperação e melhorias das estradas vicinais do Município.
Abertura de novas estradas.
Construção e reforma de pontes e bueiros, especificamente nas localidades de Arrroio das Pedras e Passo do Santa Cruz na divisa com o Município de Triunfo

Serviços Hidroviários
90.01- Desativação dos Serviços hidroviários.
Objetivo- Abrir licitações para venda das embarcações existentes.

Sub-Prefeitura
88.03- Manutenção das Sub-Prefeituras.
Objetivo- Criação de novos distritos com construção de redes dotadas de toda infra-estrutura.

ANEXO VIII

Secretaria de Indústria e Comércio.

62.01- Programa de desenvolvimento Industrial de Taquari.

Objetivo- Desenvolver ações no sentido de planejar e promover a ex - pansão do Parque Industrial de Taquari, com base na Lei nº 1.493/94.

Promover fomento da produção industrial e agro-indústria , inclusive através da concessão de estímulo e patrocínio de exposições.

Destinar partes do orçamento para compor o Fundo Rotativo de Apoio a Micro e Pequena Empresa.

63.02- Incentivos ao Comércio.

Objetivo- Planejar e promover, juntamente com ACIT, CDL e PROTAQ, a expansão do comércio em Taquari.

ANEXO IX

Secretaria da Saúde e Meio Ambiente

75.01- Manutenção dos Serviços da Saúde e Meio Ambiente.

Objetivo- Aprimorar o processo de mudança na área da saúde e meio ambiente, onde o essencial será ofertar melhores serviços, visando a saúde integral da pessoa e da comunidade de Taquari através do saneamento e da comunidade taquariense, através do saneamento básico, habitação, nutrição, medicina preventiva e atendimento médico e hospitalar.

75.02- Aquisição de serviços, materiais e equipamentos.

Objetivo- Dotar a Secretaria de equipamentos e materiais necessários para o seu pleno funcionamento, bem como o pagamento dos servidores prestados ao órgão.

75.03- Aquisição de 01 ambulância.

Objetivo- Transportar enfermos do nosso Município que necessitam de atendimento urgente e locomoção para localidades com maiores recursos humanos e materiais.

75.04- Aquisição de uma Unidade Móvel médico/dentária.

Objetivo- Atender todos os postos de saúde de vilas, bairros e interior com equipamentos adequados.

75.05- Manutenção do Plantão Médico 24 horas.

Objetivo- Atender todos os casos que exigem emergência.

75.06- Aquisição de medicamentos.

Objetivo- Atender a população extremamente carente.

75.07- Aquisição de caixas pronto socorro.

Objetivo- Equipar todas as escolas Municipais com produtos que são necessárias para primeiros socorros.

75.08- Aquisição de material de Construção.
Objetivo- Construir casas populares.
Construir postos de saúde de vilas, bairros e interior.
Construção de creches.

76.09- Aquisição de canos, paralelepípedo, asfalto e fossas.
Objetivo- Saneamento básico e infra-estrutura para as vilas onde serão construídas as vilas populares e também para a canalização de esgoto em diversos locais da Cidade.

75.10- Aquisição de material elétrico e postes.
Objetivo- Implantação da rede elétrica em vilas a serem criadas através de casas populares.

75.11- Implantação do serviço de atendimento dentária em todo o Município.
Objetivo- Atender a comunidade carente e em parceria com a comunidade e sindicato dos agricultores.

Disciplinar o depósito de lixo municipal.
Objetivo- Proporcionar a coleta seletiva e, se possível, a reciclagem do lixo, devido ao abalo ocasionado pelo mesmo ao meio ambiente aos moradores da região.

ANEXO X

Encargos Gerais do Município

82.01- Assistência e Previdência.

Objetivo- Previdência Social ao Servidor Público.
Cobrir despesas com encargos sociais, programa de formação do Patrimônio do Servidor Público.

82.02- Previdência Social e Inativos e Pensionistas.

Objetivo- Atender os encargos com inativos e pensionistas.

ANEXO XI

Câmara Municipal de Vereadores

01- Legislativa

01- Processo Legislativo

001- Ação Legislativa

02- Fiscalização Financeira e Orçamentária

002- Controle Externo

2.001- Manutenção das Atividades Legislativas

Objetivo- Manter o pleno e regular funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, para o desempenho das funções legislativas, de controle e fiscalização do Executivo (cf art. 29, IX), de assessoramento ao Executivo local e de administração de seus serviços.

1.001- Recuperação e reequipamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Objetivo- Melhorar as condições do prédio da Câmara de Vereadores, através da ampliação de suas instalações, bem como dotar a SEcretaria e demais setores de móveis e equipamentos para o desempenho dos seus serviços, acompanhando a evolução científica que os novos tempos exigem.

Lei nº 1.509, de 04 de outubro de 1994.

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES, SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica concedido um aumento de 8,05% (oito vírgula zero cinco por cento), nos vencimentos dos professores, servidores ativos, inativos e pensionistas.

ART. 2º-As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta das doações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação no valor correspondente, com a arrecadação a maior a se verificar no exercício.

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de outubro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 1.960/94

" CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES E SERVIDORES MUNICIPAIS INATIVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS' PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, RS.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido um aumento de 8,05 % nos vencimentos dos Professores, Servidores Inativos e Pensionistas.

ARTIGO 2º - Os Servidores Ativos passarão a perceber os valores do Capítulo IV, Artigo 23, da Lei que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores do Município e dá outras providências.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias.

ARTIGO 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Setembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, em 21 de Setembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se:

José Renato Reis de Jesus
Secretário da Administração

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Aguardar

PROJETO DE LEI Nº

" CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES E SERVIDORES MUNICIPAIS INATIVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS' PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, RS.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica concedido um aumento de 8,05 % nos vencimentos dos Professores, Servidores Inativos e Pensionistas.

ARTIGO 2º - Os Servidores Ativos passarão a perceber os valores do Capítulo IV, Artigo 23, da Lei que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores do Município e dá outras providências.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias.

ARTIGO 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Setembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, em 21 de Setembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se:

José Renato Reis de Jesus
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 28/09/94
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.962/94

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES, SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari. Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica concedido um aumento de 8,05% (oito vírgula zero cinco por cento), nos vencimentos dos professores, servidores ativos, inativos e pensionistas.

ART. 2º-As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta das doações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação no valor correspondente, com a arrecadação a maior a se verificar no exercício.

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Sanciono-se em 04/10/94
Lei 1509
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.510 de 31 de outubro de 1994.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fiscalizará através da Secretaria Municipal da Saúde, a industrialização e o comércio de produtos de origem animal, desde que se destinem ao comércio dentro dos limites territoriais do Município.

Parágrafo único - Não ficam sujeitos à fiscalização de que trata este artigo, os pequenos produtores que comercializem o leite "in natura" diretamente ao consumidor, até 50 (cinqüenta) litros diários.

Art. 2º - Para a instalação da indústria ou comércio de produtos de origem animal, deverá a empresa contar com os serviços de médico veterinário de seu próprio quadro funcional e sob sua total responsabilidade, a quem competirá a atestação das reais condições sanitárias dos produtos.

Art. 3º - A empresa deverá, ainda, submeter os produtos de sua indústria ou comércio a exame laboratorial capaz de avaliar as suas condições sanitárias, semanalmente, cujo custo deverá ser suportado pela empresa, sem qualquer ônus para o Município.

Art. 4º - As empresas já em funcionamento na data da vigência da presente Lei, é concedido o prazo de 30 (trinta) dias para adaptação as novas exigências.

Art. 5º - A expedição do alvará de localização às empresas que trata o artigo 1º, fica condicionada a comprovação de que conte com os serviços de médico veterinário próprio.

Art. 6º - O descumprimento das exigências da presente Lei, determinará a aplicação de multa no valor de 10 (dez) Unidades Padrão Municipal (UPM), que será majorada em 100% (cem por cento) para os casos de reicidência.

Art. 7º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da sua publicação, sem prejuízo de sua vigência imediata.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de que a Secretaria Estadual da Agricultura exerça a fiscalização sanitária dos estabelecimentos dedicados aos abate de animais e ao preparo ou industrialização de seus derivados, bem como de micro - usinas para industrialização e beneficiamento de leite.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de outubro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

LEI Nº 1.510 de 31 de outubro de 1994.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fiscalizará através da Secretaria Municipal da Saúde, a industrialização e o comércio de produtos de origem animal, desde que se destinem ao comércio dentro dos limites territoriais do Município.

Parágrafo único - Não ficam sujeitos à fiscalização de que trata este artigo, os pequenos produtores que comercializem o leite "in natura" diretamente ao consumidor, até 50 (cinqüenta) litros diários.

Art. 2º - Para a instalação da indústria ou comércio de produtos de origem animal, deverá a empresa contar com os serviços de médico veterinário de seu próprio quadro funcional e sob sua total responsabilidade, a quem competirá a atestação das reais condições sanitárias dos produtos.

Art. 3º - A empresa deverá, ainda, submeter os produtos de sua indústria ou comércio a exame laboratorial capaz de avaliar as suas condições sanitárias, semanalmente, cujo custo deverá ser suportado pela empresa, sem qualquer ônus para o Município.

Art. 4º - As empresas já em funcionamento na data da vigência da presente Lei, é concedido o prazo de 30 (trinta) dias para adaptação as novas exigências.

Art. 5º - A expedição do alvará de localização às empresas que trata o artigo 1º, fica condicionada a comprovação de que conte com os serviços de médico veterinário próprio.

Art. 6º - O descumprimento das exigências da presente Lei, determinará a aplicação de multa no valor de 10 (dez) Unidades Padrão Municipal (UPM), que será majorada em 100% (cem por cento) para os casos de reicidência.

Art. 7º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da sua publicação, sem prejuízo de sua vigência imediata.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de que a Secretaria Estadual da Agricultura exerça a fiscalização sanitária dos estabelecimentos dedicados aos abate de animais e ao preparo ou industrialização de seus derivados, bem como de micro - usinas para industrialização e beneficiamento de leite.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de outubro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

VETADO (REJEITADO)

RECEBIDO EM 08/09/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de Lei nº 195/94

"Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul".

Sanciona-se em 31/10/94
Lei 1.510

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fiscalizará, através da Secretaria Municipal da Saúde, a industrialização e o comércio de produtos de origem animal, desde que se destinem ao comércio dentro dos limites territoriais do Município.

Parágrafo único - Não ficam sujeitos à fiscalização de que trata este artigo, os pequenos produtores que comercializem o leite "in natura" diretamente ao consumidor, até 50 (cinqüenta) litros diários.

Art. 2º - Para a instalação da indústria ou comércio de produtos de origem animal, deverá a empresa contar com os serviços de médico veterinário de seu próprio quadro funcional e sob sua total responsabilidade, a quem competirá a atestação das reais condições sanitárias dos produtos.

Art. 3º - A empresa deverá, ainda, submeter os produtos de sua indústria ou comércio a exame laboratorial capaz de avaliar as suas condições sanitárias, semanalmente, cujo custo deverá ser suportado pela empresa, sem qualquer ônus para o Município.

Art. 4º - Às empresas já em funcionamento na data da vigência da presente Lei, é concedido o prazo de 30 (trinta) dias para adaptação as novas exigências.

Art. 5º - A expedição do alvará de localização às empresas de que trata o artigo 1º, fica condicionada a comprovação de que conte com os serviços de médico veterinário próprio.

Art. 6º - O descumprimento das exigências da presente Lei, determinará a aplicação de multa no valor de 10 (dez) Unidades Padrão Municipal (UPM), que será majorada em 100% (cem por cento) para os casos de reincidência.

Art. 7º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da sua publicação, sem prejuízo de sua vigência imediata.

...

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de que a Secretaria Estadual da Agricultura exerça a fiscalização sanitária dos estabelecimentos dedicados ao abate de animais e ao preparo ou industrialização de seus derivados, bem como de micro-usinas para industrialização e beneficiamento de leite.

Art. 9º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

José Renato Reis de Jesus
Secretário da Administração

Sanciona-se em 31/10/94

Prefeito Municipal

Lei nº 1.510/94

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Of. nº 100/94CV

Taquari-RS, 29 de setembro de 1994.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunicamos a V. Exa, que nesta data vetamos, totalmente, o Projeto de Lei nº 19052/94, por ilegal e inconstitucional.

Ilegal, porque a Lei Orgânica do Município dispõe no inciso V, do art. 55, que compete privativamente ao Prefeito "Dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei".

Cria, ao atribuir funções a Secretaria Municipal da Saúde, o Poder Legislativo está invadindo área de competência exclusiva do Executivo, e contrariando frontalmente o disposto na Lei Orgânica.

Além disto, o Projeto original foi totalmente modificado, uma vez que o mesmo, se aprovado, autorizaria o Poder Executivo a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, a fim de que este, através da Secretaria Estadual de Agricultura, fizesse a fiscalização sanitária nos estabelecimentos ali enumerados.

Na forma em que foi aprovado o substitutivo, temos que foi criado na Secretaria Municipal da Saúde o serviço de fiscalização e foi também aprovado a celebração de convênio com o Estado para executar o mesmo serviço (Art. 8º), ou seja, teríamos dois órgãos executando a mesma tarefa.

Se foi atribuída a Secretaria Municipal de Saúde a fiscalização, não há motivo para se firmar convênio com o Estado, porém, se estamos autorizados a firmar convênio com o Estado para que ele exerça a fiscalização, não há porque atribuir tal tarefa à Secretaria Municipal da Saúde.

De outra sorte, a concretização dos encargos pela Secretaria Municipal da Saúde, implicaria na contratação de elementos especializados, gasto com combustíveis, mate -

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

riais, etc..., o que implicaria no aumento da despesa, o que, sabemos, só pode vingar por iniciativa do Poder Executivo, sob pena de inconstitucionalidade.

Limitados ao exposto, colhemos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Ao Senhor
Ver. Manoel Lopes
DD. Vice-Presidente em exercício do cargo de
Presidente da Câmara de Vereadores
N/C

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Lei nº 1.511, de 04 de novembro de 1994.

"Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar e aponta recursos."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 431.000,00 (Quatrocentos e trinta e um mil reais) para atender as seguintes despesas:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0301-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$ 14.000,00
0301-3.1.2.0-Material de Consumo	R$ 10.000,00
0301-03070212.006-Manut. dos Serv. de Expediente Pessoal, Protocolo e Assessor.	R$ 24.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA

0401-3.1.2.0-Material de Consumo	R$ 2.000,00
0401-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 10.000,00
0401-04181112.008-Manut. dos serv. de Fomento Agro Pastoril	R$ 12.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

0501-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$ 18.000,00
0501-3.1.3.1-Rem. de Serv. Pessoais	R$ 2.000,00
0501-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 10.000,00
0501-03080212.009-Manut. e desenv. das Ativ. Secret.	R$ 30.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0601-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 20.000,00
0601-08422392.012-Transporte de estudantes	R$ 20.000,00
0601-3.2.3.1-Subvenções Sociais	R$ 25.000,00
0601-08472392.013-Apoio e Incentivo aos Alunos de 3º Grau	R$ 25.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

0601-3.1.2.0-Material de Consumo R$ 3.000,00
0601-3.1.3.2-Outros Serv. de Terc. e Encargos R$ 7.000,00
0601-08482472.030-Apoio e Incentivo a Promoções Culturais R$ 10.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

0701-SERVIÇOS URBANOS

0701-3.1.2.0-Material de Consumo R$ 30.000,00
0701-3.1.3.2-Outros Serv. Terc. e Encargos R$ 15.000,00
0701-10600212.017-Manut. Serv. Urbanos R$ 45.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações R$ 130.000,00
0701-10573161.017-Construção de Moradias Populares R$ 130.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações R$ 10.000,00
0701-10915751.020-Construção de Pontes e Bueiros R$ 10.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações R$ 15.000,00
0701-10915751.021-Asfaltamento e Calçamento de ruas R$ 15.000,00

0702-D M E R

0702-3.1.2.0-Material de Consumo R$ 40.000,00
0702-3.1.3.2-Outros serv. Terc. Encargos R$ 40.000,00
0702-16885352.018-Conserv. e manut. da rede Rodov. Municipal R$ 80.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

0801-3.1.1.1-Pessoal Civil R$ 5.000,00
0801-3.1.2.0-Material de Consumo R$ 5.000,00
0801-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos R$ 10.000,00
0801-13754282.027-Manut. dos Serv. de Saúde R$ 20.000,00
0802-3.1.1.1-Pessoal Civil R$ 10.000,00
0802-15814832.022-Manut. do Condica e Conselho Tutelar R$ 10.000,00

ART. 2º-Servirá de recurso para a cobertura do crédito de que trata o art. 1º, a redução das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 431.000,00 (Quatrocentos e trinta e um mil reais).

GABINETE DO PREFEITO

0203-C.M. Esportes

0203-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	5.000,00
0203-0346224.005-Manut. do Setor de Esportes	R$	5.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

0501-4.1.2.0-Equip. e material permanente	R$	5.000,00
0501-03080321.007-Aquisição móveis e utensílios	R$	5.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0601-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	50.000,00
0601-08070212.010-Manut. do Gab. do secretário	R$	50.000,00
0601-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	190.000,00
0601-08421882.011-Manut. do Ens. Fundamental	R$	190.000,00
0601-3.2.5.1-Inativos	R$	40.000,00
0601-08421882.011-manut. do Ensino Fundamental	R$	40.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

0701-SERVIÇOS URBANOS

0701-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	50.000,00
0701-10600212.017-Manut. dos serv. Urbanos	R$	50.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	18.000,00
0701-4.1.2.0-Equip. e material permanente	R$	3.000,00
0701-10070251.014-Conclusão e reequip. do Centro Administrativo	R$	21.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	3.000,00
0701-10603251.022-Aquisição de Veículos maq. e Instalações	R$	3.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	15.000,00
0701-10603271.013-Ampliação Extensão e remodelação da Rede de Ilum. Pública	R$	15.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	2.000,00
0701-10764491.018-Cosntrução de rede de esgoto	R$	2.000,00

0704-Sub-Prefeituras

0704-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	7.000,00
0704-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	2.000,00

SECRETARIA DA. SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

0801-4120- Equip. e Material Permanente	R$	17.000,00
0801-13754281.026- Aquisição de Equip. e Material Permanente	R$	17.000,00
0801-4332- Contrib. p/ Desp. de Capital	R$	5.000,00
0801-13754281.027- Contrib. p/ Aquisição Aparelho de Raio "X"	R$	5.000,00
0802-3231- Subvenções Sociais	R$	3.000,00
0802-3259- Outras Transferências a Pessoas	R$	2.000,00
0802-15814862.027- Assist. e apoio a Entidades	R$	5.000,00

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

0901-4210- Aquisição de Imóveis	R$	14.000,00
0901-11623461.028- Implantação do Dist. Indust.	R$	14.000,00

ART. 3º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Lei nº 1.511, de 04 de novembro de 1994.

"Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar e aponta recursos."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 431.000,00 (Quatrocentos e trinta e um mil reais) para atender as seguintes despesas:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0301-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$ 14.000,00
0301-3.1.2.0-Material de Consumo	R$ 10.000,00
0301-03070212.006-Manut. dos Serv. de Expediente Pessoal, Protocolo e Assessor.	R$ 24.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA

0401-3.1.2.0-Material de Consumo	R$ 2.000,00
0401-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 10.000,00
0401-04181112.008-Manut. dos serv. de Fomento Agro Pastoril	R$ 12.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

0501-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$ 18.000,00
0501-3.1.3.1-Rem. de Serv. Pessoais	R$ 2.000,00
0501-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 10.000,00
0501-03080212.009-Manut. e desenv. das Ativ. Secret.	R$ 30.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0601-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 20.000,00
0601-08422392.012-Transporte de estudantes	R$ 20.000,00
0601-3.2.3.1-Subvenções Sociais	R$ 25.000,00
0601-08472392.013-Apoio e Incentivo aos Alunos de 3º Grau	R$ 25.000,00

CRÉDITO ESPECIAL

0601-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	3.000,00
0601-3.1.3.2-Outros Serv. de Terc. e Encargos	R$	7.000,00
0601-08482472.030-Apoio e Incentivo a Promoções Culturais	R$	10.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

0701-SERVIÇOS URBANOS

0701-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	30.000,00
0701-3.1.3.2-Outros Serv. Terc. e Encargos	R$	15.000,00
0701-10600212.017-Manut. Serv. Urbanos	R$	45.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	130.000,00
0701-10573161.017-Construção de Moradias Populares	R$	130.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	10.000,00
0701-10915751.020-Construção de Pontes e Bueiros	R$	10.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	15.000,00
0701-10915751.021-Asfaltamento e Calçamento de ruas	R$	15.000,00

0702-D M E R

0702-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	40.000,00
0702-3.1.3.2-Outros serv. Terc. Encargos	R$	40.000,00
0702-16885352.018-Conserv. e manut. da rede Rodov. Municipal	R$	80.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

0801-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	5.000,00
0801-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	5.000,00
0801-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$	10.000,00
0801-13754282.027-Manut. dos Serv. de Saúde	R$	20.000,00
0802-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	10.000,00
0802-15814832.022-Manut. do Condica e Conselho Tutelar	R$	10.000,00

ART. 2º-Servirá de recurso para a cobertura do crédito de que trata o art. 1º, a redução das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 431.000,00 (Quatrocentos e trinta e um mil reais).

GABINETE DO PREFEITO

0203-C.M. Esportes

0203-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	5.000,00
0203-0346224.005-Manut. do Setor de Esportes	R$	5.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

0501-4.1.2.0-Equip. e material permanente	R$	5.000,00
0501-03080321.007-Aquisição móveis e utensílios	R$	5.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0601-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	50.000,00
0601-08070212.010-Manut. do Gab. do secretário	R$	50.000,00
0601-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	190.000,00
0601-08421882.011-Manut. do Ens. Fundamental	R$	190.000,00
0601-3.2.5.1-Inativos	R$	40.000,00
0601-08421882.011-manut. do Ensino Fundamental	R$	40.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

0701-SERVIÇOS URBANOS

0701-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	50.000,00
0701-10600212.017-Manut. dos serv. Urbanos	R$	50.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	18.000,00
0701-4.1.2.0-Equip. e material permanente	R$	3.000,00
0701-10070251.014-Conclusão e reequip. do Centro Administrativo	R$	21.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	3.000,00
0701-10603251.022-Aquisição de Veículos maq. e Instalações	R$	3.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	15.000,00
0701-10603271.013-Ampliação Extensão e remodelação da Rede de Ilum. Pública	R$	15.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	2.000,00
0701-10764491.018-Cosntrução de rede de esgoto	R$	2.000,00

0704-Sub-Prefeituras

0704-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	7.000,00
0704-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	2.000,00

SECRETARIA DAA SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

0801-4120- Èquip. e Material Permanente	R$	17.000,00
0801-13754281.026- Aquisição de Equip. e Material Permanente	R$	17.000,00
0801-4332- Contrib. p/ Desp. de Capital	R$	5.000,00
0801-13754281.027- Contrib. p/ Aquisição Aparelho de Raio "X"	R$	5.000,00
0802-3231- Subvenções Sociais	R$	3.000,00
0802-3259- Outras Transferências a Pessoas	R$	2.000,00
0802-15814862.027- Assist. e apoio a Entidades	R$	5.000,00

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

0901-4210- Aquisição de Imóveis	R$	14.000,00
0901-11623461.028- Implantação do Dist. Indust.	R$	14.000,00

ART. 3º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 03/11/94
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 1.968/94

À Comissão Técnica
Em 26/10/1994
Presidente

"Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar e aponta recursos."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 431.000,00 (Quatrocentos e trinta e um mil reais) para atender as seguintes despesas:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

0301-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$ 14.000,00
0301-3.1.2.0-Material de Consumo	R$ 10.000,00
0301-03070212.006-Manut. dos Serv. de Expediente Pessoal, Protocolo e Assessor.	R$ 24.000,00

SECRETARIA DA AGRICULTURA

0401-3.1.2.0-Material de Consumo	R$ 2.000,00
0401-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 10.000,00
0401-04181112.008-Manut. dos serv. de Fomento Agro Pastoril	R$ 12.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

0501-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$ 18.000,00
0501-3.1.3.1-Rem. de Serv. Pessoais	R$ 2.000,00
0501-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 10.000,00
0501-03080212.009-Manut. e desenv. das Ativ. Secret.	R$ 30.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0601-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$ 20.000,00
0601-08422392.012-Transporte de estudantes	R$ 20.000,00
0601-3.2.3.1-Subvenções Sociais	R$ 25.000,00
0601-08472392.013-Apoio e Incentivo aos Alunos de 3º Grau	R$ 25.000,00

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!!

Sanciona-se em 04/11/94
Lei 1.511
Prefeito Municipal

CRÉDITO ESPECIAL

0601-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	3.000,00
0601-3.1.3.2-Outros Serv. de Terc. e Encargos	R$	7.000,00
0601-08482472.030-Apoio e Incentivo a Promoções Culturais	R$	10.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

0701-SERVIÇOS URBANOS

0701-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	30.000,00
0701-3.1.3.2-Outros Serv. Terc. e Encargos	R$	15.000,00
0701-10600212.017-Manut. Serv. Urbanos	R$	45.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	130.000,00
0701-10573161.017-Construção de Moradias Populares	R$	130.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	10.000,00
0701-10915751.020-Construção de Pontes e Bueiros	R$	10.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	15.000,00
0701-10915751.021-Asfaltamento e Calçamento de ruas	R$	15.000,00

0702-D M E R

0702-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	40.000,00
0702-3.1.3.2-Outros serv. Terc. Encargos	R$	40.000,00
0702-16885352.018-Conserv. e manut. da rede Rodov. Municipal	R$	80.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

0801-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	5.000,00
0801-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	5.000,00
0801-3.1.3.2-Outros Serv. de terc. e Encargos	R$	10.000,00
0801-13754282.027-Manut. dos Serv. de Saúde	R$	20.000,00
0802-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	10.000,00
0802-15814832.022-Manut. do Condica e Conselho Tutelar	R$	10.000,00

ART. 2º-Servirá de recurso para a cobertura do crédito de que trata o art. 1º, a redução das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 431.000,00 (Quatrocentos e trinta e um mil reais).

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

GABINETE DO PREFEITO

0703-C.M. Esportes

0203-3.1.2.0-Material de Consumo	R$	5.000,00
0203-0346224.005-Manut. do Setor de Esportes	R$	5.000,00

SECRETARIA DA FAZENDA

0501-4.1.2.0-Equip. e material permanente	R$	5.000,00
0501-03080321.007-Aquisição móveis e utensílios	R$	5.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0601-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	50.000,00
0601-08070212.010-Manut. do Gab. do secretário	R$	50.000,00
0601-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	190.000,00
0601-08421882.011-Manut. do Ens. Fundamental	R$	190.000,00
0601-3.2.5.1-Inativos	R$	40.000,00
0601-08421882.011-manut. do Ensino Fundamental	R$	40.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO

0701-SERVIÇOS URBANOS

0701-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	50.000,00
0701-10600212.017-Manut. dos serv. Urbanos	R$	50.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	18.000,00
0701-4.1.2.0-Equip. e material permanente	R$	3.000,00
0701-10070251.014-Conclusão e reequip. do Centro Administrativo	R$	21.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	3.000,00
0701-10603251.022-Aquisição de Veículos maq. e Instalações	R$	3.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	15.000,00
0701-10603271.013-Ampliação Extensão e remodelação da Rede de Ilum. Pública	R$	15.000,00
0701-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	2.000,00
0701-10764491.018-Cosntrução de rede de esgoto	R$	2.000,00

0704-Sub-Prefeituras

0704-3.1.1.1-Pessoal Civil	R$	7.000,00
0704-4.1.1.0-Obras e Instalações	R$	2.000,00

0704-16885342.020-Manutenção das Sub-prefeituras____R$ 9.000,00

SECRETARIA DA SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

0801-4.1.2.0-Equip. e metrial Permanente_____R$ 17.000,00
0801-13754281.026-Aquisição de Equip. e material Permanente_____R$ 17.000,00
0801-4.3.3.2-Contrib. p/Desp. de Capital_____R$ 5.000,00
0801-13754281.027-Contrib. p/Aquis. Aparelho de Raio "X"_____R$ 3.000,00
0802-3.2.5.9-Outras Transf. a Pessoas_____R$ 2.000,00
0802-15814862.027-Assist. e Apoio a Entidades_____R$ 5.000,00

SEC. IND. COMER. E TURISMO

0901-4.2.1.0-Aquisição de Imóveis_____R$ 14.000,00
0901-11623461.028-Implantação do Dist.Ind._____R$ 14.000,00

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Lei nº 1.512, de 04 de novembro de 1994.

"Autoriza o Poder Executivo a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, um imóvel da Municipalidade."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art.55, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-É o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, UMA ÁREA DE TERRAS DE CULTURA, sem benfeitorias, situada no Município de Bom Retiro do Sul, com a extensão superficial de 4 Has. (quatro hectares) e assim confrontada: frente, ao SUL, com a estrada que vai à Fazenda Villanova; fundos , ao NORTE, com terras de Tristão da Rosa Cardoso; ao LESTE, com ditas dos doadores; e, ao OESTE, com terras do mesmo Tristão da Rosa Cardoso.

ART. 2º-Dita área de terras foi havida pela Municipalidade, por doação feita pelo casal José Cardoso e sua mulher D. Luiza dos Reis Cardoso e encontra-se registrada no Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, às fls. 135, do livro nº "3-BB", sob nº 15.127.

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGITRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Lei nº 1.512, de 04 de novembro de 1994.

"Autoriza o Poder Executivo a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, um imóvel da Municipalidade."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art.55, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-É o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, UMA ÁREA DE TERRAS DE CULTURA, sem benfeitorias, situada no Município de Bom Retiro do Sul, com a extensão superficial de 4 Has. (quatro hectares) e assim confrontada: frente, ao SUL, com a estrada que vai à Fazenda Villanova; fundos, ao NORTE, com terras de Tristão da Rosa Cardoso; ao LESTE, com ditas dos doadores; e, ao OESTE, com terras do mesmo Tristão da Rosa Cardoso.

ART. 2º-Dita área de terras foi havida pela Municipalidade, por doação feita pelo casal José Cardoso e sua mulher D. Luiza dos Reis Cardoso e encontra-se registrada no Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, às fls. 135, do livro nº "3-BB", sob nº 15.127.

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Lei nº 1.512, de 04 de novembro de 1994.

"Autoriza o Poder Executivo a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, um imóvel da Municipalidade."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art.55, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-É o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, UMA ÁREA DE TERRAS DE CULTURA, sem benfeitorias, situada no Município de Bom Retiro do Sul, com a extensão superficial de 4 Has. (quatro hectares) e assim confrontada: frente, ao SUL, com a estrada que vai à Fazenda Villanova; fundos, ao NORTE, com terras de Tristão da Rosa Cardoso; ao LESTE, com ditas dos doadores; e, ao OESTE, com terras do mesmo Tristão da Rosa Cardoso.

ART. 2º-Dita área de terras foi havida pela Municipalidade, por doação feita pelo casal José Cardoso e sua mulher D. Luiza dos Reis Cardoso e encontra-se registrada no Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, às fls. 135, do livro nº "3-BB", sob nº 15.127.

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGITRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 03/11/94
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.939/94

À Comissão Técnica
Em 02/07/94
Presidente

"Autoriza o Poder Executivo a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, um imóvel da Municipalidade."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art.55, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-É o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado do Rio Grande do Sul, UMA ÁREA DE TERRAS DE CULTURA, sem benfeitorias, situada no Município de Bom Retiro do Sul, com a extensão superficial de 4 Has. (quatro hectares) e assim confrontada: frente, ao SUL, com a estrada que vai à Fazenda Villanova; fundos, ao NORTE, com terras de Tristão da Rosa Cardoso; ao LESTE, com ditas dos doadores; e, ao OESTE, com terras do mesmo Tristão da Rosa Cardoso.

ART. 2º-Dita área de terras foi havida pela Municipalidade, por doação feita pelo casal José Cardoso e sua mulher D. Luiza dos Reis Cardoso e encontra-se registrada no Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, às fls. 135, do livro nº "3-BB", sob nº 15.127.

ART. 3º-Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGITRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Sanciona-se em 04/11/94
Lei 1512
Prefeito Municipal

Lei nº 1.513, de 04 de novembro de 1994.

"Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal de Defesa do Consumidor e do Escritório Municipal de Defesa do Consumidor".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul, **faço saber** no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara' Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São criados a Comissão Municipal de Defesa do consumidor e o Escritório Municipal de Defesa do consumidor, visando assegurar, fundamentalmente, os direitos e os interesses do consumidor.

Art. 2º - À Comissão Municipal de Defesa do Consumidor compete:

A - Excercer o poder normativo e a direção superior da própria Comissão e do Escritório, orientando, supervisionando e coordenando os seus trabalhos, e promovendo as medidas necessárias ao fiel cumprimento de suas finalidades;

B - Formular, coordenar e executar programas e atividades relacionadas com a defesa do consumidor a nível local;

C - Zelar pela qualidade, quantidade, preço, apresentação e distribuição dos produtos e serviços;

D - Constituir secções especiais, de caráter temporário compostas por seus membros ou por pessoas por estes indicados para a realização de tarefas, estudos, ou pareceres específicos sobre produtos e serviços consumidos no município;

E - Celebrar convênios com órgãos e entidades públicas, nacionais ou estrangeiras, objetivando a defesa do consumidor;

F - Requerer a colaboração e recomendar a qualquer órgão público a observância das normas que, direta ou

indiretamente, promovam a defesa do consumidor;

G - Requisitar, por tempo determinado, servidorres de órgãos e de entidades da Administração Direta e Indireta, sem perda de remuneração e demais direitos e vantagens;

H - Propor prevenções e soluções, melhorias e medidas legislativas de defesa do consumidor;

I - Orientar e educar os consumidores através de cartilhas, manuais, folhetos ilustrativos, cartazes, e de todos os meios de comunicação de massa;

J - Incentivar a organização comunitária e estimular' as entidades existentes;

Art. 3º -A Comissão Municipal de defesa do Consumidor poderá ser integrada pelos seguintes membros:

I - um Promotor de Justiça, estadual;

II - o Delegado de Polícia lotado no município;

III - o Médico-chefe da Unidade Sanitária da Secretaria da saúde e do meio ambiente;

IV - um representante da Prefeitura Municipal;

V - um representante da Câmara Municipal.

Parágrafo primeiro - A Comissão definirá a forma de participação das entidades civis de defesa do consumidor, dos sindicatos de trabalhadores, e das associações de moradores.

Parágrafo segundo - O Regimento Interno da Comissão será' discutido e aprovado por aqueles que a compõem.

Parágrafo terceiro - Incumbe ao Coordenador da Comissão ' escolhido dentre os componentes da mesma, no prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação desta Lei, promover a primeira reunião, com os seguintes objetivos:

I - Instalar os trabalhos;

II - Escolher o dirigente de Escritório Municipal de Defesa do Consumidor;

III - Convocar as associações e as entidades mencionada no parágrafo 1º supra;

IV - estabelecer as linhas de ação.

Parágrafo quarto - As reuniões da Comissão serão publicas, salvo quando, a critério da mesma, houver motivo que determine' sejam reservadas.

Parágrafo quinto - As deliberações da Comissão serão tomadas sob a forma de resoluções, e as decisões, por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao coordenador, além do próprio, o valor de desempate.

Art. 4º - A Comissão Municipal de Defesa do Consumidor será vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 5º - A Comissão terá um Escritório Municipal de Defesa do Consumidor, que constituirá o órgão operacional da mesma, e será dirigido por um Secretário-Executivo; com as seguintes atribuições:

A - Receber, informar e apurar as reclamações de consumidores encaminhando-as, acompanhá-las, ou diligenciar diretamente procurando resolver o problema apresentado;

B - Por delegação de competência, autuar os infratores, aplicando sanções de ordem administrativa e pecuniária, inclusive, exercendo o poder de polícia municipal; e, encaminhando, quando for o caso ao representante do Ministério Público Federal face a lesões aos direitos do consumidor;

C - Solicitar às polícias estadual e Federal a instauração de inquérito policial para a apuração de delito contra o consumidor;

D - Determinar a instauração de procedimentoadminis - trativo quanto q delitos praticados, contra o consumidor, por órgãos públicos municipais, da administração direta ou indireta, ou por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais;

E - Estabelecer rotinas que visem à melhoria do desempenho das atribuições da Comissão, e do próprio ' Escritório, quanto à prevenção e controle das relações de consumo;

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

c/ Emenda nº 1

APROVADO
Em 03/11/94
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 1.964/94

À Comissão Técnica
Em 26/10/1994
Presidente

"Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal de Defesa do Consumidor e do Escritório Municipal de Defesa do Consumidor".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul, **faço saber** no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São criados a Comissão Municipal de Defesa do consumidor e o Escritório Municipal de Defesa do consumidor, visando assegurar, fundamentalmente, os direitos e os interesses do consumidor.

Art. 2º - À Comissão Municipal de Defesa do Consumidor compete:

A - Exercer o poder normativo e a direção superior da própria Comissão e do Escritório, orientando, supervisionando e coordenando os seus trabalhos, e promovendo as medidas necessárias ao fiel cumprimento de suas finalidades;

B - Formular, coordenar e executar programas e atividades relacionadas com a defesa do consumidor a nível local;

Sanciono-se em 04/11/94
Lei 1513
Prefeito Municipal

C - Zelar pela qualidade, quantidade, preço, apresentação e distribuição dos produtos e serviços;

D - Constituir secções especiais, de caráter temporário compostas por seus membros ou por pessoas por estes indicados para a realização de tarefas, estudos, ou pareceres específicos sobre produtos e serviços consumidos no município;

E - Celebrar convênios com órgãos e entidades públicas, nacionais ou estrangeiras, objetivando a defesa do consumidor;

F - Requerer a colaboração e recomendar a qualquer órgão público a observância das normas que, direta ou

indiretamente, promovam a defesa do consumidor;

G - Requisitar, por tempo determinado, servidorres de órgãos e de entidades da Administração Direta e Indireta, sem perda de remuneração e demais direitos e vantagens;

H - Propor prevenções e soluções, melhorias e medidas legislativas de defesa do consumidor;

I - Orientar e educar os consumidores através de cartilhas, manuais, folhetos ilustrativos, cartazes, e de todos os meios de comunicação de massa;

J - Incentivar a organização comunitária e estimular as entidades existentes;

Art. 3º -A Comissão Municipal de defesa do Consumidor poderá ser integrada pelos seguintes membros:

I - um Promotor de Justiça, estadual;
II - o Delegado de Polícia lotado no município;
III - o Médico-chefe da Unidade Sanitária da Secretaria da saúde e do meio ambiente;
IV - um representante da Prefeitura Municipal;
V - um representante da Câmara Municipal.

Parágrafo primeiro - A Comissão definirá a forma de participação das entidades civis de defesa do consumidor, dos sindicatos de trabalhadores, e das associações de moradores.

Parágrafo segundo - O Regimento Interno da Comissão será discutido e aprovado por aqueles que a compõem.

Parágrafo terceiro - Incumbe ao Coordenador da Comissão escolhido dentre os componentes da mesma, no prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação desta Lei, promover a primeira reunião, com os seguintes objetivos:

I - Instalar os trabalhos;
II - Escolher o dirigente de Escritório Municipal de Defesa do Consumidor;
III - Convocar as associações e as entidades mencionada no parágrafo 1º supra;

F - Sugerir e incentivar a adoção de mecanismos de encaminhamento, aos juizados de Pequenas Causas, dos litígios de reduzido valor econômico referentes às relações de consumo;

G - Manter intercâmbio e desenvolver ações conjuntas com os municípios, associações comunitárias e demais entidades ligadas à proteção do consumidor;

H - Promover a articulação da Comissão com órgãos estaduais e federais de defesa do consumidor;

I - Denunciar publicamente, através da imprensa, as empresas infratoras;

J - Exercer outras atribuições que forem determinadas e ou delegadas pela comissão.

ART. 5º-Parágrafo único-O escritório funcionára junto a Comissão, desenvolvendo atividades através de equipes, secções ou de grupos de trabalho.

ART. 6º-O Prefeito Municipal tomará providências, inclusive, assinará convênios ou acordos de cooperação, necessárias à execução desta Lei è à Consecução dos objetivos nesta previstos, bem como oferecer à Comissão os suportes administrativo e técnico, expedindo as instruções complementares que se fizerem imprescindíveis.

ART. 7º-As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

ART. 8º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

IV - estabelecer as linhas de ação.

Parágrafo quarto - As reuniões da Comissão serão publicas, salvo quando, a critério da mesma, houver motivo que determine' sejam reservadas.

Parágrafo quinto - As deliberações da Comissão serão tomadas sob a forma de resoluções, e as decisões, por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao coordenador, além do próprio, o valor de desempate.

Art. 4º - A Comissão Municipal de Defesa do Consumidor será vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 5º - A Comissão terá um Escritório Municipal de Defesa do Consumidor, que constituirá o órgão operacional da mesma, e será dirigido por um Secretário-Executivo; com as seguintes atribuições:

A - Receber, informar e apurar as reclamações de consumidores encaminhando-as, acompanhá-las, ou diligenciar diretamente procurando resolver o problema apresentado;

B - Por delegação de competência, autuar os infratores, aplicando sanções de ordem administrativa e pecuniária, inclusive, exercendo o poder de polícia municipal; e, encaminhando, quando for o caso ao representante do Ministério Público Federal face a lesões aos direitos do consumidor;

C - Solicitar às polícias estadual e Federal a instauração de inquérito policial para a apuração de delito contra o consumidor;

D - Determinar a instauração de procedimentoadminis - trativo quanto q delitos praticados, contra o consumidor, por órgãos públicos municipais, da administração direta ou indireta, ou por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais;

E - Estabelecer rotinas que visem à melhoria do desempenho das atribuições da Comissão, e do próprio ' Escritório, quanto à prevenção e controle das relações de consumo;

F - Sugerir e incentivar a adoção de mecanismos de encaminhamento, aos juizados de Pequenas Causas, dos litígios de reduzido valor econômico referentes às relações de consumo;

G - Manter intercâmbio e desenvolver ações conjuntas com os municípios, associações comunitárias e demais entidades ligadas à proteção do consumidor;

H - Promover a articulação da Comissão com órgãos estaduais e federais de defesa do consumidor;

I - Denunciar publicamente, através da imprensa, as empresas infratoras;

J - Exercer outras atribuições que forem determinadas e ou delegadas pela Comissão.

Art. 5º - Parágrafo único - O Escritório funcionará junto a Comissão, desenvolvendo atividades através de equipes, secções ou de grupos de trabalho.

Art. 6º - O Prefeito Municipal tomará providências, inclusive assinará convênios ou acordos de cooperação, necessárias à execução desta Lei e à Consecução dos objetivos nesta previstos bem como oferecer à Comissão os suportes administrativo e técnico, expedindo as instruções complementares que se fizerem imprescindíveis.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Comissão de Justiça e Redação e
Comissão de Orçamento e Finanças

Projeto de lei nº 1.964/94
Origem: Executivo
Processo: 1.705
Relatores: Vers. João Rolim e
Clédio Pereira

PARECER

Senhor Presidente:

I - Relatório

Trata o presente projeto da criação da Comissão Municipal de Defesa do Consumidor e do Escritório Municipal de Defesa do Consumidor, de autoria do Poder Executivo.

A matéria foi recebida na Secretaria em 14 de outubro, constou do Expediente na sessão ordinária de 25 de outubro, quando foi distribuída às comissões técnicas.

II - Voto do Relator

Analisando-se o projeto, constata-se que o mesmo preenche os requisitos legais, além do fato de atender a uma necessidade que os munícipes enfrentam atualmente, eis que não possuem um órgão a quem possam recorrer no caso de entenderem estar sofrendo algum prejuízo nos contratos de compra e venda efetuados no comércio e demais atividades de Taquari.

Nada a obstar quanto ao aspecto legal.

Todavia, a fim de corrigir deficiência apresentada no corpo do projeto, com a apresentação na seguinte emenda aditiva, enumerando-se os demais artigos pela ordem:

Emenda nº 1

"Art. - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias."

É o nosso parecer.

APROVADO
Em 03/11/94
PRESIDENTE

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1994.

...

Ver. João Rolim
Relator

Ver. Clédio Pereira
Relator

De acordo:

Lei nº 1.514, de 21 de novembro de 1994.

"Institui o coral Municipal de Taquari e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituído coral Municipal de Taquari, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a finalidade de promover a difusão da arte e da música.

Art. 2º - O coral Municipal será constituído de pessoas voluntariamente arregimentadas na comunidade.

Art. 3º - É o Prefeito autorizado a adquirir material necessário à organização e funcionamento do coral Municipal, fornecer uniforme que for adotado e atender despesas de transporte, quando necessário e, principalmente, quando representar o Município em eventos culturais e artísticos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 21 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretária da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

INTEGRANTES DO CORAL MUNICIPAL TAQUARI

Auro Antonio Birck
Verônica Ilse Birck
Ladir Vargas dos Santos
Gustavo Vargas dos Santos
Zulmira Concari
Elda Faccin
José Carlos da Silva
Maria Rosane Fernandes
Fabrício Aguiar Arce
Manoel Pereira Arce
Yeda Rodrigues Vargas
Noeci Quadros Reis
Saturnino Maria da Conceição
Cândida Georgina O. da Silva
Maria Eny Neves Lopes
Everaldo Meng dos Santos
Stella Fregapani Pereira
João Gaspar da Silva Coimbra
Maria de Fátima Vargas
Paulo Afonso Ramalho Lucas
Zoleide da Costa Ramalho Lucas
Valone Manchon Junqueira
Marino Hackenhaar
Luciane Coutinho Precht
Sonia Aurich
Eliane da Silva Dutra
Tais Aparecida Vargas Brandão
Eclair Vargas Brandão
Rainha Clariza F. Rodrigues
Silvia

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

À Comissão Técnica
16/11/1994
Presidente

Projeto de lei nº 1.970/94

APROVADO
Em 16/11/94
PRESIDENTE

"Institui o coral Municipal de Taquari e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituído coral Municipal de Taquari, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a finalidade de promover a difusão da arte e da música.

Art. 2º - O coral Municipal será constituído de pessoas voluntariamente arregimentadas na comunidade.

Art. 3º - É o Prefeito autorizado a adquirir material necessário à organização e funcionamento do coral Municipal, fornecer uniforme que for adotado e atender despesas de transporte, quando necessário e, principalmente, quando representar o Município em eventos culturais e artísticos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Sanciona-se em 21/11/94
Lei nº 1514
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

RECEBIDO EM 11/11/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretária da Administração

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.515, de 21 de novembro de 1994.

"ALTERA A TABELA CONSTANTE NO AR-
- TIGO 2º DA LEI 1.039, DE 15/12/80."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica excluída da tabela constante do artigo 2º da Lei nº 1.039, de 15 de dezembro de 1980.

04 DIRIGENTE DE EQUIPE CC4-FG4

ART. 2º-Inclui-se na Tabela constante do art. 2º, da Lei 1.039, de 15 de dezembro de 1980:

01	CHEFE DEPTO. PESSOAL	CC4-FG4
01	ENCARREGADO DEPTO. SAÚDE E MEIO AMBIENTE	CC4-FG4
01	CHEFE DEPTO. MATERIAIS E LICITAÇÕES	CC4-FG4
01	ENCARREGADO DEPTO. AÇÃO SOCIAL	CC4-FG4

ART. 3º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 21 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 16/11/94
PRESIDENTE

~~Projeto de lei~~ nº 1.963/94

A Comissão Técnica
Em 26/10/1994
Presidente

"ALTERA A TABELA CONSTANTE NO ARTIGO 2º DA LEI 1.039, DE 15/12/80."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica excluída da tabela constante do artigo 2º da Lei nº 1.039, de 15 de dezembro de 1980.

04 DIRIGENTE DE EQUIPE CC4-FG4

ART. 2º-Inclui-se na Tabela constante do art. 2º, da Lei 1.039, de 15 de dezembro de 1980:

01	CHEFE DEPTO. PESSOAL	CC4-FG4
01	ENCARREGADO DEPTO. SAÚDE E MEIO AMBIENTE	CC4-FG4
01	CHEFE DEPTO. MATERIAIS E LICITAÇÕES	CC4-FG4
01	ENCARREGADO DEPTO. AÇÃO SOCIAL	CC4-FG4

ART. 3º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Sanciona-se em 21/11/94
Lei 1515
Prefeito Municipal

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

RECEBIDO EM 17/11/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.516, de 25 de novembro de 1994.

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES, SERVIDORES ATIVOS, INATVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minha atribuíções legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica concedido um aumento de 10% (dez por cento) , nos vencimentos dos professores, servidores ativos, inativos e pensionistas.

ART 2º - As despesas decorrentes desta lei, serão atendidas' por conta de dotações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação dos reflexos de acordo com a Lei nº 4320/64.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei , entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e Rec. Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso II), requer a V. Exa. seja incluída a seguinte emenda ao projeto de lei nº 1.973/94:

APROVADO
Em 25/11/94
PRESIDENTE

Emenda nº 1:

Altere-se a redação do art. 2º do projeto, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei, serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação dos reflexos, de acordo com a Lei nº 4320/64".

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1994.

Verª. Rosa Lautert

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES, SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal' de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuíções legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte' Lei:

ART. 1º - Fica concedido um aumento de 10%(dez por cento), nos vencimentos dos professores, servidores ativos, inativos e pensionistas.

ART. 2º - As despesas decorrentes desta lei,serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação no valor correspondente, com a arrecadação a maior a se verificar no exercício.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei, entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 22 de Novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 17% da despesa total autorizada no exercício de 1995, de conformidade com a lei nº 4320/64.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, Em 24 de Novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

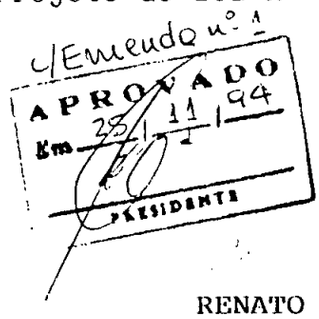
JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Rec. Humanos.

1516

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Projeto de lei nº 1.973/94



"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES, SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal' de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte' Lei:

ART. 1º - Fica concedido um aumento de 10%(dez por cento), nos vencimentos dos professores, servidores ativos, inativos e pensionistas.

ART. 2º - As despesas decorrentes desta lei,serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação no valor correspondente, com a arrecadação a maior a se verificar no exercício.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei, entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 22 de Novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.516, de 25 de novembro de 1994.

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS DOS PROFESSORES, SERVIDORES ATIVOS, INATVOS, PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minha atribuições legais, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica concedido um aumento de 10% (dez por cento) , nos vencimentos dos professores, servidores ativos, inativos e pensionistas.

ART 2º - As despesas decorrentes desta lei, serão atendidas' por conta de dotações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação dos reflexos de acordo com a Lei nº 4320/64.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei , entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 1994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Rec. Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.517, de 25 de novembro de 1994

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 17% da despesa total autorizada no exercício de 1995, de conformidade com a lei nº 4320/64.

ART. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Rec. Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.517, de 25 de novembro de 1994

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 17% da despesa total autorizada no exercício de 1995, de conformidade com a lei nº 4320/64.

ART. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Rec. Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.519, de 25 de novembro de 1994.

"Cria o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários - PROFINAGRO".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários - PROFINAGRO -, destinado a financiar a área agrícola do município de Taquari, no que tange à produção de leite, suínos, peixes, cabritos, coelhos, pequenos confinamentos de bovinos de corte, bem como na produção de milho, sua secagem e armazenamento, hortaliças, frutas, essências florestais, irrigação, drenagem, eletrificação rural e abastecimento de água nas propriedades rurais do Município.

Art. 2º - Constituirão recursos do PROFINAGRO as dotações orçamentárias próprias do Município, créditos e contribuições que lhe forem destinados.

Art. 3º - O PROFINAGRO financiará, prioritariamente, pequenos empreendimentos até o valor de 500 (quinhentas) sacas de milho de 60 kg (sessenta kilos), a preços oficiais básicos estabelecidos pelo Governo Federal.

Art. 4º - Consideram-se habilitados para efeito deste projeto de lei, os pequenos produtores rurais individualmente ou organizados em grupos ou associações, como condomínios rurais e outros proprietários ou não, que atendam os seguintes requisitos:

a - detenham, individualmente ou em conjunto com seus dependentes, domínio ou posse de área de até 25 ha (vinte e cinco hectares), em unidade isolada ou contínua de terras agricultáveis;

b - residam no estabelecimento ou em comunidades rurais;

c - tenham na exploração da unidade produtiva sua atividade econômica e meio de subsistência principal.

Parágrafo único - No atendimento de solicitações, serão priorizados os projetos encaminhados por grupos ou associações de produtores.

...

Art. 5º - O PROFINAGRO será administrado por uma junta de administração composta por cinco membros, representando os seguintes órgãos ou entidades: Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquari.

§ 1º - Os órgãos e entidades indicarão seus representantes, um titular e um suplente, que serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - O Secretário Municipal da Agricultura e abastecimento será o coordenador da junta de administração.

§ 3º - O mandato dos representantes nomeados componentes da junta de administração será de dois anos, podendo ser reconduzido por mais uma vez, ficando expressamente vedado o terceiro mandato.

Art. 6º - A junta de administração terá as seguintes atribuições:

a - elaborar um regulamento a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;

b - receber, analisar e aprovar ou não os pedidos de financiamento;

c - exigir Termo de Responsabilidade do órgão ou entidade e do técnico encarregado pelo projeto;

d - apresentar relatórios semestrais ao Prefeito Municipal sobre o andamento de cada projeto financiado pelo PROFINAGRO;

e - propor medidas de aperfeiçoamento do PROFINAGRO.

Parágrafo único - A junta de administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada por seu coordenador ou pela maioria dos seus membros.

Art. 7º - Os pedidos de financiamento deverão ser encaminhados ao PROFINAGRO acompanhados de projetos elaborados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, pelo escritório municipal da EMATER, pelos departamentos técnicos das Cooperativas ou pelos profissionais autônomos que prestam assistência técnica ao agricultor do Município.

...

Art. 8º - O pagamento do financiamento será efetuado no sistema troca-troca.

Parágrafo único - Na ocasião da liberação do financiamento o valor será convertido em quilos ou litros do produto objeto do incentivo.

Art. 9º - Dependendo dos recursos disponíveis, o PROFINAGRO deverá alterar até o dobro do valor dos financiamentos previstos no art. 3º desta lei.

Art. 10 - Para cobertura das despesas geradas por este projeto de lei serão indicadas as dotações orçamentárias próprias existentes na Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

Veto rejeitado

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Comissão Técnica
Em 27 / 10 / 93
Presidente

Projeto de lei nº 1.895/93

APROVADO
17 / 08 / 94
Presidente

"Cria o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários-PROFINAGRO".

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários-PROFINAGRO - destinado a financiar a área agrícola do município de Taquari, no que tange à produção de leite , suínos, peixes, cabritos, coelhos, pequenos confinamentos de bovinos de corte, bem como na produção de milho, sua secagem e armazenamento, hortaliças, frutas, essências florestais, irrigação, drenagem, eletrificação rural e abastecimento de água nas propriedades rurais do município.

Art. 2º - Constituirão recursos do PROFINAGRO as dotações orçamentárias próprias do município, créditos e contribuições que lhe forem destinados.

Art. 3º - O PROFINAGRO financiará, prioritariamente, pequenos empreendimentos até o valor de 500 (quinhentas) sacas de milho de 60 kg (sessenta kilos), a preços oficiais básicos estabelecidos pelo Governo Federal.

Art. 4º - Consideram-se habilitados para efeito deste Projeto de Lei, os pequenos produtores rurais individualmente ou organizados em grupos ou associações, como condomínios rurais e outros proprietários ou não, que atendam os seguintes requisitos:

a - detenham, individualmente ou em conjunto com seus dependentes, domínio ou posse de área de até 25 ha (vinte e cinco hectares), em unidade isolada ou contínua de terras agricultáveis;

b - residam no estabelecimento ou em comunidades rurais;

c - tenham na exploração da unidade produtiva sua atividade econômica e meio de subsistência principal;

Parágrafo único - No atendimento de solicitações serão priorizados os projetos encaminhados por grupos ou associações de produtores.

RECEBIDO EM 23 / 08 / 94

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Sanciono-se em 08/94
Lei nº
Prefeito Municipal

Art. 5º - O PROFINAGRO será administrado por uma junta de administração composta por cinco membros representando os seguintes órgãos ou entidades: Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquari.

Parágrafo primeiro - Os órgãos e entidades indicarão seus representantes, um titular e um suplente, que serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo segundo - O secretário municipal da agricultura e abastecimento será o coordenador da junta de administração.

Parágrafo terceiro - O mandato dos representantes nomeados componentes da junta de administração será de dois anos, podendo ser reconduzido por mais uma vez, ficando expressamente vedado o terceiro mandato.

Art. 6º - A junta de administração terá as seguintes atribuições:

a - elaborar um regulamento a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;

b - receber analisar e aprovar ou não os pedidos de financiamento;

c - exigir Termo de Responsabilidade do órgão ou entidade e do técnico encarregado pelo projeto;

d - apresentar relatórios semestrais ao Prefeito Municipal sobre o andamento de cada projeto financiado pelo PROFINAGRO;

e - propor medidas de aperfeiçoamento do PROFINAGRO.

Parágrafo único - a junta de administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada por seu coordenador ou pela maioria dos seus membros.

Art. 7º - Os pedidos de financiamento deverão ser encaminhados ao PROFINAGRO acompanhados de projetos elaborados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, pelo escritório municipal da EMATER, pelos departamentos técnicos das Cooperativas ou pelos profissionais autônomos que prestam assistência técnica ao agricultor do município.

Art. 8º - O pagamento do financiamento será efetuado no sistema troca-troca.

Parágrafo único - Na ocasião da liberação do financiamento o valor será convertido em quilos ou litros do produto abjeto do incentivo.

Art. 9º - Dependendo dos recursos disponíveis, o PROFINAGRO deverá alterar até o dobro do valor dos financiamentos previstos no art. 3º desta lei.

Art. 10 - Para cobertura das despesas geradas por este Projeto de Lei serão indicadas as dotações orçamentárias próprias existentes na Secretaria Municipal da Agricultura do Município.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 1993.

Ver. Cledio Pereira

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

1512

Projeto de lei nº 1.974/94

APROVADO
Em 15/11/94
PRESIDENTE

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 17% da despesa total autorizada no exercício de 1995, de conformidade com a lei nº 4320/64.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, Em 24 de Novembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Rec. Humanos.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.518, de 25 de novembro de 1994.

"Veda ao Executivo Municipal a concessão de qualquer tipo de incentivo financeiro, empréstimo, financiamento ou qualquer transação imobiliária envolvendo indústrias em débito com o meio ambiente"

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica vedado ao Poder Executivo Municipal a concessão de qualquer tipo de incentivo financeiro, empréstimo, financiamento ou qualquer transação imobiliária envolvendo indústrias consideradas em débito com o meio ambiente.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se em débito com o meio ambiente as indústrias autuadas por degradação ao meio ambiente, até que venham reparar o dano causado e as que, recebendo determinação de instalar equipamentos de controle da poluição, não o façam na forma e prazo determinado.

Art. 3º - O setor competente da Prefeitura Municipal deverá manter cadastro atualizado que possibilite a expedição de certidões que atestem estarem ou não as indústrias requerentes, em débito com o meio ambiente.

Art. 4º - A certidão negativa de débito com o meio, expedida pelo setor competente da Prefeitura Municipal, constituir-se-á no documento hábil para que as indústrias comprovem, junto ao Executivo Municipal, não estarem em débito com o meio ambiente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

Veto Rejeitado

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Comissão Técnica
Em 27/10/93
Presidente

Projeto de lei nº 1.893/93

"Veda ao Executivo Municipal a concessão de qualquer tipo de incentivo financeiro, empréstimo, financiamento ou qualquer transação imobiliária envolvendo indústrias em débito com o meio ambiente".

Art. 1º - Fica vedado ao Poder Executivo Municipal a concessão de qualquer tipo de incentivo financeiro, empréstimo, financiamento ou qualquer transação imobiliária envolvendo indústrias consideradas em débito com o meio ambiente.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se em débito com o meio ambiente as indústrias autuadas por degradação ao meio ambiente até que venham reparar o dano causado e as que, recebendo determinação de instalar equipamentos de controle da poluição, não o façam na forma e prazo determinado.

Art. 3º - O setor competente da Prefeitura Municipal deverá manter cadastro atualizado que possibilite a expedição de certidões que atestem estarem ou não as indústrias requerentes, em débito com o meio ambiente.

Art. 4º - A certidão negativa de débito com o meio, expedida pelo setor competente da Prefeitura Municipal, constituir-se no documento hábil para que as indústrias comprovem, junto ao Executivo Municipal, não estarem em débito com o meio ambiente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 1993.

Ver. Clédio Pereira.

RECEBIDO EM 08/09/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Vetado Totalmente
Em 29/09/94

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.518, de 25 de novembro de 1994.

"Veda ao Executivo Municipal a concessão de qualquer tipo de incentivo financeiro, empréstimo, financiamento ou qualquer transação imobiliária envolvendo indústrias em débito com o meio ambiente"

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica vedado ao Poder Executivo Municipal a concessão de qualquer tipo de incentivo financeiro, empréstimo, financiamento ou qualquer transação imobiliária envolvendo indústrias consideradas em débito com o meio ambiente.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se em débito com o meio ambiente as indústrias autuadas por degradação ao meio ambiente, até que venham reparar o dano causado e as que, recebendo determinação de instalar equipamentos de controle da poluição, não o façam na forma e prazo determinado.

Art. 3º - O setor competente da Prefeitura Municipal deverá manter cadastro atualizado que possibilite a expedição de certidões que atestem estarem ou não as indústrias requerentes, em débito com o meio ambiente.

Art. 4º - A certidão negativa de débito com o meio, expedida pelo setor competente da Prefeitura Municipal, constituir-se-áno documento hábil para que as indústrias comprovem , junto ao Executivo Municipal, não estarem em débito com o meio ambiente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.519, de 25 de novembro de 1994. -98-

"Cria o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários - PROFINAGRO".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários - PROFINAGRO -, destinado a financiar a área agrícola do município de Taquari, no que tange à produção de leite, suínos, peixes, cabritos, coelhos, pequenos confinamentos de bovinos de corte, bem como na produção de milho, sua secagem e armazenamento, hortaliças, frutas, essências florestais, irrigação, drenagem, eletrificação rural e abastecimento de água nas propriedades rurais do Município.

Art. 2º - Constituirão recursos do PROFINAGRO as dotações orçamentárias próprias do Município, créditos e contribuições que lhe forem destinados.

Art. 3º - O PROFINAGRO financiará, prioritariamente, pequenos empreendimentos até o valor de 500 (quinhentas) sacas de milho de 60 kg (sessenta kilos), a preços oficiais básicos estabelecidos pelo Governo Federal.

Art. 4º - Consideram-se habilitados para efeito deste projeto de lei, os pequenos produtores rurais individualmente ou organizados em grupos ou associações, como condomínios rurais e outros proprietários ou não, que atendam os seguintes requisitos:

a - detenham, individualmente ou em conjunto com seus dependentes, domínio ou posse de área de até 25 ha (vinte e cinco hectares), em unidade isolada ou contínua de terras agricultáveis;

b - residam no estabelecimento ou em comunidades rurais;

c - tenham na exploração da unidade produtiva sua atividade econômica e meio de subsistência principal.

Parágrafo único - No atendimento de solicitações, serão priorizados os projetos encaminhados por grupos ou associações de produtores.

...

Art. 5º - O PROFINAGRO será administrado por uma junta de administração composta por cinco membros, representando os seguintes órgãos ou entidades: Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento, Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquari.

§ 1º - Os órgãos e entidades indicarão seus representantes, um titular e um suplente, que serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - O Secretário Municipal da Agricultura e abastecimento será o coordenador da junta de administração.

§ 3º - O mandato dos representantes nomeados componentes da junta de administração será de dois anos, podendo ser reconduzido por mais uma vez, ficando expressamente vedado o terceiro mandato.

Art. 6º - A junta de administração terá as seguintes atribuições:

a - elaborar um regulamento a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;

b - receber, analisar e aprovar ou não os pedidos de financiamento;

c - exigir Termo de Responsabilidade do órgão ou entidade e do técnico encarregado pelo projeto;

d - apresentar relatórios semestrais ao Prefeito Municipal sobre o andamento de cada projeto financiado pelo PROFINAGRO;

e - propor medidas de aperfeiçoamento do PROFINAGRO.

Parágrafo único - A junta de administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocada por seu coordenador ou pela maioria dos seus membros.

Art. 7º - Os pedidos de financiamento deverão ser encaminhados ao PROFINAGRO acompanhados de projetos elaborados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, pelo escritório municipal da EMATER, pelos departamentos técnicos das Cooperativas ou pelos profissionais autônomos que prestam assistência técnica ao agricultor do Município.

...

Art. 8º - O pagamento do financiamento será efetuado no sistema troca-troca.

Parágrafo único - Na ocasião da liberação do financiamento o valor será convertido em quilos ou litros do produto objeto do incentivo.

Art. 9º - Dependendo dos recursos disponíveis, o PROFINAGRO deverá alterar até o dobro do valor dos financiamentos previstos no art. 3º desta lei.

Art. 10 - Para cobertura das despesas geradas por este projeto de lei serão indicadas as dotações orçamentárias próprias existentes na Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

LEI Nº 1.520, de 25 de novembro de 1994.

"Institui a nível municipal o cumprimento do Código Florestal no que se refere a cobertura vegetal mínima nas margens de mananciais hídricos".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir a preservação permanente das florestas e outras formas de vegetação natural ao longo dos rios ou qualquer curso d'água, ao redor de lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, que para efeito desta Lei são genericamente denominados de mananciais hídricos, bem como pela reposição de florestas quando a cobertura vegetal nestas margens é inferior ao estabelecido no Código Florestal Brasileiro, a saber:

a - 30 m para os cursos d'água de menos de 10 m de largura;

b - 50 m para os cursos d'água que tenham de 10 m a 50 m de largura;

c - 100 m para os cursos d'água que tenham de 50 m a 200 m de largura;

d - 200 m para os cursos d'água que tenham de 200 m a 600 m de largura;

e - 500 m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatórios d'água existentes na sua área de jurisdição, cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal.

§ 1º - As áreas que por Lei deveriam estar sob cobertura vegetal, ficam imediatamente indisponíveis para qual-

...

quer atividade que não seja a de florestamento ou reflorestamento.

§ 2º - O florestamento ou reflorestamento das margens de mananciais hídricos até a faixa mínima exigida em Lei, será feito unicamente com essências florestais nativas.

§ 3º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários.

§ 4º - Fica o prorietário das áreas que margeiam os mananciais hídricos obrigado a abrir as covas, fornecer a mão-de-obra para o plantio das mudas, fornecer as estacas e o material para a fixação das mudas após o plantio, controlar as pragas e insetos, manter a Prefeitura informada sobre a necessidade de replantios e cumprir as determinações técnicas emitidas pela Prefeitura.

§ 5º - Na propriedade que se negar a participar da reposição florestal, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais, num prazo de dois anos, das despesas efetuadas pela Municipalidade, em valores atualizados.

Art. 3º - O diagnóstico da cobertura vegetal existente nas margens dos mananciais hídricos será renovado pela Prefeitura de cinco em cinco anos.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal se habilitará junto aos órgãos ambientais federais e estaduais para executar todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, nas questões ambientais, num prazo de um ano.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.520, de 25 de novembro de 1994.

"Institui a nível municipal o cumprimento do Código Florestal no que se refere a cobertura vegetal mínima nas margens de mananciais hídricos".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir a preservação permanente das florestas e outras formas de vegetação natural ao longo dos rios ou qualquer curso d'água, ao redor de lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, que para efeito desta Lei são genericamente denominados de mananciais hídricos, bem como pela reposição de florestas quando a cobertura vegetal nestas margens é inferior ao estabelecido no Código Florestal Brasileiro, a saber:

a - 30 m para os cursos d'água de menos de 10 m de largura;

b - 50 m para os cursos d'água que tenham de 10 m a 50 m de largura;

c - 100 m para os cursos d'água que tenham de 50 m a 200 m de largura;

d - 200 m para os cursos d'água que tenham de 200 m a 600 m de largura;

e - 500 m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatórios d'água existentes na sua área de jurisdição, cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal.

§ 1º - As áreas que por Lei deveriam estar sob cobertura vegetal, ficam imediatamente indisponíveis para qual-

...

quer atividade que não seja a de florestamento ou reflorestamento.

§ 2º - O florestamento ou reflorestamento das margens de mananciais hídricos até a faixa mínima exigida em Lei, será feito unicamente com essências florestais nativas.

§ 3º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários.

§ 4º - Fica o prorietário das áreas que margeiam os mananciais hídricos obrigado a abrir as covas, fornecer a mão-de-obra para o plantio das mudas, fornecer as estacas e o material para a fixação das mudas após o plantio, controlar as pragas e insetos, manter a Prefeitura informada sobre a necessidade de replantios e cumprir as determinações técnicas emitidas pela Prefeitura.

§ 5º - Na propriedade que se negar a participar da reposição florestal, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais, num prazo de dois anos, das despesas efetuadas pela Municipalidade, em valores atualizados.

Art. 3º - O diagnóstico da cobertura vegetal existente nas margens dos mananciais hídricos será renovado pela Prefeitura de cinco em cinco anos.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal se habilitará junto aos órgãos ambientais federais e estaduais para executar todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, nas questões ambientais, num prazo de um ano.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.520, de 25 de novembro de 1994.

AÇÃO DIRETA INCONSTITUCIONALIDADE

"Institui a nível municipal o cumprimento do Código Florestal no que se refere a cobertura vegetal mínima nas margens de mananciais hídricos".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir a preservação permanente das florestas e outras formas de vegetação natural ao longo dos rios ou qualquer curso d' água, ao redor de lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, que para efeito desta Lei são genericamente denominados de mananciais hídricos, bem como pela reposição de florestas quando a cobertura vegetal nestas margens é inferior ao estabelecido no Código Florestal Brasileiro, a saber:

a - 30 m para os cursos d'água de menos de 10 m de largura;

b - 50 m para os cursos d'água que tenham de 10 m a 50 m de largura;

c - 100 m para os cursos d'água que tenham de 50 m a 200 m de largura;

d - 200 m para os cursos d'água que tenham de 200 m a 600 m de largura;

e - 500 m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatórios d'água existentes na sua área de jurisdição, cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal.

§ 1º - As áreas que por Lei deveriam estar sob cobertura vegetal, ficam imediatamente indisponíveis para qual-

...

quer atividade que não seja a de florestamento ou reflorestamento.

§ 2º - O florestamento ou reflorestamento das margens de mananciais hídricos até a faixa mínima exigida em Lei, será feito unicamente com essências florestais nativas.

§ 3º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários.

§ 4º - Fica o prorietário das áreas que margeiam os mananciais hídricos obrigado a abrir as covas, fornecer a mão-de-obra para o plantio das mudas, fornecer as estacas e o material para a fixação das mudas após o plantio, controlar as pragas e insetos, manter a Prefeitura informada sobre a necessidade de replantios e cumprir as determinações técnicas emitidas pela Prefeitura.

§ 5º - Na propriedade que se negar a participar da reposição florestal, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais, num prazo de dois anos, das despesas efetuadas pela Municipalidade, em valores atualizados.

Art. 3º - O diagnóstico da cobertura vegetal existente nas margens dos mananciais hídricos será renovado pela Prefeitura de cinco em cinco anos.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal se habilitará junto aos órgãos ambientais federais e estaduais para executar todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, nas questões ambientais, num prazo de um ano.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

Veto Rejeitado

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

À Comissão Técnica
Em 06/09/94
Presidente

Projeto de lei nº 1.936/94

APROVADO
Em 17/08/94
PRESIDENTE

"Institui a nível municipal o cumprimento do Código Florestal no que se refere a cobertura vegetal mínima nas margens de mananciais hídricos".

Vetado

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir a preservação permanente das florestas e outras formas de vegetação natural ao longo dos rios ou qualquer curso d' água, ao redor de lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, que para efeito desta Lei são genericamente denominados de mananciais hídricos, bem como pela reposição de florestas quando a cobertura vegetal nestas margens é inferior ao estabelecido no Código Florestal Brasileiro, a saber:

a - 30 m para os cursos d'água de menos de 10 m de largura;

b - 50 m para os cursos d'água que tenham de 10 m a 50 m de largura;

c - 100 m para os cursos d'água que tenham de 50 m a 200 m de largura;

d - 200 m para os cursos d'água que tenham de 200 m a 600 m de largura;

e - 500 m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m.

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatórios d'água existentes na sua área de jurisdição, cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal.

§ 1º - As áreas que por lei deveriam estar sob cobertura vegetal, ficam imediatamente indisponíveis para qual-

...

RECEBIDO EM 23/08/94

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Sanciona-se em 23/08/94
Lei nº
Prefeito Municipal

quer atividade que não seja a de florestamento ou reflorestamento;

§ 2º - O florestamento ou reflorestamento das margens de mananciais hídricos até a faixa mínima exigida em Lei será feito unicamente com essências florestais nativas;

§ 3º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários;

§ 4º - Fica o proprietário das áreas que margeiam os mananciais hídricos obrigado a abrir as covas, fornecer a mão-de-obra para o plantio das mudas, fornecer as estacas e o material para a fixação das mudas após o plantio, controlar as pragas e insetos, manter a Prefeitura informada sobre a necessidade de replantios e cumprir as determinações técnicas emitidas pela Prefeitura;

§ 5º - Na propriedade que se negar a participar da reposição florestal, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais, num prazo de dois anos, das despesas efetuadas pela Municipalidade, em valores atualizados.

Art. 3º - O diagnóstico da cobertura vegetal existente nas margens dos mananciais hídricos será renovado pela Prefeitura de cinco em cinco anos.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal se habilitará junto aos órgãos ambientais federais e estaduais para executar todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, nas questões ambientais, num prazo de um ano.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1994.

Ver. Clédio Pereira

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dr. Luiz Fernando

Of. n. 116 /96 -GP Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1996.

SENHOR: PREFEITO:

Tendo em vista os termos do art. 215, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, comunico-lhe que o egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão do dia 26.02 p.p., apreciou o Processo n. 595146366, , cuja decisão consta na tira de julgamento em anexo.

Oportunamente enviarei cópia do acórdão da referida decisão.

No ensejo, apresento-lhe minhas cordiais saudações.

Des. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
DD. PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE
TAQUARI - RS

PJ - 286-0

EDITAL N. 00002 DE 14/02/96

D. DA JUSTICA N. 00813 DE 21/02/96

SESSAO DE 26/ FEVEREIRO /1996.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTICA

SECRETARIO

ACAO DIRETA DE INCON / ARGUICAO DE INCONSTITUC.
TRIBUNAL PLENO TJ

PROC. N. 595146366 DE PORTO ALEGRE

NOME DAS PARTES :

EXMO SR PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI — PROPONENTE

CAMARA MUNICIPAL DE TAQUARI — REQUERIDO(A)

EXMO SR DR PROCURADOR GERAL DO ESTADO — INTERESSADO(A)

DES JOSE MARIA ROSA TESHEINER	REL
DES LUIZ FELIPE AZEVEDO GOMES	REV
DES ADROALDO FURTADO FABRICIO,	PRESIDENTE
DES JOSE VELLINHO DE LACERDA	
DES LUIZ MELIBIO U MACHADO	
DES SERGIO PILLA DA SILVA	
DES JOAO AYMORE BARROS COSTA	
DES CACILDO DE ANDRADE XAVIER	
DES ALFREDO GUILHERME ENGLERT	
DES CLARINDO FAVRETTO	
DES NILO WOLFF	
DES ELVIO SCHUCH PINTO	
DES ANTONIO CARLOS N MANGABEIRA	
DES LUIZ GONZAGA PILA HOFMEISTER	
DES JOSE EUGENIO TEDESCO	
DES ALCEU BINATO DE MORAES	
DES OSVALDO STEFANELLO	
DES LUIZ FELIPE V DE MAGALHAES	
DES SERGIO JOSE DULAC MULLER	
DES PAULO A MONTE LOPES	
DES SERGIO GISCHKOW PEREIRA	
DES ELISEU GOMES TORRES	
DES SALVADOR HORACIO VIZZOTTO	
DR VOLTAIRE DE LIMA MORAES	PRO

D E C I S A O

"A UNANIMIDADE, JULGARAM PROCEDENTE EM PARTE."

"QUALIDADE PROCERGS - FAZENDO SEMPRE MELHOR!!"

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. Nº 413 /96 -STP

Porto Alegre, 08 de julho de 1996.

Senhor Prefeito:

Envio-lhe, em anexo, cópia reprográfica do acórdão proferido na Ação direta de Inconstitucionalidade n.595146366, de Porto Alegre, em que figuram como proponente Vossa Excelência e, como requerida, a colenda Câmara Municipal dessa cidade.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência minhas cordiais saudações.

Des. Adroaldo Furtado Fabrício
Presidente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR.
RENATO BATISTA DOS SANTOS
DD. PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TAQUARI
TAQUARI / RS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JMRT

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 1.520, de 25.11.94. Ação julgada procedente em parte.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	**TRIBUNAL PLENO**
Nº 595146366	**PORTO ALEGRE**
EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,	**PROPONENTE;**
CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI,	**REQUERIDA;**
EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,	**INTERESSADO.**

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça, à unanimidade, julgar procedente em parte a ação, o que decidem de conformidade e pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas, que integram o presente acórdão.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do sig-

signatário, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Adroaldo Furtado Fabrício - Presidente, José Vellinho de Lacerda, Luiz Melíbio U. Machado, Sergio Pilla da Silva, João Aymoré Barros Costa, Cacildo de Andrade Xavier, Alfredo Guilherme Englert, Clarindo Favretto, Nilo Wolff, Élvio Schuch Pinto, Antônio Carlos N. de Mangabeira, Luiz Gonzaga Pila Hofmeister, José Eugênio Tedesco, Alceu Binato de Moraes, Osvaldo Stefanello, Luiz Felipe V. de Magalhães, Sérgio Müller, Paulo A. Monte Lopes, Sérgio Gischkow Pereira, Eliseu Gomes Torres, Luiz Felipe Azevedo Gomes e Salvador Horácio Vizzotto.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1996.

Des. JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER,
Relator.

RELATÓRIO

O DES. JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER (RELATOR) - Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, tendo por objeto a Lei nº 1.520, de 25 de novembro de 1994, do Município de Taquari, que assim dispõe:

"Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a garantir a preservação permanente das florestas e outras formas de vegetação natural ao

longo dos rios ou qualquer curso d'água, ao redor de lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, que para efeito desta lei são genericamente denominados de mananciais hídricos bem como pela reposição de florestas quando a cobertura vegetal nestas margens é inferior ao estabelecido no Código Florestal Brasileiro, a saber:

a - 30 m para os cursos d'água de menos de 10 m de largura;

b - 50 m para os cursos d'água que tenham de 10 m a 50 m de largura;

c - 100 m para os cursos d'água que tenham de 50 m a 200 m de largura;

d - 200 m para os cursos d'água que tenham de 200 m a 600 m de largura;

e - 500 m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 m.

"Art. 29 - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a diagnosticar a cobertura vegetal existente na margem dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatório d'água existentes na sua área de jurisdição, cadastrando os pro-

proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal.

§ 1º - As áreas que por Lei deveriam estar sob cobertura vegetal, ficam imediatamente indisponíveis para qualquer atividade que não seja a de florestamento ou reflorestamento.

§ 2º - O florestamento ou reflorestamento das margens de mananciais hídricos até a faixa mínima exigida em Lei será feito unicamente com essências florestais nativas.

§ 3º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários.

§ 4º - Fica o proprietário das áreas que margeiam os mananciais hídricos obrigado a abrir as covas, fornecer a mão-de-obra para o plantio das mudas, fornecer as estacas e o material para a fixação das mudas após o plantio, controlar as pragas e insetos, manter a Prefeitura informada sobre a necessidade de replantios e cumprir as determinações técnicas emitidas pela Prefeitura.

§ 5º - Na propriedade que se negar a participar

da reposição florestal, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais, num prazo de dois anos, das despesas efetuadas pela Municipalidade, em valores atualizados.

"Art. 3º - O diagnóstico de cobertura vegetal existente nas margens dos mananciais hídricos será renovado pela Prefeitura de cinco em cinco anos.

"Art. 4º - A Prefeitura Municipal se habilitará junto aos órgãos ambientais federais e estaduais para executar todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, nas questões ambientais, num prazo de um ano.

"Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

O Proponente argumenta:

O art. 2º obriga a Prefeitura Municipal a 'diagnosticar a cobertura vegetal existente...', bem como a cuidar da 'indisponibilidade' de certas áreas, do 'florestamento ou reflorestamento', do fornecimento de mudas, de obrigações dos proprietários 'das áreas que mar-

margeiam os mananciais hídricos', da sanção ao proprietário omisso. O art. 3º prevê renovação qüinqüenal do 'diagnóstico da cobertura vegetal'. O art. 5º cuida da habilitação do Município para as competências previstas na Lei.

2. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição, nos termos prescritos pelo art. 24, VI, da Constituição da República.

A preservação das florestas, fauna e flora constitui competência comum das três órbitas da Administração Pública (art. 23, VII/CF).

Aos Municípios, como se sabe, compete 'suplementar a legislação federal e a estadual no que couber' (art. 30, II/CF).

O Código Florestal - Lei 4771, de 15.09.65, alterado pela Lei nº 7803, de 18.07.89 - preceitua:

'Art. 22 - A União, diretamente, através do órgão executivo específico, ou em convênio com os Estados e Municípios, fiscalizará a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis .

Parágrafo único - Nas áreas urbanas, a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta lei, a fiscalização é da competência dos municípios, atuando a União supletivamente.'

O referido parágrafo único do art. 2º considera áreas urbanas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal.

3. É da competência municipal fiscalizar o cumprimento das normas do Código Florestal nas 'áreas urbanas'. A Lei nº 1.520/94, além de legislar para a 'área do município' (e não apenas para a urbana), dispõe sobre matéria legislada pela União sobre flora, meio ambiente, florestas. Ao Município está assegurada competência de suplementar a legislação federal e estadual (art. 30, II/CF). Medidas regulamentadoras ou até legislativas para preservar florestas, a fauna e flora diante das regras da lei federal e estadual. Mas a lei argüida é lei 'concorrente', dispondo onde lei de superior hierarquia disciplinou a mesma matéria.

Se a Constituição não define os casos de competência suplementar do Município, certo é também que tal competência não envolve matéria sobre a qual a União e o Estado devem legislar ou já legislaram. Ao Município cabem medidas regulamentares e executivas em cumprimento ao estabelecido pelas competências legislativas da União e do

Estado, ou até expedição de lei, suplementar, para o bom cumprimento do que está definido como da alçada local.

No exercício da função de 'proteger o meio ambiente', 'preservar as florestas, a flora e a fauna', as medidas necessárias por parte do Município implicam em criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública'. Como toda gestão administrativa, também aí indispensáveis são os recursos, tanto financeiros e materiais como humanos, previstos e disciplinados por instrumentos adequados, sejam leis, sejam regulamentos dispondo sobre o funcionamento da máquina administrativa do Município. A iniciativa, seja de ordem legislativa, seja administrativa e regulamentar, é privativa do Chefe do Poder Executivo. Independência e harmonia dos Poderes exigem, em primeiro lugar, autonomia no exercício das funções próprias do Executivo e do Legislativo. Um não depende do outro para desempenhar suas atribuições. Na espécie, a Câmara Municipal prescreve um verdadeiro programa de ação em matéria de fiscalização e controle, indo muito além da competência municipal supletiva. Institui normas e obrigações não previstas e nem autorizadas por lei federal ou estadual.

ISTO POSTO, é ajuizada a presente ação direta perante este Egrégio Tribunal de Justiça, esperando seja declarada a INCONSTITUCIONALIDADE formal da Lei nº 1.520, de 25.11.94, promulgada pela Câmara Municipal, por

conflitante com os artigos 8º, 10, 13, V (parcial), e 60, II, d), da Constituição do Estado.

A lei ora argüida impõe obrigações e cria despesas ao Poder Executivo. Ao mesmo tempo prescreve normas que extrapolam a competência legislativa municipal suplementar. Dispõe sobre matéria expressamente prevista no Código Florestal da União, bem como no Código Florestal Estadual - Lei nº 9519, 21.01.92. Além de a Prefeitura Municipal ficar 'obrigada a garantir a preservação das florestas e outras formas de vegetação deverá ainda diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios..., assim como 'fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários'. Se o proprietário se negar a reflorestar, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais... Como visto, um elenco de responsabilidades para a Administração são introduzidas por decisão da Câmara, promulgando lei. Ainda que o Poder Executivo Municipal não tenha competência para a prática de tais atos e nem conte com os recursos humanos e financeiros para a sua execução, poderá ser responsabilizado pelo não cumprimento da lei local (crime de responsabilidade), razão por que se justifica a concessão de MEDIDA CAUTELAR, ora requerida, para suspender os efeitos da Lei nº 1.520/94. Definidas se encontram as responsabilidades do Município na Lei 7.803/89, especificamente ao dar nova redação ao art. 22 do Código Florestal e demais legislação pertinente."

Foi negada a liminar e negado provimento ao agravo regimental interposto dessa decisão.

O Senhor Procurador-Geral do Estado ofereceu defesa e o Sr. Procurador-Geral de Justiça emitiu parecer, opinando pela procedência da ação em parte, "para que se declare a inconstitucionalidade das expressões 'cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal' do artigo 2º, *caput*, bem como dos parágrafos 3º e 5º do mesmo artigo, e ainda do artigo 4º, todos da Lei nº 1.520/94, de Taquari, por ofensa ao artigo 10 da Constituição Estadual".

É o relatório.

V O T O

O DES. JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER (RELATOR) - 1. Alega-se "afronta ao artigo 8º da Carta Estadual, decorrente da inobservância de princípio constitucional federal segundo o qual os Municípios não possuem competência concorrente para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (CF, art. 24, VI)".

Ora, "a Lei 1.510/94, de Taquari, traça metas objetivando o cumprimento, pelo Município, das regras do Código Florestal (Lei Federal 4.771/65), sem, contudo, produzir qualquer alteração no conteúdo desta lei de maior hierarquia.

Destina-se, especificamente, a viabilizar o cumprimento do contido no parágrafo único do artigo 22 do Código Florestal, transcrito na inicial, sem, contudo, alargar o poder-dever de fiscalização municipal previsto na lei federal.

Assim, não invadiu competência legislativa concorrente da União e do Estado, mas restringiu-se aos limites da competência suplementar que é assegurada ao Município pelo artigo 30, II, da Carta Federal.

Cumpre, a bem da verdade, rebater a afirmativa posta na inicial, segundo a qual a Lei 1.520/94 legislou 'para a área do Município' (e não apenas para a urbana), com o que, efetivamente, estaria ampliando o poder-dever de fiscalização municipal.

Ocorre que a lei impugnada não se refere, em momento algum, à área do Município. Ao contrário, somente estabelece, no artigo 2º, a obrigação do Município de diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios, etc., 'existentes na sua área de jurisdição'.

Não obstante a imprecisão técnica decorrente do emprego do termo *jurisdição*, evidentemente que a área a que se refere o dispositivo há de ser sistematicamente interpretada como *aquela definida no Código Florestal*, ou seja, a *área urbana*.

Afinal, a lei em tela foi editada para possibilitar o cumprimento do Código Florestal, como ela própria afirma.

Então, os atos de fiscalização nela comandados restringem-se, obviamente, à área urbana.

Não havendo, em conseqüência, incompatibilidade direta com o texto da Lei Maior, porque em nada atingida a competência legislativa da União e do Estado, não se pode falar em malferimento ao artigo 8º da Carta Estadual.

A respeito, válida a lição de José Afonso da Silva, *in* Curso de Direito Constitucional Positivo, 9ª ed., 3ª tiragem, p. 441:

> 'A Constituição não situou os Municípios na área de competência concorrente do art. 24, mas lhes outorgou competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber, o que vale possibilitar-lhes disporem especialmente so-

sobre as matérias ali arroladas e aquelas a respeito das quais se reconheceu à União apenas a normatividade geral.'"

Subscrevendo essas ponderações do ilustrado Procurador-Geral de Justiça, rejeito a alegação de afronta ao artigo 8º da Constituição Estadual.

2. O artigo 13, V, dispõe ser da competência do Município, além da prevista na Constituição Federal e ressalvada a do Estado "V - promover a proteção ambiental, preservando os mananciais e coibindo práticas que ponham em risco a função ecológica da fauna e da flora, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade". Não é outra a finalidade da lei impugnada, motivo por que não há que se falar em violação dessa norma.

3. Do artigo 60, II, d, da Constituição do Estado, resulta que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou órgãos da administração pública."

Todavia, como bem observado na defesa do culto Procurador-Geral do Estado, a lei em tela não está a criar, estruturar ou definir atribuições de Secretarias ou órgãos da administração pública.

E dizer que o Município está obrigado a fiscalizar a preservação da cobertura vegetal nos locais definidos, reproduzindo texto de lei federal, não induz à conclusão de que o Poder Legislativo está se imiscuindo na distribuição das atribuições dos órgãos da administração pública.

Tal espaço ficou reservado à atuação regulamentar do Prefeito Municipal, que cometerá as tarefas aos órgãos que entender, segundo seus critérios, de conveniência administrativa.

Com isso, verifica-se que a matéria não é daquelas que exigem iniciativa privativa do Chefe do Executivo, motivo pelo qual não há violação do artigo 60, II, da Constituição do Estado.

4. Trata-se, agora, de examinar a alegação de afronta ao artigo 10 ("São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.").

Como se consignou no relatório, a Procuradoria-Geral de Justiça entende que violam o princípio da separação de Poderes as expressões e dispositivos da lei impugnada, abaixo sublinhados:

Art. 2º - Fica a Prefeitura Municipal

obrigada a diagnosticar a cobertura vegetal, existente nas margens dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatórios d'água existentes na sua área de jurisdição, cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal.

§ 3º - Fica a Prefeitura Municipal obrigada a fornecer as mudas, orientação e supervisão técnica aos proprietários.

§ 5º - Na propriedade que se negar a participar da reposição florestal, fica a Prefeitura obrigada a fazê-lo, cabendo ao proprietário omisso o ressarcimento aos cofres municipais, num prazo de dois anos, das despesas efetuadas pela Municipalidade, em valores atualizados.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal se habilitará junto aos órgãos ambientais federais e estaduais para executar todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, nas questões ambientais, num prazo de um ano.

Esse entendimento foi assim fundamentado:

"A Lei nº 1520/94, de Taquari, contém partes que ultrapassam a área de atuação do Poder Legislativo, passando a conter comandos que representam indevida ingerência em ATOS TÍPICOS DE ADMINISTRAÇÃO.

"Assim, no artigo 2º, *caput*, quando se trata da obrigação do Município de 'diagnosticar a cobertura vegetal existente nas margens dos rios, cursos d'água e ao redor dos lagos, lagoas ou reservatórios d'água existentes na área de sua jurisdição', o legislador municipal vai além, determinando ao Administrador a FORMA de realizar tal diagnóstico, obrigando-o a CADASTRAR os proprietários que estão com a cobertura vegetal em desacordo com o Código Florestal.

Assim, as expressões 'cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal', do referido artigo 2º, *caput*, acarretam afronta ao artigo 10 da CE, na medida em que a instituição, ou não, de cadastro, é matéria a ser decidida pelo Administrador, que sempre poderá optar por outro meio de controle no cumprimento da própria lei.

A permanecer a exigência, violado o

princípio de independência entre os Poderes Municipais.

Da mesma forma, os parágrafos 3º e 5º do artigo 2º da lei impugnada criam obrigações ao Poder Executivo, cujo cumprimento ensejará aplicação de recursos financeiros dos cofres municipais, traçando a forma de agir à Administração que, assim, vê-se alijada do exercício, que lhe é peculiar, do poder de polícia.

.....

Finalmente, o artigo 4º da Lei 1.520/94, de Taquari, também acarreta afronta ao princípio da independência entre os Poderes, na medida em que obriga o Chefe do Executivo a promover a 'habilitação' da Prefeitura Municipal junto a órgãos ambientais federais e estaduais para a execução de todas as atividades legalmente delegáveis à Municipalidade, no prazo de um ano.

Ora, mais uma vez cumpre ressaltar que a análise dos critérios de oportunidade e conveniência da celebração de convênios ou instrumentos outros entre o Município e outras esferas de administração cabe ao Chefe do Poder Executivo.

Não pode a Câmara, em lei de sua iniciativa, obrigar o Prefeito a 'habilitar' a Prefeitura (*sic*) junto a órgãos federais e estaduais, sem que, com isso, atinja a independência do Administrador para a prática de ato administrativo que só a ele incumbe, segundo seus critérios e discricionariedade."

Subscrevendo essas considerações, julgo procedente em parte a ação, para declarar a inconstitucionalidade das expressões "cadastrando os proprietários que estão com a cobertura vegetal aquém dos limites mínimos estabelecidos pelo Código Florestal", do artigo 2º, bem como dos parágrafos 3º e 5º do mesmo artigo e, ainda, do artigo 4º, da Lei 1.520, de 25 de novembro de 1994, do Município de Taquari.

O SR. PRESIDENTE (DES. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO) - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 595146366, de Porto Alegre: "À unanimidade, julgaram procedente em parte."

RTD

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.521, de 25 de novembro de 1994.

"Dispõe sobre gastos com publicidade oficial por parte do Poder Executivo Municipal e regula essa atividade".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A publicidade e propaganda dos atos, programas, obras, serviços realizados e campanhas da Prefeitura deverá caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 2º - Na publicidade e propaganda da Prefeitura não poderá constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor do Município.

Art. 3º - Os comunicadores oficiais ou publicações legais, igualmente obedecerão os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Todos os gastos com publicidade, propaganda, divulgação de comunicadores oficiais ou publicações legais da Prefeitura, deverão ser remetidos mensalmente à Câmara de Vereadores, com as seguintes especificações:

a - órgão público responsável;

b - objetivo da publicidade ou propaganda;

c - veículo de comunicação utilizado;

d - empresa publicitária utilizada;

e - valor do contrato (mensal e total), discriminando o custo com produção e veiculação.

Art. 5º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exerçam.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.521, de 25 de novembro de 1994.

"Dispõe sobre gastos com publicidade oficial por parte do Poder Executivo Municipal e regula essa atividade".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A publicidade e propaganda dos atos, programas, obras, serviços realizados e campanhas da Prefeitura deverá caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 2º - Na publicidade e propaganda da Prefeitura não poderá constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor do Município.

Art. 3º - Os comunicadores oficiais ou publicações legais, igualmente obedecerão os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Todos os gastos com publicidade, propaganda, divulgação de comunicadores oficiais ou publicações legais da Prefeitura, deverão ser remetidos mensalmente à Câmara de Vereadores , com as seguintes especificações:

a - órgão público responsável;

b - objetivo da publicidade ou propaganda;

c - veículo de comunicação utilizado;

d - empresa publicitária utilizada;

e - valor do contrato (mensal e total), discriminando o custo com produção e veiculação.

Art. 5º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exerçam.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

Veto Rejeitado

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

À Comissão Técnica
Em 06/07/94
Presidente

Projeto de lei nº 1.946/94

APROVADO
Em 06/09/94
PRESIDENTE

"Dispõe sobre gastos com publicidade oficial por parte do Poder Executivo Municipal e regula essa atividade".

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - A publicidade e propaganda dos atos, programas, obras, serviços realizados e campanhas da Prefeitura deverá ter caracter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 2º - Na publicidade e propaganda da Prefeitura não poderá constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem ' promoção pessoal de autoridade ou servidor do Município.

Art. 3º - Os comunicadores oficiais ou publicações ' legais, igualmente obedecerão os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Todos os gastos com publicidade, propaganda, divulgação de comunicadores oficiais ou publicações legais da Prefeitura, deverão ser remetidos mensalmente à Câmara de Vereadores, com as seguintes especificações:

a - órgão público responsável;
b - objetivo da publicidade ou propaganda;
c - veículo de comunicação utilizado;
d - empresa publicitária utilizada;
e - valor do contrato (mensal e total), discriminando o custo com produção e veiculação.

Art. 5º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exerçam.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de junho de 1994.

Vetado totalmente
29/09/94

Ver. Clódio Pereira

RECEBIDO EM 08/09/94

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.521, de 25 de novembro de 1994.

"Dispõe sobre gastos com publicidade oficial por parte do Poder Executivo Municipal e regula essa atividade".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A publicidade e propaganda dos atos, programas, obras, serviços realizados e campanhas da Prefeitura deverá caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 2º - Na publicidade e propaganda da Prefeitura não poderá constar nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor do Município.

Art. 3º - Os comunicadores oficiais ou publicações legais, igualmente obedecerão os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Todos os gastos com publicidade, propaganda, divulgação de comunicadores oficiais ou publicações legais da Prefeitura, deverão ser remetidos mensalmente à Câmara de Vereadores , com as seguintes especificações:

a - órgão público responsável;

b - objetivo da publicidade ou propaganda;

c - veículo de comunicação utilizado;

d - empresa publicitária utilizada;

e - valor do contrato (mensal e total), discriminando o custo com produção e veiculação.

Art. 5º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exerçam.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 25 de novembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

Lei nº 1.522, de 13 de dezembro de 1994.

"Orçâ a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 1995."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito MUnicipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-A receita do Município de taquari para o exercício de 1995 é orçada em R$ 8.916.500,00 (Oito milhões, novecentos e dezes seis mil e quinhentos reais) e será arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES

I	-Receita tributária.....R$	277.000,00	
II	-Receita patrimonial.....R$	34.000,00	
III	-Transferências Correntes.....R$	7.519.000,00	
IV	-Outras Receitas Correntes.....R$	75.000,00	7.905.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

I	-Operações de Crédito.....R$	1.000.000,00	
II	-Alienação de Bens.....R$	10.000,00	
III	-Transferências de Capital.....R$	1.500,00	1.011.500,00
	Total da receita.....R$		8.916.500,00

ART. 2º-A Despesa do Município de Taquari para o exercício de 1995 e fixada em R$ 8.916.500,00 (Oito milhões, novecentos e dezes seis mil e quinhentos reais) e será realizada de acordo com as seguintes especificações, constantes nas tabelas anexas que ficam fazendo parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

I	-Despesas de Custeio.....	R$ 6.103.000,00	
II	-Transferências Correntes.....	R$ 535.000,00	6.638.000,00

DESPESAS DE CAPITAL

I	-Investimentos.....	R$ 1.973.500,00	
II	-Inversões Financeiras.....	R$ 70.000,00	
III	-Transferências de Capital.....	R$ 235.000,00	2.278.500,00
	Total da Despesa.....		R$ 8.916.500,00

ART. 3º-A presente Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 13 de dezembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração

Projeto de LEI N. 1.966/94

c/Emenda de 3109

APROVADO
Em 22/12/94
PRESIDENTE

À Comissão Técnica
Em 26/10/1994
Presidente

"ORCA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCICIO DE 1995."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

Faco saber, no uso das atribuicoes que me confere a Lei Organica do Municipio, que a Camara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1 - A receita do Municipio de Taquari para o exercio de 1995 e orcada em R$ 8.916.500,00(oito milhoes, novecentos e dezesseis mil e quinhentos reais) e sera arrecadada de acordo com a legislacao vigente, obedecendo a seguinte classificacao:

RECEITAS CORRENTES

I - Receita Tributaria.....	277.000,00	
II - Receita Patrimonial.....	34.000,00	
III- Transferencias Correntes.....	7.519.000,00	
IV - Outras Receitas Correntes.....	75.000,00	7.905.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

I - Operacoes de Credito.....	1.000.000,00	
II - Alienacao de Bens.....	10.000,00	
III- Transferencias de Capital.....	1.500,00	1.011.500,00
Total da Receita.....		8.916.500,00

ART. 2 - A despesa do municipio de Taquari para o exercicio de 1995 e fixada em R$ 8.916.500,00(oito milhoes novecentos e dezesseis mil e quinhentos reais) e sera realizada de acordo com as seguintes especificacoes, constantes nas tabelas anexas que ficam fazendo parte integrande desta Lei, obedecendo a seguinte classificacao:

DESPESAS CORRENTES

I - Despesas de Custeio.....	6.103.000,00	
II - Transferencias Correntes.....	535.000,00	6.638.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso II, e art. 161, inciso II), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1.966/94:

APROVADO
Em 23/11/94
PRESIDENTE

Emenda nº 1:

Suprima-se do projeto o art. 3º.

Justificativa

As autorizações de que trata o art. 3º do projeto de lei orçamentária não são obrigatórias. Neste caso, com a supressão da autorização para abertura de créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total autorizada, pretende-se evitar o remanejamento de rubricas do orçamento, tirando dotações previstas para uma finalidade e destinando a outras, sem autorização legislativa, em valor correspondente a R$ 1.783.300,00 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil e trezentos reais).

Do mesmo modo, no artigo citado, estaria o Município autorizado a realizar operações de crédito (empréstimos), sem limitação alguma em relação ao orçamento.

Em ambos os casos, havendo necessidade, poderá o Legislativo autorizar tal operação, mediante projeto específico.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1994.

Ver. Paulo Mulinari

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso II, e art. 161, inciso II), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 1.966/94:

APROVADO
Em 23/11/94
PRESIDENTE

Emenda nº 2:

Define prioridades na Secretaria de Obras e Saneamento - 07, Serviços Urbanos - 01, como segue:

10.91.575.1.021.000 - Asfaltamento e Calçamento de Ruas
4110000000 - Obras e Instalações

Asfaltamento da Avenida Vinte de Setembro e seu prolongamento; pavimentação do seguimento da Rua José Porfírio da Costa; calçamento da Rua da Paz, na parte ainda não pavimentada; pavimentação na Rua Eduardo Porto; calçamento na Rua Pontes Filho; pavimentação da Rua José Bizarro Neto; pavimentação da Rua Navegantes, dando acesso ao Passo da Barca; pavimentação da Rua Campo Romero, entre a Rua da Paz e José Porfírio da Costa.

APROVADO
Em 23/11/94
PRESIDENTE

Emenda nº 3:

Define prioridades na Secretaria de Obras e Saneamento - 07, Serviços Urbanos - 01, como segue:

10.76.449.0.000.000 - Sistemas de Esgotos
10.76.449.1.018.000 - Construção de Redes de Esgoto
4110000000 - Obras e Instalações

Construção de redes de esgotos pluviais e outros.

Rua Emílio Labres com a esquina e parte da Rua José Porfírio da Costa; Rua José Bizarro Neto; centro da Vila Ibrasa; Rua Carlos Cananéa Ribeiro e Rua João Pessoa.

Emenda nº 4:

Define prioridades na Secretaria de Obras e Saneamento - 07, Sub-Prefeituras - 03, como segue:

APROVADO
Em 23/11/94
PRESIDENTE

16.51.000.0.000.000 - Energia Elétrica
16.51.269.0.000.000 - Eletrificação Rural
16.51.269.1.026.000 - Construção e Ampliação de Rede Elétrica
4110000000 - Obras e Instalações

Construção de rede elétrica na localidade de Passo do Santa Cruz, de propriedade do senhor Gomercindo, no sentido Passo do Santa Cruz/Porto Grande, até a propriedade do senhor Manoel Antonio Rosa da Silva.

APROVADO Em 23/11/94 PRESIDENTE

Emenda nº 5:

Define prioridades na Secretaria de Educação e Cultura - 06, Secretaria de Educação e Cultura - 01, como segue:

08.46.000.0.000.000 - Educação Física e Desporto
08.46.228.0.000.000 - Parques Recreativos e Desportivos
08.46.228.1.012.000 - Construção e Ampl.Ginásio de Esportes
4110000000 - Obras e Instalações

Construção de ginásio de esportes junto ao Pavilhão Arthur da Costa e Silva; construção de quadra de esportes comunitária no Bairro Prado e Léo Alvim Faller; cobertura da quadra de esportes da Praça da Bandeira.

APROVADO Em 23/11/94 PRESIDENTE

Emenda nº 6:

Define prioridades na Secretaria de Educação e Cultura - 06, Secretaria de Educação e Cultura - 01, como segue:

08.48.000.0.000.000 - Cultura
08.48.246.0.000.000 - Patrim.Histórico, Artístico e Arqueolog.
08.48.246.2.016.000 - Reforma de Prédios Históricos
3120000000 - Material de Consumo
3132000000 - Outros Serviços e Encargos
4110000000 - Instalações

Recuperação do Theatro São João

APROVADO Em 23/11/94 PRESIDENTE

Emenda nº 7:

Define prioridades na Secretaria de Educação e Cultura - 06, Serviços Urbanos - 01, como segue:

10.91.000.0.000.000 - Transporte Urbano
10.91.575.0.000.000 - Vias Urbanas
10.91.575.1.020.000 - Construção de Pontes e Bueiros
4110000000 - Obras e Instalações

Construção de ponte na Rua Sete de Setembro, no prolongamento que dá acesso a Vila Planalto; pontilhão na estrada que dá acesso ao Passo do Santa Cruz, no Arroio das Pedras, próximo a propriedade do senhor José Roberto Vargas da Silva.

APROVADO Em 23/11/94 PRESIDENTE

Emenda nº 8:

Define prioridades na Secretaria de Educação e Cultura - 06, Secretaria de Educação e Cultura - 01, como segue:

08.42.000.0.000.000 - Ensino Fundamental
08.42.025.0.000.000 - Edificações Públicas
08.42.025.1.010.000 - Constr., Recup. e Ampl.Prédios Escolares

4110000000 - Obras e Instalações

Construção de escolas municipais nas proximidades do Salão Medeiros, no Rincão São José e Vila Planalto.

Emenda nº 9:

Define prioridades na Secretaria de Educação e Cultura - 06, Secretaria de Educação e Cultura - 01, como segue:

08.42.188.2.012.000 - Manut.do Ensino Fundamental
3111000000 - Pessoal Civil
3120000000 - Material de Consumo
3132000000 - Outros Serviços e Encargos

APROVADO
Em 23/12/94
PRESIDENTE

Implantar, em convênio com o Governo do Estado, o 1º grau noturno na Febem.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1994.

Ver. Manoel Lopes

DESPESAS DE CAPITAL

I - Investimentos.....	1.973.500,00	
II - Inversoes Financeiras.....	70.000,00	
III- Transferencias de Capital.....	235.000,00	2.278.500,00
Total da Despesa.....		8.916.500,00

ART. 3 - Fica o Prefeito Municipal autorizado, de conformidade com os artigos 7,42 e 43 da Lei Federal 4.320/64 a:

I - Abrir creditos suplementares ate o limite de 20%(vinte por cento)da despesa total autorizada.

II - Realizar em qualquer mes do exercicio financeiro, operacoes de credito por antecipacao da Receita, para atender a insuficiencia de caixa.

ART. 4 - A presente Lei entrara em vigor no dia 1 de Janeiro de 1995, revogadas as disposicoes em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Taquari, 01 de Janeiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

JOSE RENATO REIS DE JESUS
Secretario da Administracao

ADIN INCONSTITUCIONALIDADE
DE 28/9/96 - STF.
ADIN Nº 59 51 92480

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.523, de 19 de dezembro de 1994.

"Autoriza o Executivo a encaminhar, ao Legislativo Municipal, o movimento semanal das receitas e despesas".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o artigo 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal obrigado a publicar:

I - semanalmente, o boletim de caixa da semana anterior, enviando cópia à Câmara Municipal;

II - mensalmente:

a) o balancete da receita e da despesa;

b) o montante de cada um dos tributos arrecadados e a receita não tributáveis;

c) a relação das compras com respectivos preços e identificação dos fornecedores;

d) a relação das obras e serviços contratados, com os respectivos preços e identificação dos prestadores;

e) a relação dos participantes de licitações, com as respectivas propostas concorrentes.

Art. 2º - A publicação referida no artigo anterior deverá ser clara e objetiva, através da imprensa local e também afixada em local de fácil acesso ao público, nos prédios da Perfeitura e da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 19 de dezembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 1.523, de 19 de dezembro de 1994.

"Autoriza o Executivo a encaminhar, ao Legislativo Municipal, o movimento semanal das receitas e despesas".

ADROALDO DA SILVA COUTO, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o artigo 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal obrigado a publicar:

I - semanalmente, o boletim de caixa da semana anterior, enviando cópia à Câmara Municipal;

II - mensalmente:

a) o balancete da receita e da despesa;

b) o montante de cada um dos tributos arrecadados e a receita não tributáveis;

c) a relação das compras com respectivos preços e identificação dos fornecedores;

d) a relação das obras e serviços contratados, com os respectivos preços e identificação dos prestadores;

e) a relação dos participantes de licitações, com as respectivas propostas concorrentes.

Art. 2º - A publicação referida no artigo anterior deverá ser clara e objetiva, através da imprensa local e também afixada em local de fácil acesso ao público, nos prédios da Perfeitura e da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 19 de dezembro de 1994.

Ver. Adroaldo da Silva Couto
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Arsênio Pereira Cardoso
1º Secretário

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.524, de 22 de dezembro de 94. "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E APONTA RECURSOS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais, que me confere a Lei Orgânica do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica autorizada a abertura de um crédito no valor de R$ 1.010,00 (Hum mil e dez reais) para atender a seguinte despesa.

Gabinete do Prefeito

0201-4.2.5.0 - Aquisição de títulos representativos de capital já integralizado - **R$ 1.010,00**

0201-03051342- Aquisição de ações da CRT- **R$ 1.010,00**

ART. 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o art. 1º a redução da seguinte dotação orçamentária.

Secretaria do Planejamento

10.01-3.1.2.0- Material de consumo - **R$ 1.010,00**

03090432.007 - Manut.da Secret. do Planejamento - **R$ 1.010,00**

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário' esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 22 de dezembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ARNALDO DE FREITAS SILVEIRA
Secretário do Planejamento

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 21/12/94
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.977/94

A Comissão Técnica
Em 07/12/1994
Presidente

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E APONTA RECURSOS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais, que me confere a Lei Orgânica do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica autorizada a abertura de um crédito no valor de R$ 1.010,00 (Hum mil e dez reais) para atender a seguinte despesa.

Gabinete do Prefeito

0201-4.2.5.0 - Aquisição de títulos representativos de capital já integralizado - **R$ 1.010,00**

0201-03051342- Aquisição de ações da CRT- **R$ 1.010,00**

ART. 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o art. 1º a redução da seguinte dotação orçamentária.

Secretaria do Planejamento

10.01-3.1.2.0- Material de consumo - **R$ 1.010,00**

03090432.007 - Manut.da Secret. do Planejamento - **R$ 1.010,00**

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário' esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

ARNALDO DE FREITAS SILVEIRA
Secretário do Planejamento

Sanciona-se em 22/12/94
Lei 1529
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.525, de 23 de dezembro de 1994.

"Altera a tabela constante no artigo 2º da Lei 1039 de 15/12/80."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER no uso de minhas atribuíções que me confere a Lei orgânica do municipio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Dá nova denominação aos seguintes' cargos constantes do artigo 2º da Lei 1039 de 15/12/80:

01 Diretor de obras
01 Dirigente de núcleo serv. urbanos.
01 Encarregado transp. coletivo.
01 Assistente de gabinete.

Que passa ater a seguinte denominação:

01 Diretor depto de obras e edificações
01 Chefe Depto Saneamento e urbanismo.
01 Encarregado Depto de iluminação Pública.
01 Encarregado Depto de oficinas e garagem.

Artigo 2º - O padrão de referencia continuam ' os mesmos.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 de dezembro de 1994.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 21/12/94
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.972/94

"Altera a tabela constante no artigo 2º da Lei 1039 de 15/12/80."

À Comissão Técnica
Em 07/12/1994
Presidente

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER no uso de minhas atribuíções que me confere a Lei orgânica do municipio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Dá nova denominação aos seguintes cargos constantes do artigo 2º da Lei 1039 de 15/12/80:

01 Diretor de obras
01 Dirigente de núcleo serv. urbanos.
01 Encarregado transp. coletivo.
01 Assistente de gabinete.

Que passa ater a seguinte denominação:

01 Diretor depto de obras e edificações
01 Chefe Depto Saneamento e urbanismo.
01 Encarregado Depto de iluminação Pública.
01 Encarregado Depto de oficinas e garagem.

Artigo 2º - O padrão de referencia continuam os mesmos.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração

Sanciono-se em 23/12/94
Lei 1.525
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Lei nº 1.526, de 06 de janeiro de 1995.

"Altera a redação dos § 2º e 3º, do artigo 1º, da Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- O § 2º, do artigo 1º, da Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Av. Promissão..... 2.840 m²
Av. Vinte de Setembro.....11.756 m²
Rua Bertholdo Kern..... 8.013 m²
Rua Pontes Filho..... 4.960 m²
Rua Acacília Capelão Peres..... 6.320 m²
Rua José Porfírio da Costa..... 5.906 m²
Rua Eduardo Porto..... 2.160 m²
Rua 1º de Maio ..... 1.575 m²
Rua Ricardo Guimarães..... 1.224 m²
Rua José Bizarro Neto..... 5.028 m²
Rua Leonel Teodorico Alvim..... 1.260 m²

O § 3º, do artigo 1º, da Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º-As vias a serem beneficiadas com pavimentação de paralelepípedo ou asfalto, com as respectivas metragens são as seguintes:

Av. Getúlio Vargas..... 3.328 m²

Rua Pedro Renner..... 1.600 m²

Rua Doralino O. Reis..... 1.656 m²

Rua Osvaldo Michel..... 1.480 m²

Rua Manoel Conceição..... 1.776 m²

Rua Timóteo Junqueira dos Santos..... 3.872 m²

Rua Euclides da Cunha..... 7.328 m²

Rua João Pessoa..... 4.376 m²

Rua da Paz..... 1.422 m²

Artigo 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publica - ção, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 06 de janeiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração

RBS/VSR

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 04/01/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.982/95

Comissão Técnica
Em 04,01,95
Presidente

"Altera a redação dos § 2º e 3º, do artigo 1º, da Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- O § 2º, do artigo 1º, da Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Av. Promissão..... 2.840 m²

Av. Vinte de Setembro.....11.756 m²

Rua Bertholdo Kern..... 8.013 m²

Rua Pontes Filho..... 4.960 m²

Rua Acacília Capelão Peres..... 6.320 m²

Rua José Porfírio da Costa..... 5.906 m²

Rua Eduardo Porto..... 2.160 m²

Rua 1º de Maio ..... 1.575 m²

Rua Ricardo Guimarães..... 1.224 m²

Rua José Bizarro Neto..... 5.028 m²

Rua Leonel Teodorico Alvim..... 1.260 m²

O § 3º, do artigo 1º, da Lei nº 1.504, de 08 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º-As vias a serem beneficiadas com pavimentação de paralelepípedo ou asfalto, com as respectivas metragens são as seguintes:

Av. Getúlio Vargas..... 3.328 m²

Rua Pedro Renner..... 1.600 m²

Rua Doralino O. Reis..... 1.656 m²

Rua Osvaldo Michel..... 1.480 m²

Rua Manoel Conceição..... 1.776 m²

Rua Timóteo Junqueira dos Santos..... 3.872 m²

Rua Euclides da Cunha..... 7.328 m²

Rua João Pessoa..... 4.376 m²

Rua da Paz..... 1.422 m²

Artigo 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN

Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.527, de 23 de janeiro de 1995.

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I DO ART. 33 DA LEI Nº 1505,DE 14 DE SETEMBRO."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica alterada a redação do inciso I,do ART. 33º, da Lei nº 1505, de 14 de setembro, que passa a ser do seguinte teor:

ART. 33º -.....

INCISO I - O professor com habilitação específica de 2º grau magistério que tiver curso para lecionar para classe especial fará jus a 40% de gratificação; o professor que tiver curso de especialização de pré-escola e séries iniciais de no mínimo 120 horas de duração, fará jus a uma gratificação de 10% e , com estudos adicionais para atuar de 5ª a 6ª série, fará jus a uma gratificação de 10%. Estas gratificações terão como base o salário básico inicial.

ART. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 de janeiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

Lei 1527

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 18/01/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.980/94

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I DO ART. 33 DA LEI Nº 1505,DE 14 DE SETEMBRO."

À Comissão Técnica
Em 04/01/95
Presidente

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica alterada a redação do inciso I,do ART. 33º, da Lei nº 1505, de 14 de setembro, que passa a ser do seguinte teor:

ART. 33º -.....

INCISO I - O professor com habilitação específica de 2º grau magistério que tiver curso para lecionar para classe especial fará jus a 40% de gratificação; o professor que tiver curso de especialização de pré-escola e séries iniciais de no mínimo 120 horas de duração, fará jus a uma gratificação de 10% e , com estudos adicionais para atuar de 5ª a 6ª série, fará jus a uma gratificação de 10%. Estas gratificações terão como base o salário básico inicial.

ART. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

Sanciona-se em 23/01/95
Lei nº 1527
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Lei nº 1.528, de 01 de fevereiro de 95.

"ACRESCENTA ÍTEM AO ANEXO XI, DA LEI Nº 1.508 , DE 29 DE SETEMBRO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a CÂmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Anexo XI, da Lei nº 1508, de 29/09/94, o que segue:

ANEXO XI

Câmara Municipal de Vereadores

01 - .....

01 - .....

001 - .....

02 - .....

002 - .....

2.001- .....

Objetivo.....

Objetivo - Criar cargos em sua estrutura administrativa, necessários ao fiel cumprimento das funções que lhe são próprias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 1.996/95

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

"ACRESCENTA ÍTEM AO ANEXO XI, DA LEI Nº 1.508 , DE 29 DE SETEMBRO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a CÂmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado ao Anexo XI, da Lei nº 1508, de 29/09/94, o que segue:

ANEXO XI

Câmara Municipal de Vereadores

01 - .....

01 - .....

001 - .....

02 - .....

002 - .....

2.001- .....

Objetivo.....

Objetivo - Criar cargos em sua estrutura administrativa, necessários ao fiel cumprimento das funções que lhe são próprias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Sanciono-se em 01.02.95
Lei 1528
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.529, de 01 de fevereiro de 1995.

"Revoga a Lei nº 961, de 13/06/77, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica revogada a Lei nº 961, de 13 de junho de 1977.

ART. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 1.994/95

APROVADO
Em 31/01/95
PRESIDENTE

"Revoga a Lei nº 961, de 13/06/77, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica revogada a Lei nº 961, de 13 de junho de 1977.

ART. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Sanciono-se em 01/02/95
Lei 1529
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

CRIE COM TAQUARI

Arquive-se a presente
Lei - Em 20.06.77
Arquiv. 2º

Lei nº 961, de 13 de junho de 1977.

"Cria cargos de provimento em comissão, revoga a Lei nº 954, de 30.11.76 e dá outras providências".

[illegible] GREGORY, Presidente da Câmara Municipal de Taquari.

Faço saber, no uso das atribuições que me confere o artigo 37, § 2º da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - São criados os seguintes cargos, de provimento em comissão e as correspondentes funções gratificadas, na Câmara Municipal:

1 Assessor Legislativo - CC 6 ou FG 6

1 Assessor Contábil - CC 6 ou FG 6

Parágrafo único - A Mesa da Câmara fixará, por Portaria, dentro de 30 dias a partir da data da publicação desta lei, as atribuições correspondentes a cada um dos cargos constantes deste artigo, os serviços, bem como o rol de rotinas dos respectivos serviços.

Art. 2º - O Presidente da Câmara poderá designar qualquer dos titulares dos cargos criados pelo artigo 1º, para prestarem assessoramento às bancadas, mediante solicitação dos respectivos líderes, sem prejuízo de suas funções administrativas.

Art. 3º - A despesa decorrente da presente lei correrá à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 954, de 30 de novembro de 1976.

[illegible] Câmara Municipal de Taquari, 13 de junho de 1977.

Vereador Mário Gregory
Presidente

[illegible]

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.530, de 01 de fevereiro de 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR OPERAÇOES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que a Câmara Municipal autorizou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, em nome do município, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. contrato referente a uma operação de crédito para antecipação orçamentária, até o valor de CR$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observadas as condições, cláusulas e disposições de estilo do mesmo Banco em contratos dessa natureza.

Parágrafo ùnico - A operação deverá ser integralmente liquidada, no máximo, até 30 dias após o encerramento do exercício em que foi contratada.

Art. 2º - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a dar ao mesmo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., em caução ou penhor, em garantia da operação de que trata o artigo anterior, as parcelas que cabem a este município no "Fundo de Participação", resultante da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, referentes ao exercício de 1995, com a consequente retenção por parte do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., desses valores para aplicá-los na liquidação e resgate da operação de crédito de que trata esta lei.

Art. 3º - Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a se fazer apresentar por seu titular em todos os atos concorrentes ao ajuste e estipulação da operação ora autorizada, inclusive outorgando mandatos, assinando os papéis, contratos, títulos e o que mais necessário for para a boa execução de transação supra.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, **01 de fevereiro de 1995.**

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:
NELSON MARTIN
Secretário da Administração

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 1.997/95

APROVADO em 31/01/95 PRESIDENTE

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR OPERAÇOES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que a Câmara Municipal autorizou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, em nome do município, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. contrato referente a uma operação de crédito para antecipação orçamentária, até o valor de CR$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observadas as condições, cláusulas e disposições de estilo do mesmo Banco em contratos dessa natureza.

Parágrafo ùnico - A operação deverá ser integralmente liquidada, no máximo, até 30 dias após o encerramento do exercício em que foi contratada.

Art. 2º - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a dar ao mesmo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., em caução ou penhor, em garantia da operação de que trata o artigo anterior, as parcelas que cabem a este município no "Fundo de Participação", resultante da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, referentes ao exercício de 1995, com a consequente retenção por parte do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., desses valores para aplicá-los na liquidação e resgate da operação de crédito de que trata esta lei.

Art. 3º - Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a se fazer apresentar por seu titular em todos os atos concorrentes ao ajuste e estipulação da operação ora autorizada, inclusive outorgando mandatos, assinando os papéis, contratos, títulos e o que mais necessário for para a boa execução de transação supra.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Sanciona-se em 01/02/95
Lei 1.530
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:
NELSON MARTIN
Secretário da Administração

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

ANEXO 2

MINUTA - SUGESTÃO DE LEI AUTORIZANDO A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Lei Número:.....

.....de.....de.....de 19.....

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Prefeito Municipal de Iraquri .....do Estado do Rio Grande do Sul.

NOVO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES QUE A CÂMARA MUNICIPAL

Faço saber, que, AUTORIZOU E EU SANCIONO A SEGUINTE Lei:

Artigo Primeiro - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, em nome do município, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A. contrato referente a uma operação de crédito para antecipação de receita orçamentária, até o valor de CR$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), observadas as condições, cláusulas e disposições de estilo do mesmo Banco em contratos dessa natureza.

Parágrafo Único - A operação deverá ser integralmente liquidada, no máximo, até 30 dias após o encerramento do exercício em que foi contratada.

Artigo Segundo - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a dar ao mesmo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., em caução ou penhor, em garantia da operação de que trata o artigo anterior, as parcelas que cabem a este município no "Fundo de Participação", resultante da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, referentes ao exercício de 19.95..., com a conseqüente retenção por parte do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., desses valores para aplicá-los na liquidação e resgate da operação de crédito de que trata esta lei.

Artigo Terceiro - Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a se fazer apresentar por seu titular em todos os atos concernentes ao ajuste e estipulação da operação ora autorizada, inclusive outorgando mandatos, assinando os papéis, contratos, títulos e o que mais necessário for para a boa execução de transação supra.

Artigo Quarto - revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor nesta data.

Lei nº 1.531, de 01 de fevereiro de 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar por tempo determinado, servidores no Serviço Público Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Municí - pio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a contratar em caráter excepcional, pelo prazo de até 03 (três) meses, servidores para prestarem serviços na Construção do Ginásio de Esportes, renováveis por mais 03 (três) meses.

ART. 2º-Os cargos a serem contratados em contrato administrativo serão:

Pedreiro = 10	Servente = 12
Carpinteiro = 08	Ferreiro = 05

ART. 3º-A remuneração dos cargos a serem criados serão equivalentes ao recebido pelos servidores de igual função no quadro permanente do Município.

ART. 4º-Para a execução desta obra, com a criação destes cargos, não poderá o Poder Executivo contratar construtora.

ART. 5º-As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária prórpia.

ART. 6º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 1.993/95

Emenda nº 1
APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

"Autoriza o Poder Executivo a contratar por tempo determinado, servidores no Serviço Público Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, a contratar em carater excepcional, pelo prazo de até 03 (três) meses, servidores para prestarem serviços na Construção do Ginásio de Esportes, renováveis por mais 03 (três) meses.

ART. 2º-Os cargos a serem contratados em contrato administrativo serão:

Pedreiro = 10	Servente = 12
Carpinteiro =08	Ferreiro = 05

ART. 3º-A remuneração dos cargos a serem criados serão equivalentes ao recebido pelos servidores de igual função no quadro permanente do Município.

ART. 4º-Para a execução desta obra, com a criação destes cargos, não poderá o Poder Executivo contratar construtora.

ART. 5º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Rec. 31/01/95

Sanciona-se em 1º.02.95
Lei nº 1.531
Prefeito Municipal

1º/02/95

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

CÂMARA DE TAQUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, II), requer a Vossa Excelência a inclusão da seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 1.993/95:

Emenda nº 1:

Acrescente o seguinte artigo ao Projeto, onde couber, enumerando os seguintes, pela ordem:

"Art. - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria".

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 1995.

Ver. Juarez Nunes

Lei nº 1.531, de 01 de fevereiro de 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar por tempo determinado, servidores no Serviço Público Municipal e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Municí - pio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a contratar em caráter excepcional, pelo prazo de até 03 (três) meses, servidores para prestarem serviços na Construção do Ginásio de Esportes, renováveis por mais 03 (três) meses.

ART. 2º-Os cargos a serem contratados em contrato administrativo serão:

Pedreiro = 10	Servente = 12
Carpinteiro = 08	Ferreiro = 05

ART. 3º-A remuneração dos cargos a serem criados serão equivalentes ao recebido pelos servidores de igual função no quadro permanente do Município.

ART. 4º-Para a execução desta obra, com a criação destes cargos, não poderá o Poder Executivo contratar construtora.

ART. 5º-As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária prórpia.

ART. 6º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Lei nº 1.532, de 01 de fevereiro de 1995.

"Dá nova redação ao artigo nº 20, da Lei nº 1.493, de 07/06/94."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- O art. nº 20, da Lei nº 1.493, de 07/06/94, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a promover a divulgação do programa nos meios de comunicação, em todo o país, visando chamar os interessados a instalar-se no Município, como também auxiliar as entidades ACIT, CDL e AMPET em participações de interesse do programa, dentro e fora do país."

ART. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 31/01/95
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 1.998/95

"Dá nova redação ao artigo nº 20, da Lei nº 1.493, de 07/06/94."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- O art. nº 20, da Lei nº 1.493, de 07/06/94, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a promover a divulgação do programa nos meios de comunicação, em todo o país, visando chamar os interessados a instalar-se no Município, como também auxiliar as entidades ACIT, CDL e AMPET em participações de interesse do programa, dentro e fora do país."

ART. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Sanciona-se em 01/02/95
Lei 1.532
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.533, de 01 de fevereiro de 1995.

"CRIA CARGO EM COMISSAO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E RESPECTIVA FUNÇAO GRATIFICADA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criado o seguinte cargo de provimento em comissão: **"Assessor Executivo Comdecon CC2 - FG 2."**

ART. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração

De acordo com a Lei nº 1513, de 04 de novembro de 1994.

CARGO: ASSESSOR EXECUTIVO COMDECON

VENCIMENTO OU EQUIVALENTE: CC2 - FG2

ATRIBUIÇOES:

- receber, informar e apurar as reclamações de consumidores encaminhando-as, acompanhá-las, ou diligenciar diretamente procurando resolver o problema apresentado;
- por delagação de competência, autuar os infratores, aplicando sanções de ordem administrativa e pecuniária, inclusive, exercendo o poder de polícia municipal, e, encaminhando quando for o caso ao representante do Ministério Público Federal face a lesões aos direitos do consumidor;
- solicitar às polícias estadual e Federal a instauração de inquérito policial para a apuração de delito contra o consumidor;
- determinar a instauração de procedimento administrativo quanto a delitos praticados, contra o consumidor, por órgãos públicos municipais, da administração direta ou indireta, ou por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais;
- estabelecer rotinas que visem à melhoria do desempenho das atribuições da Comissão, e do próprio Escritório, quanto à prevenção e controle das relações de consumo;
- sugerir e incentivar a adoção de mecanismos de encaminhamento, aos juizados de Pequenas Causas, dos litígios de reduzido valor econômico referentes às relações de consumo;
- manter intercâmbio e desenvolver ações conjuntas com os municípios, associações comunitárias e demais entidades ligadas à proteção do consumidor;
- promover a articulação da Comissão com órgãos estaduais e federais de defesa do consumidor;
- denunciar publicamente, através da imprensa as empresas infratoras;
- exercer outras atribuições que forem determinadas e ou delegadas pela comissão.

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.979/94

A Comissão Técnica
Em 04/01/95
Presidente

"CRIA CARGO EM COMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E RESPECTIVA FUNÇÃO GRATIFICADA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica criado o seguinte cargo de provimento em comissão: **"Assessor Executivo Comdecon CC2 - FG 2."**

ART. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Rec. 31/01/95

NELSON MARTIN
Secretário da Administração

Sancione-se em 01/02/95
Lei 1.533
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

De acordo com a Lei nº 1513, de 04 de novembro de 1994.

CARGO: ASSESSOR EXECUTIVO COMDECON

VENCIMENTO OU EQUIVALENTE: CC2 - FG2

ATRIBUIÇOES:

- receber, informar e apurar as reclamações de consumidores encaminhando-as, acompanhá-las, ou diligenciar diretamente procurando resolver o problema apresentado;
- por delagação de competência, autuar os infratores, aplicando sanções de ordem administrativa e pecuniária, inclusive, exercendo o poder de polícia municipal, e, encaminhando quando for o caso ao representante do Ministério Público Federal face a lesões aos direitos do consumidor;
- solicitar às polícias estadual e Federal a instauração de inquérito policial para a apuração de delito contra o consumidor;
- determinar a instauração de procedimento administrativo quanto a delitos praticados, contra o consumidor, por órgãos públicos municipais, da administração direta ou indireta, ou por empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais;
- estabelecer rotinas que visem à melhoria do desempenho das atribuições da Comissão, e do próprio Escritório, quanto à prevenção e controle das relações de consumo;
- sugerir e incentivar a adoção de mecanismos de encaminhamento, aos juizados de Pequenas Causas, dos litígios de reduzido valor econômico referentes às relações de consumo;
- manter intercâmbio e desenvolver ações conjuntas com os municípios, associações comunitárias e demais entidades ligadas à proteção do consumidor;
- promover a articulação da Comissão com órgãos estaduais e federais de defesa do consumidor;
- denunciar publicamente, através da imprensa as empresas infratoras;
- exercer outras atribuições que forem determinadas e ou delegadas pela comissão.

Lei nº 1.534, de 01 de fevereiro de 1995.

"Dá nova redação ao artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-O artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"... Os incentivos financeiros compreendem:

I-Apoio financeiro de 50%, 60% ou 70% no primeiro ano; 40%, 50% ou 60% no segundo ano; 30%, 40% ou 50% nos demais anos, da parte destinada ao Município do ICMS transferido pelo estado, gerado pela Empresa beneficiária em virtude de Projeto implantado e amparado dentro das normas do PROTAQ;

II-Locação de áreas físicas pelo prazo de até 02 (dois) anos;

III-A locação referente ao item II poderá ser renovável por mais 06 (seis) meses.

Parágrafo 1º-Os percentuais de incentivos financeiros previstos no ítem I, deste artigo, serão concedidos de acordo com a faixa de incentivo prevista nº § 2º, do artigo 8º, correspondendo o percentual menor previsto em cada ano ao projeto que estiver na faixa mínima de pontuação, e os demais percentuais, aos que forem classificados nas faixas 'média' e 'máxima', respectivamente.

Parágrafo 2º-O apoio financeiro previsto no item I, deste artigo, será concedido mediante subvenção econômica prevista na Lei Orçamentária Municipal, pelo período de 03 (três) a 08 (oito) anos, que inicia 24 meses após a data da aprovação final do projeto, devendo os prazos e percentuais serem definidos pela comissão prevista no art. 18 e ratificados pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo 3º-Os benefícios financeiros de que trata o item I, serão liberados mensalmente, 24 meses após o mês gerador, sendo pagos em até 03 (três) dias úteis, após o efetivo recebimento pelo Município da totalidade de sua parcela de ICMS. O cálculo será realizado conforme fórmula abaixo:

- valor adicionado gerado pela Empresa beneficiária, corrigido monetariamente, que serviu de base de cálculo para o ICMS do mês.
- menos.
- média mensal corrigida dos valores adicionais gerados pela Empresa beneficiária, que serviram de base de cálculo para o ICMS nos trinta e seis (36) meses anteriores a data da ratificação do incentivo ao projeto pela Câmara de Vereadores.
- x (vezes) 0,75.
- : (dividido).
- valor adicionado total do estado que serviu de base para a distribuição aos municípios no mês do pagamento do benefício ou do último mês disponível, corrigido monetariamente.
- x (vezes).
- total distribuido a todos os Municípios pelo Estado, referente a ICMS, no mês do pagamento do benefício.
- x (vezes).
- percentual de apoio financeiro conforme este artigo.
- x (vezes).
- 50%, no 1º ano e 100%, a partir do 2º ano de pagamento do benefício.

Parágrafo 4º-As Empresas beneficiárias do PROTAQ, deverão apresentar os documentos que lhes forem exigidos pelo Município, sob pena de suspensão do recebimento dos incentivos.

Parágrafo 5º-O apoio financeiro no item I, é intransferível.

Parágrafo 6º-A Empresa que atrasar seus compromissos com o recolhimento do ICMS, terá suspenso o incentivo assegurado pelo artigo 6º, item I, até a regularização de sua situação, em relação ao débito.

Parágrafo 7º-Nos casos de relocalização, os critérios de incentivo serão definidos pela Comissão prevista no artigo 18, observados os princípios estabelecidos na presente Lei.

Parágrafo 8º-Caso o ICMS seja substituído por outro tributo e/ou caso sua forma de cálculo e/ou repasse aos Municípios sejam alteradas, serão estabelecidos novos critérios que preservem o benefício a que faz jus a Empresa beneficiária, desde que a proporção benefício/ receita adicional para a Prefeitura seja mantida conforme o item I, deste artigo.

Parágrafo 9º-A Empresa somente se beneficiará do que consta no item III, se tiver nos seus quadros no mínimo 50 funcionários.

Parágrafo 10-A prorrogação prevista no item III, somente terá validade se aprovada pela Comissão prevista no artigo 18 e ratificadas pela Câmara de Vereadores ou Comissão de Vereadores para este fim.

Parágrafo 11-O benefício constante, do item III, será o correspondente a média dos últimos seis meses sem correção.

ART. 2º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Lei nº 1.534, de 01 de fevereiro de 1995.

"Dá nova redação ao artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-O artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"... Os incentivos financeiros compreendem:

I-Apoio financeiro de 50%, 60% ou 70% no primeiro ano; 40%, 50% ou 60% no segundo ano; 30%, 40% ou 50% nos demais anos, da parte destinada ao Município do ICMS transferido pelo estado, gerado pela Empresa beneficiária em virtude de Projeto implantado e amparado dentro das normas do PROTAQ;

II-Locação de áreas físicas pelo prazo de até 02 (dois) anos;

III-A locação referente ao item II poderá ser renovável por mais 06 (seis) meses.

Parágrafo 1º-Os percentuais de incentivos financeiros previstos no ítem I, deste artigo, serão concedidos de acordo com a faixa de incentivo prevista nº § 2º, do artigo 8º, correspondendo o percentual menor previsto em cada ano ao projeto que estiver na faixa mínima de pontuação, e os demais percentuais, aos que forem classificados nas faixas 'média' e 'máxima', respectivamente.

Parágrafo 2º-O apoio financeiro previsto no item I, deste artigo, será concedido mediante subvenção econômica prevista na Lei Orçamentária Municipal, pelo período de 03 (três) a 08 (oito) anos, que inicia 24 meses após a data da aprovação final do projeto, devendo os prazos e percentuais serem definidos pela comissão prevista no art. 18 e ratificados pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo 3º-Os benefícios financeiros de que trata o item I, serão liberados mensalmente, 24 meses após o mês gerador, sendo pagos em até 03 (três) dias úteis, após o efetivo recebimento pelo Município da totalidade de sua parcela de ICMS. O cálculo será realizado conforme fórmula abaixo:

- valor adicionado gerado pela Empresa beneficiária, corrigido monetariamente, que serviu de base de cálculo para o ICMS do mês.
- menos.
- média mensal corrigida dos valores adicionais gerados pela Empresa beneficiária, que serviram de base de cálculo para o ICMS nos trinta e seis (36) meses anteriores a data da ratificação do incentivo ao projeto pela Câmara de Vereadores.
- x (vezes) 0,75.
- : (dividido).
- valor adicionado total do estado que serviu de base para a distribuição aos municípios no mês do pagamento do benefício ou do último mês disponível, corrigido monetariamente.
- x (vezes).
- total distribuido a todos os Municípios pelo Estado, referente a ICMS, no mês do pagamento do benefício.
- x (vezes).
- percentual de apoio financeiro conforme este artigo.
- x (vezes).
- 50%, no 1º ano e 100%, a partir do 2º ano de pagamento do benefício.

Parágrafo 4º-As Empresas beneficiárias do PROTAQ, deverão apresentar os documentos que lhes forem exigidos pelo Município, sob pena de suspensão do recebimento dos incentivos.

Parágrafo 5º-O apoio financeiro no item I, é intransferível.

Parágrafo 6º-A Empresa que atrasar seus compromissos com o recolhimento do ICMS, terá suspenso o incentivo assegurado pelo artigo 6º, item I, até a regularização de sua situação, em relação ao débito.

Parágrafo 7º-Nos casos de relocalização, os critérios de incentivo serão definidos pela Comissão prevista no artigo 18, observados os princípios estabelecidos na presente Lei.

Parágrafo 8º-Caso o ICMS seja substituído por outro tributo e/ou caso sua forma de cálculo e/ou repasse aos Municípios sejam alteradas, serão estabelecidos novos critérios que preservem o benefício a que faz jus a Empresa beneficiária, desde que a proporção benefício/ receita adicional para a Prefeitura seja mantida conforme o item I, deste artigo.

Parágrafo 9º-A Empresa somente se beneficiará do que consta no item III, se tiver nos seus quadros no mínimo 50 funcionários.

Parágrafo 10-A prorrogação prevista no item III, somente terá validade se aprovada pela Comissão prevista no artigo 18 e ratificadas pela Câmara de Vereadores ou Comissão de Vereadores para este fim.

Parágrafo 11-O benefício constante, do item III, será o correspondente a média dos últimos seis meses sem correção.

ART. 2º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Alteração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.988/95

Sanciono-se em 01/02/95
Lei 1534
Prefeito Municipal

"Dá nova redação ao artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-O artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"... Os incentivos financeiros compreendem:

I-Apoio financeiro de 50%, 60% ou 70% no primeiro ano; 40%, 50% ou 60% no segundo ano; 30%, 40% ou 50% nos demais anos, da parte destinada ao Município do ICMS transferido pelo estado, gerado pela Empresa beneficiária em virtude de Projeto implantado e amparado dentro das normas do PROTAQ;

II-Locação de áreas físicas pelo prazo de até 02 (dois) anos;

III-A locação referente ao item II poderá ser renovável por mais 06 (seis) meses.

Parágrafo 1º-Os percentuais de incentivos financeiros previstos no ítem I, deste artigo, serão concedidos de acordo com a faixa de incentivo prevista nº § 2º, do artigo 8º, correspondendo o percentual menor previsto em cada ano ao projeto que estiver na faixa mínima de pontuação, e os demais percentuais, aos que forem classificados nas faixas 'média' e 'máxima', respectivamente.

Rec. 31/01/95

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Parágrafo 2º-O apoio financeiro previsto no item I, deste artigo, será concedido mediante subvenção econômica prevista na Lei Orçamentária Municipal, pelo período de 03 (três) a 08 (oito) anos, que inicia 24 meses após a data da aprovação final do projeto, devendo os prazos e percentuais serem definidos pela comissão prevista no art. 18 e ratificados pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo 3º-Os benefícios financeiros de que trata o item I, serão liberados mensalmente, 24 meses após o mês gerador, sendo pagos em até 03 (três) dias úteis, após o efetivo recebimento pelo Município da totalidade de sua parcela de ICMS. O cálculo será realizado conforme fórmula abaixo:

- valor adicionado gerado pela Empresa beneficiária, corrigido monetariamente, que serviu de base de cálculo para o ICMS do mês.
- menos.
- média mensal corrigida dos valores adicionais gerados pela Empresa beneficiária, que serviram de base de cálculo para o ICMS nos trinta e seis (36) meses anteriores a data da ratificação do incentivo ao projeto pela Câmara de Vereadores.
- x (vezes) 0,75.
- : (dividido).
- valor adicionado total do estado que serviu de base para a distribuição aos municípios no mês do pagamento do benefício ou do último mês disponível, corrigido monetariamente.
- x (vezes).
- total distribuido a todos os Municípios pelo Estado, referente a ICMS, no mês do pagamento do benefício.
- x (vezes).
- percentual de apoio financeiro conforme este artigo.
- x (vezes).
- 50%, no 1º ano e 100%, a partir do 2º ano de pagamento do benefício.

Parágrafo 4º-As Empresas beneficiárias do PROTAQ, deverão apresentar os documentos que lhes forem exigidos pelo Município, sob pena de suspensão do recebimento dos incentivos.

Parágrafo 5º-O apoio financeiro no item I, é intransferível.

Parágrafo 6º-A Empresa que atrasar seus compromissos com o recolhimento do ICMS, terá suspenso o incentivo assegurado pelo artigo 6º, item I, até a regularização de sua situação, em relação ao débito.

Parágrafo 7º-Nos casos de relocalização, os critérios de incentivo serão definidos pela Comissão prevista no artigo 18, observados os princípios estabelecidos na presente Lei.

Parágrafo 8º-Caso o ICMS seja substituído por outro tributo e/ou caso sua forma de cálculo e/ou repasse aos Municípios sejam alteradas, serão estabelecidos novos critérios que preservem o benefício a que faz jus a Empresa beneficiária, desde que a proporção benefício/ receita adicional para a Prefeitura seja mantida conforme o item I, deste artigo.

Parágrafo 9º-A Empresa somente se beneficiará do que consta no item III, se tiver nos seus quadros no mínimo 50 funcionários.

Parágrafo 10-A prorrogação prevista no item III, somente terá validade se aprovada pela Comissão prevista no artigo 18 e ratificadas pela Câmara de Vereadores ou Comissão de Vereadores para este fim.

Parágrafo 11-O benefício constante, do item III, será o correspondente a média dos últimos seis meses sem correção.

ART. 2º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.988/95

Sanciono-se em 01/02/95
Lei. 1534
Prefeito Municipal

"Dá nova redação ao artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-O artigo 6º da Lei nº 1.493, de 07 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"... Os incentivos financeiros compreendem:

I-Apoio financeiro de 50%, 60% ou 70% no primeiro ano; 40%, 50% ou 60% no segundo ano; 30%, 40% ou 50% nos demais anos, da parte destinada ao Município do ICMS transferido pelo estado, gerado pela Empresa beneficiária em virtude de Projeto implantado e amparado dentro das normas do PROTAQ;

II-Locação de áreas físicas pelo prazo de até 02 (dois) anos;

III-A locação referente ao item II poderá ser renovável por mais 06 (seis) meses.

Parágrafo 1º-Os percentuais de incentivos financeiros previstos no ítem I, deste artigo, serão concedidos de acordo com a faixa de incentivo prevista nº § 2º, do artigo 8º, correspondendo o percentual menor previsto em cada ano ao projeto que estiver na faixa mínima de pontuação, e os demais percentuais, aos que forem classificados nas faixas 'média' e 'máxima', respectivamente.

Rec. 31/01/95

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Parágrafo 2º-O apoio financeiro previsto no item I, deste artigo, será concedido mediante subvenção econômica prevista na Lei Orçamentária Municipal, pelo período de 03 (três) a 08 (oito) anos, que inicia 24 meses após a data da aprovação final do projeto, devendo os prazos e percentuais serem definidos pela comissão prevista no art. 18 e ratificados pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo 3º-Os benefícios financeiros de que trata o item I, serão liberados mensalmente, 24 meses após o mês gerador, sendo pagos em até 03 (três) dias úteis, após o efetivo recebimento pelo Município da totalidade de sua parcela de ICMS. O cálculo será realizado conforme fórmula abaixo:

- valor adicionado gerado pela Empresa beneficiária, corrigido monetariamente, que serviu de base de cálculo para o ICMS do mês.
- menos.
- média mensal corrigida dos valores adicionais gerados pela Empresa beneficiária, que serviram de base de cálculo para o ICMS nos trinta e seis (36) meses anteriores a data da ratificação do incentivo ao projeto pela Câmara de Vereadores.
- x (vezes) 0,75.
- : (dividido).
- valor adicionado total do estado que serviu de base para a distribuição aos municípios no mês do pagamento do benefício ou do último mês disponível, corrigido monetariamente.
- x (vezes).
- total distribuido a todos os Municípios pelo Estado, referente a ICMS, no mês do pagamento do benefício.
- x (vezes).
- percentual de apoio financeiro conforme este artigo.
- x (vezes).
- 50%, no 1º ano e 100%, a partir do 2º ano de pagamento do benefício.

Parágrafo 4º-As Empresas beneficiárias do PROTAQ, deverão apresentar os documentos que lhes forem exigidos pelo Município, sob pena de suspensão do recebimento dos incentivos.

Parágrafo 5º-O apoio financeiro no item I, é intransferível.

Parágrafo 6º-A Empresa que atrasar seus compromissos com o recolhimento do ICMS, terá suspenso o incentivo assegurado pelo artigo 6º, item I, até a regularização de sua situação, em relação ao débito.

Parágrafo 7º-Nos casos de relocalização, os critérios de incentivo serão definidos pela Comissão prevista no artigo 18, observados os princípios estabelecidos na presente Lei.

Parágrafo 8º-Caso o ICMS seja substituído por outro tributo e/ou caso sua forma de cálculo e/ou repasse aos Municípios sejam alteradas, serão estabelecidos novos critérios que preservem o benefício a que faz jus a Empresa beneficiária, desde que a proporção benefício/ receita adicional para a Prefeitura seja mantida conforme o item I, deste artigo.

Parágrafo 9º-A Empresa somente se beneficiará do que consta no item III, se tiver nos seus quadros no mínimo 50 funcionários.

Parágrafo 10-A prorrogação prevista no item III, somente terá validade se aprovada pela Comissão prevista no artigo 18 e ratificadas pela Câmara de Vereadores ou Comissão de Vereadores para este fim.

Parágrafo 11-O benefício constante, do item III, será o correspondente a média dos últimos seis meses sem correção.

ART. 2º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Lei nº 1.535, de 01 de fevereiro de 1995.

"Cria Cargos em Comissão no Serviço Público Municipal e Respectiva Função Gratificada e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

(1) Assessor Administrativo - Gabinete
(1) Assessor Administrativo - Sec. Saúde
(1) Assessor Administrativo - Setor Fiscalização
(1) Assessor Administrativo - Sec. Administração

Parágrafo 1º-A remuneração será a correspondente a CC1 - FG1.

Parágrafo 2º-Os cargos criados no 'caput' deste artigo,terão as seguintes atribuições:

Descrição Sintética: prestar assessoramento ao setor da administração em que for lotado, executando trabalhos administrativos e datilográficos, com a aplicação da legislação pertinente aos serviços municipais.

Descrição Analítica: redigir e datilografar expedientes administrativos, tais como: memorandos, ofícios, informações , relatórios e outros; secretariar reuniões e lavrar atas; efetuar registros e cálculos relativos as áreas tributárias, patrimonial, financeira, de pessoal e outras; elaborar e manter' atualizados fichários e arquivos manuais; auxiliar na escrituração de livros contábeis; elaborar documentos referentes a assentamentos funcionais; proceder à classificação, separação e distribuição de expedientes; auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas; proceder a conferência dos

serviços executados na área de sua competência; executar tarefas ' afins.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

ART. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

c/Emenda nº 1
APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 1.989/95

Sanciono-se em 01/02/95
Lei. 1535
Prefeito Municipal

"Cria Cargos em Comissão no Serviço Público Municipal e Respectiva Função Gratificada e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

Rec 31/01/95

(1) Assessor Administrativo - Gabinete
(1) Assessor Administrativo - Sec. Saúde
(1) Assessor Administrativo - Setor Fiscalização
(1) Assessor Administrativo - Sec. Administração

Parágrafo 1º-A remuneração será a correspondente a CC1 - FG1.

Parágrafo 2º-Os cargos criados no 'caput' deste artigo, terão as seguintes atribuições:

Descrição Sintética: prestar assessoramento ao setor da administração em que for lotado, executando trabalhos administrativos e datilográficos, com a aplicação da legislação pertinente aos serviços municipais.

Descrição Analítica: redigir e datilografar expedientes administrativos, tais como: memorandos, ofícios, informações, relatórios e outros; secretariar reuniões e lavrar atas; efetuar registros e cálculos relativos as áreas tributárias, patrimonial, financeira, de pessoal e outras; elaborar e manter atualizados fichários e arquivos manuais; auxiliar na escrituração de livros contábeis; elaborar documentos referentes a assentamentos funcionais; proceder à classificação, separação e distribuição de expedientes; auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas; proceder a conferência dos

serviços executados na área de sua competência; executar tare - fas a fins.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

O Vereador que à este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, II), requer a Vossa Excelência a inclusão da seguinte emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 1.989/95.

Emenda nº 1:

"Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 1995.

Ver. Arsênio Cardoso

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº 1.536, de 01 de fevereiro de 1995.

"Cria cargo por tempo determinado."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições, que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º-Fica criado na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente um cargo de atendente.

ART. 2º-A remuneração corresponde ao valor de CC1.

ART. 3º-As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

ART. 4º-Esta Lei, entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, **01 de fevereiro de 1995.**

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de Lei nº 1.992/95

"Cria cargo por tempo determinado".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.*

FAÇO SABER, *no uso de minhas atribuições, que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º - Fica criado na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente um cargo de atendente.

Art. 2º - A remuneração corresponde ao valor de CC 1.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

Sanciono-se em 01/02/95
Lei 1.536
Prefeito Municipal

Lei nº 1.537, de 01 de fevereiro de 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar, em Regime Temporário, e ceder, bem como manter, servidores estáveis ou concursados, em entidades, de conformidade com as Leis nº 1.315, de 18 de setembro de 1989, e nº 1.489, de 29 de abril de 1994, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14 de setembro de 1994, a contratar professores em caráter suplementar, à título precário, e manter os estáveis ou concursados, já cedidos, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, para atender as instituições, conforme requerimento enviado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo:

-Escola Cenecista de 2º Grau São José:
02 (dois) contratos emergenciais para professor
01 (um) professor concursado

-Escola Particular de 1º Grau Barreto Viana:
05 (cinco) professores concursados
01 (um) professor emergencial

-APAE:
03 (três) professores concursados
01 (um) contrato emergencial para professor

-Poder Judiciário:
01 (um) professor concursado c/ Regime Suplementar

-Colégio Nossa Senhora da Conceição:
01 (um) contrato emergencial para professor

-Exatoria Estadual:

01 (um) professor estável.

ART. 2º-As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 3º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publica - ção, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 01 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de lei nº 1.991/95

"Autoriza o Poder Executivo a contratar, em Regime Temporário, e ceder, bem como manter, servidores estáveis ou concursados, em entidades, de conformidade com as Leis nº 1.315, de 18 de setembro de 1989, e nº 1.489, de 29 de abril de 1994, e dá outras providências".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14 de setembro de 1994, a contratar professores em caráter suplementar, à título precário, e manter os estáveis ou concursados, já cedidos, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, para atender as instituições, conforme requerimento enviado à Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo:

- Escola Cenecista de 2º Grau São José:
  2 (dois) contratos emergenciais para professor
  1 (um) professor concursado
- Escola Particular de 1º Grau Barreto Viana
  5 (cinco) professores concursados
  1 (um) professor emergencial
- APAE:
  3 (três) professores concursados
  1 (um) contrato emergencial para professor
- Poder Judiciário:
  1 (um) professor concursado c/Regime Suplementar
- Colégio Nossa Senhora da Conceição:
  1 (um) contrato emergencial para professor
- Exatoria Estadual:
  1 (um) professor estável.

Sanciono-se em 1º/02/95
Lei nº 1.537
Prefeito Municipal

Rec. 31/01/95

07

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

DISCIPLINA	PROFESSOR	ENTIDADE	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Português	Sirlane T.M. dos Santos	CMEC	nomeada
Matemática	Sinara Lautert	CMEC	emergencial
Informática	Amaro Pereira	CMEC	emergencial
Pré nível A	Sirlane Machado	Col.N.S.da Conceição	emergencial
--	Danise Machado Lopes	APAE	nomeada
--	Mara Lúcia B. Ferreira	APAE	nomeada
--	Ana Nair da Rosa	APAE	nomeada
Educ.Física	Régia Adriana C.Saldanha	APAE	emergencial
Português	Maria Elise L.Christmann	E.P.Barreto Vianna	nomeada
1ª à 4ª	Gisele F. Lengler	mesma	nomeada
1ª à 4ª	Ilse Mª Scheibe	mesma	nomeada
1ª à 4ª	Vani Neves da Rosa	mesma	nomeada
1ª à 4ª	Lori Wallauer	mesma	nomeada
Educ. Física	Indefinido	mesma	emergencial
--	Lúcia T. de Oliveira	Poder Judiciário	nomeada + Regime Suplementar
--	Pedro Danilo Gravina	Exatoria Estadual	estável

Rua Osvaldo Aranha,1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Fones (051)653.1067 e 653.1266

Cresça com TAQUARI!

" Autoriza o Poder Executivo a contratar em Regime Temporário e ceder, bem como manter servidores estáveis ou concursados' em entidades de conformidade ' com as Leis nº 1489 de abril ' de 1994 e nº 1315 de 18 de setembro de 1989 e dá outras providências."

Renato Baptista dos Santos, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, no uso das atribuições que me confere' a Lei Orgânica do Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica o poder executivo autorizado, nos termos do art. 36 da Lei 1505 de 14 de setembro de 1994, a contratar professores em caráter suplementar, a título precário e manter os estaveis ou concursados, já cedidos, pelo período de seis(6) meses, prorrogáveis por mais seis(6) meses para atender as instituições conforme requerimento enviado a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo:

* Escola Cenecista de 2º Grau São José:
  Dois(2) contratos emergenciais para professor
  Um(1) professor concursado

* Escola Particular de 1º Grau Barreto Viana

  Cinco(5) professores concursados

  Um(1) professor emergencial

* APAE:

  Três (3) professores concursados

  Um (1) contrato emergencial para professor

* Poder Judiciário:

  Um (1) professor concursado c/ Regime Suplementar

* Colégio Nossa Senhora da Conceição:

  Um (1) contrato emergencial para professor

* Exatoria Estadual:

  Um (1) professor estável

Art.2º As despesas decorrentes dessa Lei serão atendidas por conta de dotações próprias consegnadas no orçamento Municipal.

Art.3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Registre-se e Publique-se

Nelson Martin

Sec. Mun. da Administração

Renato Baptista dos Santos

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI nº 1.538, de 04 de fevereiro de 1995.

"Dispõe sobre o início de obras no último ano de mandato do Prefeito Municipal e a obrigatoriedade da conclusão de execução de obras públicas e dá outras providências".

PAULO DAVID MULINARI, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Até o último prazo de votação da proposta orçamentária para o último ano de mandato do Prefeito, será encaminhado, também, projeto de lei com o mês provável de início de obra pública prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o mesmo período.

§ 1º - Entende-se por início das obras a fase posterior aos seus atos licitatórios.

§ 2º - Estão sujeitos ao disposto na presente Lei Complementar aquelas obras que ultrapassem o final do mandato do Prefeito, de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

Art. 2º - Não poderão ser postergados os prazos de início das obras, fixados com base no artigo anterior, cuja conclusão seja estimada para além do mandato que finda, sem autorização legislativa.

Art. 3º - Qualquer obra pública iniciada em mandato anterior e não concluída, deverá ter sua execução continuada pelo novo Governo Municipal, salvo manifestação legislativa aprovada:

I - pela maioria absoluta dos vereadores, no caso de paralisação;

II - pela maioria simples, no caso de redução no ritmo da construção.

§ 1º - As obras cujas fases de execução tenham

...

ultrapassado a 75% em relação ao projeto total, considerando-se em parâmetros físicos e financeiros, reajustados de acordo com a inflação, não poderão ser paralisadas.

§ 2º - A redução no ritmo da obra prevista no inciso II deste artigo não poderá implicar autorização que acarrete a sua conclusão além do período do mandato do Prefeito Municipal, salvo se sua extensão e magnitude tenham por característica a necessidade de prazo maior.

Art. 4º - Não se aplica o disposto no artigo anterior, temporariamente, no caso de impossibilidade comprovada de materiais e/ou serviços e de paralisação dos trabalhadores por motivos alheios à vontade da Administração.

Art. 5º - Também estão ao abrigo das determinações do artigo 3º as obras que, por qualquer circunstância, não tenham sua execução concluída até o final do mandato do Prefeito.

Art. 6º - Ficam excluídas da presente Lei Complementar as reconstruções de obras públicas destruídas pela ação da natureza ou acidentes alheios à vontade humana.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de fevereiro de 1995.

Ver. Paulo David Mulinari
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Clédio Brandão Pereira
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI nº 1.538, de 04 de fevereiro de 1995.

"Dispõe sobre o início de obras no último ano de mandato do Prefeito Municipal e a obrigatoriedade da conclusão de execução de obras públicas e dá outras providências".

PAULO DAVID MULINARI, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Até o último prazo de votação da proposta orçamentária para o último ano de mandato do Prefeito, será encaminhado, também, projeto de lei com o mês provável de início de obra pública prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o mesmo período.

§ 1º - Entende-se por início das obras a fase posterior aos seus atos licitatórios.

§ 2º - Estão sujeitos ao disposto na presente Lei Complementar aquelas obras que ultrapassem o final do mandato do Prefeito, de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

Art. 2º - Não poderão ser postergados os prazos de início das obras, fixados com base no artigo anterior, cuja conclusão seja estimada para além do mandato que finda, sem autorização legislativa.

Art. 3º - Qualquer obra pública iniciada em mandato anterior e não concluída, deverá ter sua execução continuada pelo novo Governo Municipal, salvo manifestação legislativa aprovada:

I - pela maioria absoluta dos vereadores, no caso de paralisação;

II - pela maioria simples, no caso de redução no ritmo da construção.

§ 1º - As obras cujas fases de execução tenham

...

ultrapassado a 75% em relação ao projeto total, considerando-se em parâmetros físicos e financeiros, reajustados de acordo com a inflação, não poderão ser paralisadas.

§ 2º - A redução no ritmo da obra prevista no inciso II deste artigo não poderá implicar autorização que acarrete a sua conclusão além do período do mandato do Prefeito Municipal, salvo se sua extensão e magnitude tenham por característica a necessidade de prazo maior.

Art. 4º - Não se aplica o disposto no artigo anterior, temporariamente, no caso de impossibilidade comprovada de materiais e/ou serviços e de paralisação dos trabalhadores por motivos alheios à vontade da Administração.

Art. 5º - Também estão ao abrigo das determinações do artigo 3º as obras que, por qualquer circunstância, não tenham sua execução concluída até o final do mandato do Prefeito.

Art. 6º - Ficam excluídas da presente Lei Complementar as reconstruções de obras públicas destruídas pela ação da natureza ou acidentes alheios à vontade humana.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de fevereiro de 1995.

Ver. Paulo David Mulinari
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Clédio Brandão Pereira
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. nº 052/95 Taquari, 21 de fevereiro de 1995.

PM/JMP

Senhor Prefeito:

Encaminhamos a V. Exa. a anexa cópia da Lei nº 1.538, de 4 do corrente, que "Dispõe sobre o início de obras no último ano de mandato do Prefeito Municipal e a obrigatoriedade da conclusão de execução de obras públicas e dá outras providências", promulgada por esta Presidência, de conformidade com o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica Municipal.

Apresentamos a V. Exa., na oportunidade, nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Ver. Paulo Mulinari
Presidente

A S. Exa. o Senhor:
Renato Baptista dos Santos
DD. Prefeito Municipal
N/Cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI nº 1.538, de 04 de fevereiro de 1995.

"Dispõe sobre o início de obras no último ano de mandato do Prefeito Municipal e a obrigatoriedade da conclusão de execução de obras públicas e dá outras providências".

PAULO DAVID MULINARI, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, § 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Até o último prazo de votação da proposta orçamentária para o último ano de mandato do Prefeito, será encaminhado, também, projeto de lei com o mês provável de início de obra pública prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o mesmo período.

§ 1º - Entende-se por início das obras a fase posterior aos seus atos licitatórios.

§ 2º - Estão sujeitos ao disposto na presente Lei Complementar aquelas obras que ultrapassem o final do mandato do Prefeito, de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

Art. 2º - Não poderão ser postergados os prazos de início das obras, fixados com base no artigo anterior, cuja conclusão seja estimada para além do mandato que finda, sem autorização legislativa.

Art. 3º - Qualquer obra pública iniciada em mandato anterior e não concluída, deverá ter sua execução continuada pelo novo Governo Municipal, salvo manifestação legislativa aprovada:

I - pela maioria absoluta dos vereadores, no caso de paralisação;

II - pela maioria simples, no caso de redução no ritmo da construção.

§ 1º - As obras cujas fases de execução tenham

...

ultrapassado a 75% em relação ao projeto total, considerando-se em parâmetros físicos e financeiros, reajustados de acordo com a inflação, não poderão ser paralisadas.

§ 2º - A redução no ritmo da obra prevista no inciso II deste artigo não poderá implicar autorização que acarrete a sua conclusão além do período do mandato do Prefeito Municipal, salvo se sua extensão e magnitude tenham por característica a necessidade de prazo maior.

Art. 4º - Não se aplica o disposto no artigo anterior, temporariamente, no caso de impossibilidade comprovada de materiais e/ou serviços e de paralisação dos trabalhadores por motivos alheios à vontade da Administração.

Art. 5º - Também estão ao abrigo das determinações do artigo 3º as obras que, por qualquer circunstância, não tenham sua execução concluída até o final do mandato do Prefeito.

Art. 6º - Ficam excluídas da presente Lei Complementar as reconstruções de obras públicas destruídas pela ação da natureza ou acidentes alheios à vontade humana.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de fevereiro de 1995.

Ver. Paulo David Mulinari
Presidente

Registre-se e publique-se:

Ver. Clédio Brandão Pereira
1º Secretário

RECEBIDO EM 23/ 12 / 94
Viviane
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Prazo 13/1/95

153 04 01 95

Sanciono-se em ___/___/___

Prefeito Municipal

Paulo Mulinari vai sancionar Lei 150295

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 21 / 12 / 94
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 1.971/94

À Comissão Técnica
Em 07 / 12 / 94
Presidente

"Dispõe sobre o início de obras no último ano de mandato do Prefeito Municipal e a obrigatoriedade da conclusão de execução de obras públicas e dá outras providências".

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - Até o último prazo de votação da proposta orçamentária para o último ano de mandato do Prefeito, será encaminhado, também, projeto de lei com o mês provável de início de obra pública prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o mesmo período.

§ 1º - Entende-se por início das obras a fase posterior aos seus atos licitatórios.

§ 2º - Estão sujeitas ao disposto na presente Lei Complementar aquelas obras que ultrapassem o final do mandato do Prefeito, de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

Art. 2º - Não poderão ser postergados os prazos de início das obras, fixados com base no artigo anterior, cuja conclusão seja estimada para além do mandato que finda, sem autorização legislativa.

Art. 3º - Qualquer obra pública iniciada em mandato anterior e não concluída, deverá ter sua execução continuada pelo novo Governo Municipal, salvo manifestação legislativa aprovada:

I - pela maioria absoluta dos vereadores, no caso de paralisação;

II - pela maioria simples, no caso de redução no ritmo da construção.

§ 1º - As obras cujas fases de execução tenham ultrapassado a 75% em relação ao projeto total, considerando-se em parâmetros físicos e financeiros, reajustados de acordo com a inflação, não poderão ser paralisadas.

§ 2º - A redução no ritmo da obra prevista no inciso II deste artigo não poderá implicar autorização que acarrete a sua conclusão além do período do mandato do Prefeito Municipal, salvo se sua extensão e magnitude tenham por característica a necessidade de prazo maior.

Art. 4º - Não se aplica o disposto no artigo anterior, temporariamente, no caso de impossibilidade comprovada de materiais e/ou serviços e de paralisação dos trabalhadores por motivos alheios à vontade da Administração.

Art. 5º - Também estão ao abrigo das determinações do artigo 3º as obras que, por qualquer circunstância, não tenham sua execução concluída até o final do mandato do Prefeito.

Art. 6º - Ficam excluídas da presente Lei Complementar as reconstruções de obras públicas destruídas pela ação da natureza ou acidentes alheios à vontade humana.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1994.

Ver. Manoel Lopes

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

LEI Nº 1539, de 08 de fevereiro de 1995.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO IV, do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14.09.94."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso IV, do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14.09.94, passa a vigorar com a seguinte redação:

IV - Complementar carga horária do professor cedido ou permutado do Estado para o OME, com contratação temporária, não excedendo a seis meses, prorrogáveis mediante aprovação da Câmara de Vereadores.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, de 08 de Fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Fls. 15.39.

Projeto de lei nº 1.978/94

"Dá nova redação ao Inciso IV, do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14.09.94"

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso IV, do art. 36, da Lei nº 1.505 , de 14.09.94, passa a vigorar com a seguinte redação:

IV - Complementar carga horária do professor cedido ou permutado do Estado para o OME, com contratação temporária, não excedendo a seis meses, prorrogáveis mediante aprovação da Câmara de Vereadores.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

José Renato Reis de Jesus
Secretário da Administração

RECEBIDO EM 20/01/95
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

1539
08/02/95

Pode sancionar até 10/02/95

LEI Nº 1.540, de 08 de fevereiro de 1995.

"TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE PORTA DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É obrigatória, nas agências e postos de serviços bancários, a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada, em todos os acessos destinados ao público.

Parágrafo primeiro - A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

a) equipada com detector de metais;

b) travamento e retorno automático;

c) abertura ou janela para entrega do metal detectado;

d) vidros laminados e resistentes ao impacto de projeteis oriundos de arma de fogo, até calibre 45 (quarenta e cinco).

Parágrafo segundo - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, pela autoridade competente, com base em parecer técnico.

Art. 2º - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta lei, ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) advertência: na autuação, o banco será notificado para que efetue a regularização da pendência em até 10 (dez) dias úteis;

b) multa: persistindo a infração, será aplicada multa no valor de 100 (cem) UPM (Unidade Padrão Monetária; se até 30 (trinta) dias úteis após a plicação da multa não houver regularização da situação, será aplicada uma segunda multa de 200 (duzentas) UPM;

c) cassação de licença: se após 30 (trinta) dias úteis da aplicação da segunda multa persistir a infração, a Prefeitura Municipal procederá' a cassação da licença de instalação do estabelecimento, seja ele escritório, posto ou agência.

Parágrafo único - O Sindicato dos Bancários de Taquari poderá representar junto à Prefeitura Municipal os infratores desta Lei.

Art. 3º - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta ' Lei, para instalar o equipamento exigido no art. 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 08 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de lei nº 1.981/95

"Torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias e dá outras providências".

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - É obrigatória, nas agências e postos de serviços bancários, a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada, em todos os acessos destinados ao público.

§ 1º - A porta a que se refere este artigo deverá, entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

a) equipada com detector de metais;
b) travamento e retorno automático;
c) abertura ou janela para entrega do metal detectado;
d) vidros laminados e resistentes ao impacto de projetéis oriundos de arma de fogo, até calibre 45 (quarenta e cinco).

§ 2º - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou postos de serviços, pela autoridade competente, com base em parecer técnico.

Art. 2º - O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta Lei, ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) advertência: na autuação, o banco será notificado para que efetue a regularização da pendência em até 10 (dez) dias úteis;
b) multa: persistindo a infração, será aplicada multa no valor de 100 (cem) UPM (Unidade Padrão Monetária; se até 30 (trinta) dias úteis após a aplicação da multa não houver regularização da situação, será aplicada uma segunda multa de 200 (duzentas) UPM;
c) cassação de licença: se após 30 (trinta) dias úteis da aplicação da segunda multa persistir a infração, a Prefeitura Municipal procederá

RECEBIDO EM 20/01/95
Viviane
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Pode sancionar até 10/02/95

a cassação da licença de instalação do estabelecimento, seja ele escritório, posto ou agência.

Parágrafo único - O Sindicato dos Bancários de Taquari poderá representar junto à Prefeitura Municipal os infratores desta Lei.

Art. 3º - Os estabelecimentos bancários terão um prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para instalar o equipamento exigido no art. 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martins
Secretário da Administração

1540
08/02/95

LEI Nº 1.541, de 08 de fevereiro de 1995.

"ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 75, DA LEI Nº 1.502, DE 22/08/94, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O parágrafo 2º, do artigo 75, da Lei nº 1.502, de 22.08.94, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo 2º - Nos deslocamentos para fora do Estado, o valor correspondente às diárias serão multiplicados por 2 (dois), ' calculados sobre o valor da diária com ou sem pernoite, conforme o caso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 08 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

1.541
08/02/95

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

Substitutivo ao projeto de lei nº 1.995/95

"Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 75, da Lei nº 1.502, de 22/08/94, e dá outras providências".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo 2º, do artigo 75, da Lei nº 1.502, de 22.08.94, passa a ter a seguinte redação:

-Parágrafo 2º - Nos deslocamentos para fora do Estado, o valor correspondente às diárias serão multiplicados por 2 (dois), calculados sobre o valor da diária com ou sem pernoite, conforme o caso.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

1.541
06/02/95

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 30/01/95
PRESIDENTE

Substitutivo ao projeto de lei nº 1.995/95

"Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 75, da Lei nº 1.502, de 22/08/94, e dá outras providências".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo 2º, do artigo 75, da Lei nº 1.502, de 22.08.94, passa a ter a seguinte redação:

-Parágrafo 2º - Nos deslocamentos para fora do Estado, o valor correspondente às diárias serão multiplicados por 2 (dois), calculados sobre o valor da diária com ou sem pernoite, conforme o caso.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

LEI Nº 1.542, de 20 de fevereiro de 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR EM REGIME TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14 de setembro de 1994, a contratar em caráter suplementar e à título precário, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, os seguintes professores para suprir falta de professor com habilitação específica, nas seguintes disciplinas:

Português: 3 (três) professores;

Ciências Físicas e Biológicas: 6 (seis) professores;

Estudos Sociais: 1 (um) professor;

Sala de Recursos para Deficientes Auditivos: 1 (um) professor.

Parágrafo 1º - As contratações de que trata o "caput" deste artigo, obedecerão aos critérios de habilitação específica.

Parágrafo 2º - Quando não houverem professores habilitados para o preenchimento das vagas, serão adotados os seguintes ' critérios, pela ordem: Prática pedagógica comprovada; aprovação em concurso público do Magistério; que tenha lecionado, pelo Município , na respectiva matéria, por, no mínimo, 1 (um) ano.

Parágrafo 3º - O professor responsável pela sala de Recursos para Deficientes Auditivos fica excluído do disposto nos parágrafos anteriores.

Art. 2º - Os professores contratados de conformidade com o art. 1º atuarão nas Escolas Municipais.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, de 20 de fevereiro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

1542
20.02.95

PODE SANCIONAR
ATÉ 21/02.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Projeto de lei nº 1.990/95

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em Regime Temporário e dá outras providências".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14 de setembro de 1994, a contratar em caráter suplementar e à título precário, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, os seguintes professores para suprir falta de professor com habilitação específica, nas seguintes disciplinas:

Português: 3 (três) professores;

Ciências Físicas e Biológicas: 6 (seis) professores;

Estudos Sociais: 1 (um) professor;

Sala de Recursos para Deficientes Auditivos: 1 (um) professor.

§ 1º - As contratações de que trata o "caput" deste artigo, obedecerão aos critérios de habilitação específica.

§ 2º - Quando não houverem professores habilitados para o preenchimento das vagas, serão adotados os seguintes critérios, pela ordem: Prática pedagógica comprovada; aprovação em concurso público do Magistério; que tenha lecionado, pelo Município, na respectiva matéria, por, no mínimo, 1(um) ano.

§ 3º - O professor responsável pela Sala de Recursos para Deficientes Auditivos fica excluído do disposto nos parágrafos anteriores.

Art. 2º - Os professores contratados de conformidade com o art. 1º atuarão nas Escolas Municipais.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração

Rec. 31/01/95

Lei nº 1.543, de 21 de março de 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a trocar bens inservíveis do Município."

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a troca de uma Balsa para transporte de carga e passageiros, com o registro na Capitania dos Portos nº 9565, casco de ferro ano 81, com primento de 23,52 m, boca de 8,10 m, pontal de 1,30 m e contorno de 10,30 m, avaliada em R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) , por bens móveis a serem utilizados na Secretaria de Obras do Município.

ART. 2º- O bem poderá ser trocado por máquinas retro-escavadeira de outros Municípios ou particulares.

ART. 3º- O bem recebido na troca deverá ser avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 198/93, e levado à consideração do Sr. Prefeito Municipal para aprovação.

ART. 4º- No prazo de três dias após a realização da troca, o Executivo deverá comunicar ao Legislativo o bem recebido em troca.

ART. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 21 de março de 95.

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES
Vice-Prefeito no exercício do Cargo de Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Lei nº 1.543, de 21 de março de 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a trocar bens inservíveis do Município."

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a troca de uma Balsa para transporte de carga e passageiros, com o registro na Capitania dos Portos nº 9565, casco de ferro ano 81, com - primento de 23,52 m, boca de 8,10 m, pontal de 1,30 m e contorno' de 10,30 m, avaliada em R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) , por bens móveis a serem utilizados na Secretaria de Obras do Município.

ART. 2º- O bem poderá ser trocado por máquinas retro-escavadeira de outros Municípios ou particulares.

ART. 3º- O bem recebido na troca deverá ser avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 198/93, e levado à consideração do Sr. Prefeito Municipal para aprovação.

ART. 4º- No prazo de três dias após a realização da troca, o Executivo deverá comunicar ao Legislativo o bem recebido em troca.

ART. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 21 de março de 95.

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES
Vice-Prefeito no exercício do Cargo de Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Sanciono-se

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sanciono-se em 21/03/95
Lei 20 1.543
Prefeitura Municipal

PROJETO DE LEI Nº 1.999/95

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TROCAR BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO".

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a troca de uma Balsa para transporte de carga e passageiros, com o registro na Capitania dos Portos nº 9565, casco de ferro ano 81, comprimento de 23,52m, boca de 8,10m, pontal de 1,30m e contorno de 10,30 metros, avaliada em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por bens móveis a serem utilizados na Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - O bem poderá ser trocado por máquinas retro-escavadeira de outros municípios ou particulares.

Art. 3º - O bem recebido na troca deverá ser avaliado pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 198/93, e levado à consideração do Sr. Prefeito Municipal para aprovação.

Art. 4º - No prazo de três dias após a realização da troca, o Executivo deverá comunicar ao Legislativo o bem recebido em troca.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES
Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Lei nº 1.544, de 31 de março de 1995.

"Concede Gratificação Especial aos Servidores do Município, na forma de triênios, e dá outras providên - cias."

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Serão concedidas gratificações especiais, à razão de 5% (cinco por cento), sobre o vencimento básico do servidor, após cada 03 (três) anos de serviço público prestado ao Município.

Parágrafo Único- Serão concedidos até um máximo de 10 (dez) triênios ao servidor.

ART. 2º- Interrompem o triênio para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

I - penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastamento do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) licença para tratamento em pessoa da família;

c) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

d) desempenho de mandato classista;

e) licença para atividade política.

Parágrafo Unico- As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão do triênio previsto neste artigo, em período igual ao de faltas.

ART. 3º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei terá efeito retroativo de vigência à 5 de setembro de 1.994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de março de 1995.

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES
Vice- Prefeito no exercício do
Cargo de Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

"Concede Gratificação Especial aos servidores do Município, na forma de triênios, e dá outras providências".

IRON JOSÉ DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Serão concedidas gratificações especiais, à razão de 5% (cinco por cento), sobre o vencimento básico do servidor, após cada 3 (três) anos de serviço público prestado ao Município

Parágrafo único - Serão concedidos até um máximo de 10 (dez) triênios ao servidor.

Art. 2º - Interrompem o triênio para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

I - penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastamento do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;
b) licença para tratamento em pessoa da família;
c) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
d) desempenho de mandato classista;
e) licença para atividade política.

Parágrafo único - As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão do triênio previsto neste artigo, em período igual ao de faltas.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei terá efeito retroativo de vigência à 5 de setembro de 1.994.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Iron José de Oliveira Dorneles
Vice-Prefeito no exercício do
cargo de Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Nelson Martin
Secretário da Administração
e Recursos Humanos

Sanciono-se em 31/03/95
Lei nº 1.544
Prefeito Municipal

LEI No 1.545, DE 31 DE MARCO DE 1995.

" CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS E SALARIOS DOS FUNCIONARIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES."

IRON JOSE DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercicio do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FACO SABER, no uso das atribuicoes que me confere a Lei Organica do Municipio, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART 1o - Fica concedido um aumento de 10 % (Dez por cento) nos vencimentos e salarios dos funcionarios e servidores Municipais ativos e inativos, pensionistas e professores.

PARAGRAFO UNICO - Sao as seguintes as tabelas de vencimento e salarios, por categoria, padrao e nivel.

TABELA - I

PADRAO	BASICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	104,40	110,44	115,50
2	104,90	114,05	125,76
3	134,80	141,82	151,10
4	167,43	179,18	183,68
5	201,82	218,66	234,36
6	267,87	301,30	335,56
7	363,94	393,44	423,71

TABELA - II

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
Motorista	121,44
Capataz	129,11
Operador	174,88

TABELA - III

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	55,03
FG 2	95,92
FG 3	135,88
FG 4	150,27
FG 5	175,85
FG 6	291,43
FG 7	339,69

TABELA - IV

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
CC 1	110,06
CC 2	191,84
CC 3	271,76
CC 4	300,54
CC 5	351,70
CC 6	582,86
CC 7	679,38

TABELA V

NIVEL / SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	85,04
2	89,06
3	93,13
4	97,21
5	98,11
6	101,98
7	110,02
8	116,84
9	128,89
10	138,75
11	157,97

TABELA VI - MAGISTERIO 1

NIVEL SALARIAL	VENCIMENTO R$
1	92,84
2	107,70
3	120,68
4	138,90
5	167,11

TABELA VII - MAGISTERIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NIVEL SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	110,55	119,05	127,56
2	161,57	170,08	178,59
3	170,08	178,59	188,09
4	178,59	188,09	195,59

ART 2o - As despesas decorrentes da presente Lei, serao atendidas por conta das dotacoes consignadas no orcamento de 1995.

ART. 3o - Revogadas as disposicoes em contrario, esta Lei entrara em vigor na data de sua publicacao, retroagindo seus efeitos a 1o de marco de 1995.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de marco de 1995.

IRON JOSE DE OLIVEIRA DORNELES
Vice-Prefeito no exercicio do
Cargo de Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretario da Administracao e
Recursos Humanos

LEI No 1.545, DE 31 DE MARCO DE 1995.

" CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS E SALARIOS DOS FUNCIONARIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES."

IRON JOSE DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercicio do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FACO SABER, no uso das atribuicoes que me confere a Lei Organica do Municipio, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART 1o - Fica concedido um aumento de 10 % (Dez por cento) nos vencimentos e salarios dos funcionarios e servidores Municipais ativos e inativos, pensionistas e professores.

PARAGRAFO UNICO - Sao as seguintes as tabelas de vencimento e salarios, por categoria, padrao e nivel.

TABELA - I

PADRAO	BASICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	104,40	110,44	115,50
2	104,90	114,05	125,76
3	134,80	141,82	151,10
4	167,43	179,18	183,68
5	201,82	218,66	234,36
6	267,87	301,30	335,56
7	363,94	393,44	423,71

TABELA - II

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
Motorista	121,44
Capataz	129,11
Operador	174,88

TABELA - III

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	55,03
FG 2	95,92
FG 3	135,88
FG 4	150,27
FG 5	175,85
FG 6	291,43
FG 7	339,69

TABELA - IV

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
CC 1	110,06
CC 2	191,84
CC 3	271,76
CC 4	300,54
CC 5	351,70
CC 6	582,86
CC 7	679,38

TABELA V

NIVEL / SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	85,04
2	89,06
3	93,13
4	97,21
5	98,11
6	101,98
7	110,02
8	116,84
9	128,89
10	138,75
11	157,97

TABELA VI - MAGISTERIO 1

NIVEL SALARIAL	VENCIMENTO R$
1	92,84
2	107,70
3	120,68
4	138,90
5	167,11

TABELA VII - MAGISTERIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NIVEL SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	110,55	119,05	127,56
2	161,57	170,08	178,59
3	170,08	178,59	188,09
4	178,59	188,09	195,59

ART 2o - As despesas decorrentes da presente Lei, serao atendidas por conta das dotacoes consignadas no orcamento de 1995.

ART. 3o - Revogadas as disposicoes em contrario, esta Lei entrara em vigor na data de sua publicacao, retroagindo seus efeitos a 1o de marco de 1995.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de marco de 1995.

IRON JOSE DE OLIVEIRA DORNELES
Vice-Prefeito no exercicio do
Cargo de Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretario da Administracao e
Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

c/Emendo nº 1
APROVADO
30/03/95
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI No 2.003/95

Lei 1545 31/03/95

" CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS E SALARIOS DOS FUNCIONARIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES."

IRON JOSE DE OLIVEIRA DORNELES, Vice-Prefeito no exercicio do cargo de Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FACO SABER, no uso das atribuicoes que me confere a Lei Organica do Municipio, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART 1o - Fica concedido um aumento de 10 % (Dez por cento) nos vencimentos e salarios dos funcionarios e servidores Municipais ativos e inativos, pensionistas e professores.

PARAGRAFO UNICO - Sao as seguintes as tabelas de vencimento e salarios, por categoria, padrao e nivel.

TABELA - I

PADRAO	BASICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	104,40	110,44	115,50
2	104,90	114,05	125,76
3	134,80	141,82	151,10
4	167,43	179,18	183,68
5	201,82	218,66	234,36
6	267,87	301,30	335,56
7	363,94	393,44	423,71

TABELA - II

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
Motorista	121,44
Capataz	129,11
Operador	174,88

TABELA - III

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	55,03
FG 2	95,92
FG 3	135,88
FG 4	150,27
FG 5	175,85
FG 6	291,43
FG 7	339,69

TABELA - IV

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
CC 1	110,06
CC 2	191,84
CC 3	271,76
CC 4	300,54
CC 5	351,70
CC 6	582,86
CC 7	679,38

TABELA V

NIVEL / SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	85,04
2	89,06
3	93,13
4	97,21
5	98,11
6	101,98
7	110,02
8	116,84
9	128,89
10	138,75
11	157,97

TABELA VI - MAGISTERIO 1

NIVEL SALARIAL	VENCIMENTO R$
1	92,84
2	107,70
3	120,68
4	138,90
5	167,11

TABELA VII - MAGISTERIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NIVEL SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	110,55	119,05	127,56
2	161,57	170,08	178,59
3	170,08	178,59	188,09
4	178,59	188,09	195,59

ART 2o - As despesas decorrentes da presente Lei, serao atendidas por conta de dotacoes orcamentarias proprias, autorizada a suplementacao no valor correspondente, com arrecadacao a maior a se verificar no exercicio.

ART. 3o - Revogadas as disposicoes em contrario, esta Lei entrara em vigor na data de sua publicacao, retroagindo seus efeitos a 1o de marco de 1995.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

IRON JOSE DE OLIVEIRA DORNELES
Vice-Prefeito no exercicio do
Cargo de Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

NELSON MARTIN
Secretario da Administracao e
Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

De conformidade com o Regimento Interno (art. 159, III) , o Vereador que à este subscreve requer, à Vossa Excelência, a inclusão da seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 2.003/95:

APROVADO
Em 30/03/95
PRESIDENTE

Emenda nº 1

Altere-se a redação do art. 2º, que passa ter o seguinte teor:

"Artigo 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, serão atendidas por conta das dotações consignadas no orçamento de 1.995".

Taquari, 30 de março de 1995.

Ver. Manoel Lopes

LEI Nº 1.546, DE 07 DE JUNHO DE 1995.

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA CONCEDIDO UM AUMENTO DE 20% (VINTE POR CENTO)NOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES, RETROAGINDO ESTE PERCENTUAL A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 1995.

PARÁGRAFO ÚNICO - SÃO AS SEGUINTES AS TABELAS DE VENCIMENTOS E SALÁRIOS, POR CATEGORIA, PADRÃO E NÍVEL:

TABELA I

PADRÃO	BÁSICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	125,28	132,53	138,60
2	125,88	136,86	150,91
3	161,76	170,18	181,32
4	200,92	215,02	220,42
5	242,18	262,39	281,23
6	321,45	361,56	402,67
7	436,73	472,13	508,45

TABELA II

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
MOTORISTA	145,73
CAPATAZ	154,93
OPERADOR	209,86

TABELA III

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG1	66,04
FG2	115,10
FG3	163,06
FG4	180,32
FG5	211,02
FG6	349,72
FG7	407,63

TABELA IV

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
CC1	132,07
CC2	230,21
CC3	326,11
CC4	360,65
CC5	422,04
CC6	699,43
CC7	815,26

TABELA V

NÍVEL SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	102,05
2	106,87
3	111,76
4	116,65
5	117,73
6	122,38
7	132,02
8	140,21
9	154,67
10	166,50
11	189,56

TABELA VI - MAGISTÉRIO 1

1	111,41
2	129,24
3	144,82
4	166,68
5	200,53

TABELA VII - MAGISTÉRIO - PLANO DE CARREIRA

NÍVEL SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	132,66	142,86	153,07
2	193,88	204,10	214,31
3	204,10	214,31	225,71
4	214,31	225,71	234,71

ART. 2º - FICA CONCEDIDO UM AUMENTO DE 10% (DEZ POR CENTO) NOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 1995.

PARÁGRAFO ÚNICO - SÃO AS SEGUINTES TABELAS DE VENCIMENTO E SALÁRIOS, POR CATEGORIA, PADRÃO E NÍVEL:

TABELA I

PADRÃO	BÁSICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	137,81	145,78	152,46
2	138,47	150,55	166,01
3	177,94	187,20	199,45
4	221,01	236,52	242,46
5	266,40	288,63	309,35
6	353,60	397,72	442,94
7	480,40	519,34	559,30

TABELA II

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
MOTORISTA	160,30
CAPATAZ	170,42
OPERADOR	230,85

TABELA III

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	72,64
FG 2	126,61
FG 3	179,37
FG 4	198,35
FG 5	232,12
FG 6	384,69
FG 7	448,39

TABELA IV

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
CC1	145,28
CC2	253,23
CC3	358,72
CC4	396,72
CC5	464,26
CC6	769,37
CC7	896,79

TABELA V

NÍVEL SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	112,26
2	117,56
3	122,94

4	128,32
5	129,50
6	134,62
7	145,22
8	154,23
9	170,14
10	183,15
11	208,52

TABELA VI - MAGISTÉRIO 1

1	122,55
2	142,16
3	159,30
4	183,35
5	220,58

TABELA VII - MAGISTÉRIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NÍVEL SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	145,93	157,15	168,38
2	213,27	224,51	235,74
3	224,51	235,74	248,28
4	235,74	248,28	258,18

ART. 3º - AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE LEI, SERÃO ATENDIDAS POR CONTA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS.

ART. 4º - REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO, ESTA LEI, ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 DE JUNHO DE 95.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Emendas 1,2,3
APROVADO
Em 05/06/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.017/95

"CONCEDE AUMENTO NOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E PROFESSORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica concedido um aumento de 20% (vinte por cento) nos vencimentos e salários dos funcionários e servidores municipais ativos e inativos, pensionistas e professores, retroagindo este percentual a partir de 1º de maio de 1995.

ART. 2º- Fica concedido um aumento de 10% (dez por cento)nos vencimentos e salários dos funcionários e servidores municipais ativos e inativos, pensionistas e professores a partir de 1º de junho de 1995.

Parágrafo Único- São as seguintes as tabelas de vencimento e salários, por categoria, padrão e nível:

T A B E L A I

PADRÃO	BÁSICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	125,28	135,23 132,53	138,60
2	125,88	136,86	150,92
3	161,76	170,18	181,32
4	200,92	215,02	220,42
5	242,18	262,39	281,23
6	321,45	361,56	402,67
7	436,73	472,13	508,45

T A B E L A I I

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
Motorista	145,73
Capataz	154,93
Operador	209,86

Sanciono-se em 07/06/95
Lei nº 1546
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresce com TAQUARI!

T A B E L A I I I

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	66,04
FG 2	115,10
FG 3	163,06
FG 4	180,32
FG 5	211,02
FG 6	349,72
FG 7	407,63

T A B E L A I V

CC 1	132,07
CC 2	230,21
CC 3	326,11
CC 4	360,65
CC 5	422,05
CC 6	699,43
CC 7	815,26

T A B E L A V

NÍVEL/SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	102,05
2	106,87
3	111,76
4	116,65
5	117,73
6	122,38
7	132,02
8	140,21
9	154,67
10	166,50
11	189,56

T A B E L A V I - M A G I S T É R I O 1

1	111,41
2	129,24
3	144,82
4	166,68
5	200,53

TABELA VII - MAGISTÉRIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NIVEL/SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	132,66	142,86	153,07
2	193,88	204,10	214,31
3	204,10	214,31	225,71
4	214,31	225,71	234,71

ART. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei, serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias, autorizada a suplementação no valor correspondente, com arrecadação a maior a se verificar no exercício.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Rec. Humanos

RBS/VSR

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sancionado em 7/6/95
Lei 1546
Prefeito Municipal

Senhor Presidente:

De acordo com o Regimento Interno (art. 159, III), O Vereador que à este subscreve, requer à Vossa Excelência a inclusão da seguinte emenda ao projeto de lei nº 2.017/95:

APROVADO
Em 05/06/95
PRESIDENTE

Emenda nº 1

"Acrescente-se no art. 1º o seguinte parágrafo único:

"Art. 1º - .....

Parágrafo único - São as seguintes as tabelas de vencimentos e salários, por categoria, padrão e nível:

T A B E L A I

PADRÃO	BÁSICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	125,28	132,53	138,60
2	125,88	136,86	150,91
3	161,76	170,18	181,32
4	200,92	215,02	220,42
5	242,18	262,39	281,23
6	321,45	361,56	402,67
7	436,73	472,13	508,45

T A B E L A I I

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
Motorista	145,73
Capataz	154,93
Operador	209,86

T A B E L A I I I

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	66,04
FG 2	115,10
FG 3	163,06
FG 4	180,32

FG 5	211,02
FG 6	349,72
FG 7	407,63

T A B E L A I V

CC 1	132,07
CC 2	230,21
CC 3	326,11
CC 4	360,65
CC 5	422,04
CC 6	699,43
CC 7	815,26

T A B E L A V

NÍVEL/SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	102,05
2	106,87
3	111,76
4	116,65
5	117,73
6	122,38
7	132,02
8	140,21
9	154,67
10	166,50
11	189,56

T A B E L A V I I - M A G I S T É R I O 1

1	111,41
2	129,24
3	144,82
4	166,68
5	200,53

TABELA VII - MAGISTÉRIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NIVEL/SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	132,66	142,86	153,07
2	193,88	204,10	214,31
3	204,10	214,31	225,71
4	214,31	225,71	234,71

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Emenda nº 2:

"Altere-se o parágrafo único do art. 2º, que passa a ter o seguinte teor:

APROVADO
Em 05/06/95
PRESIDENTE

"Art. 2º - .....

Parágrafo único - São as seguintes tabelas de vencimentos e salários, por categoria, padrão e nível:

T A B E L A I

PADRÃO	BÁSICO R$	FAIXA A R$	FAIXA B R$
1	137,81	145,78	152,46
2	138,47	150,55	166,01
3	177,94	187,20	199,45
4	221,01	236,52	242,46
5	266,40	288,63	309,35
6	353,60	397,72	442,94
7	480,40	519,34	559,30

T A B E L A I I

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
Motorista	160,30
Capataz	170,42
Operador	230,85

T A B E L A I I I

CATEGORIA	VENCIMENTOS R$
FG 1	72,64
FG 2	126,61
FG 3	179,37
FG 4	198,35
FG 5	232,12
FG 6	384,69
FG 7	448,39

T A B E L A I V

CC 1	145,28
CC 2	253,23
CC 3	358,72
CC 4	396,72

CC 5	464,26
CC 6	769,37
CC 7	896,79

T A B E L A V

NÍVEL/SALARIAL	VENCIMENTOS R$
1	112,26
2	117,56
3	122,94
4	128,32
5	129,50
6	134,62
7	145,22
8	154,23
9	170,14
10	183,15
11	208,52

T A B E L A V I - M A G I S T É R I O 1

1	122,55
2	142,16
3	159,30
4	183,35
5	220,58

TABELA VII - MAGISTÉRIO 2 - PLANO DE CARREIRA

NÍVEL/SALARIAL	A R$	B R$	C R$
1	145,93	157,15	168,38
2	213,27	224,51	235,74
3	224,51	235,74	248,28
4	235,74	248,28	258,18

APROVADO
Em 05/06/95
PRESIDENTE

Emenda nº 3:

Suprima-se do art. 3º, no final, a seguinte expressão:

"Art. 3º - ..., autorizada a suplementação no valor correspondente, com arrecadação a maior a se verificar no exercício.

Taquari, 05 de junho de 1995.

Ver. Cledio Pereira

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

LEI Nº 1.547, DE 07 DE JUNHO DE 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ASSINAR CONVÊNIO COM O EXÉRCITO BRASILEIRO."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, QUE A CÂMARA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º- FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO COM O EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DESTA DATA, COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO, ESPECIFICAMENTE A LIGAÇÃO DA RUA SETE DE SETEMBRO COM A VILA PLANALTO; O ARRUAMENTO E TERRAPLANAGEM EM ÁREA PERTENCENTE A FUNDAÇÃO HABITACIONAL SÃO JOSÉ, SITUADA ENTRE A VILA JOÃO GOULART E A VILA LÉO ALVIM FALLER; SERVIÇO DE DRENAGEM EM LOCAIS PERTO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO, INCLUINDO O ESGOTO CLOACAL DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA, GRUPO ESCOTEIROS, NOS FUNDOS DO CTG DAVID CANABARRO; E DRENAGEM NA ÁREA DO ASSENTAMENTO TEMPO NOVO NO CAMPO DO ESTADO.

ART. 2º- SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO AS DESPESAS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E COMBUSTÍVEL.

ART. 3º- AS DESPESAS DECORRENTES DA PRESENTE LEI, SERÃO ATENDIDAS POR CONTA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS.

ART. 4º- REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO, ESTA LEI, ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 DE JUNHO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANSO

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

c/Emenda nº 1
APROVADO
Em 05/06/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.015/95

" AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ASSINAR CONVÊNIO COM O EXÉRCITO BRASILEIRO. "

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Exército Brasileiro a partir desta data, com a finalidade de prestação de serviço de terraplanagem em vários pontos do Município.

ART. 2º- Será de responsabilidade do Município as despesas de hospedagem, alimentação e combustível.

ART. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei, serão atendidas por conta das dotações orçamentárias próprias.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Rec. Humanos

Registrado em 7/6/95
Lei nº 1547

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

De conformidade com o Regimento Interno (art. 159 inciso III), os Vereadores que este subscrevem, requerem a V.Exa. a inclusão da emendas abaixo relacionadas no projeto de lei nº 2.015/95:

APROVADO
Em 05/06/95
PRESIDENTE

Emenda nº 1:

Acrescente-se no art. 1º, no final, o que segue :

"Art. 1º - ....., especificamente a ligação da Rua Sete de Setembro com a Vila Planalto; o arruamento e terra - planagem em área pertencente a Fundação Habitacional São José , situada entre a Vila João Goulart e a Vila Léo Alvim Faller; serviço de drenagem em locais perto do Parque de Exposição, incluindo o esgoto cloacal da Estação Rodoviária, Grupo Escoteiros, nos fundos do CTG David Canabarro; e drenagem na área do Assentamento Tempo Novo no Campo do Estado.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1995.

Ver. Manoel Lopes

Ver. João Rolim

LEI Nº 1.548, DE 12 DE JUNHO DE 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em Regime Temporário e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14/09/1994, a contratar em caráter suplementar e a título precário, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, 1 (uma) Fonoaudióloga para atuar na Sala de Recurso para deficientes auditivos.

ART. 2º - A remuneração do profissional terá como base o nível 1, do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 12 DE JUNHO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Recursos Humanos

RECEBIDO EM 08/06/95
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 07/06/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.011/95

À Comissão Técnica
Em 07/06/1995
Presidente

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em regime temporário e ceder para APAE, de conformidade com a Lei nº 1.315, de 18/09/1989, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono aa seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14/09/1994, a contratar em caráter suplementar e a título precário pelo período de 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, 01 (uma) professora de Educação Especial, área de Deficientes Mentais, para atuar na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

ART. 2º - A remuneração do profissional terá como base o nível que estiver enquadrado por sua titulação conforme especifica o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidaas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Recursos Humanos

Sanciona-se em 12/06/95
Lei nº 1540
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.549, DE 12 DE JUNHO DE 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em regime temporário e ceder para APAE, de conformidade com a Lei nº 1.315, de 18/09/1989, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono aa seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14/09/1994, a contratar em caráter suplementar e a título precário pelo período de 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, 01 (uma) professora de Educação Especial, área de Deficientes Mentais, para atuar na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

ART. 2º - A remuneração do profissional terá como base o nível que estiver enquadrado por sua titulação conforme especifica o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidaas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 12 DE JUNHO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Recursos Humanos

LEI Nº 1.549, DE 12 DE JUNHO DE 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em regime temporário e ceder para APAE, de conformidade com a Lei nº 1.315, de 18/09/1989, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono aa seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14/09/1994, a contratar em caráter suplementar e a título precário pelo período de 06 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, 01 (uma) professora de Educação Especial, área de Deficientes Mentais, para atuar na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

ART. 2º - A remuneração do profissional terá como base o nível que estiver enquadrado por sua titulação conforme especifica o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidaas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 12 DE JUNHO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Recursos Humanos

RECEBIDO EM 08/06/95
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 07/06/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.010/95

À Comissão Técnica
Em 07.06.1995
Presidente

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em Regime Temporário e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14/09/1994, a contratar em caráter suplementar e a título precário, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, 1 (uma) Fonoaudióloga para atuar na Sala de Recurso para deficientes auditivos.

ART. 2º - A remuneração do profissional terá como base o nível 1, do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Sanciona-se em 12/06/95
Lei nº 1548
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

LEI Nº 1.548, DE 12 DE JUNHO DE 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar em Regime Temporário e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 36, da Lei nº 1.505, de 14/09/1994, a contratar em caráter suplementar e a título precário, pelo período de 6 (seis) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante autorização do Poder Legislativo, 1 (uma) Fonoaudióloga para atuar na Sala de Recurso para deficientes auditivos.

ART. 2º - A remuneração do profissional terá como base o nível 1, do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 12 DE JUNHO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Recursos Humanos

GABINETE DO PREFEITO

Enviado em: ___/___/___

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

LEI Nº 1.550, DE 12 DE JUNHO DE 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIOS COM A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - O PODER EXECUTIVO FICA AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIOS COM A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT, VISANDO, EM COOPERAÇÃO, PROMOVER A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO (PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA) E MANUTENÇÃO DE POSTOS TELEFÔNICOS INSTALADOS E A SEREM INSTALADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, DESTINADOS A POPULAÇÃO RURAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - ENTRE OS POSTOS DE TELEFONIA ASSIM INSTALADOS, SEJAM INCLUÍDAS AS LOCALIDADES DE AMORAS, TABAÍ E COSTA DO SANTA CRUZ.

ART. 2º - AS DESPESAS DECORRENTES DESTA LEI SERÃO SUSTENTADAS PELA RUBRICA CONSIGNADA NA LEI DE MEIOS.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 12 DE JUNHO DE 95.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

RECEBIDO EM 08/06/95
Rizeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênios com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT , e dá outras providências"

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a firmar Convênios com a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, visando, em cooperação, promover a implantação, operação (prestação do serviço de telefonia) e manutenção de postos telefônicos instalados e a serem instalados no interior do Município, destinados a população rural.

Parágrafo único - Entre os postos de telefonia assim instalados, sejam incluídas as localidades de Amoras, Tabaí e Costa do Santa Cruz.

Art. 2º - As despesas resultantes deste Lei serão sustentadas pela rubrica própria consignada na Lei de Meios.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário Municipal da Administração

Sanciona-se em 12/06/95
Lei nº 1.550
Prefeito Municipal

Lei nº 1.551, de 29 de junho de 1995.

"AUTORIZA O PARCELAMENTO DE TRIBUTOS EM ATRASO E EM DIVIDA ATIVA, E CONCEDE ANISTIA FISCAL, COM DISPENSA DE MULTA E JUROS DE MORA NO PARCELAMENTO."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores apro - vou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica o Poder executivo autorizado a conceder o parcelamento dos débitos com tributos em atraso e os lançados em Dívida Ativa, em até 18 (dezoito) prestações mensais consecutivas.

ART. 2º- Fica, também, o Poder Executivo autorizado a conceder anistia fiscal, com dispensa de multa e juros de mora, no parcelamento de todos os tributos em atraso e os lançados em Dívida Ativa, na seguinte proporção:

I - Em até 06 (seis) prestações de 30 (trinta) dias, com isenção total de multa e juros de mora;

II - Em até 12 (doze) prestações de 30 (trinta) dias, com pagamento de 50% (cinqüenta por cento) das multas e juros de mora;

III- Em até 18 (dezoito) prestações de 30 (trinta) dias , com pagamento de 70% (setenta por cento) das multas e juros de mora.

Parágrafo Único- Fica mantido o disposto na Lei nº 1.384,de 12 de setembro de 1991.

ART. 3º- Os benefícios do art. 2º, desta Lei, deverão ser requeridos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

ART. 4º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei en

...

trará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 29 de junho de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e
Recursos Humanos

RBS/JRRJ/VSR

RECEBIDO EM 08/06/95
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

"AUTORIZA O PARCELAMENTO DE TRIBUTOS EM ATRASO E EM DIVIDA ATIVA, E CONCEDE ANISTIA FISCAL, COM DISPENSA DE MULTA E JUROS DE MORA NO PARCELAMENTO"

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o parcelamento dos débitos com tributos em atraso e os lançados em Dívida Ativa, em até 18 (dezoito) prestações mensais consecutivas.

Art. 2º - Fica, também, o Poder Executivo artorizado a conceder anistia fiscal, com dispensa de multa e juros de mora, no parcelamento de todos os tributos em atraso e os lançados em Dívida Ativa, na seguinte proporção:

I - Em até 06 (seis) prestações de 30 (trinta) dias, com isenção total de multa e juros de mora;

II - Em até 12 (doze) prestações de 30 (trinta) dias, com pagamento de 50% (cinquenta por cento) das multas e juros de mora;

III - Em até 18 (dezoito) prestações de 30 (trinta) dias, com pagamento de 70% (setenta por cento) das multas e juros de mora.

Parágrafo único - Fica mantido o disposto na Lei nº 1.384, de 12 de setembro de 1991.

Art. 3º - Os beneficios do art. 2º desta Lei, deverão ser requeridos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sanciono-se em 29/06/95
Lei nº 1.551
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário Municipal da Administração

Lei nº 1.552, de 07 de julho de 1995.

"Autoriza a abertura de crédito suplementar e aponta recurso."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art.55. , IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica autorizada a abertura de crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para atender à seguinte ' despesa:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

0101.01010011.001-0 - Recup. e Reeq. Câmara Vereadores

4.1.2.0.00-0 - Equip. e Mat. Permanente.....R$ 20.000,00

ART. 2º- Para cobertura do crédito suplementar de que trata o art. 1º, é apontada a redução da seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01010012.001-6 - Manut. das Atividades Legislativas

3.1.3.1.00-9 - Remun. Serv. Pessoais.....R$ 20.000,00

ART. 3º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 de julho de 95.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

** ACTIVITY REPORT **

I.D. NO.

** TRANSMISSION **

NO.	DURATION	IDENTIFICATION	MODE	PAGE	RESULT
1	2'05"		G3	2	O.K.
2	3'49"	0514771700	G3	5	O.K.
3	35"		G3	1	O.K.

Lei nº 1.553, de 07 de julho de 1995.

"Cria cargo em comissão no serviço público municipal e respectiva função gratificada, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

2 (dois) Assistentes do Cadastro

1 (um) Assistente do Departamento Pessoal

Parágrafo 1º - A remuneração será a correspondente a CC2/FG2.

Parágrafo 2º - Os cargos criados no "caput" deste artigo, terão as seguintes atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Prestar assessoramento ao setor da Administração em que for lotado, executando trabalhos administrativos, com a aplicação da Legislação pertinente.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Efetuar registros e cálculos relativos as áreas tributárias e patrimonial, coordenar folha de pagamento, analisar documentos referentes a assentamento funcional.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 de julho de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Lei nº 1.553, de 07 de julho de 1995.

"Cria cargo em comissão no serviço público municipal e respectiva função gratificada, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

2 (dois) Assistentes do Cadastro

1 (um) Assistente do Departamento Pessoal

Parágrafo 1º - A remuneração será a correspondente a CC2/FG2.

Parágrafo 2º - Os cargos criados no "caput" deste artigo, terão as seguintes atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Prestar assessoramento ao setor da Administração em que for lotado, executando trabalhos administrativos, com a aplicação da Legislação pertinente.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Efetuar registros e cálculos relativos as áreas tributárias e patrimonial, coordenar folha de pagamento, analisar documentos referentes a assentamento funcional.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 de julho de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

À Comissão Técnica
Em 03/05/1995
Presidente

Projeto de Lei nº 2.007/95

Emenda nº 1
APROVADO
Em 22/06/95
PRESIDENTE

"Cria Cargo em Comissão no serviço Público Municipal e respectiva função gratificada e dá outras providências"

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

(1) Assessor Administrativo - Depto. Pessoal

(2) Assessor Administrativo - Cadastro

Parágrafo 1º- A remuneração será a correspondente a CC 2/ FG 2.

Parágrafo 2º- Os cargos criados no "caput" deste artigo, terão as seguintes atribuições:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Prestar assessoramento ao setor da Administração em que for lotado, executando trabalhos administrativos , com a aplicação da Legislação pertinente.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Efetuar registros e cálculos relativos' as áreas tributárias e patrimonial, coordenar folha de pagamento , analisar documentos referentes a assentamento funcional.

ART. 2º- As despesas decorrentes desta Lei, correrão pelas dotações orçamentárias próprias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Sanciono-se em 07/07/95
Lei nº 1.553
Prefeito Municipal

Ao Vereador João [illegible]
para relatar parecer.
Em 03/05/95

Ver. Manoel Lopes
Pres.Com.Justiça e Redação

Ciente em 03/05/95:

Ver. João Rolim
Relator

Ao Vereador Arsênio Cardoso
para relatar parecer.
Em 03/05/95

Ver. Juarez Nunes
Pres.Com.Orçamento e Finanças

Ciente em 03/05/95:

Ver. Arsênio Cardoso
Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 22/06/95
PRESIDENTE

Senhor Presidente:

A Vereadora que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno, requer a inclusão da seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 2.007/95:

Emenda nº 1:

Altere-se o art. 1º, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

2 (dois) Assistentes do Cadastro.

1 (um) Assistente do Departamento Pessoal.

§ 1º .....

§ 2º ..... "

Sala das Sessões, 22 de junho de 1995.

Verª. Rosa Lautert

Lei nº 1.554, de 07 de julho de 1995.

"Cria cargos em Comissão no Serviço Público Municipal e respectiva Função Gratificada."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS? Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Ficam criados os seguintes Cargos em Comissão no Conselho Municipal de Desportos (CMD):

(1) Presidente - CC4/FG4

(3) Diretores - CC2/FG2

(2) Instrutores- CC1/FG1

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo de Presidente do Conselho Municipal de Desportos, o titular deverá ser portador de curso superior de Educação Física.

ART. 2º- O profissional cedido ou permutado do Estado fará jus, após portaria do Prefeito Municipal, ao cargo que ocupe.

ART. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

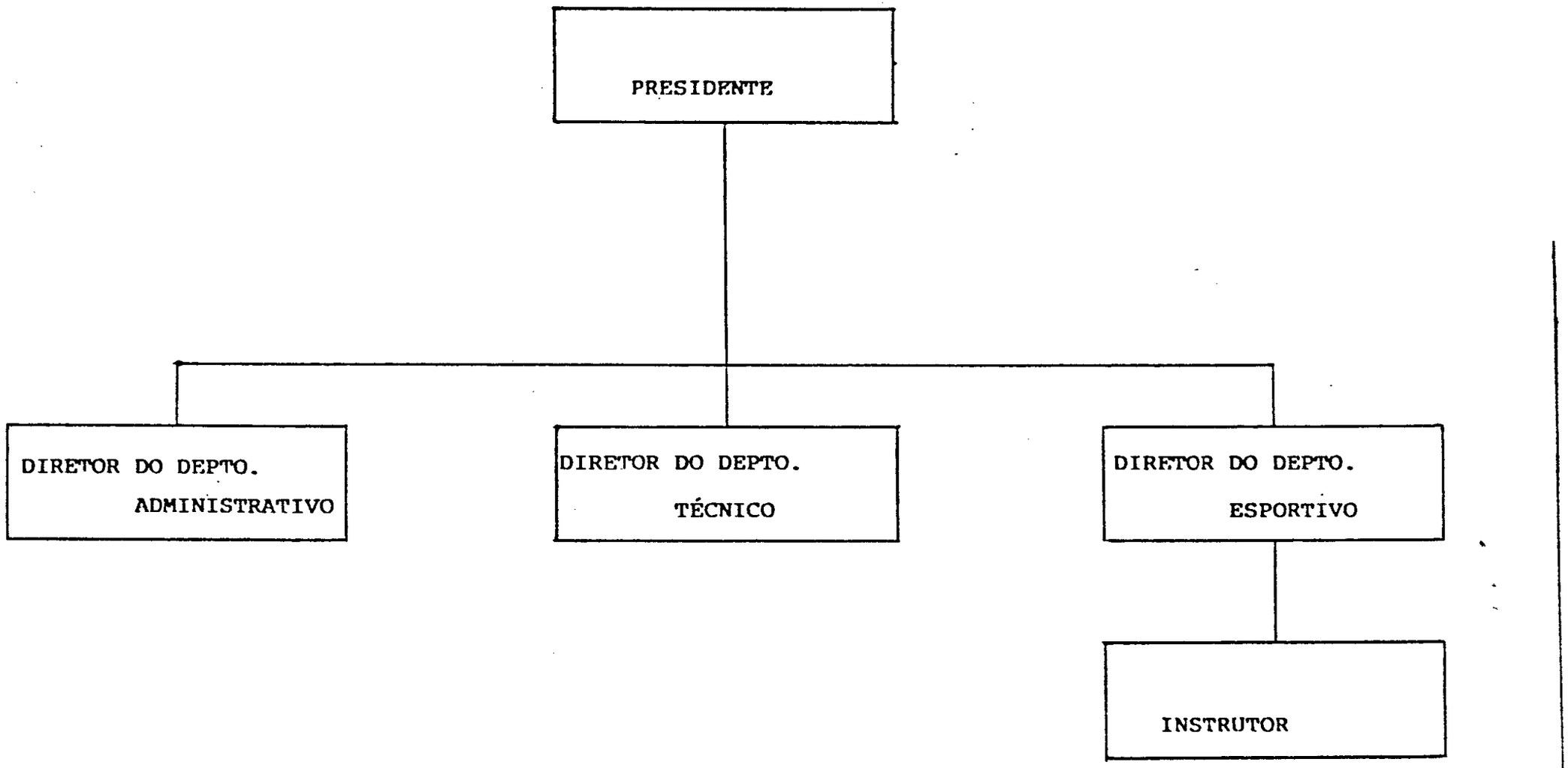
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 de julho de 95.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO - CMD



CARGO	FINALIDADE	CC-PG
Presidente	-Administrar e coordenar os trabalhos realizados pelo CMD. Conduzir as reuniões, aprovar projetos e encaminhar votações	4
Diretor do Depto. Administrativo	-Dirigir o setor administrativo do orgão, com referência à campeonatos, torneios, eventos e demais assuntos referentes a infra-estrutura necessária para eventos esportivos. Zelar pelo patrimônio.	2
Diretor do Depto. Técnico	-Responsabilizar-se pela elaboração de chaves, tabelas, regulamentos e estatísticas. Estruturar as equipes de árbitros, como também, apreciar e julgar casos excepcionais que venham a surgir nos eventos.	2
Diretor do Depto. de Esporte	-Responsabilizar-se por Projetos e Programação anual do CMD. Realizar o trabalho de divulgação junto aos meios de comunicação.	2
Instrutor	-Desenvolver com alunos e comunidade os projetos esportivos, trabalhando diretamente nas oficinas existentes e nos que surgirem.	1

LEI 1554

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

Projeto de lei nº 2.013/95

"Cria Cargos em Comissão no Serviço Público Municipal e respectiva Função Gratificada."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Ficam criados os seguintes Cargos em Comissão no Conselho Municipal de Desportos (CMD):

(1) Presidente - CC4/FG4
(3) Diretores - CC2/FG2
(2) Instrutores - CC1/FG1

Parágrafo único - Para o exercício do cargo de Presidente do Conselho Municipal de Desportos, o titular deverá ser portador de curso superior de Educação Física".

ART. 2º - O profissional cedido ou permutado do Estado fará jus, após portaria do Prefeito Municipal, ao cargo que ocupe.

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Sanciono em ___/___/___
Lei 1554
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

RECEBIDO EM 07/07/95
Projeto de Lei 197/95 da Câmara
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Lei nº 1.555, de 07 de julho de 1995.

"Institui o Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração Estado / Município e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao que determina a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica instituído o Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração, com o objetivo de incentivar as Ações Municipais de interesse mútuo, disciplinando a participação do município de Taquari no crescimento da arrecadação do ICMS, ficando autorizado o convênio com o Estado, através da Secretaria da Fazenda.

ART. 2º - O Plano será integrado por várias Ações a serem executadas pelo município da área de finanças municipais, em programas de articulação Estado e Município, Programas de Combate a sonegação e Aumento da Arrecadação Estadual.

ART. 3º - As ações municipais específicas serão:

I - Em relação às Finanças Municipais:

a) crescimento das receitas tributárias;

b) apresentação de equilíbrio financeiro;

II- Em relação a Programas de Articulação Estado / Município:

a) índice de apuração do valor adicionado via processamento de dados;

b) comunicação eletrônica;

c) programas de controle do valor adicionado;

III - Em relação a programas de incentivo à arrecadação e combate a sonegação:

a) programas de incentivo à emissão de notas fiscais com sorteio de prêmios;

b) criação de turmas volantes municipais para a fiscalização prevista no artigo 6º da Lei complementar nº 63, de 11 de

janeiro de 1990.

IV - Em relação a outros programas:

a) ações municipais de controle sanitário;

b) entrega e controle de talões de notas fiscais de produtor;

c) outros programas ou convênios.

ART. 4º - Para participação de Ação específica o Município colocará a disposição um automóvel e funcionários;

ART. 5º - Ficam criados na Estrutura Municipal os cargos de:

- 02 Técnicos Volantes Apoio Fazendário - FG4

ART. 6º - Os cargos de Técnicos Volantes de Apoio Fazendário, somente podem ser supridos por funcionários concursados ou estáveis.

ART. 7º - As despesas decorrentes do funcionamento do Plano Básico serão de responsabilidade da Prefeitura.

ART. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementação de verba com a receita a maior a se verificar no exercício, para por em prática este Plano.

ART. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 07 de julho de 95.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEc. da Administração e Rec. Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

Projeto de Lei nº 2.020/95

"INSTITUI O PLANO BÁSICO DE AÇÕES DE MÚTUA COLABORAÇÃO ESTADO/MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao que determina a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Fica instituído o Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração, com o objetivo de incentivar as Ações Municipais de interesse mútuo, disciplinando a participação do município de Taquari no crescimento da arrecadação do ICMS, ficando autorizado o convênio com o Estado, através da Secretaria da Fazenda.

ART. 2º - O Plano será integrado por várias Ações a serem executadas pelo município da área de finanças municipais, em programas de articulação Estado e Município, Programas de Combate a Sonegação e Aumento da arrecadação Estadual.

ART. 3º - As Ações municipais específicas serão:

I - Em relação às Finanças Municipais:

a) - crescimento das receitas tributárias;

b) - apresentação de equilíbrio financeiro.

II - Em relação a Programas de Articulação Estado/Município

a) - índice de apuração do valor adicionado via processamento de dados;

b) - comunicação eletrônica;

c) - programas de controle do valor adicionado.

III - Em relação a programas de incentivo à arrecadação e combate a sonegação:

07 / 7 / 95
Lei 1555

RECEBIDO EM 07/07/95
Ofício nº 197/95 da Câmara
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

a) - programas de incentivo à emissão de notas fiscais com sorteio de prêmios;

b) - criação de turmas volantes municipais para a fiscalização prevista no artigo 6º da Lei complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

IV - Em relação a outros programas:

a) - ações municipais de controle sanitário;

b) - entrega e controle de talões de notas fiscais de produtor;

c) - outros programas ou convênios.

ART. 4º - Para participação de Ação específica o município colocará a disposição um automóvel e funcionários.

ART. 5º - Ficam criados na Estrutura Municipal os cargos de:

- 2 Técnicos Volantes Apoio Fazendário - FG4

ART. 6º - Os cargos de Técnicos Volantes de Apoio Fazendário somente podem ser supridos por funcionários concursados ou estáveis.

ART. 7º - As despesas decorrentes do funcionamento do Plano Básico serão de responsabilidade da Prefeitura.

ART. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementação de verba com a receita a maior a se verificar no exercício, para por em prática este Plano.

ART. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Lei nº 1.556, de 24 de julho de 1995.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a FEPAGRO - Funda - ção Estadual de pesquisa Agropecuária e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPA - GRO, objetivando conjugar esforços e recursos à finalidade de aperfeiçoar o entrosamento entre os participes no tocante à pesquisa agropecuária e agroindústria, assim como a busca às soluções pertinentes aos anseios e necessidades locais, naquilo que ambos competir, FEPAGRO/Município.

Parágrafo 1º - A contratação de pessoal dependerá de aprovação prévia do Poder Legislativo.

Parágrafo 2º - O Convênio terá seu prazo final em data de 31 de dezembro de 1996, podendo ser prorrogado por outro período, ainda que não coincidente com o primeiro, à critério das partes.

ART. 2º - As ações decorrentes do convênio, serão coordenadas conjuntamente, pela FEPAGRO e pelo Município, mediante de - signação de técnicos responsáveis pelos programas e projetos a serem executados.

Parágrafo Único - A supervisão geral ficará a cargo de um técnico designado, em comum acordo, pela FEPAGRO e pelo Município.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 24 de julho de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e
Recursos Humanos

** ACTIVITY REPORT

I.D. NO.

** TRANSMISSION **

NO.	DURATION	IDENTIFICATION	MODE	PAGE	RESULT	DIAGNOSTIC
1	48"	011 701 7954	G3	1	O.K.	8410000000
2	48"	054 2224310	G3	1	O.K.	8410000000
3	59"		G3	2	O.K.	8410000000
4	1'55"		G3	2	O.K.	4410000000
5	7'10"	2215883	G3	12	O.K.	8410000000
6	2'25"	055 512 4100	G3	4	O.K.	8410000000
7	01"		G3	0	E 12	0400000000
8	1'30"	051 2280988 1282	G3	2	O.K.	8410000000
9	1'37"		G3	1	CALL	0410000000
10	1'29"		G3	1	O.K.	4410000000
11	1'41"	051 651 1462	G3	2	O.K.	8410000000
12	59"	051 472 4779	G3	1	CALL	8410400000
13	1'40"		G3	3	O.K.	C410000000
14	11"	051 653 1420	G3	0	E 12	8400000000
15	6'47"	051 653 1420	G3	11	O.K.	8410000000

5 folhas = Of 5119 5-CV

2 folhas = Projeto e EM 39

2 folhas = " e " 29

2 folhas = Lei 1.556

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

RECEBIDO EM 21 / 07 / 95
Viviane
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Sanciona-se em 21.07.95
Lei 1.556
Prefeito Municipal

Projeto de lei nº 2.014/95

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária e dá outras providências".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO, objetivando conjugar esforços e recursos à finalidade de aperfeiçoar o entrosamento entre os partícipes no tocante à pesquisa agropecuária e agroindústria, assim como a busca às soluções pertinentes aos anseios e necessidades locais, naquilo que a ambos competir, FEPAGRO/Município.

Emenda 1 - Parágrafo 1º - A contratação de pessoal dependerá de aprovação prévia do Poder Legislativo.

Emenda 2 - Parágrafo 2º - O convênio terá seu prazo final em data de 31 de dezembro de 1996, podendo ser prorrogado por outro período, ainda que não coicidente com o primeiro, à critério das partes.

ART. 2º - As ações decorrentes do convênio, serão coordenadas conjuntamente, pela FEPAGRO e pelo Município, mediante designação de técnicos responsáveis pelos programas e projetos a serem executados.

Parágrafo Único - A supervisão geral ficará a cargo de um técnico designado, em comum acordo, pela FEPAGRO e pelo Município.

ART. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrrão à conta das dotações próprias do orçamento.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário Administração e
Recursos Humanos

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

TAQUARI, 25 de maio de 1995.

AO Sr. ARNALDO SILVEIRA
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Senhor Secretário

Atendendo sua solicitação referente ao ofício da FEPAGRO, será importante a efetivação do convênio proposto, uma vez que já realizamos alguns trabalhos em parceria com a Estação Experimental de Taquari.

O convenio viria legalizar alguns aspectos burocraticas, uma vez que o seu conteudo é mais formal, e viria concretizar possibilidades de ampliação de trabalhos conjunto.

Saudações

Rubens Bizarro Martins
Secretário da Agricultura

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

FEPAGRO
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Porto Alegre, 11 de abril de 1995.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO, de acordo com a sua filosofia de trabalho, pretende integrar-se com as instituições ligadas direta ou indiretamente ao setor produtivo primário, procurando estimular seu potencial capacidade de produção.

Neste sentido, a FEPAGRO deseja estabelecer com essa Prefeitura Municipal, um convênio em que sejam definidas as atividades conjuntas, capazes de elevar o Centro de Pesquisa de Fruticultura de Taquari x-x-x-x-x- , a posição almejada de contribuir para a Sociedade.

Em anexo, cópia Minuta do Convênio.

Atenciosamente.

Miguel Bresolin,
Diretor-Presidente da FEPAGRO.

Agricultura
Donaldo
Ao Sr. Secretário da Agricultura Jane Oliveira
Em 10.5.95

Exmo. Sr.
Prefeito da Prefeitura Municipal de
TAQUARI - RS.

Rua Gonçalves Dias, 570 — CEP 90130-060 — Fone (051) 233-5411 — FAX 233-7607 — Porto Alegre — RS

FEPAGRO
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

MINUTA DE CONVÊNIO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO, criada pela Lei nº 10.096 de 31 de janeiro de 1.994, com sede em Porto Alegre, sito na rua Gonçalves Dias nº 570, inscrita no CGC/MF sob o nº 97.263461/0001-99, neste ato representa pelo seu Diretor-Presidente, Engº Agrº MIGUEL BRESOLIN, doravante denominado FEPAGRO, e o municipio de Taquari, representado neste ato por seu Prefeito, doravante denominado MUNICIPIO, vêm por celebrar o presente CONVÊNIO, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Visa, o presente CONVÊNIO, conjugar esforços e recursos à finalidade de aperfeiçoar o entrosamento entre os partícipes no tocante à Pesquisa Agrpecuária, Recursos Naturais Renováveis e Agroindústria, assim como a busca às soluções pertinentes aos anseios e necessidades locais, naquilo que a ambos competir, FEPAGRO/MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

As ações, decorrentes do CONVÊNIO, serão coordenadas conjuntamente, pela FEPAGRO e pelo MUNICÍPIO mediante designação de técnicos responsáveis pelos Programas e Projetos a ser executados. A supervisão-geral fica a cargo de um técnico designado, em comum acordo pelos partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA: METAS

Constituem metas a ser atingidas pelo CONVÊNIO:

a) O trato àquilo que interessar aos partícipes, sempre pertinentes à pesquisa agropecuária, recursos naturais renováveis e agroindústria.

b) Estabelecer viveiro de mudas frutíferas e essências florestais nativas e/ou exóticas com vistas a florestamento e reflorestamento.

c) Estabelecer calendário de estágios para estudantes de segundo grau e superior, em Ciências Agrárias e Recursos Naturais Renováveis.

d) Promover cursos profissionalizantes de curta duração.

Rua Gonçalves Dias, 570 — CEP 90130-060 — Fone (051) 233-5411 — FAX 233-7607 — Porto Alegre — RS

respectivas entidades de origem, as quais permanecerão subordinados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Cada partícipe responderá pelos encargos relativos ao pessoal posto à disposição dos Programas e Projetos a ser desenvolvidos em razão do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA

Os bens imóveis, assim como os móveis, posto pelos partícipes à disposição dos Programas e Projetos, natureza deste instrumento, continuarão com propriedade exclusiva de suas respectivas entidades.

CLÁUSULA SEXTA

O prazo de vigência do presente CONVÊNIO será de _____ _____ contados a partir da assinatura pelos partícipes, renovando-se, automaticamente, quando não houver denúncia por qualquer deles.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os casos omissos, não abrangidos em ternos, serão resolvidos, quando possível, administrativamente, entre os partícipes. Porém, desde já, fica eleito o Foro de Porto Alegre à solução de conflitos que, por essência, tiverem sede judicial.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam os partícipes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma que o subscrevem também as testemunhas listadas.

PORTO ALEGRE, _____

Engº Agrº Diretor da FEPAGRO

Prefeito Municipal de _____

TESTEMUNHAS: 1. _____ 2. _____

3. _____

FEPAGRO
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 032/95

O Diretor-Presidente da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea "e", do Art. 15 do Estatuto da FEPAGRO,

DESIGNA:

o Engº Agrº ZEFERINO GENÉSIO CHIELLE, para exercer a função de Diretor do Centro de Pesquisa de Fruticultura de Taquari.

Porto Alegre, 17 de março de 1995.

Miguel Bresolin,
Diretor-Presidente da FEPAGRO.

Rua Gonçalves Dias, 570 — CEP 90130-060 — Fone (051) 233-5411 — FAX 233-7607 — Porto Alegre — RS

FEPAGRO
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

DIRETRIZES GERAIS DA FEPAGRO

1. Executar pesquisa com produtos e áreas estratégicas de importância econômica e/ou social para o Estado, sempre que possível em parceria com órgãos privados e/ou público que atuam no Setor, objetivando o desenvolvimento sustentado.

2. Atender as necessidades do produtor rural, da agroindústria e do consumidor elevando e/ou mantendo o potencial produtivo dos recursos naturais.

3. Produzir insumos e outros derivados de ações de pesquisa mantendo-os a disposição do produtor rural e agroindústria e do consumidor elevando e/ou mantendo o potencial produtivo dos recursos naturais.

4. Prestar serviços e assessoramento técnico, difundir tecnologia de interesse do setor primário e agroindústrias, no âmbito do Estado.

5. Coordenar e implementar o Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, interagindo com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, com as instituições de Assistência Técnica, Extensão Rural e Ensino.

6. Treinar e qualificar recursos humanos externos especialmente agentes de ATER e produtores rurais.

7. Relacionar-se com entidades governamentais e privadas no âmbito nacional e internacional, com ênfase aos países que compõem o MERCOSUL, visando o intercâmbio Técnico Científico, melhorar a resposta e a qualidade ambiental do sistema produtivo e também a competitividade dos produtos estaduais frente aos concorrentes desse mercado.

Rua Gonçalves Dias, 570 — CEP 90130-060 — Fone (051) 233-5411 — FAX 233-7607 — Porto Alegre — RS

Lei nº 1.557, de 08 de agosto de 1995.

"Prorroga o prazo para o parcelamento de dívidas em atraso, autorizado pela Lei nº 1.551, de 29/06/95."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica prorrogado, até 30 de setembro de 1995, o prazo para concessão de parcelamento dos débitos com tributos em atraso e os lançados em Dívida Ativa, em até 18 (dezoito) prestações mensais consecutivas, autorizado pela Lei nº 1.551, de 29 de junho de 1995.

Parágrafo 1º- O benefício da presente Lei compreende os tributos em atraso vencidos até o dia 30 de junho do corrente ano e os lançados em dívida ativa.

Parágrafo 2º- Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1.551/95.

ART. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 08 de agosto de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

e) Promever cursos de treinamento para produtores em área específica da municipalidade.

f) Estabelecer apiário-modelo para demonstração de métodos e resultados para agricultores e filhos de agricultores.

g) Propiciar condições ao estabelecimento de indústria manufatureira de produtos primários.

h) Produção de sementes básicas e certificadas.

i) Treinamento de técnicos nas áreas respectivas.

j) Outras, que, oportunamente, surgirem ou dizerem de peculiaridades locais.

COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Colaborar na manutenção e participar das definições de programas nos Centros de Pesquisa, Subcentros e Estações de Produção com sede em seu território e adjacências.

b) Auxiliar na difusão de novas técnicas a ser implantadas em sua área geográfica.

c) Participar com mão-de-obra, quando necessária.

d) Contribuir com combustíveis, máquinas e equipamentos, quando necessário.

COMPETE À FEPAGRO:

a) Apoiar, com pessoal qualificado, o planejamento e execução de Programas Municipais de desenvolvimento agropecuário, recursos naturais renováveis e agroindústria.

b) Prestar serviços de instalação de ensaios, quando interessantes para o município.

c) Apoiar a implementação de programa municipal sustentado.

d) Produzir o que for de interesse da municipalidade, sempre relacionado à pesquisa agropecuária, recursos naturais renováveis e agroindustria.

CLÁUSULA QUARTA

O pessoal, posto à disposição pelos partícipes à execução de Programas e Projetos desenvolvidos em decorrência da assinatura de CONVÊNIO entre ambos, manterá, como óbvio, os vínculos jurídicos estabelecidos com as

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

Projeto de Lei nº 2.032/95

"Prorroga o prazo para o parcelamento de dívidas em atraso, autorizado pela Lei nº 1.551, de 29/06/95".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica prorrogado, até 30 de setembro de 1995, o prazo para concessão de parcelamento dos débitos com tributos em atraso e os lançados em Dívida Ativa, em até 18 (dezoito) prestações mensais consecutivas, autorizado pela Lei nº 1.551, de 29 de junho de 1995.

Parágrafo 1º - O benefício da presente Lei compreende os tributos em atraso vencidos até o dia 30 de junho do corrente ano e os lançados em dívida ativa".

Parágrafo 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1.551/95".

ART. 2º. - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Sancionado em 08/08/95
Lei nº 1.557
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.558, de 31 de agosto de 1995.

"DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 1996."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do município, que a câmara Municipal de aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART.1º - A elaboração da proposta orçamentária do município de Taquari para o exercício de 1996, obedecerá as disposições legais vigentes e as diretrizes estabelecidas por esta lei sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação Federal.

Parágrafo único - Para a elaboração da Proposta orçamentária para 1996, deve, ainda, ser obedecido o disposto na lei 1498/94.

ART.2º - O Projeto de lei orçamentária deverá obedecer, ainda, os princípios de universalidade, da unidade, periodicidade, exatidão, clareza e da publicidade, bem como, indentificar o programa de trabalho a ser desenvolvido em cada unidade orçamentária da Administração Municipal.

Parágrafo único - O Programa de trabalho deverá ser identificado em cada unidade orçamentária, a nível de funções e programas, em conformidade com o estabelecimento na Portaria nº 9/74-SEPLAN e a natureza da despesa a ser realizada, para sua execução, no mínimo, até o nível de elementos.

ART. 3º - A estimativa da receita própria do município será feita, pela utilização de métodos e técnicas apropriadas, as quais deverão no momento do encaminhamento da proposta orçamentária anual, ser explicadas nos respectivos quadros administrativos.

ART. 4º - As receitas provenientes de transferências constitucionais da União e do Estado, a favor do município serão incluídas na proposta orçamentária com base nas informações recebidas dos órgãos competentes, aplicando-se os ajustes necessários.

ART. 5º - O orçamento deverá consignar com receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo município, inclusive provenientes de transferência que lhe venham a ser feitas por outras de personalidade jurídica de direito privado, quer sejam relativas a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extra-orçamentária, cujo produto não tenham como destinação ao atendimento de despesas públicas municipais.

ART. 6º - Quando se fizerem necessárias as operações de crédito por antecipação da receita a lei orçamentária' ou a lei ordinária, que as autorizar, deverá estabelecer os limites e os critérios a serem observados.

ART. 7º - A despesa orçamentária deverá ser classificada em conformidade com o disposto na lei federal nº 4.320/64, por unidades orçamentárias, observando, no mínimo, o disposto no parágrafo único, do art. 2º, desta lei.

ART. 8º - O município aplicará, no mínimo, 30% da receita resultante de impostos, conforme determina a constituição federal e lei orgânica do município, na manutenção e desen - volvimento do ensino.

Parágrafo primeiro - O município destinará no mínimo 3% dos recursos previstos no "caput" deste artigo, no atendimento a pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental.

Parágrafo segundo - O município destinará' até 3% dos recursos previstos no "caput" deste art. para o projeto' "Nenhum Adulto Analfabeto".

ART. 9º - O POder Executivo, firmará convênios com outras esferas do governo para desenvolvimento de progra - mas prioritários nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social , Saneamento Básico, Esporte e Habitação, constituindo-se com projetos específicos e liberados somente após o recebimento dos recursos.

ART. 10 - As despesas com pessoal serão limitadas em 60% das receitas correntes, conforme o disposto no art . 1º, III da lei complementar nº 82 de 27 de março de 1995.

ART. 11 - O orçamento para o exercício financeiro de 1996, deverá considerar os objetivos, prioridades e me-

tas constantes nos anexos que fazem parte integrante desta lei.

ART. 12 - O município aplicará, no mínimo , 6% da receita resultante de impostos na manutenção da saúde.

ART. 13 - Fica vedada a concessão de auxí - lio financeiro as entidades que não prestarem contas dos recursos ' recebidos, assim como aquelas que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo.

Parágrafo único - A concessão de qualquer ajuda financeira a entidades deverá ter a aprovação do Poder Legislativo, excluídas as entidades relacionadas ao setor de ensino.

ART. 14 - O município aplicará até 5% dos ' recursos orçamentários para cada um dos seguintes projetos:

I - Projeto Habitacional e melhoria de casas para a população de baixa renda;

II - Projeto de criação do Fundo de Amparo' a Micro e Pequena Empresa.

ART. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disporições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de agosto de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

ANEXO I

GABINETE DO PREFEITO

07.01 - Manutenção dos serviços do gabinete e órgãos de assessoramento.

Objetivos - Dar condições de funcionamento aos serviços do gabinete e órgãos de assessoramento, como assessoria jurídica, comunicação, junta militar e conselho municipal de desportos (CMD).

07.02 - Aquisição de equipamentos e materiais permanente.

Objetivos - Equipar o gabinete com móveis e equipamentos, tornando' mais eficientes as atividades realizadas e seus órgãos' de assessoramento.

07.03 - Manutenção do setor de esportes.

Objetivo - Dar suporte e incentivo ao esporte amador do município.

ANEXO II

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

07.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXPEDIENTE PESSOAL, PROTOCOLO, ARQUIVO PÚBLICO E DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E LICITAÇÕES.

OBJETIVO- DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS PARA MELHORAR AS ATIVIDADES DE EXPEDIENTE INTERNO, ADMINISTRAÇÃO DE BENS, ELABORAÇÃO DE LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, REGISTRO, PUBLICAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE ATOS DO PREFEITO MUNICIPAL E FOLHA DE PAGAMENTO.

07.02 - REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA.

OBJETIVO- IMPLANTAR A REFORMA ADMINISTRATIVA, REESTRUTURAR TODAS AS SECRETARIAS, DOTANDO-AS DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO MAIS MODERNA E EFICIENTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

07.03 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA COMPUTADORIZADO.

OBJETIVO- AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA SECRETARIA DA FAZENDA, OBJETIVANDO AGILIZAR AS INFORMAÇÕES, ASSEGURANDO MAIOR GRAU DE CONFIANÇA NOS DADOS FORNECIDOS E/OU SOLICITADOS.

07.04 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO- EQUIPAR AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO, ACOMPANHAMENTO A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA QUE OS NOVOS TEMPOS EXIGEM.

ANEXO III

SECRETARIA DA FAZENDA

08.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA.

OBJETIVO - EXECUTAR A POLÍTICA ECONOMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:
- DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A CAPTAÇÃO, APLICAÇÃO, ORIENTAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS FINANCEIROS;
- CONTROLAR E EXECUTAR O ORÇAMENTO ANUAL, PROGRAMAS FINANCEIROS, REALIZAR O PROCESSAMENTO CONTÁBIL DA RECEITA E DESPESA, APLICAR AS LEIS FISCAIS E TODAS AS ATIVIDADES RELATIVAS A LANÇAMENTO DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO DE RENDAS MUNICIPAIS;
- REALIZAR A FISCALIZAÇÃO DE CONTRIBUINTES, RECEBIMENTO, GUARDA E MOVIMENTAÇÃO DE BENS E VALORES.

08.02 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA.

OBJETIVO - PAGAMENTOS DE PRECATÓRIAS JUDICIAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ART. 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E 33, DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DIVERSOS.

08.03 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO - EQUIPAR A UNIDADE COM MÁQUINAS E MÓVEIS, VIABILIZANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS PROPOSTOS COM MAIOR EXATIDÃO POSSÍVEL E EM CONDIÇÕES QUE VENHAM EM FAVORECIMENTO AOS CONTRIBUINTES E ATENDENDO, TAMBÉM AOS FORNECEDORES.

08.04 - RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO.

ANEXO IV

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

09.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO.

OBJETIVO - DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO , PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA AOS PROGRAMAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DO PLANO PLURIANUAL DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E DIRETRIZES FIXADAS NESTA LEI.
IMPLANTAR UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS E DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS.

09.02 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO - EQUIPAR A SECRETARIA COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO TORNANDO POSSÍVEL O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES COM EFICIÊNCIA, NAS AÇÕES RELACIONADAS A FORMULAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE PLANOS E PROGRAMAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA.

ANEXO V

SECRETARIA DA AGRICULTURA

14.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA.

OBJETIVO - DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS, COM VISTA A EXECUTAR AS METAS DO PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL, NO SETOR AGROPECUÁRIO. INCENTIVO A PRODUÇÃO PRIMÁRIA ATRAVÉS DE ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA, EM PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES COMO EMATER, ASSOCIAÇÕES, SINDICATO RURAL, ESTAÇÃO EXPERIMENTAL, ETC... ASSOCIAR JUNTAMENTE COM A ASSISTÊNCIA TÉCNICA ALGUNS INCENTIVOS SUBZIDIADOS PELO MUNICÍPIO, TAIS COMO: TRANSPORTE DE INSUMOS, LAVRAÇÃO E DISCAGEM DO SOLO, INSEMINAÇÃO DE BOVINOS E SUÍNOS, PROJETO DE CITRICULTURA COM BONIFICAÇÃO NAS MUDAS, SERVIÇOS DE DRENAGEM E FORMAÇÃO DE AGUADAS , ANÁLISE DE SOLO, INCENTIVO A PRODUÇÃO DE HORTIGRANJEIROS E PSICULTURA E OUTRAS ATIVIDADES QUE VENHAM DE ENCONTRO ÀS NECESSIDADES MAIORES DO PEQUENO PRODUTOR RURAL.

PROMOVER A FISCALIZAÇÃO E O COMBATE AO SERRADOR DE ACÁCIA NEGRA, PROMOVER O INCENTIVO A LIMPEZA DO ARROIO SANTA CRUZ E CRIAR UM FUNDO ROTATIVO PARA EQUIPAMENTOS DE IRRIGAÇÃO E HORTICULTURA.

CRIAR O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO A PROJETOS AGROPECUÁRIOS - PROFINAGRO, CONFORME A LEI Nº 1.519/94, E INSTITUIR A LEI Nº 1.520/94.

APOIO A IMPLANTAÇÃO DE PEQUENAS INDÚSTRIAS CASEIRAS (VINHO DE LARANJA, DOCES, CONSERVAS, ETC...).

ORIENTAR E ORGANIZAR O DESENVOLVIMENTO CITRICULTURA NO MUNICÍPIO, ESPECIALMENTE AOS PEQUENOS PRODUTORES, INCLUSIVE NOS ASPECTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

PARTICIPAR, CONJUNTAMENTE COM O PEQUENO PRODUTOR, NO INVESTIMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE POMARES, PRINCIPALMENTE NA AQUISIÇÃO DE MUDAS.
CRIAR CONDIÇÕES NO MUNICÍPIO PARA, EM CONVÊNIO COM O ESTADO E A UNIÃO, DEFENDER A CITRICULTURA DE MOLÉSTIAS, COMO POR EXEMPLO O CANCRO CÍTRICO.
IMPLANTAR JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO, PEQUENOS POMARES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
PRESTAR SERVIÇOS DE AÇUDAGEM E DE DRENAGEM PARA AS PEQUENAS PROPRIEDADES.
INCENTIVO, ATRAVÉS DE INCEMINAÇÃO ARTIFICIAL, ZOOTECNICAMENTE O REBANHO DE BOVINOS E SUÍNOS DO MUNICÍPIO.
PROMOVER, EM CONVÊNIO COM O ESTADO, CURSOS DE APICULTURA PARA PEQUENOS PRODUTORES.
PROMOVER CAMPANHAS DE COMBATE A VERMINOSE BOVINA.
ORIENTAR E INCENTIVAR A FORMAÇÃO DE PASTAGEM E SILAGEM, PRINCIPALMENTE AO REBANHO BOVINO LEITEIRO.

14.02 - ORGANIZAÇÃO RURAL.

OBJETIVO- ORGANIZAÇÃO DO PRODUTOR RURAL EM GRUPOS COM OBJETIVO DE FACILITAR A ORIENTAÇÃO TÉCNICA E EM CONJUNTO ENCONTRAR SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS DE SUAS PROPRIEDADES' RURAIS. MANTER EM ATIVIDADE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO.
PROMOVER TREINAMENTOS E EXCURSÕES PARA CAPACITAR O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DAS FAMÍLIAS RURAIS ATRAVÉS DE SEUS GRUPOS ORGANIZADOS.
FAZER CONVÊNIO COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, BEM COMO COM OUTRAS ENTIDADES QUE BENEFICIEM O DESENVOLVIMENTO DO SETOR RURAL.

14.03 - RECUPERAÇÃO DO SOLO.

OBJETIVO- PROPORCIONAR ORIENTAÇÃO TÉCNICA E AÇÕES SUBSIDIADAS' PARA FACILITAR AOS AGRICULTORES A REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE SOLO E CORREÇÃO COM CALCÁREO.

14.04 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA.

OBJETIVO- INCENTIVAR OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES NO PREPARO DO SOLO PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO NAS CULTURAS DE CITRUS, ARROZ, MILHO, MELANCIA E MANDIOCA, INCLUSIVE COM IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS DEMONSTRATIVAS.

14.05 - PECUÁRIA.

OBJETIVO- INCENTIVAR A MELHORIA DOS REBANHOS E MANTER POSTO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS E SUÍNOS.
INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE AVES, ATRAVÉS DE MELHORIAS EM ÁREAS DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE AVIÁRIOS.

14.06 - EQUIPAMENTO PARA A SECRETARIA.

OBJETIVO- EQUIPAR A SECRETARIA DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, VISANDO ORGANIZAR O SETOR DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA PARA DAR CUMPRIMENTO AS METAS DO PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL PARA A ÁREA AGRO-PECUÁRIA.
DENTRE AS MÁQUINAS A SEREM ADQUIRIDAS, SEJA INCLUÍDA A COMPRA DE 04 (QUATRO) TRATORES.

14.07 - REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL.

OBJETIVO- PROPORCIONAR AOS MORADORES DA ZONA RURAL OPORTUNIDADE DE DOTAR SUAS RESIDÊNCIAS E INSTALAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA.
INCENTIVAR, ATRAVÉS DE SUBSÍDIO, A ELETRIFICAÇÃO RURAL NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO, ESPECIALMENTE NO PASSO DO STA. CRUZ, ACESSO AO PORTO GRANDE, TRECHO ENTRE A PROPRIEDADE DO SENHOR GOMERCINDO E A SATIPEL S/A.

ANEXO VI

SECRETARIA DE EDUCAÇAO, CULTURA E TURISMO

42.01 - CONSTRUÇÃO DE NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES.
OBJETIVO- DAR CONDIÇÕES DE MELHORIAS DO ENSINO BÁSICO.
CONSTRUÇÃO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMA NAS PROXIMIDADES DO SALÃO MEDEIROS, NO RINCÃO SÃO JOSÉ E OUTRA NA VILA PLANALTO.
42.02 - RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES.
OBJETIVO- RECUPERAR OS PRÉDIOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL QUE NÃO OFERECEM AS CONDIÇÕES IDEAIS PARA A PRÁTICA DO APRENDIZADO.
42.03 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES.
OBJETIVO- ATENDER A DEMANDA DO ALUNADO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
42.04 - CONSERVAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
OBJETIVO- MANTER EM DIA E EM CONDIÇÕES DE USO O PATRIMÔNIO PÚBLICO.
42.05 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO.
OBJETIVO- SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E SMEC.
42.06 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL BÁSICO ESCOLAR E ADMINISTRATIVO, DIDÁTICO-PEDAGÓGICO, LIMPEZA E ESPORTIVO.
OBJETIVO- DOTAR AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MATERIAIS MÍNIMOS PARA O FUNCIONAMENTO.
IMPLANTAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO NAS ESCOLAS.
42.07 - FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE.
OBJETIVO- OPORTUNIZAR O ENSINO DE 1º, 2º E 3º GRAUS AOS ESTUDANTES DE TAQUARI.
42.08 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS KOMBIS ESCOLARES.
OBJETIVO- CONTINUAR VIABILIZANDO O PROJETO DE NUCLEAÇÃO ESCOLAR.
42.09 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES E GINÁSIO DE ESPORTES.
OBJETIVO- OFERECER OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO E SOCIAL, BEM COMO CONDIÇÕES DE LAZER AS COMUNIDADES E AO EDUCANDO.
IMPLANTAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES ESCOLARES NA ESCOLA MUNICIPAL OSVALDO FERREIRA BRANDÃO E E.M. PEDRO PEREIRA MACHADO.

IMPLANTAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTE NAS ESCOLAS MUNICI - PAIS CAPITÃO JOSÉ RODRIGO DE CASTRO E RANGEL BRANDÃO. IMPLANTAÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTE NO BAIRRO COQUEIROS' E COLÔNIA VINTE DE SETEMBRO.

42.10 - SEGUIR OS PROJETOS : HORTA ESCOLAR PARA SUPLEMENTAÇÃO' DE MERENDA.

OBJETIVO- PROPORCIONAR A MELHORIA DE MERENDA ESCOLAR FAVORECEN DO ASSIM A CONSTITUIÇÃO DE UM BALANCEAMENTO NUTRICIO - NAL.

42.11 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SMEC.

OBJETIVO- DOTAR A SMEC DE MEIOS DE TRANSPORTE PARA MELHORAR O DESLOCAMENTO QUE O SERVIÇO EXIGE, ASSIM DINAMIZANDO O TRABALHO.

48.12 - RECUPERAR O TEATRO SÃO JOÃO.

ONJETIVO- DEVOLVER A COMUNIDADE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, A FINALIDADE A QUE SE DESTINA.

48.14 - REEQUIPAMENTO DA BANDA MUNICIPAL.

OBJETIVO- DAR CONDIÇÕES DE PLENO FUNCIONAMENTO À BANDA MUNICIPAL QUE ALÉM DE AJUDAR NA FORMAÇÃO DO JOVEM, ABRILHANTARÁ' OS EVENTOS LOCAIS E REGIONAIS, DIVULGANDO O MUNICÍPIO.

48.15 - INCREMENTAR OS PROJETOS CULTURAIS.

OBJETIVO- OPORTUNIZAR O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS CULTURAIS ' PARA DESENVOLVER NA CRIANÇA O CRESCIMENTO ARTÍSTICO, INTELECTUAL E CULTURAL.
CRIAR O PROJETO "MÚSICA NA PRAÇA", ATRAVÉS DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NO CENTRO E NOS BAIRROS DA CIDADE , E INTERIOR DO MUNICÍPIO, PELOS VALORES DA TERRA

43.15 - RESTAURAÇÃO DE PROJETOS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.

OBJETIVO- OPORTUNIZAR UM MELHOR ASSESSORAMENTO AS ESCOLAS NA

ÁREA PEDAGÓGICA.
SUBSIDIAR A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA, A NÍVEL DE 2º GRAU , DOS PROFESSORES MUNICIPAIS.
DESTINAR RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A NÍVEL DE LICENCIATURA, PARA ÁREAS ATENDIDAS POR PROFIS - SIONAIS DO ENSINO.

43.16 - RESTAURAÇÃO DO ANTIGO SEMINÁRIO SERÁFICO.
OBJETIVO- CONSERVAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DANDO-LHE' MELHORES CONDIÇÕES AOS PROJETOS LÁ DESENVOLVIDOS.

42.17 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.
OBJETIVO- OPORTUNIZAR UM MELHOR ASSESSORAMENTO ÀS ESCOLAS NA ÁREA PEDAGÓGICA, SUBSIDIAR A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA À NÍVEL DE 2º GRAU DOS PROFESSORES MUNICIPAIS E DESTINAR ' RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, À NÍVEL DE LICENCIATURA, PARA A ÁREA QUE EXISTIR CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS.

43.18 - QUESTIONAR MAIS UM 2º GRAU EM CONJUNTO COM O GOVERNO ' DO ESTADO, VIABILIZAR O 1º GRAU NOTURNO NA FEBEM, EM CONJUNTO COM O GOVERNO DO ESTADO, VIABILIZAR O 2º GRAU NOTURNO NA ESCOLA MUNICIPAL EMÍLIO SCHENCK.
OBJETIVO- ATENDER A DEMANDA DESTE GRAU DE INSTRUÇÃO NAS DUAS LOCALIDADES. ATENDER A DEMANDA DESTE GRAU DE INSTRUÇÃO ' NA LOCALIDADE DE PASSO DO STA. CRUZ, E IMPLANTAR 1º E 2º GRAUS NOTURNOS NA ESCOLA ESTADUAL MORRO DO PEDRO ROSA.
IMPLANTAR O 2º GRAU, EM CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO, NAS ESCOLAS ESTADUAIS BARÃO DE ANTONINA, ANTÔ - NIO PORFÍRIO DE MENEZES COSTA, ANA JOB E ANTÔNIO LEITE COSTA.

42.18 - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO.
OBJETIVO- APERFEIÇOAR E ATUALIZAR OS PROFESSORES DO MUNICÍPIO.
IMPLANTAR O PROJETO "NENHUM ADULTO ANALFABETO", ATRAVÉS DECONVÊNIO COM EMPRESAS DO MUNICÍPIO, PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.

ATENDER CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS.
APOIO A APAE.
INCREMENTAR SALA DE RECURSOS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS.
DAR AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL DE ACORDO COM AS SUAS POSSIBILIDADES E APTIDÕES.

48.20 - APOIO E INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E ESPORTIVAS.

OBJETIVO- DIVULGAR AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DESSAS ENTIDADES.
AUXILIAR, NO QUE FOR POSSÍVEL, FINANCEIRAMENTE AS ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E RECREATIVAS DAS LOCALIDADES DE MORRO DO PEDRO ROSA E TABAÍ, COM AUXÍLIO ESPECIAL AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO BAIRRO PRADO E VINTE DE SETEMBRO.

46.21 - DOTAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA, PARA O NÚCLEO DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL NADPI.

OBJETIVO- VIABILIZAR COM MAIOR AUTONOMIA SUAS ATIVIDADES E PROJETOS, CONFORME SUAS NECESSIDADES.

48.23 - AMPLIAR O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PROMOVER A FEIRA DO LIVRO.

OBJETIVO- OPORTUNIZAR MELHORES CONDIÇÕES DE PESQUISA E INCENTIVO A LEITURA.

42.23 - PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DA SMEC EM CURSOS, SEMINÁRIOS E ENCONTROS.

OBJETIVO- ENRIQUECER OS CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.
AUXÍLIO FINANCEIRO A APAE.
PRESTAR AUXÍLIO FINANCEIRO A APAE, VISANDO À CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS.

65.24 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM TAQUARI.
ORGANIZAR MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.

OBJETIVO- DIVULGAR OS ATRATIVOS TURÍSTICOS, PLANEJAR E FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO. PRO-

MOVER PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES LOCAIS DO SETOR, DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DAS BELEZAS NATURAIS DO MUNICÍPIO.
IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS.
REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROGRAMADOS: NATAL AÇORIANO , DESFILE DE CARNAVAL E SEMANA FARROUPILHA.

- AUXÍLIO FINANCEIRO À ESTUDANTES.

OBJETIVO- AUXILIAR FINANCEIRAMENTE OS ALUNOS DE BAIXA RENADA MATRICULADOS NA ESCOLA CENECISTA SÃO JOSÉ E NO CURSO DE COMPUTAÇÃO DO ITEC.

ANEXO VII

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO - SERVIÇOS URBANOS

07.01 - ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR.
OBJETIVO- DISCIPLINAR O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E ORDENAR PELO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE NOS TERMOS DO ART. 182, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

07.02 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA EXECUÇÃO DE PLANO DIRETOR E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS DENTRO DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.
OBJETIVO- DOTAR O MUNICÍPIO DE CONDIÇÕES DE EXECUTAR AS METAS PROPOSTAS NO SENTIDO DE EQUACIONAR OS PROBLEMAS URBANOS ATUAIS E FUTUROS.
DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS, INCLUÍDA A DE ÁREA DE TERRAS PARA QUE A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA AVENIDA CONSTRUA SUA SEDE E CAMPO.

07.03 - CONCLUSÃO DO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO.
OBJETIVO- INSTALAR ADEQUADAMENTE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO, DANDO-LHES CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRABALHO.

07.04 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
OBJETIVO- EQUIPAR O SETOR COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO , TORNANDO-OS MAIS EFICIENTE.

30.05 - INSTITUIÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL.
OBJETIVO- PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO E DAR MAIOR SEGURANÇA A MUNICIPALIDADE.

30.06 - INSTALAÇÃO OU EXTENSÃO DE UMA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS, COM A AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PARA ESTA UNIDADE.

OBJETIVO- MANTER SERVIÇO PERMANENTE DE COMBATE AO FOGO E DE PROTEGER À PESSOA E AO PATRIMÔNIO PARTICULAR E PÚBLICO.

60.07 - ENERGIA ELÉTRICA. AMPLIAÇÃO, EXTENSÃO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

OBJETIVO- ILUMINAR RUAS E PRAÇAS, DOTAR A ZONA URBANA DE REDE ELÉTRICA, QUE PERMITA AOS MORADORES A INSTALAÇÃO DE ENERGIA EM SUAS RESIDÊNCIAS, ESPECIALMENTE NO LOTEAMENTO SITUADO NA RUA CAMPO ROMERO, E NAS RUAS MIGUEL SANTANA, AMÉRICO DE QUADROS, PEDRO ESPÍNDOLA E CLARIMUNDO CONCEIÇÃO.
ILUMINAÇÃO NO LOTEAMENTO EMÍLIO SCHENCK.
EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA NA LOCALIDADE DO RINCÃO SÃO JOSÉ, NA ESTRADA QUE DÁ ACESSO A LOCALIDADE DE AMORAS.

57.08 - HABITAÇÃO, FOMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES.

OBJETIVO- DIMINUIR O DÉFICIT RESIDENCIAL, COLABORANDO NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM CONVÊNIO COM OS ÓRGÃOS COMPETENTES.
PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE FUNDO ESPECIAL PARA REFORMA DE HABITAÇÕES.
AUXÍLIO DE MÃO-DE-OBRA PARA A CONSTRUÇÃO DE MORADIAS À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

60.09 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE. AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COMPACTADOR. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE USINA PARA SELEÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DOMICILIAR.

OBJETIVO- AMPLIAR A COLETA DE LIXO DOMICILIAR NA ZONA URBANA E NA ZONA RURAL DE DENSA POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE, NAS LOCALIDADES DE ARROIO DAS PEDRAS E PINHEIROS.
ELIMINAR DEPÓSITOS DE LIXO DOMICILIAR CAUSADORES DE POLUIÇÃO AMBIENTAL E QUE SE TORNAM FOCOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS.

60.10 PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE REDE DE ÁGUA E RESERVATÓRIOS.

OBJETIVO- AMPLIAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES POPULACIONAIS E DAS EMPRESAS.
AMPLIAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES POPULACIONAIS E DAS EMPRESAS, INCLUSIVE AS COMUNIDADES DO INTERIOR, ESPECIALMENTE O TREVO-TABAÍ, PRÓXIMO AO CEMITÉRIO DOS ALMEIDAS, NA VILA IBRASA E NO LOTEAMENTO DO BAIRRO CAIEIRA, E NOS BAIRROS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E COQUEIROS.

60.11 - CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO MUNICIPAL.

OBJETIVO- CONSTRUÇÃO DE UM CEMITÉRIO MUNICIPAL, JUNTO AO CEMITÉRIO DOS ALMEIDAS, NA ÁREA JÁ ADQUIRIDA.

60.12 - PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE LAZER NOS BAIRROS COQUEIROS, PRADO, PASSO DA ALDEIA, LÉO ALVIM FALLER E COLÔNIA VINTE, ALÉM DA RECUPERAÇÃO DA PRAÇA QUE SE ENCONTRA ABANDONADA NA VILA IPÊ.

OBJETIVO- CONSTRUIR NOVOS CENTROS DE LAZER (PARQUES E JARDINS), RECUPERAR E MELHORAR OS JÁ EXISTENTES, BEM COMO, ARBORIZAR LOGRADOUROS PÚBLICOS, IMPLANTAR O PROJETO DE ARBORIZAÇÃO DO CAMPING MUNICIPAL. COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA LAGOA ARMÊNIA.

60.13 - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

OBJETIVO- OCUPAR OS ESPAÇOS COM MAIOR RACIONALIDADE E AMPLIANDO SEUS LIMITES DAS ÁREAS ADJACENTES LIVRES.

60.14 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS.

OBJETIVO- ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS COM VISTA A MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO.

76.15 - CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS.

OBJETIVO- IMPLANTAR REDES DE ESGOTOS FLUVIAIS E CLOACAIS, PLANEJA

MENTO, INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO DE SISTEMA PÚBLICOS DE ESGOTO SANITÁRIOS E DESEJOS IN - DUSTRIAIS.

IMPLANTAR REDES DE ESGOTO NAS RUAS EDUARDO PORTO, 1º DE MAIO, JOSÉ FARIAS GUIMARÃES, CARLOS LEOPOLDO VOGES, NO CENTRO DA VILA IBRASA, ESPECIFICAMENTE NA RUA JOÃO GOULART, CARLOS RIBEIRO, FÁBIO HAUSSEN PEREIRA, RIO BRANCO E VIELA 245.

91.16 - INSTITUIÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO.

OBJETIVO- DISCIPLINAR O TRÁFEGO DE VEÍCULOS NA ZONA CENTRAL DA CIDADE NO SENTIDO DE DESCONGESTIONAR O TRÂNSITO, ESTABELECENDO NA RUA SETE DE SETEMBRO, ÁREAS DE ESTACIONAMENTO, NO LADO ESQUERDO DA REFERIDA RUA.

91.17 - CONSERVAÇÃO E MELHORIA DAS VIAS PÚBLICAS.

OBJETIVO- MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE NA ZONA URBANA NAS VILAS DENSAMENTE POVOADAS, DOTANDO-AS DE CALÇAMENTO E PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS E CONSTRUÇÕES DE PONTES E BUEIROS, ESPECIALMENTE, A PONTE QUE FAZ A LIGAÇÃO DA RUA SETE DE SETEMBRO À VILA PLANALTO, COM A CONSEQUENTE ABERTURA DE RUA.

CALÇAMENTO OU ASFALTAMENTO NAS RUAS CARLOS CANANÉIA RIBEIRO, NAVEGANTES, JACOB ARNT, CASTELO BRANCO E ALBERTO LENGLER.

PROCEDER NA ABERTURA DE RUA NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O COMEÇO DA RUA SETE DE SETEMBRO E O RIO TAQUARI.

CONTINUAÇÃO DO ASFALTO OU CALÇAMENTO NA RUA JOSÉ PORFÍRIO DA COSTA.

PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS RICARDO LAUTERT, RIO BRANCO, OTTO HAUCK, AGRIPINO PEREIRA E ADOLFO F.DA SILVA.

CALÇAMENTO OU ASFALTO NAS RUAS VINTE DE SETEMBRO, SADI CASTRO, ALCIDES CARDOSO E NA BOA VISTA I.

CONSTRUÇÃO DE BOEIROS NA ESTRADA DO PASSO DO JUNCAL.

CONSTRUIR ABRIGOS NAS PARADAS DE ÔNIBUS DE RUAS E ESTRADAS.

CALÇAMENTO OU PAVIMENTAÇÃO NA AVENIDA FARRAPOS, ESTRADA DO RINCÃO SÃO JOSÉ, ATÉ A CAPELA NOSSA SENHORA DA ASSUN

ÇÃO, VIELAS 310, 145 E 315, RUA CAROLINA F. ALVIM, OSVAL DO MICHEL, LUCINDA CAPELÃO, PEDRO RENNER, DORALINO DOS REIS E OTTO RENTZ.
ABERTURA DE RUA NO SEGMENTO DA RUA CAROLINA ALVIM.
RECAPAGEM ASFALTICA NA RUA FÁBIO HAUSSEN PEREIRA.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - D.M.E.R.

88.01 - INSTALAÇÃO DE POSTO DE LAVAGEM.
OBJETIVO- REDUZIR CUSTOS.

88.02 - REEQUIPAMENTO DAS OFICINAS (MECÂNICA E MARCENARIA) E AMPLIAÇÃO DA MESMA.
OBJETIVO- EQUIPAR AS OFICINAS DE MANEIRA A TER CONDIÇÕES DE REALIZAREM AS MANUTENÇÕES NECESSÁRIAS NAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO, NA CONFECÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA PREFEITURA.

88.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.
OBJETIVO- AQUISIÇÃO DE UMA MOTO-NIVELADORA, UM TRATOR DE ESTEIRAS, DUAS RETRO-ESCAVADEIRAS, TRÊS CAMINHÕES BASCULANTES.
RECUPERAR E, DENTRO DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO ANUAL, RENOVAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA MELHOR ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO SETOR., EQUIPANDO O MAQUINÁRIO DESTINADO AO DISTRITO DE TABAÍ.
CRIAR A SUB-PREFEITURA DE AMORAS.

88.04 - ESTRADAS VICINAIS.
OBJETIVO- CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, ESPECIALMENTE NAS ESTRADAS QUE LIGAM TABAÍ AOS BORBAS, A DIVISA DE CATUPI-TRIUNFO, CAVERNAS, CAMPO DO ESTADO, TK 21 E TK 23.
ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS E CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS NO ARROIO DO RIÁCHO, DIVISA DO BAIRRO PRAIA COM O CARAMUJO.
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS, ESPECIFICAMENTE NAS LOCALIDADES DE ARROIO DAS PEDRAS E PASSO DO SAN-

TA CRUZ NA DIVISA COM O MUNICÍPIO DE TRIUNFO, BENO NASCIMENTO (TABAÍ), BOA VISTA II E CAMPO ROMERO.

SUB-PREFEITURA

88.03 - MANUTENÇÃO DAS SUB-PREFEITURAS.
OBJETIVO- CRIAÇÃO DE NOVOS DISTRITOS COM CONSTRUÇÃO DE REDES DOTADAS DE TODA INFRA-ESTRUTURA.

- INSTALAÇÃO DE TELEFONES PÚBLICOS.
OBJETIVO- CELEBRAR CONVÊNIO COM A CRT PARA INSTALAÇÃO DE TELEFONES PÚBLICOS, EM ESPECIAL NA RUA FÁBIO HAUSSEN PEREIRA.

ANEXO VIII

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

62.01 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE TAQUARI.

OBJETIVO- DESENVOLVER AÇÕES NO SENTIDO DE PLANEJAR E PROMOVER A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DE TAQUARI, COM BASE NA LEI Nº 1.493/94.

PROMOVER A FEIRA MUNICIPAL DO MATERIAL ESCOLAR - FEMAE , CONFORME A LEI Nº 1.507/94.

PROMOVER FOMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, INCLUSIVE ATRAVÉS DA CONCESSÃO DE ESTÍMULOS E PATROCÍNIO DE EXPOSIÇÕES.

PROMOVER CONVÊNIO COM O SENAI, SENAC, SESI PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES, VISANDO A FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA SETORES PRIMÁRIOS, SECUNDÁRIOS E TERCIÁRIOS.

IMPLANTAR O FUNDO DE AMPARO A MICRO E PEQUENA EMPRESA.

63.02 - INCENTIVOS AO COMÉRCIO, AO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO.

OBJETIVO- PLANEJAR E PROMOVER JUNTAMENTE COM ACIT, PTOTAQ, AMPET E CDL A EXPANSÃO DO COMÉRCIO EM TAQUARI, AO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO.

CRIAÇÃO DE BERÇÁRIO INDUSTRIAL.

ANEXO IX

SECRETARIA DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE

75.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE.
OBJETIVO- APRIMORAR O PROCESSO DE MUDANÇA NA ÁREA DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE, ONDE O ESSENCIAL SERÁ OFERTAR MELHORES SERVIÇOS, VISANDO A SAÚDE INTEGRAL DA PESSOA E DA COMUNIDADE DE TAQUARI, ATRAVÉS DO SANEAMENTO E DA COMUNIDADE TAQUARIENSE, ATRAVÉS DO SANEAMENTO BÁSICO, HABITAÇÃO, NUTRIÇÃO, MEDICINA PREVENTIVA E ATENDIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR.

75.02 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.
OBJETIVO- DOTAR A SECRETARIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O SEU PLENO FUNCIONAMENTO, BEM COMO O PAGAMENTO DOS SERVIDORES PRESTADOS AO ÓRGÃO.

75.03 - AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) AMBULÂNCIAS, SENDO 01 PARA O DISTRITO DE TABAÍ E LOCALIDADE DE MORRO DO PEDRO ROSA.
OBJETIVO- TRANSPORTAR ENFERMOS DO NOSSO MUNICÍPIO QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO URGENTE E LOCOMOÇÃO PARA LOCALIDADES COM MAIORES RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS.

75.04 - AQUISIÇÃO, EM PARCERIA COM HOSPITAL SÃO JOSÉ, DE UM NOVO APARELHO PARA ANESTESIA E DE 01 APARELHO DE ECOGRAFIA.

75.05 - AQUISIÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL MÉDICO/DENTÁRIA.
OBJETIVO- ATENDER TODOS OS POSTOS DE SAÚDE DE VILAS, BAIRROS E INTERIOR COM EQUIPAMENTOS ADEQUADOS.

75.06 - MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO 24 HORAS, COM INSTALAÇÃO DE FARMÁCIA NO MESMO PERÍODO, JUNTO AO PLANTÃO.
OBJETIVO- ATENDER TODOS OS CASOS QUE EXIGEM EMERGÊNCIA.

75.07 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
OBJETIVO- ATENDER A POPULAÇÃO EXTREMAMENTE CARENTE.

75.08 - AQUISIÇÃO DE CAIXAS PRONTO SOCORRO.
OBJETIVO- EQUIPAR TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS COM PRODUTOS QUE SÃO NECESSÁRIOS PARA PRIMEIROS SOCORROS.

75.09 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.
OBJETIVO- CONSTRUIR CASAS POPULARES, PRIORITARIAMENTE NO LOTEAMENTO PINHEIROS, CONFORME DISPOSTO NO DECRETO 1.007/93.
CONSTRUIR POSTOS DE SAÚDE DE VILAS, BAIRROS E INTERIOR.
CONSTRUÇÃO DE CRECHES.

75.10 - AQUISIÇÃO DE CANOS, PARALELEPÍPEDOS, ASFALTO E FOSSAS.
OBJETIVO- SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA PARA AS VILAS ONDE SERÃOCONSTRUÍDAS AS VILAS POPULARES E TAMBÉM PARA A CANALIZAÇÃO DE ESGOTO EM DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE.

75.11 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E POSTES.
OBJETIVO- OMPLANTAÇÃO DA REDE ELÉTRICA EM VILAS A SEREM CRIADAS ATRAVÉS DE CASAS POPULARES.

75.12 - IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DENTÁRIO EM TODO O MUNICÍPIO.
OBJETIVO- ATENDER A COMUNIDADE CARENTE E EM PARCERIA COM A COMUNIDADE E SINDICATO DOS AGRICULTORES.
DISCIPLINAR O DEPÓSITO DE LIXO MUNICIPAL.
PROPORCIONAR A COLETA SELETIVA E, SE POSSSÍVEL, A RECICLAGEM DO LIXO, DEVIDO AO ABALO OCASIONADO PELO MESMO AO MEIO AMBIENTE AOS MORADORES DA REGIÃO.
IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO LOCAL PARA O DEPÓSITO DO LIXO, OBEDECENDO AS NORMAS ESTABELECIDAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS EESTADUAIS DO SETOR.

ANEXO X

ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

82.01 - Assistência e Previdência.
Objetivo - Previdência Social ao servidor público.
Cobrir despesas com encargos sociais, programa de formação do patrimônio do servidor público.
82.02 - Previdência Social e Inativos e Pensionistas.
Objetivo - Atender os encargos com inativos e pensionistas.

ANEXO XI

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01- LEGISLATIVA
01- PROCESSO LEGISLATIVO.
001- AÇÃO LEGISLATIVA
02- FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
002- CONTROLE EXTERNO.
2.001- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
OBJETIVO- MANTER O PLENO E REGULAR FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES LEGISLATIVAS, DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO EXECUTIVO(CF. ART. 29, IX), DE ASSESSORAMENTO AO EXECUTIVO LOCAL E DE ADMINISTRAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS.
CRIAR CARGOS EM SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIAS.

1.001- RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.
OBJETIVO- MELHORAR AS CONDIÇÕES DO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES, ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO DE SUAS INSTALAÇÕES, BEM COMO DOTAR A SECRETARIA E DEMAIS SETORES DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O DESEMPENHO DOS SEUS SERVIÇOS, ACOMPANHADO A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA QUE OS NOVOS TEMPOS EXIGEM.

c/Emendas nº 1041 e 1058

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

APROVADO
Em 10/08/95
Presidente

lei 1558, 31/08/95

PROJETO DE LEI Nº 2.027/95 "DISPOE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS, PARA O EXERCICIO' DE 1996.

À Comissão Técnica
Em 05/07/1995
Presidente

SANCIONO HOJE 31-8-95

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL' DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARI PARA O EXERCÍCIO DE 1996, OBEDECERÁ AS DISPOSIÇÕES LEGAIS VIGENTES E AS DIRETRIZES ESTABALECIDAS POR ESTA LEI SEM PREJUÍZO DAS NORMAS FINANCEIRAS ESTABELECIDAS PELA LEGISLAÇÃO ' FEDERAL.

ART. 2º - O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DEVERÁ' OBEDECER, AINDA, OS PRINCÍPIOS DE UNIVERSALIDADE, DA UNIDADE, PERIODICIDADE, EXATIDÃO, CLAREZA E DA PUBLICIDADE, BEM COMO, IDENTIFICAR O PROGRAMA DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO EM CADA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PROGRAMA DE TRABALHO DEVERÁ SER IDENTIFICADO EM CADA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA, A NÍVEL DE FUNÇÕES E PROGRAMAS, EM CONFORMIDADE COM O ESTABELECIDO NA PORTARIA Nº 9/74 - SEPLAN E A NATUREZA DA DESPESA A SER REALIZADA, PARA SUA EXECUÇÃO , NO MÍNIMO, ATÉ O NÍVEL DE ELEMENTOS.

ART. 3º - A ESTIMATIVA DA RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO SERÁ FEITA, PELA UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS E TÉCNICAS APROPRIADAS, AS QUAIS DEVERÃO NO MOMENTO DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL, SER EXPLICADAS NOS RESPECTIVOS QUADROS ADMINISTRATIVOS.

ART. 4º - AS RECEITAS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO E DO ESTADO, A FAVOR DO MUNICÍPIO, SERÃO INCLUÍDAS NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, COM BASE NAS INFORMAÇÕES' RECEBIDAS DOS ÓRGÃOS COMPETENTES, APLICANDO-SE OS AJUSTES NECESSÁRIOS.

ART. 5º - O ORÇAMENTO DEVERÁ CONSIGNAR COM RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS TODOS OS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO ' MUNICÍPIO, INCLUSIVE PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIA QUE LHE VENHAM A SER FEITAS POR OUTRAS DE PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO,

QUER SEJAM RELATIVAS A CONVÊNIOS, CONTRATOS, ACORDOS, AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES OU DOAÇÕES, EXCLUÍDAS APENAS AQUELAS DE NATUREZA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, CUJO PRODUTO NÃO TENHAM COMO DESTINAÇÃO AO ATENDIMENTO DE DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ART. 6º - QUANDO SE FIZEREM NECESSÁRIAS AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA A LEI ORÇAMENTÁRIA OU A LEI ORDINÁRIA, QUE AS AUTORIZAR, DEVERÁ ESTABELECER OS LIMITES E OS CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS.

ART. 7º - A DESPESA ORÇAMENTÁRIA DEVERÁ SER CLASSIFICADA EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 4.320 /64, POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS, OBSERVANDO, NO MÍNIMO, O DISPOSTO' NO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 2º, DESTA LEI.

ART. 8º - O MUNICÍPIO APLICARÁ, NO MÍNIMO, 30% DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS, CONFORME DETERMINA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O MUNICÍPIO DESTINARÁ NO MÍNIMO 3% DOS RECURSOS PREVISTOS NO "CAPUT" DESTE ARTIGO, NO ATENDIMENTO A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, SENSORIAL OU MENTAL.

ART. 9º - O PODER EXECUTIVO, FIRMARÁ CONVÊNIOS' COM OUTRAS ESFERAS DO GOVERNO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS PRIORITÁRIOS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SANEAMENTO BÁSICO, ESPORTE E HABITAÇÃO, CONSTITUINDO-SE COM PROJETOS ESPECÍFICOS E LIBERADOS SOMENTE APÓS O RECEBIMENTO DOS RECURSOS.

ART. 10 - AS DESPESAS COM PESSOAL SERÃO LIMITADAS EM 60% DAS RECEITAS CORRENTES, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 1º , III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 82 DE 27 DE MARÇO DE 1995.

ART. 11 - O ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1996, DEVERÁ CONSIDERAR OS OBJETIVOS, PRIORIDADES E METAS CONSTANTES NOS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA LEI.

ART. 12 - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

GABINETE DO PREFEITO

07.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE E ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.

OBJETIVOS - DAR CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO AOS SERVIÇOS DO GABINETE E ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO, COMO ASSESSORIA JURÍDICA, COMUNICAÇÃO, JUNTA MILITAR E CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS (CMD).

07.02 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE.

OBJETIVOS - EQUIPAR O GABINETE COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS, TORNANDO MAIS EFICIENTES AS ATIVIDADES REALIZADAS E SEUS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.

1- Suprimido ~~AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA O GABINETE.~~

07.03 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESPORTES.

OBJETIVO - DAR SUPORTE E INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DO MUNICÍPIO.

ANEXO II

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

07.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXPEDIENTE PESSOAL, PROTOCOLO, ARQUIVO PÚBLICO E DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E LICITAÇÕES.

OBJETIVO- DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS PARA MELHORAR AS ATIVIDADES DE EXPEDIENTE INTERNO, ADMINISTRAÇÃO DE BENS, ELABORAÇÃO DE LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, REGISTRO, PUBLICAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE ATOS DO PREFEITO MUNICIPAL E FOLHA DE PAGAMENTO.

07.02 - REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA.

OBJETIVO- IMPLANTAR A REFORMA ADMINISTRATIVA, REESTRUTURAR TODAS AS SECRETARIAS, DOTANDO-AS DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO MAIS MODERNA E EFICIENTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

07.03 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA COMPUTADORIZADO.

OBJETIVO- AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA SECRETARIA DA FAZENDA, OBJETIVANDO AGILIZAR AS INFORMAÇÕES, ASSEGURANDO MAIOR GRAU DE CONFIANÇA NOS DADOS FORNECIDOS E/OU SOLICITADOS.

07.04 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO- EQUIPAR AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO, ACOMPANHAMENTO A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA QUE OS NOVOS TEMPOS EXIGEM.

ANEXO III

SECRETARIA DA FAZENDA

08.01 - Manutenção dos serviços da secretaria.
Objetivo - Executar a política economica e financeira do município:
- desenvolver ações visando a captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros;
- controlar e executar o orçamento anual, programas financeiros, realizar o processamento contábil da receita e despesa, aplicar as leis fiscais e todas as atividades relativas a lançamento de tributos e arrecadação de rendas municipais;
- realizar a fiscalização de contribuintes, recebimento, guarda e movimentação de bens e valores.

08.02 - Amortização da Dívida Fundada.
Objetivo - Pagamentos de precatórias judiciais, de acordo com o disposto nos art. 100, da Constituição Federal e 33, das Disposições Constitucionais Transitórias.
Amortização de financiamentos diversos.

08.03 - Aquisição de equipamentos e material permanente.
Objetivo - Equipar a unidade com máquinas e móveis, viabilizando a execução dos trabalhos propostos com maior exatidão possível e em condições que venham em favorecimento aos contribuintes e atendendo, também aos fornecedores.

08.04 - Recadastramento imobiliário.

ANEXO IV

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

09.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO.

OBJETIVO - DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO , PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA AOS PROGRAMAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DO PLANO PLURIANUAL DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E DIRETRIZES FIXADAS NESTA LEI.
IMPLANTAR UNIDADE DE PROJETOS ESPECIAIS E DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS.

09.02 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO - EQUIPAR A SECRETARIA COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO TORNANDO POSSÍVEL O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES COM EFICIÊNCIA, NAS AÇÕES RELACIONADAS A FORMULAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DE PLANOS E PROGRAMAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA.

ANEXO V

SECRETARIA DA AGRICULTURA

14.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA.

OBJETIVO - DESENVOLVER AÇÕES VISANDO A ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS, COM VISTA A EXECUTAR AS METAS DO PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL, NO SETOR AGROPECUÁRIO. INCENTIVO A PRODUÇÃO PRIMÁRIA ATRAVÉS DE ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA, EM PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES COMO EMATER, ASSOCIAÇÕES, SINDICATO RURAL, ESTAÇÃO EXPERIMENTAL ETC... ASSOCIAR JUNTAMENTE COM A ASSISTÊNCIA TÉCNICA ALGUNS INCENTIVOS SUBZIDIADOS PELO MUNICÍPIO TAIS COMO: TRANSPORTE DE INSUMOS, LAVRAÇÃO E DISCAGEM DO SOLO, INSEMINAÇÃO DE BOVINOS E SUINOS, PROJETO DE CITRICULTURA COM BONIFICAÇÃO NAS MUDAS, SERVIÇOS DE DRENAGEM E FORMAÇÃO DE AGUADAS, ANÁLISE DE SOLO, INCENTIVO A PRODUÇÃO DE HORTIGRANJEIROS E A PSICULTURA E OUTRAS ATIVIDADE QUE VENHAM DE ENCONTRO ÀS NECESSIDADES MAIORES DO PEQUENO PRODUTOR RURAL; cfr. '29 e '37 e 53

14.02 - ORGANIZAÇÃO RURAL.

OBJETIVO - ORGANIZAÇÃO DO PRODUTOR RURAL EM GRUPOS COM OBJETIVO DE FACILITAR A ORIENTAÇÃO TÉCNICA E EM CONJUNTO ENCONTRAR SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS DE SUAS PROPRIEDADES RURAIS. MANTER' EM ATIVIDADE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO.

PROMOVER TREINAMENTOS E EXCURSÕES PARA CAPACITAR O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DAS FAMÍLIAS RURAIS ATRAVÉS DE SEUS GRUPOS ORGANIZADOS.

FAZER CONVÊNIO COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, BEM COMO COM OUTRAS ENTIDADES QUE BENEFICIEM O DESENVOLVIMENTO DO SETOR RURAL.

14.03 - RECUPERAÇÃO DO SOLO.

OBJETIVO - PROPORCIONAR ORIENTAÇÃO TÉCNICA E AÇÕES SUBZIDIADAS PARA' FACILITAR AOS AGRICULTORES A REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE SOLO E CORREÇÃO COM CALCÁREO.

14.04 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA.

OBJETIVO - INCENTIVAR OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES NO PREPARO DO SOLO PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO NAS CULTURAS DE CÍTRUS, ARROZ, MILHO, MELANCIA E MANDIOCA, INCLUSIVE COM IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS DEMONSTRATIVAS.

14.05 - PECUÁRIA.

OBJETIVO - INCENTIVAR A MELHORIA DOS REBANHOS E MANTER POSTO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS E SUÍNOS.
INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE AVES, ATRAVÉS DE MELHORIAS EM ÁREAS DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE AVIÁRIOS.

14.06 - EQUIPAMENTO PARA A SECRETARIA.

OBJETIVO - EQUIPAR A SECRETARIA DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, VISANDO ORGANIZAR O SETOR DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA PARA DAR CUMPRIMENTO AS METAS DO PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL PARA A ÁREA AGRO-PECUÁRIA.

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

ANEXO VI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

42.01 - CONSTRUÇÃO DE NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES.
OBJETIVO- DAR CONDIÇÕES DE MELHORIAS DO ENSINO BÁSICO.
CONSTRUÇÃO DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMA NAS PROXIMIDADES DO SALÃO MEDEIROS, NO RINCÃO SÃO JOSÉ E OUTRA NA VILA PLANALTO.
42.02 - RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES.
OBJETIVO- RECUPERAR OS PRÉDIOS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL QUE NÃO OFERECEM AS CONDIÇÕES IDEAIS PARA A PRÁTICA DO APRENDIZADO.
42.03 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES.
OBJETIVO- ATENDER A DEMANDA DO ALUNADO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
42.04 - CONSERVAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
OBJETIVO- MANTER EM DIA E EM CONDIÇÕES DE USO O PATRIMÔNIO PÚBLICO.
42.05 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO.
OBJETIVO- SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E SMEC.
42.06 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL BÁSICO ESCOLAR E ADMINISTRATIVO, DIDÁTICO-PEDAGÓGICO, LIMPEZA E ESPORTIVO.
OBJETIVO- DOTAR AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MATERIAIS MÍNIMOS PARA O FUNCIONAMENTO.
IMPLANTAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO NAS ESCOLAS.
42.07 - FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE.
OBJETIVO- OPORTUNIZAR O ENSINO DE 1º, 2º E 3º GRAUS AOS ESTUDANTES' DE TAQUARI.
42.08 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS KOMBIS ESCOLARES.
OBJETIVO- CONTINUAR VIABILIZANDO O PROJETO DE NUCLEAÇÃO ESCOLAR.
42.09 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES E GINÁSIO DE ESPORTES.
OBJETIVO- OFERECER OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO E SOCIAL, BEM COMO CONDIÇÕES DE LAZER AS COMUNIDADES E AO EDUCANDO.
IMPLANTAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES ESCOLARES NA ESCOLA MUNICIPAL OSVALDO FERREIRA BRANDÃO E E.M. PEDRO PEREIRA MACHADO.

Emenda nº 04 e Com nº 21

42.10 - SEGUIR OS PROJETOS: HORTA ESCOLAR PARA SUPLEMENTAÇÃO DE MERENDA.

OBJETIVO - PROPORCIONAR A MELHORIA DE MERENDA ESCOLAR FAVORECENDO ASSIM A CONSTITUIÇÃO DE UM BALANCEAMENTO NUTRICIONAL.

42.11 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SMEC.

OBJETIVO - DOTAR A SMEC DE MEIOS DE TRANSPORTE PARA MELHORAR O DESLOCAMENTO QUE O SERVIÇO EXIGE, ASSIM DINAMIZANDO O TRABALHO.

48.12 - RECUPERAR O TEATRO SÃO JOÃO.

OBJETIVO - DEVOLVER A COMUNIDADE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO - CULTURAL EM CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, A FINALIDADE A QUE SE DESTINA.

Cm 27

46.13 - AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO ARTHUR DA COSTA E SILVA.

OBJETIVO - DAR MELHORES CONDIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER DA COMUNIDADE.

48.14 - REEQUIPAMENTO DA BANDA MUNICIPAL.

OBJETIVO - DAR CONDIÇÕES DE PLENO FUNCIONAMENTO À BANDA MUNICIPAL, QUE ALÉM DE AJUDAR NA FORMAÇÃO DO JOVEM, ABRILHANTARÁ OS EVENTOS LOCAIS E REGIONAIS, DIVULGANDO O MUNICÍPIO.

48.15 - INCREMENTAR OS PROJETOS CULTURAIS.

OBJETIVO - OPORTUNIZAR O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS CULTURAIS PARA DESENVOLVER NA CRIANÇA O CRESCIMENTO ARTÍSTICO, INTELECTUAL E CULTURAL.

CRIAR O PROJETO "MÚSICA NA PRAÇA", ATRAVÉS DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NO CENTRO E NOS BAIRROS DA CIDADE, E INTERIOR DO MUNICÍPIO, PELOS VALORES DA TERRA".

Cm. 54

43.16 - RESTAURAÇÃO DO ANTIGO SEMINÁRIO SERÁFICO.

OBJETIVO - CONSERVAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DANDO-LHE MELHORES CONDIÇÕES AOS PROJETOS LÁ DESENVOLVIDOS.

42.17 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.

OBJETIVO - OPORTUNIZAR UM MELHOR ASSESSORAMENTO ÀS ESCOLAS NA ÁREA PEDAGÓGICA, SUBSIDIAR A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA À NIVEL DE 2º GRAU DOS PROFESSORES MUNICIPAIS E DESTINAR RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, À NIVEL DE LICENCIATURA, PARA A ÁREA QUE EXISTIR CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS.

43.18 - QUESTIONAR MAIS UM 2º GRAU EM CONJUNTO COM O GOVERNO DO ESTADO, VIABILIZAR O 1º GRAU NOTURNO NA FEBEM, EM CONJUNTO COM O GOVERNO DO ESTADO.

OBJETIVO - ATENDER A DEMANDA DESTE GRAU DE INSTRUÇÃO NAS DUAS LOCA-

LIDADES. ATENDER A DEMANDA DESTE GRAU DE INSTRUÇÃO NA LOCALIDADE DE PASSO DO SANTA CRUZ. Em. nº04 e Em. nº 39.

42.18 - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO.

OBJETIVO- APERFEIÇOAR E ATUALIZAR OS PROFESSORES DO MUNICÍPIO.
IMPLANTAR O PROJETO "NENHUM ADULTO ANALFABETO", ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM EMPRESAS DO MUNICÍPIO, PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.
ATENDER CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS.
APOIO A APAE.
INCREMENTAR SALA DE RECURSOS PARA DEFICIÊNTES AUDITIVOS.
DAR AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL DE ACORDO COM AS SUAS POSSIBILIDADES E APTIDÕES.

48.20 - APOIO E INCENTIVO A ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E ESPORTIVAS.

OBJETIVO- DIVULGAR AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DESSAS ENTIDADES.
AUXILIAR, NO QUE FOR POSSÍVEL, FINANCEIRAMENTE AS ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E RECREATIVAS DAS LOCALIDADES DE MORRO DO PEDRO ROSA E TABAÍ. Em. nº- 20

46.21 - DOTAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA, PARA O NÚCLEO DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL NADPI.

OBJETIVO- VIABILIZAR COM MAIOR AUTONOMIA SUAS ATIVIDADES E PROJETOS, CONFORME SUAS NECESSIDADES.

48.23 - AMPLIAR O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PROMOVER A FEIRA DO LIVRO.

OBJETIVO- OPORTUNIZAR MELHORES CONDIÇÕES DE PESQUISA E INCENTIVO A LEITURA.

42.23 - PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DA SMEC EM CURSOS, SEMINÁRIOS E ENCONTROS.

OBJETIVO- ENRIQUECER OS CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA MELHOR DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.
AUXÍLIO FINANCEIRO A APAE.
PRESTAR AUXÍLIO FINANCEIRO A APAE, VISANDO À CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS.

65.24 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM TAQUARI.
ORGANIZAR MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.

OBJETIVO- DIVULGAR OS ATRATIVOS TURÍSITICOS, PLANEJAR E FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO. PROMOVER PES-

QUISA E DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES LOCAIS DO SETOR, DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DAS BELEZAS NATURAIS DO MUNICÍPIO.

IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSITICOS. Cor. 8

REALIZAÇÃO DA FESTA NACIONAL DA LARANJA E EVENTOS PROGRAMADOS: NATAL AÇORIANO, DESFILE DO CARNAVAL E SEMANA FARROUPILHA.

Mi: 8
Prefeitura.

Cor.: 33

Secretaria Municipal de Educação.

Associação Comercial de Taquari

ITEC.

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VII

SECRETARIA DE OBRAS E SANEAMENTO - SERVIÇOS URBANOS

07.01 - ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR.

OBJETIVO - DISCIPLINAR O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E ORDENAR PELO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE NOS TERMOS DO ART. 182, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

07.02 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA EXECUÇÃO DE PLANO DIRETOR E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS DENTRO DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.

OBJETIVO - DOTAR O MUNICÍPIO DE CONDIÇÕES DE EXECUTAR AS METAS PROPOSTAS NO SENTIDO DE EQUACIONAR OS PROBLEMAS URBANOS ATUAIS E FUTUROS. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS.

07.03 - CONCLUSÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO - INSTALAR ADEQUADAMENTE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO, DANDO-LHES CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRABALHO.

07.04 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO - EQUIPAR O SETOR COM MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO, TORNANDO-OS MAIS EFICIENTE.

30.05 - INSTITUIÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL.

OBJETIVO - PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO E DAR MAIOR SEGURANÇA A MUNICIPALIDADE.

30.06 - INSTALAÇÃO OU EXTENSÃO DE UMA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS.

OBJETIVO - MANTER SERVIÇO PERMANENTE DE COMBATE AO FOGO E DE PROTEÇÃO À PESSOA E AO PATRIMÔNIO PARTICULAR E PÚBLICO.

60.07 - ENERGIA ELÉTRICA. AMPLIAÇÃO, EXTENSÃO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

OBJETIVO - ILUMINAR RUAS E PRAÇAS, DOTAR RESIDÊNCIAS DE ENERGIA ELÉTRICA, TANTO NA ZONA URBANA, QUANTO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.

57.08 - HABITAÇÃO, FOMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE CA-

SAS POPULARES.

OBJETIVO - DIMINUIR O DÉFICIT RESIDENCIAL, COLABORANDO NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM CONVÊNIO COM OS ÓRGÃOS COMPETENTES. PROPORCIONAR A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE FUNDO ESPECIAL PARA REFORMA DE HABITAÇÕES

60.09 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE. AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, COMPACTADORES, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE USINA PARA SELEÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DOMICILIAR.

OBJETIVO - AMPLIAR A COLETA DE LIXO DOMICILIAR NA ZONA URBANA. ELIMINAR DEPÓSITOS DE LIXO DOMICILIAR CAUSADORES DE POLUIÇÃO AMBIENTAL E QUE SE TORNAM FOCOS TRANSMOSSORES DE DOENÇAS.

60.10 - PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE REDE DE ÁGUA E RESERVATÓRIOS.

OBJETIVO - AMPLIAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES POPULACIONAIS E DAS EMPRESAS.
AMPLIAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES POPULACIONAIS E DAS EMPRESAS, INCLUSIVE AS COMUNIDADE DO INTERIOR, ESPECIALMENTE O TREVO-TABAÍ.

60.11 - CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO MUNICIPAL.

OBJETIVO - CONSTRUÇÃO DE UM CEMITÉRIO MUNICIPAL, JUNTO AO CEMITÉRIO DOS ALMEIDAS, NA ÁREA JÁ ADQUIRIDA.

60.12 - PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO.

OBJETIVO - CONSTRUIR NOVOS CENTROS DE LAZER (PARQUES E JARDINS), RECUPERAR E MELHORAR OS JÁ EXISTENTES, BEM COMO, ARBORIZAR LOGRADOUROS PÚBLICOS, IMPLANTAR O PROJETO DE ARBORIZAÇÃO DO CAMPING MUNICIPAL. COMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA LAGOA ARMÊNIA.

60.13 - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

OBJETIVO - OCUPAR OS ESPAÇOS COM MAIOR RACIONALIDADE E AMPLIANDO SEUS LIMITES DAS ÁREAS ADJACENTES LIVRES.

60.14 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS.

OBJETIVO - ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, FINANCEIROS, TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS COM VISTA A MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO.

76.15 - CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS.

OBJETIVO - IMPLANTAR REDES DE ESGOTOS FLUVIAIS E CLOACAIS, PLANEJAMENTO, INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO DE

17

SISTEMA PÚBLICOS DE ESGOTO SANITÁRIOS E DESEJOS INDUSTRIAIS.

IMPLANTAR REDES DE ESGOTO NAS RUAS EDUARDO PORTO E 1º DE MAIO. Em. nº 6 e Em. nº 17 e 40.

91.16 - INSTITUIÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO.

OBJETIVO - DISCIPLINAR O TRÉFEGO DE VEÍCULOS NA ZONA CENTRAL DA CIDADE NO SENTIDO DE DESCONGESTIONAR O TRÂNSITO, ESTABELECENDO NA RUA SETE DE SETEMBRO, ÁREAS DE ESTACIONAMENTO. Em. nº 18

91.17 - CONSERVAÇÃO E MELHORIA DAS VIAS PÚBLICAS.

OBJETIVO - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE NA ZONA URBANA NAS VILAS DENSAMENTE POVOADAS, DOTANDO-AS DE CALÇAMENTO E PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS E CONSTRUÇÕES DE PONTES E BUEIROS, ESPECIALMENTE, A PONTE QUE FAZ A LIGAÇÃO DA RUA SETE DE SETEMBRO À VILA PLANALTO, COM A CONSEQUENTE ABERTURA DE RUA. Em. nº 19 e 24 e 35 Em. 44 e 48 - e 55

nº 24 - 35

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - D.M.E.R

88.01 - INSTALAÇÃO DE POSTO DE LAVAGEM.

OBJETIVO - REDUZIR CUSTOS.

88.02 - REEQUIPAMENTO DAS OFICINAS (MÊCANICA E MARCENARIA) E AMPLIAÇÃO DA MESMA.

OBJETIVO - EQUIPAR AS OFICINAS DE MANEIRA A TER CONDIÇÕES DE REALIZAREM AS MANUTENÇÕES NECESSÁRIAS NAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO, NA CONFECÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA PREFEITURA.

88.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

OBJETIVO - AQUISIÇÃO DE UMA MOTO-NIVELADORA, UM TRATOR DE ESTEIRAS, DUAS RETRO-ESCAVADEIRAS, TRÊS CAMINHÕES BASCULANTES.

RECUPERAR E, DENTRO DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO ANUAL, RENOVAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA MELHOR ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO SETOR. Em. 43 Em. 56

88.04 - ESTRADAS VICINAIS.

OBJETIVO - CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.

ABERTURA DE NOVAS ESTRADAS.

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS, ESPECIFICA-

MENTE NAS LOCALIDADES DE ARROIO DAS PEDRAS E PASSO DO SANTA CRUZ NA DIVISA COM O MUNICÍPIO DE TRIUNFO.

n:2- emenda nº 2 e 41.

SUB-PREFEITURA

88.03 - MANUTENÇÃO DAS SUB-PREFEITURA.

OBJETIVO - CRIAÇÃO DE NOVOS DISTRITOS COM CONSTRUÇÃO DE REDES DOTADAS DE TODA INFRA-ESTRUTURA.

Cm. 49

ANEXO VIII

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

62.01 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE TAQUARI.

OBJETIVO - DESENVOLVER AÇÕES NO SENTIDO DE PLANEJAR E PROMOVER A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL DE TAQUARI, COM BASE NA LEI Nº 1.493/94. Crm. 57

PROMOVER FOMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AGRO-INDÚSTRIA INCLUSIVE ATRAVÉS DA CONCESSÃO DO ESTÍMULO E PATROCÍNIO DE EXPOSIÇÕES.

DESTINAR PARTES DO ORÇAMENTO PARA COMPOR O FUNDO ROTATIVO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. Crm. nº 46

63.02 - INCENTIVOS AO COMÉRCIO, AO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO. ACMPE

OBJETIVO - PLANEJAR E PROMOVER, JUNTAMENTE COM ACIT, CDL E PROTAQ, AMPET A EXPANSÃO DO COMÉRCIO EM TAQUARI, AO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO.

CRIAR LEI DE INSENTIVOS AO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO.

nº 28

Crm 28

Crm. 45

ANEXO IX

SECRETARIA DA SAUDE E MEIO AMBIENTE

75.01 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE.
OBJETIVO - APRIMORAR O PROCESSO DE MUDANÇA NA ÁREA DA SAÚDE E MEIO AMBIENTE, ONDE O ESSENCIAL SERÁ OFERTAR MELHORES SERVIÇOS, VISANDO A SAÚDE ONTEGRAL DA PESSOA E DA COMUNIDADE DE TAQUARI ATRAVÉS DO SANEAMENTO E DA COMUNIDADE TAQUARIENSE, ATRAVÉS DO SANEAMENTO BÁSICO, HABITAÇÃO, NUTRIÇÃO, MEDICINA PREVENTIVA E ATENDIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR.

75.02 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.
OBJETIVO - DOTAR A SECRETARIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O SEU PLENO FUNCIONAMENTO, BEM COMO O PAGAMENTO DOS SERVIDORES PRESTADOS AO ÓRGÃO.

75.03 - AQUISIÇÃO DE 01 AMBULÂNCIA. Emenda nº 9
OBJETIVO - TRANSPORTAR ENFERMOS DO NOSSO MUNICÍPIO QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO URGENTE E LOCOMOÇÃO PARA LOCALIDADES COM MAIORES RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS.

75.04 - AQUISIÇÃO, EM PARCERIA COM HOSPITAL SÃO JOSÉ, DE UM NOVO APARELHO PARA ANESTESIA. Emenda nº 3

75.05 - AQUISIÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL MÉDICO/DENTÁRIA.
OBJETIVO - ATENDER TODOS OS POSTOS DE SAÚDE DE VILAS, BAIRROS E INTERIOR COM EQUIPAMENTOS ADEQUADOS.

75.06 - MANUTENÇÃO DO PLANTÃO MÉDICO 24 HORAS. Emenda nº 10
OBJETIVO - ATENDER TODOS OS CASOS QUE EXIGEM EMERGÊNCIA.

75.07 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
OBJETIVO - ATENDER A POPULAÇÃO EXTREMAMENTE CARENTE.

75.08 - AQUISIÇÃO DE CAIXAS PRONTO SOCORRO.
OBJETIVO - EQUIPAR TODAS AS ESÇOLAS MUNICIPAIS COM PRODUTOS QUE SÃO NECESSÁRIAS PARA PRIMEIROS SOCORROS.

75.09 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.
OBJETIVO - CONSTRUIR CASAS POPULARES.
CONSTRUIR POSTOS DE SAÚDE DE VILAS, BAIRROS E INTERIOR.
CONSTRUÇÃO DE CRECHES. Emenda nº 34

nº 34

75.10 - Aquisição de canos, paralelepípedo, asfalto e fossas.

Objetivo - Saneamento básico e infra-estrutura para as vilas onde serão construídas as vilas populares e também para a canalização de esgoto em diversos locais da cidade.

75.11 - Aquisição de material elétrico e postes.

Objetivo - Implantação da rede elétrica em vilas a serem criadas através de casas populares.

75.12 - Implantação do serviço de atendimento dentário em todo o município.

Objetivo - Atender a comunidade carente e em parceria com a comunidade e sindicato dos agricultores.

Disciplinar o depósito de lixo municipal.

Proporcionar a coleta seletiva e, se possível, a reciclagem do lixo, devido ao abalo ocasionado pelo mesmo ao meio ambiente aos moradores da região.

Implantação de um novo local para o depósito do lixo, obedecendo as normas estabelecidas pelos órgãos federais e estaduais do setor.

ANEXO X

ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

82.01 - Assistência e Previdência.
Objetivo - Previdência Social ao servidor público.
Cobrir despesas com encargos sociais, programa de formação do patrimônio do servidor público.
82.02 - Previdência Social e Inativos e Pensionistas.
Objetivo - Atender os encargos com inativos e pensionistas.

ANEXO XI

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 - LEGISLATIVA
01 - PROCESSO LEGISLATIVO.
001- AÇÃO LEGISLATIVA.
02 - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.
002- CONTROLE EXTERNO.
2.001- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS.
OBJETIVO - MANTER O PLENO E REGULAR FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES LEGISLATIVAS, DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO EXECUTIVO (CF.ART.29,IX), DE ASSESSORAMENTO AO EXECUTIVO LOCAL E DE ADMINISTRAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS. Conv. 58
1.001- RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.
ONJETIVO - MELHORAR AS CONDIÇÕES DO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES, ATRAVÉS DA AMPLIAÇÃO DE SUAS INSTALAÇÕES, BEM COMO DOTAR A SECRETARIA E DEMAIS SETORES DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O DESEMPENHO DOS SEUS SERVIÇOS, ACOMPANHANDO A EVOLUÇÃO CIENTIFICA QUE OS NOVOS TEMPOS EXIGEM.

7141944

28

FB 3732

71

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

Emenda nº 1: ✓

Suprima-se do Anexo 1 - Gabinete do Prefeito, o que segue:

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

"07.02 - .....
Objetivos - .....
Aquisição de 1 (um) veículo para o Gabinete".

Emenda nº 2:

Acrescente-se no Anexo VII - Secretaria de Obras e Saneamento - Serviços Urbanos, o que segue:

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

"88.04 - .....
Objetivo - .....
Construção e reforma de pontes e bueiros no Arroio do Riacho, divisa do Bairro Praia com o Caramujo".

Emenda nº 3:

Acrescente-se no Anexo IX - Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, o seguinte:

"75.04 - ....., e 1 (um) aparelho de ecografia".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Ver. Eduarez Nunes

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

Emenda nº 4:

Acrescente-se no Anexo VI - Secretaria de Educação Cultura e Turismo, o que segue:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

"42.09 - .....

Objetivo - .....

Implantação de quadras de esporte nas escolas municipais Capitão José Rodrigo de Castro e Rangel Brandão".

"43.18 - .....

Objetivo - ....., e implantar 1º e 2º graus noturnos na Escola Estadual Morro do Pedro Rosa".

Emenda nº 5:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Modifique-se o Anexo VII, no que segue:

"60.07 - .....

Objetivo - Iluminar ruas e praças, dotar a zona urbana de rede elétrica, que permita aos moradores a instação de energia em suas residências".

Emenda nº 6:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"60.09 - .....

Objetivo - ..... e na zona rural de ~~densa população~~.

.....

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

"76.15 - .....

Objetivo - .....

....., José Farias Guimarães e Carlos Leopoldo Voges".

Emenda nº 7:

Acrescente-se no Anexo V - Secretaria da Agricultura o que segue:

APROVADO Em 10/08/95

"14.07 - Rede de eletrificação rural.

Objetivo - Proporcionar aos moradores da zona rural a

oportunidade de dotar suas residências e instalações de energia elétrica".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Ver. Arsênio Gardoso.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 8:

Suprima-se no Anexo VI, ítem 65.24, no Objetivo, a seguinte expressão: "Festa Nacional da Laranja".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 9:

Dê-se nova redação à ítem do Anexo IX, como segue:

"75.03 - Aquisição de 2 (duas) ambulâncias, sendo 1 para o Distrito de Tabaí e localidade de Morro do Pedro Rosa".

Emenda nº 10:

Acrescente-se no Anexo IX, o que segue:

"75.06 - ....., com instalação de farmácia no mesmo período, junto ao plantão".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Ver. Osvaldo Machado

Osvaldo Pereira Machado

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 11:

Acrescente-se no Anexo V - Secretaria da Agricultura, o seguinte ítem:

"14.07 - Eletrificação rural.

Objetivo - Incentivar, através de subsídios, a eletrificação rural nas diversas localidades do município, especialmente no Passo do Santa Cruz, acesso ao Porto Grande, trecho entre a propriedade do Senhor Gomercindo e a Satipel S/A".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 12:

Substitua-se no Anexo VII, o ítem 07.03, que passa a ter a seguinte redação:

"07.03 - Conclusão do prédio do Centro Administrativo".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 13:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"30.06 - ....., com a aquisição de um caminhão para esta unidade".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 14:

Substitua-se no Anxo VII, ítem 60.09, a expressão "Aquisição de caminhões compactadores" pela expressão "Aquisição de um caminhão compactador".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 15:

Acrescente-se no Anexo VII, ítem 60.09, o que segue:

"60.09 - .....

Objetivo - ....., e, especialmente, nas localidades de Arroio das Pedras e Pinheiros".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 16:

Acrescente-se no Anexo VII, ítem 60.12, o seguinte objetivo:

"60.12 - Construção de centros de lazer nos bairros Coqueiros, Prado, Passo da Aldeia, Léo Alvim Faller e Colônia Vinte, além da recuperação da praça que se encontra abandonada na Vila Ipê".

Emenda nº 17:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:
"76.15 - .....
Objetivo - .....
....., e no centro da Vila Ibrasa, especificamente na Rua João Goulart".

Emenda nº 18:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:
"91.16 - .....
Objetivo - ..... no lado esquerdo da referida rua".

Emenda nº 19:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:
"91.17 - .....
Objetivo - .....
Calçamento ou asfaltamento nas ruas Carlos Cananéia Ribeiro, Navegantes, Jacob Arnt, Castelo Branco e Alberto Lengler".

Emenda nº 20:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VI, o que segue:
"48.20 - .....
Objetivo - ....., com auxílio especial as Associações de Moradores do Bairro Prado e Vinte de Setembro".

Emenda nº 21:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VI, o que segue:
"42.09 - .....
Objetivo - .....
Implantação de quadras de esporte no Bairro Coqueiros e Colônia Vinte de Setembro".

Emenda nº 22:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:
"07.02 - .....
Objetivo - .....
....., incluída a de área de terras para que a Associação Atlética Avenida construa sua sede e campo".

Emenda nº 23:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescente-se no Anexo VI, o que segue:
"43.18 - ....., viabilizar o 2º grau noturno na Escola Municipal Emílio Schenk".

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 24:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"91.17 - .....

Objetivo - .....

Proceder na abertura de rua no trecho compreendido entre o começo da Rua Sete de Setembro e o Rio Taquari".

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 25:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"60.07 - .....

Objetivo - .....

Iluminação no Loteamento Emílio Schenk".

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 26:

Acrescente-se no Anexo V, o que segue:

"14.06 - .....

Objetivo - .....

Dentre as máquinas a serem adquiridas, seja incluída a compra de 4 (quatro) tratores".

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 27:

Suprima-se o ítem 46.13, do Anexo VI.

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 28:

Acrescente-se a AMPET (Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Taquari) entre as entidades descritas no item 67.02 do Anexo VIII - Secretaria de Indústria e Comércio".

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 29:

Acrescente-se no Anexo V, o que segue:

"14.01 - .....

Objetivo - .....

Promover a fiscalização e o combate ao serrador da acácia negra, promover o incentivo a limpeza do Arroio Santa Cruz e criar um fundo rotativo para equipamentos de irrigação e horticultura".

APROVADO 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 30:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"57.08 - .....

Objetivo - .....

Auxílio de mão-de-obra para a construção de moradias à população de baixa renda".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 31:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"60.07 - .....

Objetivo - .....

Extenção de rede elétrica na localidade do Rincão São José, na estrada que dá acesso a localidade de Amoras".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 32:

Acrescente-se no Anexo VI, o que segue:

"43.18 - .....

Objetivo - .....

Implantar o 2º grau,em convênio com o Governo do Estado, nas escolas estaduais Barão de Antonina, Antônio Porfírio de Menezes Costa, Ana Job e Antônio Leite Costa".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 33:

Inclua-se no Anexo VI, onde couber, o seguinte item:

"Auxílio financeiros à estudantes.

Objetivo - Auxiliar financeiramente os alunos de baixa renda matriculados na Escola Cenecista São José e no curso de computação do ITEC".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 34:

Acrescente-se no Anexo IX, o que segue:

"75.09 - .....

Objetivo - ....., prioritariamente no loteamento Pinheiros, conforme disposto no Decreto 1.007/93".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 35:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"91.17 - .....

Objetivo - .....

Continuação do asfalto ou calçamento na Rua José Porfírio da Costa".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Ver. Manoel Lopes

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

art. 12

Emenda nº 36: ✓

Acrescente-se o seguinte artigo ao projeto, onde couber, numerando os seguintes pela ordem:

"Art. 12 O município aplicará, no mínimo, 6% da receita resultante de impostos na manutenção da saúde".

Emenda nº 37:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescenta-se no Anexo V, o que segue:

"14.01 - .....

Objetivo - .....

Criar o Programa de Financiamento a Projetos Agropecuários - PROFINAGRO, conforme a Lei nº 1519/94, e instituir a Lei nº 1.520/94".

Emenda nº 38:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescenta-se no Anexo VII, o que segue:

"60.07 - .....

Objetivo - ....., especialmente no loteamento situado na Rua Campo Romero, e nas ruas Miguel Santana, Américo de Quadros , Pedro Espindola e Clarimundo Conceição".

Emenda nº 39:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescenta-se no Anexo VII, o que segue:

"60.10 -.....

Objetivo - ....., próximo ao Cemitério dos Almeidas, na Vila Ibrasa e no loteamento do Bairro Caieira, e nos Bairros Nossa Senhora das Graças e Coqueiros".

Emenda nº 40:

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Acrescenta-se no Anexo VII, o que segue:

"76.15 - .....

Objetivo - .....

....., Carlos Ribeiro, Fábio Hausem Pereira, Vila Ibrasa, Rua Rio Branco e Viela 245".

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 41:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"88.04 - .....

Objetivo - ....., especialmente nas estradas que ligam Tabaí aos Borbas, a divisa de Catupi-Triunfo, Cavernas, Campo do Estado, TK 21 e TK 23.

.....

....., na divisa com o Município de Triunfo, Bene Nascimento (Tabaí), Boa Vista II e Campo Romero".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 42:

Suprima-se o ítem 07.03, do Anexo VII.

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 43:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"88.03 - .....

Objetivo - .....

....., equipando o maquinário destinado ao Distrito de Tabaí".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 44:

Acrescente-se no Anexo VII, o que segue:

"91.17 - .....

Objetivo - .....

Pavimentação nas ruas Ricardo Lautert, Rio Branco, Otto Hauck, Agripino Pereira e Adolfo F. da Silva".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 45:

Acrescente-se no Anexo VIII, o que segue:

"63.02 - .....

Objetivo - .....

Criação do Berçário Industrial".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 46:

Inclua-se no Anexo VIII, o que segue:

"62.01 - .....

Objetivo - .....

Promover a Feira Municipal do Material Escolar - FEMAE, conforme a Lei nº 1507/94".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 47:

Inclua-se o seguinte Parágrafo Único ao Artigo 1º:

"Art. 1º - Parágrafo Único

Parágrafo Único - Para a elaboração da Proposta Orçamentária para 1996, deve, ainda, ser obedecido o disposto na Lei 1498/94".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Ver. Cledio Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 48:

Acrescente-se no ítem VII, o que segue:

"91.17 - .....

Objetivo - .....

Calçamento ou asfalto nas Ruas Colonia Vinte, Sadi Castro e Alcides Cardoso e na Boa Vista I".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 49:

Inclua-se no Anexo VII, onde couber, o seguinte ítem:

"Instalação de telefones públicos.

Objetivo - Celebrar convênio com a CRT para instalação de telefones públicos, em especial na Rua Fábio Hausem Pereira".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Ver. Eraldo Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de acordo com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.027/95, que "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996":

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 50:

Inclua-se o seguinte Parágrafo ao art. 8º:

"Art. 8º - .....

Parágrafo Primeiro - .....

Parágrafo Segundo - O Município destinará até 3% dos recursos previstos no "caput" deste art. para o projeto "Nenhum A dulto Analfabeto".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 51:

Inclua-se o seguinte art. e Parágrafo Único:

"Art. 13 - Fica vedada a concessão de auxílio financeiro as entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como aquelas que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer ajuda financeiras a entidades deverá ter a aprovação do Poder Legislativo, excluídas as entidades relacionadas ao setor de ensino".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 52:

Inclua-se o seguinte art. ao projeto:

"Art. 14 - O Município aplicará até 5% dos recursos Orçamentários para cada um dos seguintes projetos:

I - Projeto Habitacional e melhoria de casas para a população de baixa renda;

II - Projeto de Criação do Fundo de Amparo a Micro e Pequena Empresa".

APROVADO Em 10/08/95 PRESIDENTE

Emenda nº 53:

Inclua-se no Anexo V, o que segue:

"14.01 - .....

Objetivo - .....

Apoio a implantação de pequenas indústrias caseiras (vinho de laranja, doces, conservas, etc...).

Orientar e organizar o desenvolvimento da

citricultura no Município, especialmente aos pequenos produtores, inclusive nos aspectos de comercialização;

Participar, conjuntamente com o pequeno produtor, no investimento da implantação de pomares, principalmente na aquisição de mudas;

Criar condições no Município para, em convênio com o Estado e a União, defender a citricultura de moléstias, como por exemplo o cancro cítrico;

Implantar juntamente com a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, pequenos pomares nas escolas municipais;

Prestar serviços de açudagem e de drenagem para as pequenas propriedades;

Incentivo, através de inceminação artificial, zootecnicamente o rebanho de bovinos e suínos do município;

Promover, em convênio com o Estado, cursos de apicultura para pequenos produtores;

Promover campanhas de combate a verminose bovina;

Orientar e incentivar a formação de pastagem e silagem, principalmente ao rebanho bovino leiteiro".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 54:

Inclua-se ao Anexo VI, o que segue:

"43.15 - Restauração de projetos da supervisão pedagógica.

Objetivo - Oportunizar um melhor assessoramento as escolas na área pedagógica;

Subsidiar a formação pedagógica, a nível de 2º grau, dos professores municipais;

Destinar recursos para formação de professores a nível de licenciatura, para áreas atendidas por profissionais do ensino".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 55:

Inclua-se no Anexo VII, o que segue:

"91.17 - .....

Objetivo - .....

Construção de boeiros na estrada do Passo do Juncal;

Construir abrigos nas paradas de ônibus de ruas e estradas;

Calçamento ou pavimentação na Avenida Farrapos, Estrada do Rincão São José, até a Capela Nossa Senhora da Assunção, Vielas 310, 145 e 315, rua Carolina F. Alvim, Osvaldo Michel, Lucinda Capelão, Pedro Renner, Doralino dos Reis e Otto Rentz;

Abertura de rua no segmento da rua Carolina Alvim;

Recapagem asfaltica na rua Fábio H. Pereira".

Emenda nº 56:

Inclua-se no Anexo VII, o que segue:

"88.03 - .....

Objetivo - .....

Criar a sub-prefeitura de Amoras".

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 57:

Inclua-se no Anexo VIII, o que segue:

"62.01 - .....

Objetivo - .....

Promover fomento da produção industrial, inclusive através da concessão de estímulos e patrocíneo de exposições;

Promover convêncio com o SENAI, SENAC, SESI, para funcionamento de cursos profissionalizantes, visanto a formação de mão-de-obra para setores primários, secundários e terciários;

Implantar o Fundo de Amparo à Micro e Pequena Empresa;

APROVADO
Em 10/08/95
PRESIDENTE

Emenda nº 58:

Fica acrescentado ao Anexo XI, o que segue:

"2.001 - .....

Objetivo - .....

Criar cargos em sua Estrutura Administrativa, necessários ao fiel cumprimento das funções que lhes são próprias".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1995.

Ver. Paulo Mulinari

Lei nº 1.559, de 31 de agosto de 1995.

"Dispõe sobra a ajuda de custo especial à servidor estável, estudante de 3º Grau e, dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Veereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- A ajuda especial de que trata o art. 79, da Lei nº 1.502 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município) de 05/09/94, será concedida, por solicitação do interessado, ao servidor que reúna as condições ali estabelecidas, para freqüência aos seguintes cursos:

- Licenciatura para Magistério;
- Direito;
- Ciências Econômicas;
- Ciências Contábeis;
- Educação;
- Administração;
- Engenharia;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Saúde.

Parágrafo Primeiro- A ajuda será concedida somente uma vez em relação a cada matéria ou crédito.

Parágrafo Segundo - Para cada período financiado, o benefi - ciado deverá compensar com trabalho ou ressarcimento em dinheiro , no valor correspondente, após a conclusão, suspensão ou desistên - cia do curso.

Parágrafo Terceiro- A cada início de semestre o Município remeterá à Câmara relação dos alunos a serem beneficiados e os respectivos valores.

ART. 2º- O servidor cedido à outro órgão público, não sofrerá qualquer restrição no direito previsto na presente lei em decorrência da cedência.

ART. 3º- O benefício desta lei será concedido ao funcionário, que tiver prestado 10 anos de efetivo serviço a Municipalidade.

ART. 4º- As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias.

ART. 5º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 31 de agosto de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

Lei 1559

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

Projeto de Lei nº 2.025/95

"Dispõe sobre a ajuda de custo especial à servidor estável, estudante de 3º Grau, e dá outras providências"

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - A ajuda especial de que trata o Art. 79, da Lei nº 1.502 (Regime Jurídico Único dos Servidoes Públicos do Município), de 05/09/94, será concedida, por solicitação do interessado , ao servidor que reúna as condições all estabelecidas, para frequência aos seguintes cursos:

- Licenciatura para Magistério;
- Direito;
- Ciências Econômicas;
- Ciências Contábeis;
- Educação;
- Administração;
- Engenharia;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Saúde.

Em 1º —> Parágrafo Primeiro - A ajuda será concedida somente uma vez em relação a cada matéria ou crédito.

Em 2º —> Parágrafo Segundo - Para cada período financiado, o beneficiado deverá compensar com trabalho ou ressarcimento em dinheiro, no valor correspondente, após a conclusão, suspensão ou desistência do curso.

Em 3º —> Parágrafo Terceito - A cada início de semestre o Município remeterá à Câmara relação dos alunos a serem beneficiados e os respectivos valores.

sancionase em 31/08/95

Lei nº 1.559/95

ART. 2º - O servidor cedido à outro órgão público, não sofrerá qualquer restrição no direito previsto na presente Lei em decorrência da cedência.

ART. 3º - O benefício desta lei será concedido ao funcionário, que tiver prestado 10 anos de efetivo serviço a Municipalidade.

ART. 4º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por conta de dotações orçamentárias próprias.

ART. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Rec. Humanos

Lei nº 1.560, de 04 de setembro de 1995.

"Dá denominação à rua da Cidade."
(Rua Alarico Annes da Siveira)

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica denominada de "Rua Alarico Annes da Silveira" a atual Rua A, localizada no Parque da Pedreira.

ART. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de setembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

1560

RECEBIDO em 30 / 08 / 95
RB

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 24/08/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.028/95

À Comissão Técnica
Em 05/07/1995
Presidente

"Dá denominação à rua da Cidade"
(Rua Alarico Annes da Silveira).

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - Fica denominada de "Rua Alarico Annes da Silveira"a atual Rua A, localizada no Parque da Pedreira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua - publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de julho de 1995.

Ver. Paulo Mulinari

JUSTIFICATIVA:

Curriculum vitae anexo.

Sala da Sessões, 03 de julho de 1995.

Ver. Paulo Mulinari

Sanciona-se em 04/09/95
Lei nº 1.560

Lei nº 1.561, de 04 de setembro de 1995.

"Dispõe sobre o registro, emplacamento e trânsito de bicicletas no âmbito do Município de Taquari e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação da presente Lei, todas as bicicletas existentes no Município deverão ser registradas, cadastradas e emplacadas no Setor de Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º - A bicicleta somente será registrada no nome da pessoa constante na Nota Fiscal ou recibo como comprador.

§ 2º - Nas Notas Fiscais expedidas pelas empresas que as comercializam ou no trecho de transferência, deverá constar todos os dados e características da bicicleta, tais como número do quadro, ano, modelo, cor (es), etc..., para fins de registro e cadastramento, conforme dispõe o artigo 1º, da presente Lei.

§ 3º - Os possuidores de bicicleta que não tenham nota fiscal ou recibo comprobatório ou sem o número do quadro, receberão registro provisório, mediante apresentação de declaração firmada pelo possuidor e por 02 (duas) testemunhas, que comprove sua condição de proprietário da bicicleta.

§ 4º - O registro referido no parágrafo anterior, terá duração provisória pelo período de 12 (doze) meses, contando da data da publicação pela imprensa local da relação das bicicletas sem Nota Fiscal ou recibo. Se, neste período, não houver qualquer im-

pugnação ou reclamação em relação ao mesmo, devidamente fundamenta da por qualquer interessado, o registro passará a vigir por prazo indeterminado.

§ 5º - O Poder executivo, durante o prazo estabelecido no "caput" deste artigo, dará ampla divulgação do conteúdo da presente Lei, através dos meios de comunicação oficial e outras formas tais como palestras, informativos, etc.

ART. 2º - No registro constará o nome do proprietário, o número do quadro da bicicleta, o seu ano de fabricação e cor, além do número da Nota Fiscal e o nome da empresa em que a mesma foi adquirida.

§ 1º - A troca de cor da bicicleta ou quaisquer alterações em suas características, deverão ser precedidas de autorização do setor de Cadastro da prefeitura Municipal, mediante requerimento do proprietário.

§ 2º - As bicicletas sem numeração no quadro receberão um número próprio a ser fornecido pelo Setor de Cadastro, conforme codificação apropriada.

ART. 3º - Somente bicicletas devidamente registradas e emplacadas poderão circular em vias públicas.

§ 1º - As bicicletas sem registro e emplacamento, encontradas em circulação em vias públicas, deverão ser imediatamente recolhidas às dependências da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Ao proprietário da bicicleta apreendida, será imposta multa de até 1 (uma) UPM (Unidade Padrão Municipal), acrescida do custo diário da guarda e conservação da mesma, no valor equivalente a 1/10 (um décimo) da UPM, além das taxas protocolares inerentes ao requerimento da respectiva liberação, a qual somente se concretizará após o pagamento destes encargos na tesouraria do Município.

§ 3º - As bicicletas apreendidas que ficarem em depósito por prazo superior a 1 (um) ano, serão consideradas abandonadas, indo a leilão.

§ 4º - Quando da ocorrência de furto, roubo ou apropriação indébita, o proprietário da bicicleta providenciará no registro da ocorrência junto à Delegacia de Polícia local, remetendo uma cópia da mesma ao Setor de Cadastro da Prefeitura.

ART. 4º - É proibido dirigir bicicletas na contra-mão em ruas e avenidas de Taquari, bem como sobre calçadas e passeios públicos.

ART. 5º - A não observância do contido no art. 4º desta Lei, sujeita o infrator ou responsável à advertência por escrito.

§ 1º - A reincidência em infração, sujeita o infrator ou responsável à pena de multa no valor de 02 (duas) UPMs.

§ 2º - A re-reincidência em infração implica na apreensão da bicicleta, a qual somente será liberada após o pagamento de multa no valor de 04 (quatro) UPMs.

ART. 6º - A arrecadação resultante da aplicação das multas previstas nesta Lei, terá a seguinte destinação:

30% (trinta por cento) : Pelotão da Brigada Militar;

30% (trinta por cento) : APAE; e

40% (qurenta por cento) : Erário Municipal.

ART. 7º - É o poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Brigada Militar e outros órgãos, visando a cabal execução das medidas de que trata esta Lei.

ART. 8º - Os custos decorrentes do registro e emplacamento instituídos por esta Lei, serão suportados pelo Erário Municipal,à conta de dotações orçamentárias próprias.

ART. 9º - esta Lei entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 04 de setembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLICA-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

** ACTIVITY REPORT **

I.D. NO.

** TRANSMISSION **

NO.	DURATION	IDENTIFICATION	MODE	PAGE	RESULT	DIAGNOSTIC
1	5'05"	0544524128	G3	7	O.K.	C410000000
2	1'18"		G3	4	O.K.	8410000000
3	24"	054 452 1150	G3	1	O.K.	8410000000
4	1'27"	051 653 1420	G3	2	O.K.	8410000000
5	40"	0516561344	G3	1	O.K.	8410000000
6	7'21"	051 331 3083	G3	9	O.K.	8410000000
7	47"	0517122033	G3	1	O.K.	8410000000
8	25"	051 2272604	G3	1	CALL	8410000000
9	1'13"	051 2272604	G3	1	CALL	4410000000
10	47"	031 446 2594	G3	0	E 3A	0410000000
11	31"		G3	0	E 10	0400000000
12	39"	031 446 2594	G3	1	O.K.	8410000000
13	46"	051 653 1420	G3	1	O.K.	8410000000
14	1'23"	051 653 1420	G3	2	O.K.	8410000000
15	8'28"	7661255	G3	7	O.K.	0410000000
16	1'32"	0512268390	G3	2	O.K.	4410000000
17	1'23"	051 331 3083	G3	3	O.K.	8410000000
18	2'22"	051 653 1420	G3	3	O.K.	8410000000

** RECEPTION **

NO.	DURATION	IDENTIFICATION	MODE	PAGE	RESULT	DIAGNOSTIC
1	1'09"		G3	1	O.K.	8410000000
2	21"	55 051 226 2526	G3	0	E 56	C410000000
3	3'16"	55 051 226 2526	G3	1	O.K.	4410000000

RECEBIDO EM 30/08/95
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sanciona-se em 04/09/95
Lei nº 1561
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 2.021/95

"Dispõe sobre o registro, emplacamento e trânsito de bicicletas no âmbito do município de Taquari e dá outras providências".

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, *Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.*

FAÇO SABER, *no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º - *No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação da presente Lei, todas as bicicletas existentes no Município deverão ser registradas, cadastradas e emplacadas no Setor de Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda.*

§ 1º - A bicicleta somente será registrada no nome da pessoa constante na Nota Fiscal ou recibo como comprador.

§ 2º - Nas Notas Fiscais expedidas pelas empresas que as comercializam ou no trecho de transferência, deverá constar todos os dados e características da bicicleta, tais como número do quadro, ano, modelo, cor (es), etc..., para fins de registro e cadastramento, conforme dispõe o artigo 1º da presente Lei.

§ 3º - Os possuidores de bicicleta que não tenham Nota Fiscal ou recibo comprobatório ou sem o número do quadro, receberão registro provisório, mediante apresentação de declaração firmada pelo possuidor e por 2 (duas) testemunhas, que comprove sua condição de proprietário da bicicleta.

§ 4º - O registro referido no parágrafo anterior, terá duração provisória pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da publicação pela imprensa local da relação das bicicletas sem Nota Fiscal ou recibo. Se, neste período, não houver qualquer impugnação ou reclamação em relação ao mesmo, devidamente fundamentada por qualquer interessado, o registro passará a vigir por prazo indeterminado.

§ 5º - O Poder Executivo, durante o prazo estabelecido no "caput" deste artigo, dará ampla divulgação do conteúdo da presente Lei, através dos meios de comunicação oficial e outras formas, tais como palestras, informativos, etc.

Art. 2º - *No registro constará o nome do proprietário, o número do quadro da bicicleta, o seu ano de fabricação e cor, além do número da Nota Fiscal e o nome da empresa em que a mesma foi adquirida.*

§ 1º - A troca de cor da bicicleta ou quaisquer alterações nas suas características, deverão ser precedidas de autorização do Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal, mediante requerimento do proprietário.

§ 2º - As bicicletas sem numeração no quadro receberão um número próprio a ser fornecido pelo Setor de Cadastro, conforme codificação a propriada.

Art. 3º - Somente bicicletas devidamente registradas e emplacadas poderão circular em vias públicas.

§ 1º - As bicicletas sem registro e emplacamento, encontradas em circulação em vias públicas, deverão ser imediatamente recolhidas às dependências da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Ao proprietário da bicicleta apreendida, será imposta multa de até 1 (uma) UPM (Unidade Padrão Municipal), acrescida do custo diário da guarda e conservação da mesma, no valor equivalente a 1/10 (um décimo) da UPM, além das taxas protocolares inerentes ao requerimento da respectiva liberação, a qual somente se concretizará após o pagamento destes encargos na Tesouraria do Município.

§ 3º - As bicicletas apreendidas que ficarem em depósito por prazo superior a 1 (um) ano, serão consideradas abandonadas, indo a leilão.

§ 4º - Quando da ocorrência de furto, roubo ou apropriação indébita, o proprietário da bicicleta providenciará no registro da ocorrência junto à Delegacia de Polícia local, remetendo uma cópia da mesma ao Setor de Cadastro da Prefeitura.

Art. 4º - É proibido dirigir bicicletas na contra-mão em ruas e avenidas de Taquari, bem como sobre calçadas e passeios públicos.

Art. 5º - A não observância do contido no art. 4º desta Lei, sujeita o infrator ou responsável à advertência por escrito.

§ 1º - A reincidência em infração, sujeita o infrator ou responsável à pena de multa no valor de 2 (duas) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

§ 2º - A re-reincidência em infração implica na apreensão da bicicleta, a qual somente será liberada após o pagamento de multa no valor de 4 (quatro) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

Art. 6º - A arrecadação resultante da aplicação das multas previstas nesta Lei, terá a seguinte destinação:

30% (trinta por cento): Pelotão da Brigada Militar;

30% (trinta por cento): APAE; e

40% (quarenta por cento): Erário Municipal.

Art. 7º - É o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Brigada Militar e outros órgãos, visando a cabal execução das medidas de que trata esta Lei.

Art. 8º - Os custos decorrentes do registro e emplacamento instituídos por esta Lei, serão suportados pelo Erário Municipal, à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

Renato Baptista dos Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

José Renato Reis de Jesus
Secretário Municipal da Administração
e Recursos Humanos

Lei nº 1.562, de 19 de setembro de 1995.

"Autoriza a abertura de crédito Suplementar e aponta recurso."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 55 , IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito suplementar,no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para atender à seguinte despesa:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

0101.01824922.002-9 Contribuições Previdenciárias
3.1.1.3.00-0 Obrigações Patronais R$ 6.000,00

ART. 2º - Para cobertura do crédito suplementar de que trata o art. 1º, é apontada a redução da seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01010012.001-6 Manut. das Ativ. legislativas
3.1.3.2.02-1 Outros serv. e Encargos R$ 6.000,00

ART. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 19 de setembro de 95.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. Administração e Rec. Humanos

LEI Nº 1.563, de 19 de setembro de 1995.

"DEFINE CRITÉRIOS PARA O PARÁGRAFO TERCEIRO' E QUARTO DA LEI Nº 1.502, DE 05 DE SETEMBRO DE 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari , Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - Para ter direito ao constante no art. 113, parágrafo terceiro e quarto da lei nº 1.502, de 05/09/94, é necessário:

Parágrafo Primeiro - Aos servidores será exigida uma carga' horária mínima de:

- Magistério - 20 horas semanais;
- Demais categorias - 35 horas semanais.

Parágrafo Segundo - O servidor, de ambos os sexos, não poderá ter mais de 2 (duas) faltas no mês, sem comprovação médica, para ter direito a ajuda de custo.

Parágrafo Terceiro- Para ter direito a concessão do benefício se faz necessário atestado de médico(a) ou fisioterapeuta que dêem assistência comprovada na Apae, tendo direito ao benefício após protocolar pedido junto ' com o atestado e o mesmo for despachado favorável pela Sec. de Administração e Recursos Humanos, do Município.

Parágrafo Quarto - O benefício constante do parágrafo quarto, no art. 113, da lei nº 1.502/94, será de 30% (trinta por cento), independente da carga horária semanal.

ART. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei , entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 19 de setembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e Recursos Humanos

Sanciono-se em 19/09/95

Prefeito Municipal

Lei nº 1.563

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

c/Emendas nº 1 e 2

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.035/95

À Comissão Técnica
Em 24/08/95
Presidente

"DEFINE CRITÉRIOS PARA O PARÁGRAFO TERCEIRO E QUARTO DA LEI Nº 1.502, de 05 de setembro de 1994."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Para ter direito ao constante no art. 113, parágrafo terceiro e quarto da Lei nº 1.502, de 05/09/94, é necessário:

Parágrafo Primeiro - A servidora terá uma carga horária mínima de 7 (sete) horas dias.

Parágrafo Segundo - O servidor, de ambos o sexos, não poderá ter mais de 2 (duas) faltas no mês, sem comprovação médica, para ter direito a ajuda de custo.

Parágrafo Terceiro - Para ter direito a concessão do benefício se faz necessário atestado de médico (a) ou fisioterapeuta que dêem assistência comprovada na Apae, tendo direito ao benefício após protocolar pedido junto com o atestado e o mesmo for despachado favorável pela Sec. de Administração e Recursos Humanos, do Município.

ART. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

Sanciono-se em ___/___/___

Prefeito Municipal

RBS/VSR

Rua Coronel Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Ao Ver. João Rolim para
relatar parecer
Em 25.08.1995

Ver. Manoel Lopes
Pres.Com.Jus.Redação

Ciente em 25.08.1995

Ver. João Rolim
Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas:

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 1:

Altera o Parágrafo primeiro do art. 1º do Projeto de lei nº 2.035/95, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro - Aos servidores será exigida uma carga horária mínima de:

- Magistério - 20 horas semanais;
- Demais categorias - 35 horas semanais".

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 2:

Acrescente-se Parágrafo 4º ao art. 1º do Projeto de lei nº 2.035/95, com a seguinte redação:

"Parágrafo 4º - O benefício constante do parágrafo 4º, do art. 113, da lei nº 1.502/94, será de 30% (trínta por cento), independente da carga horária semanal".

Sala das Sessões, 06 de setembro de 1995.

Ver. Paulo Mulinari

Lei nº 1.564, de 19 de setembro de 1995.

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, órgão político, financeiro e administrativamente autônomo, de caráter deliberativo e consultivo, acerca dos temas que forem de sua competência em âmbito municipal.

ART. 2º- Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - definir as prioridades da política de assistência social;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Asssistência Social;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;

V - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do Município;

VII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos no âmbito municipal;

VLII - definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI - zelar para efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XII - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação à assistência e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

ARTIGO 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal:

a) Representante do Departamento de Ação Social;

b) Representante da Secretaria de Educação

c) Representante da Secretaria de Saúde;

d) Representante da Secretaria da Indústria e Comércio;

e) Representante da Secretaria da Fazenda;

f) Representante da Secretaria de Obras;

g) Representante da Febem;

h) Represntante do Conselho Tutelar.

II - Representantes dos Prestadores de Serviço da área:

a) Representante da APAE;

b) Representante da Casa da Criança;

c) Representante Asilo Pela e Bethanea;

d) Representante Amparo São José;

e) Representante Soc. São Vicente de Paula;

f) Representante Rotary Club (casa da Amizade);

g) Representante Lions Club;

h) Representante Fed. Espírita de Taquari.

III - Representantes dos Profissionais da área:

a) Representantes dos Assistentes sociais;

b) Representantes dos sociólogos;

c) Representante dos psicólogos;

IV - **Dos usuários:**

a) Liga das Associações de bairros;

b) ACIT;

c) CDL.

§ 1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º - A soma dos representantes que tratam os incisos II,III, IV do presente artigo não será inferior à metade do total de mem - bros do CMAS.

ART. 4º- Os membros efetivos e suplentes do CMAS, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, medianet indicação:

I - da autoridade estadual ou federal correspondente às res - pectivas representações;

II - do único representante legal das entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre ' escolha do Prefeito.

§ 2º - A diretoria do CMAS será composta dos seguintes membros eleitos por seus pares:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário.

§ 3º - O mandato dos membros da diretoria será de 02 (dois) ' anos, podendo serem reconduzidos por igual período.

ART. 5º- A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não remunerado;

II - os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 reuniões consecutivas ou 05 reuniões intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante ' solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

ART. 6º- O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio e obedecendo às seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

ART. 7º- A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

ART. 8º- Para melhor desempenho de duas funções poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membros do CMAS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

ART. 9º- Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único- As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

ART. 10- O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

ART. 11- As despesas decorrentes da presente Lei, até o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), correrão a conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

ART. 12- Revogadas as disposições em contrário, com exceção da Lei nº 1.446, de 15 de setembro de 1993, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 19 de setembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da Administração e Rec. Humanos

Sancione-se em 19/09/95
Prefeito Municipal
Lei nº 1.564

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Projeto de lei nº 2.016/95

À Comissão Técnica
Em 07/06/95
Presidente

c/Emendas nº 198
APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal.

ARTIGO 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - definir as prioridades da política de assistência social;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social

IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;

V - proport critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;

VII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos no âmbito municipal;

VIII - definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI - zelar para efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XII - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação à assistência e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

ARTIGO 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal:

a) Representante do Departamento de Ação Social;
b) Representante da Secretaria de Educação
c) Representante da Secretaria de Saúde;
d) Representante da Secretaria da Indústria e Comércio;
e) Representante da Secretaria da Fazenda;
f) Representante da Secretaria de Obras;
g) Representante da Febem;
h) Represntante do Conselho Tutelar.

II - Representantes dos Prestadores de Serviço da área:

a) Representante da APAE;
b) Representante da Casa da Criança;
c) Representante Asilo Pela e Bethanea;
d) Representante Amparo São José;
e) Representante Soc. São Vicente de Paula;
f) Representante Rotary Club (casa da Amizade);
g) Representante Lions Club;
h) Representante Fed. Espírita de Taquari.

III - Representantes dos Profissionais da área:

a) Representantes dos Assistentes sociais;
b) Representantes dos sociólogos;

c)Representante dos psicólogos;

IV - Dos usuários:

a) Liga das Associações de bairros;

b) ACIT;

c) CDL;

§ 1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§ 3º - A soma dos representantes que tratam os incisos II, III, IV do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

ARTIGO 4º - Os membros efetivos e suplente do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - da autoridade estadual ou federal correspondente às respectivas representações;

II - do único representante legas das entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

ARTIGO 5º - Em. 4º e 2 A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não remunerado.

II - os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 reuniões consecutivas ou 5 reuniões intercaladas.

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

ARTIGO 6 º - O CMAS terá seu funcionamento regido"

por regimento interno próprio e obedecendo às seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

ARTIGO 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS. Em 6

ARTIGO 8º - Para melhor desempenho de duas funções poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistencia social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membros do CMAS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

ARTIGO 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

PARÁGRAFO ÚNICO - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

ARTIGO 10º - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da lei.

Em 7 **ARTIGO 11º** - A Secretaria Municipal a cuja competência estejam afetas as atribuições objeto da presente lei passará a chamar se Secretaria Municipal de Assistência Social.

Em 8 — **ARTIGO 12º** - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial até o valor de R$ 1.000,00 (Hum mil reais).

Em 3

ARTIGO 13º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE EPUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEc. Administração e Rec. Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas:

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 1: OK

Acrescente-se parágrafo 2º ao art. 4º, do projeto de lei nº 2.016/95, com a seguinte redação:

"Art. 4º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - A diretoria do CMAS será composta dos seguintes membros, eleitos por seus pares:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário".

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 2: OK

Acrescente-se parágrafo 3º ao art. 4º, do projeto de lei nº 2.016/95, com a seguinte redação:

"Art. 4º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - O mandato dos membros da diretoria será de 02 (dois) anos, podendo serem reconduzidos por igual período".

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 3:

Acrescente-se expressão ao art. 13, do Projeto de lei nº 2.016/95, com a seguinte redação:

"Art. 13º - Revogadas as disposições em contrário, com exceção da lei nº 1.446, de 15.09.1993, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, 06 de setembro de 1995.

Ver. Paulo Mulinari

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas:

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 4: OK

Dá nova redação ao art. 1º, do projeto de lei nº 2.016/95, o qual passa a ter o seguinte teor:

"Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão político, financeiro e administrativamente autonomo, de caráter deliberativo e consultivo, acerca dos temas que forem de sua competência em ambito municipal".

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 5: OK

Suprima-se a primeira parte do "caput" do art. 2º, do projeto de lei nº 2.016/95, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social".

Sala das Sessões, 06 de setembro de 1995.

Ver. Clédio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas:

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 6: OK

Altere-se a redação do art. 7º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS".

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 7: OK

Suprima-se o art. 11, enumerando os demais pela ordem.

APROVADO
Em 06/09/95
PRESIDENTE

Emenda nº 8: OK

Altere-se a redação do art. 12, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 12 - As despesas decorrentes da presente lei, até o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), correrão a conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente".

Sala das Sessões, 06 de setembro de 1995.

Ver. Manoel Lopes

LEI No 1.565, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CAIEIRA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o - É DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CAIEIRA, REGISTRADA SOB O No 89, ÀS FLS. 111, DO LIVRO A, No 2, NO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, COM SEDE EM TAQUARI-RS.

ART. 2o - PARA EFEITO DO ARTIGO 1o, A ENTIDADE DEVERÁ TER:
A) PERSONALIDADE JURÍDICA;
B) EFETIVO FUNCIONAMENTO;
C) CARGOS DA DIRETORIA NÃO REMUNERADOS;
D) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELEVANTES À COMUNIDADE.

ART. 3o - A ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA FICA OBRIGADA A APRESENTAR, ANUALMENTE, EXCETO POR JUSTO IMPEDIMENTO, A CRITÉRIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RELAÇÃO CIRCUSNTANCIADA DOS SERVIÇOS REALIZADOS PARA A COLETIVIDADE.

PARÁGRAFO ÚNICO - SERÁ CASSADA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA NO CASO DE INFRAÇÃO DESTE DISPOSITIVO, OU POR QUALQUER MOTIVO, A DECLARAÇÃO EXIGIDA NÃO FOR APRESENTADA EM TRÊS ANOS CONSECUTIVOS.

ART. 4o - SERÁ IGUALMENTE CASSADA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, SEJA EX-OFFICIO, SEJA MEDIANTE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTADA DO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO OU DE QUALQUER INTERESSADO, SEMPRE QUE SE PROVAR A NÃO OBEDIÊNCIA DA LEI.

ART. 5o - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 27 DE SETEMBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

LEI No 1.565, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CAIEIRA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o - É DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CAIEIRA, REGISTRADA SOB O No 89, ÀS FLS. 111, DO LIVRO A, No 2, NO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, COM SEDE EM TAQUARI-RS.

ART. 2o - PARA EFEITO DO ARTIGO 1o, A ENTIDADE DEVERÁ TER:

A) PERSONALIDADE JURÍDICA;
B) EFETIVO FUNCIONAMENTO;
C) CARGOS DA DIRETORIA NÃO REMUNERADOS;
D) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELEVANTES À COMUNIDADE.

ART. 3o - A ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA FICA OBRIGADA A APRESENTAR, ANUALMENTE, EXCETO POR JUSTO IMPEDIMENTO, A CRITÉRIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RELAÇÃO CIRCUSNTANCIADA DOS SERVIÇOS REALIZADOS PARA A COLETIVIDADE.

PARÁGRAFO ÚNICO - SERÁ CASSADA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA NO CASO DE INFRAÇÃO DESTE DISPOSITIVO, OU POR QUALQUER MOTIVO, A DECLARAÇÃO EXIGIDA NÃO FOR APRESENTADA EM TRÊS ANOS CONSECUTIVOS.

ART. 4o - SERÁ IGUALMENTE CASSADA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, SEJA EX-OFFICIO, SEJA MEDIANTE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTADA DO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO OU DE QUALQUER INTERESSADO, SEMPRE QUE SE PROVAR A NÃO OBEDIÊNCIA DA LEI.

ART. 5o - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 27 DE SETEMBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

LEI No 1.565, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CAIEIRA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o - É DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CAIEIRA, REGISTRADA SOB O No 89, ÀS FLS. 111, DO LIVRO A, No 2, NO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, COM SEDE EM TAQUARI-RS.

ART. 2o - PARA EFEITO DO ARTIGO 1o, A ENTIDADE DEVERÁ TER:
A) PERSONALIDADE JURÍDICA;
B) EFETIVO FUNCIONAMENTO;
C) CARGOS DA DIRETORIA NÃO REMUNERADOS;
D) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELEVANTES À COMUNIDADE.

ART. 3o - A ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA FICA OBRIGADA A APRESENTAR, ANUALMENTE, EXCETO POR JUSTO IMPEDIMENTO, A CRITÉRIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, RELAÇÃO CIRCUSNTANCIADA DOS SERVIÇOS REALIZADOS PARA A COLETIVIDADE.

PARÁGRAFO ÚNICO - SERÁ CASSADA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA NO CASO DE INFRAÇÃO DESTE DISPOSITIVO, OU POR QUALQUER MOTIVO, A DECLARAÇÃO EXIGIDA NÃO FOR APRESENTADA EM TRÊS ANOS CONSECUTIVOS.

ART. 4o - SERÁ IGUALMENTE CASSADA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, SEJA EX-OFFICIO, SEJA MEDIANTE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTADA DO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO OU DE QUALQUER INTERESSADO, SEMPRE QUE SE PROVAR A NÃO OBEDIÊNCIA DA LEI.

ART. 5o - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 27 DE SETEMBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 21/09/95
PRESIDENTE

Projeto de lei nº 2.037/95

À Comissão Técnica
Em 06/09/1995
Presidente

"Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro - Caieira".

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º- É declarada de utilidade pública a Associação - de Moradores do Bairro Caieira, registrada sob o nº 89, às fls. 111, do Livro A, nº 2, no Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas , com sede em Taquari- RS.

Art. 2º- Para efeito do artigo 1º, a Entidade deverá ter:

a) Personalidade jurídica;

b) Efetivo funcionamento;

c) Cargos da diretoria não remunerados;

d) Prestação de serviços relevantes à comunidade.

Art. 3º- A entidade declarada de utilidade pública fica obrigada a apresentar, anualmente, exceto por justo impedimento, a - critério do Poder Executivo Municipal, relação circunstanciada dos - serviços realizados para a coletividade.

Parágrafo único - Será cassada a declaração de utilidade pública no caso de infração deste dispositivo, ou por qualquer motivo, a declaração exigida não for apresentada em três anos consecutivos.

Art. 4º- Será igualmente cassada a declaração de utilidade pública, seja ex-officio, seja mediante representação documentada do órgão do Ministério Público ou de qualquer interessado, sempre que se provar a não obediência da Lei.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões 04 de setembro de 1995.

Ver. Manoel Lopes

Recebido em 26/09/95
GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 1.565
Sanciona-se em 27/09/95
Prefeito Municipal

RBS, PMT, ERGS.

FAÇO SABER, no uso de minhas atribuições legais q. a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Lei No 1.566, de 27 de setembro de 1995.

"Revoga a Lei No 1.052, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências."

RENATO BAPTISTA DSO SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Municlpio que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1o - Fica revogada a lei No 1.052, de 29 de junho de 1981.

ART. 2o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiÇões em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de setembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Sec. da administraÇão e Rec. Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 21/09/95
Paulo D. Mulinari
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 2.044/95

À Comissão Técnica
Em 21,09,95
Paulo D. Mulinari
Presidente

"Revoga a Lei nº 1.052, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências".

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 1.052, de 29 de junho de 1981.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1995.

Paulo D. Mulinari
Ver. Paulo David Mulinari
Presidente

Ver. Manoel A. Souza Lopes
2º Secretário no
exercício do cargo de 1º
Secretário

Recebido em 26/09/95
GABINETE DO PREFEITO

Lei nº 1566
Sanciono-se em 27/09/95
Prefeito Municipal

LEI No 1.567, DE 23 DE OUTUBRO DE 1995.

"DA DENOMINAÇÃO A UMA PRAÇA DA CIDADE."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Municlpio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1o - Fica denominada de "Praça Ori Ramos Porto", a praça localizada no Loteamento Figueira, nesta Cidade.

ART. 2o - Revogadas as diposições em contrdrio, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 27 DE OUTUBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

À Comissão Técnica
Em 18,10,1995
Presidente

APROVADO
Em 18/10/95
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI No 2.050/95

"DA DENOMINAÇÃO A UMA PRAÇA DA CIDADE."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Municipio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1o - Fica denominada de "Praça Ori Ramos Porto", a praça localizada no Loteamento Figueira, nesta Cidade.

ART. 2o - Revogadas as diposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

Lei nº 1.567

Sanciona-se em 23/10/95

Prefeito Municipal

RECEBIDO EM 20/10/95
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

LEI No 1.567, DE 23 DE OUTUBRO DE 1995.

"DA DENOMINAÇÃO A UMA PRAÇA DA CIDADE."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Municipio, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1o - Fica denominada de "Praça Ori Ramos Porto", a praça localizada no Loteamento Figueira, nesta Cidade.

ART. 2o - Revogadas as diposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 27 DE OUTUBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

LEI No 1.568, DE 23 DE OUTUBRO DE 1995.

" AUTORIZA A COMPRA DE UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o- FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ADQUIRIR UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA.

ART. 2o- SERVIRÁ COMO RECURSO O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL - FUNDOPIMES.

PARAGRAFO PRIMEIRO - FICA O MUNICÍPIO OBRIGADO A CUMPRIR O DISPOSTO NA LEI No 1.504, DE 08 DE SETEMBRO DE 1994, ALTERADA PELA LEI No 1.526, DE 06 DE JANEIRO DE 1995.

PARAGRAFO SEGUNDO - A AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE QUE TRATA ESTA LEI, DEVERÁ SER PREVIAMENTE APROVADA PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIAS SOCIAL - FUNDOPIMES, DOS TERMOS DA LEI No 1.504, DE 08/09/94.

ART. 3o- ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 DE OUTUBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

LEI No 1.568, DE 23 DE OUTUBRO DE 1995.

" AUTORIZA A COMPRA DE UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o- FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ADQUIRIR UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA.

ART. 2o- SERVIRÁ COMO RECURSO O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL - FUNDOPIMES.

PARAGRAFO PRIMEIRO - FICA O MUNICÍPIO OBRIGADO A CUMPRIR O DISPOSTO NA LEI No 1.504, DE 08 DE SETEMBRO DE 1994, ALTERADA PELA LEI No 1.526, DE 06 DE JANEIRO DE 1995.

PARAGRAFO SEGUNDO - A AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE QUE TRATA ESTA LEI, DEVERÁ SER PREVIAMENTE APROVADA PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIAS SOCIAL - FUNDOPIMES.

ART. 3o- ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 DE OUTUBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

BANRISUL
/PIMES
Rua Caldas Junior, 120 - 12.º
90010-900 - Porto Alegre - RS

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

LEI No 1.568, DE 23 DE OUTUBRO DE 1995.

" AUTORIZA A COMPRA DE UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o- FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ADQUIRIR UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA.

ART. 2o- SERVIRA COMO RECURSO O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL - FUNDOPIMES.

PARAGRAFO PRIMEIRO - FICA O MUNICIPIO OBRIGADO A CUMPRIR O DISPOSTO NA LEI No 1.504, DE 08 DE SETEMBRO DE 1994, ALTERADA PELA LEI No 1.526, DE 06 DE JANEIRO DE 1995.

PARAGRAFO SEGUNDO - A AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE QUE TRATA ESTA LEI, DEVERA SER PREVIAMENTE APROVADA PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIAS SOCIAL - FUNDOPIMES.

ART. 3o- ESTA LEI ENTRARA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRARIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 DE OUTUBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

BANRISUL
PIMES
Rua Caldas Junior, 120 - 12.º
90010-900 - Porto Alegre - RS

CÓPIA FIEL DO ORIGINAL TAQUARI

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

LEI No 1.568, DE 23 DE OUTUBRO DE 1995.

" AUTORIZA A COMPRA DE UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o- FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ADQUIRIR UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA.

ART. 2o- SERVIRA COMO RECURSO O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL - FUNDOPIMES.

PARAGRAFO PRIMEIRO - FICA O MUNICIPIO OBRIGADO A CUMPRIR O DISPOSTO NA LEI No 1.504, DE 08 DE SETEMBRO DE 1994, ALTERADA PELA LEI No 1.526, DE 06 DE JANEIRO DE 1995.

PARAGRAFO SEGUNDO - A AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE QUE TRATA ESTA LEI, DEVERA SER PREVIAMENTE APROVADA PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIAS SOCIAL - FUNDOPIMES.

ART. 3o- ESTA LEI ENTRARA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRARIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 23 DE OUTUBRO DE 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSE RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

BANRISUL
(P&L S
Dr. Cecílio Junior, 120 - 12.º
-000 - Porto Alegre - RS

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Referente nº 126

APROVADO
Em 18/10/95
PRESIDENTE

À Comissão Técnica
Em 04/10/95
Presidente

PROJETO DE LEI No 2.046/95

" AUTORIZA A COMPRA DE UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, NO USO DE MINHAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1o- FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ADQUIRIR UMA CALDEIRA DE ASFALTO REBOCAVEL PNEUMATICA.

ART. 2o- SERVIRA COMO RECURSO O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AO PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA SOCIAL - FUNDOPIMES.

ART. 3o- ESTA LEI ENTRARA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRARIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

RECEBIDO EM 20/10/95
Viviane
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI

Sanciona-se em ___/___/___

Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, III), requer a V. Exa. a inclusão da seguinte emenda ao projeto de lei nº 2.046/95:

Emenda nº 1:

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 2º:

"Art. 2º - .....

Parágrfo único - Fica o Município obrigado a cumprir o disposto na Lei nº 1.504, de 8 de setembro de 1994, alterada pela Lei nº 1.526, de 6 de janeiro de 1995".

APROVADO
Em 18/10/95
PRESIDENTE

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995.

Ver. Paulo Mulinari

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, III), requer a V. Exa. a inclusão da seguinte emenda ao projeto de lei nº 2.046/95:

APROVADO
Em 18/10/95
PRESIDENTE

Emenda nº 2:

Acrescente-se Parágrafo Segundo ao Art. 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

Parágrafo Primeiro - .....

Parágrafo Segundo - A aquisição do equipamento de que trata esta lei, deverá ser previamente aprovada pelo Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhorias Social-FUNDOPIMES, dos termos da lei nº 1.504, de 08/09/94.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1995.

Ver. Glaci Santos

LEI Nº 1.569, de 27 de outubro de 1995.

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER; no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1º - É criado o Conselho MUnicipal de Educação.

ART. 2º - O Conselho Municipal de Educação será constituído de 11 (onze) membros, gujos nomes serão homologados pelo Prefeito Municipal através de Portaria.

§ 1º - Não ocorrendo a homolagação no prazo de 60 (sessenta) ' dias após a escolha do CME pelos diversos segmentos, os membros serão homologados por ato do próprio Conselho.

§ 2º - É vedado o exercício da função de conselheiro do CME às pessoas que possuam cargo de confiança ou função gratificada em qualquer esfera bem ' como aos diretores de autarquias ou empresas públicas, e, ainda, aos que detenham mandato eletivo municipal, estadual ou federal.

ART. 3º - Será usado a sigla "CME" para identificar o Conselho' Municipal de Educação.

ART. 4º - O Conselho Municipal de Educação será composto por:

- 02 (dois) professores da rede municipal eleitos pela própria' categoria;

- 01 (um) representante dos conselhos escolares das escolas estaduais de abrangência do município;

- 01 (um) representante eleito pela União Taquariense de estu - dantes universitários (UTEES);

- 02 (dois) representantes eleitos pelo 8º Núcleo do CPERGS - Sindicato;

- 02 (dois) professores indicados pelas escolas particulares do município;

- 01 (um) professor eleito pela Liga Municipal das Associações' de Bairros;

- 01 (um) representante eleito pelos círculos de Pais e Mestres do município;

- 01 (um) professor indicado pela Secretaria de Educação, Cultura e Turismo.

Parágrafo Único - Para cada representante escolhido na forma do "Caput" deste artigo, será escolhido o respectivo suplente.

ART. 5º - Os membros do CME serão escolhido entre pessoas de

reconhecida formação pedagógica.

Parágrafo Único - O desempenho da função de membros do CME não será remunerada.

ART. 6º - O mandato de cada membro do CME terá duração de 04 (quatro) anos.

§ 1º - Ocorrendo a vacância de um membro do CME, será convocado o respectivo suplente.

§ 2º - Necessitando um conselheiro afastar-se por prazo superior a 15 (quinze) dias, será convocado o respectivo suplente, enquanto durar o impedimento.

§ 3º - O conselheiro deverá ter residência e local de trabalho em Taquari.

§ 4º - O CME terá uma Diretoris, composta por: Presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, eleitos pelos membros do conselho, em votação aberta e nominal, com mandato de 4 (quatro) anos.

§ 5º - Na primeira eleição após a constituição do CME, em caráter excepcional, 5 (cinco) de seus membros, a serem definidos pelo próprio conselho, terão mandato de 2 (dois) anos. Decorrido este prazo, a eleição obedecerá o mandato de 4 (quatro) anos.

§ 6º - Será permitido a todos os membros do CME a reeleição por uma única vez, na forma prevista no art. 4º.

ART. 7º - O CME será dividido em tantas comissões quantas forem necessárias ao estudo e a deliberações sobre assuntos pertinentes a Educação.

ART. 8º - Ao CME compete:

a) Elaborar o seu regimento;

b) Promover o estudo da comunidade e formular políticas, tendo em vista os problemas educacionais em consonância com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;

c) Estabelecer critério para ampliação da rede de escolas a serem mantidas pelo Poder Público Municipal, tendo em vista diretrizes traçadas no Plano Decenal de Educação;

d) Avaliar e emitir parecer do calendário escolar que será elaborado pela SMECTUR;

e) Traçar normas para a elaboração de planos anuais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, tendo como referência o Plano Plurianual;

f) Promover assembléias municipais para discutir os projetos e planos de educação, e, após, emitir parecer sobre:

- assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Poder Executivo Municipal;

- convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder Público pretenda celebrar;

- funcionamento de escolas públicas da rede municipal de ensino.

g) Estabelecer critérios para concessão de bolsas de estudo a serem custeadas com recursos municipais na área pedagógica.

h) Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação (CEE) e com os demais conslehos municipais.

i) Executar as atribuições que lhe forem delegadas pelo conselho Estadual de Educação (CEE).

j) Aprovar, fiscalizar e emitir parecer, trimestralmente, sobre a aplicação dos recursos destinados a manutenção e custeio de ensino municipal, conforme o disposto no art. 111 da Lei Orgânica Municipal.

ART. 9º - O Conselho Municipal de Educação contará com infra-estrutura para o atendimento de seus serviços técnicos administrativos, devendo ser previsto recursos orçamentários para tal fim.

Parágrafo Único - A infra-estrutura mencionada neste artigo será custeada pelo Poder Executivo Municipal, compreendendo sala, material de expediente, ramal telefônico, assessoria jurídica, etc...

ART. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 27 de outubro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração e
Recursos Humanos

Recebido em: 06/10/95

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

Projeto de lei nº 2.012/95

emendas nº 1013

APROVADO
Em 04/10/95
PRESIDENTE

À Comissão Técnica
Em 07/06/1995
Presidente

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º- É criado o Conselho Municipal de Educação.

ART. 2º- O Conselho Municipal de Educação será constituído de 11 (onze) membros, cujos nomes serão homologados pelo Prefeito Municipal através de Portaria.

ART. 3º- Será usado a sigla "CME" para identificar o Conselho Municipal de Educação.

ART. 4º- O Conselho Municipal de Educação será composto por:

- 02 (dois) professores da rede municipal escolhidos pela própria categoria;
- 01 (um) diretor da rede municipal escolhido pelos professores municipais;
- 01 (um) professor indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;
- 01 (um) representante eleito pela Associação Comercial e Industrial de Taquari;
- 01 (um) representante eleito pela Uniao Taquariense de Estudantes de Ensino Superior;
- 01 (um) representante eleito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquari;
- 01 (um) representante do 8º Núcleo do Centro de Professores' do Rio Grande do Sul;
- 01 (um) professor da rede estadual do Município escolhido pela própria categoria;
- 02 (dois) professores indicados pelos Diretores das Escolas Particulares de Taquari.

ART. 5º- Os membros do CME serão escolhidos entre pessoas de reconhecida formação pedagógica.

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

Para discutir, emendas, após retornar gab.

P/ Sec. Educação
9/10/95

...

Parágrafo Único- O desempenho da função de membros do CME não será remunerada.

ART. 6º- O mandato de cada membro do CME terá duração de quatro (04) anos.

Parágrafo 1º- Ocorrendo a vacância de um membro do CME, será eleito novo membro do segmento ao qual pertence para completar o mandato.

Parágrafo 2º - Necessitando um conselheiro afastar-se por prazo superior a seis meses, será eleito um substituto do segmento que o afastado representa, enquanto durar o impedimento.

Parágrafo 3º - O conselheiro deverá ter residência e local de trabalho em Taquari.

Parágrafo 4º - O CME terá um Presidente, escolhido pelo Prefeito Municipal, que sairá destes 11 (onze) membros.

Parágrafo 5º - O Presidente indicado escolherá o Vice-Presidente, o 1º Secretário e o 2º Secretário.

ART. 7º- O CME será dividido em tantas comissões quantas forem necessárias ao estudo e a deliberações sobre assuntos pertinentes a Educação.

ART. 8º- Ao CME compete:

a) Elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Secretário de Educação, Cultura e Turismo;

b) Promover o estudo da comunidade e formular políticas, tendo em vista os problemas educacionais em consonância com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;

c) Estabelecer critério para ampliação da rede de escolas a serem mantidas pelo Poder Público Municipal, tendo em vista diretrizes traçadas no Plano Decenal de Educação;

d) Avaliar e emitir parecer do calendário escolar que será elaborado pela SMECTUR;

e) Traçar normas para a elaboração de planos anuais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, tendo como referência o Plano Plurianual;

f) Emitir parecer sobre:

- assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Poder Executivo Municipal;

- convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais que o Poder Público pretenda celebrar;

...

- funcionamento de escolas públicas da rede municipal de ensino.

g) Estabelecer critérios para concessão de bolsas de estudo a serem custeadas com recursos municipais na área pedagógica.

h) Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação(CEE) e com os demais Conselhos Municipais.

i) Executar as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

ART. 9º- O Conselho Municipal de Educação contará com infra-estrutura para o atendimento de seus serviços técnicos administrativos, devendo ser previsto recursos orçamentários para tal fim;

ART. 10- Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 11- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
Secretário da Administração
e Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SENHOR PRESIDENTE:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art.159, inciso III), requer a Vossa Excelência a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.012/95:

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 5:

Acrescente-se o seguinte § 1º ao art. 2º:

"Art. 2º - .....

§ 1º - Não ocorrendo a homologação no prazo de 60 (sessenta) dias após a escolha do CME pelos diversos segmentos, os membros serão homologados por ato do próprio Conselho".

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 6:

Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 2º:

"Art. 2º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - É vedado o exercício da função de conselheiro do CME às pessoas que possuam cargo de confiança ou função gratificada em qualquer esfera, bem como aos diretores de autarquias ou empresas públicas, e, ainda, aos que detenham mandato eletivo municipal, estadual ou federal".

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 7:

Altere-se a redação do § 4º do art. 6º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 6º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - .....

§ 4º - O CME terá uma Diretoria, composta por: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, eleitos pelos membros do Conselho, em votação aberta e nominal, com mandato de 4 (quatro) anos".

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 8:

Dê-se nova redação ao § 5º do art. 6º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 6º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - .....

§ 4º - .....

§ 5º - Na primeira eleição após a constituição do CME, em caráter excepcional, 5 (cinco) de seus membros, a serem definidos pelo pró-

prio Conselho, terão mandato de 2 (dois) anos. Decorrido este prazo, a eleição obedecerá o mandato de 4 (quatro) anos".

EMENDA Nº 9:

Acrescente-se o seguinte § 6º ao art. 6º:

"Art. 6º - .....

§ 1º - .....

§ 2º - .....

§ 3º - .....

§ 4º - .....

§ 5º - .....

§ 6º - Será permitido a todos os membros do CME a reeleição por uma única vez, na forma prevista no art. 4º".

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 10:

Suprima-se do art. 8º, alínea a), a seguinte expressão: "..., a ser aprovado pelo Secretário de Educação, Cultura e Turismo".

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 11:

Dê-se nova redação a alínea f) do art. 8º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 8º - .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) Promover assembléias municipais para discutir os projetos e planos de educação, e, após, emitir parecer sobre:

- .....

- .....

- .....".

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

EMENDA Nº 12:

Acrescente-se a seguinte alínea j) ao art. 8º:

"Art. 8º - .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) .....

g) .....

h) .....

i) .....

APROVADO Em 06/10/95 PRESIDENTE

j) Aprovar, fiscalizar e emitir parecer, trimestralmente, sobre a aplicação dos recursos destinados a manutenção e custeio do ensino municipal, conforme o disposto no art. 111 da Lei Orgânica Municipal".

EMENDA Nº 13:

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 9º:

"Art. 9º - .....

Parágrafo único - A infraestrutura mencionada neste artigo será custeada pelo Poder Executivo Municipal, compreendendo sala, material de expediente, ramal telefônico, assessoria jurídica, etc...".

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1995.

APROVADO
Em 26/10/95
PRESIDENTE

Ver. Clédio Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (Art. 159, inciso III), requer a Vossa Excelência a inclusão das seguintes emendas ao Projeto de Lei nº 2.012/95:

APROVADO
Em 06/10/95
PRESIDENTE

Emenda nº1:

Altere-se a redação do art. 4º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação será composto por:

- 02 (dois) professores da rede municipal, eleitos pela própria categoria;

- 01 (um) representante dos Conselhos Escolares das escolas estaduais de abrangência do Município;

- 01 (um) professor indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo;

- 01 (um) representante eleito pela União Taquariense de Estudantes Universitários (UTEES);

- 02 (dois) representantes eleitos pelo 8º Núcleo do CPERGS-Sindicato;

- 02 (dois) professores indicados pelas escolas particulares do Município;

- 01 (um) professor eleito pela Liga Municipal das Associações de Bairro;

- 01 (um) representante eleito pelos Círculos de Pais e Mestres do Município".

APROVADO
Em 06/10/95
PRESIDENTE

Emenda nº 2:

Acrescente-se ao art. 4º, o seguinte Parágrafo Único:

"Art. 4º - .....

Parágrafo Único - Para cada representante escolhido na forma do "caput" deste artigo, será escolhido o respectivo suplente".

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

APROVADO
Em 06/10/95
PRESIDENTE

Emenda nº 3:

Dê-se nova redação ao § 1º do art. 6º, que passa a ter o seguinte teor:

"Art. 6º - ....

§ 1º - Ocorrendo a vacância de um membro do CME, será convocado o respectivo suplente".

Emenda nº 4:

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 6º, que passa a ter o seguinte teor:

APROVADO
Em 06/10/95
PRESIDENTE

"Art. 6º - ...

§ 1º - .....

§ 2º - Necessitando um conselheiro afastar-se por prazo superior a 15 (quinze) dias, será convocado o respectivo suplente, enquanto durar o impedimento".

Sala das Sessões, 4 de outubro de 1995.

Ver. Paulo Multinari

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Daniel M. Bizarro, 10 - FONE / FAX: (051) 653-1420
CEP 95860-000 - TAQUARI

Lei nº 1.570, de 14 de novembro de 1995.

"Dispõe sobre a publicação de informações à respeito do Quadro Funcional do Município e dá outras providências".

PAULO DAVID MULIMARI, Presidente da Câmara Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere o art. 47, Parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a publicar, trimestralmente, o número de servidores, inclusive os cedidos, com seu respectivo regime de contratação, relacionando os que estiverem em gozo de licença, especificando-a, bem como indicando a que órgão ou entidade prestam serviço os cedidos e se causam ônus ao Município.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo obrigado a fornecer a relação do pessoal contratado através de RPAs (Recibos de Pagamento à Autônomo), com suas respectivas funções.

Art. 2º - A publicação de que trata o art. 1º deve ser feita no Jornal JA - O Açoriano, bem como enviar cópia ao Poder Legislativo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

LEI Nº 1.571, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A SOCIEDADE CARNAVALESCA BATUTAS DA ORGIA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer concessão de direito real de uso, pelo tempo que existir oficialmente, a Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, com registro nº 103, fls. 151, livro nº 02, no ofício de Registro de Imóveis e registro Especial, de uma área de terras, sem benfeitorias, de posse da Municipalidade com extensão de 1.500 m^2, localizada a rua Antônio Porfírio da Costa, no Bairro Caieira, devidamente transcrita no Registro de Imóveis, desta Comarca, no livro nº 02, fls. 01, nº 13.270, situada dentro de uma área maior, com extensão superficial de 4 Ha. 5.681,00 m^2, medindo 30 metros de largura na frente, ao norte, na Rua Antônio Porfírio da Costa; fundos , so sul, com 30 metros divide-se com propriedade da Prefeitura Municipal de Taquari; ao leste, com 50 metros, divide-se com área cedida a Associação de Moradores do Bairro Caieira; ao oeste, com 50 metros, divide-se com área da Prefeitura Municipal de Taquari.

Parágrafo Único - Quando ocorrer o encerramento das atividades da Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, devidamente comprovada, reverterá o imóvel à posse do Município, ficando o Executivo Municipal isento de qualquer indenização por força de obras de benfeitorias ou mesmo construção de qualquer natureza que tenham sido feitas no referido terreno.

ART. 2º - A Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, fica autorizada a construir todas as benfeitorias necessárias as suas atividades.

Parágrafo Primeiro - Fica proibido o uso de prédios na área concedida para fins residenciais.

Parágrafo Segundo - Anualmente será enviado à Câmara, pela beneficiada, prova da regularidade de funcionamento da entidade.

ART. 3º - A Sociedade beneficiada comprometer-se-á de ceder suas dependências para o Poder Legislativo e Executivo, quando as mesmas se fizerem necessárias.

ART. 4º - Não poderá a Sociedade transferir o uso e fruto do imóvel concedido a qualquer pessoa física ou jurídica e nem mesmo desvirtuar suas finalidades.

ART. 5º - A Sociedade beneficiada ficará sujeita a todos os encargos advindos desta concessão.

ART. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 14 de novembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS

LEI Nº 1.571, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1995.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A SOCIEDADE CARNAVALESCA BATUTAS DA ORGIA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer concessão de direito real de uso, pelo tempo que existir oficialmente, a Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, com registro nº 103, fls. 151, livro nº 02, no ofício de Registro de Imóveis e registro Especial, de uma área de terras, sem benfeitorias, de posse da Municipalidade com extensão de 1.500 m^2, localizada a rua Antônio Porfírio da Costa, no Bairro Caieira, devidamente transcrita no Registro de Imóveis, desta Comarca, no livro nº 02, fls. 01, nº 13.270, situada dentro de uma área maior, com extensão superficial de 4 Ha. 5.681,00 m^2, medindo 30 metros de largura na frente, ao norte, na Rua Antônio Porfírio da Costa; fundos , so sul, com 30 metros divide-se com propriedade da Prefeitura Municipal de Taquari; ao leste, com 50 metros, divide-se com área cedida a Associação de Moradores do Bairro Caieira; ao oeste, com 50 metros, divide-se com área da Prefeitura Municipal de Taquari.

Parágrafo Único - Quando ocorrer o encerramento das atividades da Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, devidamente comprovada, reverterá o imóvel à posse do Município, ficando o Executivo Municipal isento de qualquer indenização por força de obras de benfeitorias ou mesmo construção de qualquer natureza que tenham sido feitas no referido terreno.

ART. 2º - A Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, fica autorizada a construir todas as benfeitorias necessárias as suas atividades.

Parágrafo Primeiro - Fica proibido o uso de prédios na área concedida para fins residenciais.

Parágrafo Segundo - Anualmente será enviado à Câmara, pela beneficiada, prova da regularidade de funcionamento da entidade.

ART. 3º - A Sociedade beneficiada comprometer-se-á de ceder suas dependências para o Poder Legislativo e Executivo, quando as mesmas se fizerem necessárias.

ART. 4º - Não poderá a Sociedade transferir o uso e fruto do imóvel concedido a qualquer pessoa física ou jurídica e nem mesmo desvirtuar suas finalidades.

ART. 5º - A Sociedade beneficiada ficará sujeita a todos os encargos advindos desta concessão.

ART. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, 14 de novembro de 1995.

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRÇÃO E REC. HUMANOS

Prefeitura Municipal de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

c/Emendas nº 1 e 2

APROVADO
Em 01/11/95
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 2.048/95

À Comissão Técnica
Em 18/10/1995
Presidente

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A SOCIEDADE CARNAVALESCA BATUTAS DA ORGIA."

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer concessão de direito real de uso, pelo tempo que existir oficialmente, a Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, com registro nº 103, fls. 151, livro nº 02, no ofício de Registro de Imóveis e registro Especial, de uma área de terras, sem benfeitorias, de posse da Municipalidade com extensão de 1.500 m², localizada a rua Antônio Porfírio da Costa, no Bairro Caieira, devidamente transcrita no Registro de Imóveis, desta Comarca, no livro nº 02, fls. 01, nº 13.270, situada dentro de uma área maior, com extensão superficial de 4 Ha. 5.681,00 m², medindo 30 metros de largura na frente, ao norte, na Rua Antônio Porfírio da Costa; fundos , so sul, com 30 metros divide-se com propriedade da Prefeitura Municipal de Taquari; ao leste, com 50 metros, divide-se com área cedida a Associação de Moradores do Bairro Caieira; ao oeste, com 50 metros, divide-se com área da Prefeitura Municipal de Taquari.

Parágrafo Único - Quando ocorrer o encerramento das atividades da Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, devidamente comprovada, reverterá o imóvel à posse do Município, ficando o Executivo Municipal isento de qualquer indenização por força de obras de benfeitorias ou mesmo construção de qualquer natureza que tenham sido feitas no referido terreno.

ART. 2º - A Sociedade Carnavalesca Batutas da Orgia, fica autorizada a construir todas as benfeitorias necessárias as suas atividades.

ART. 3º - A Sociedade beneficiada comprometer-se-á de ceder suas dependências para o Poder Legislativo e Executivo, quando as mesmas se fizerem necessárias.

ART. 4º - Não poderá a Sociedade transferir o uso e fruto do imóvel concedido a qualquer pessoa física ou jurídica e nem mesmo desvirtuar suas finalidades.

ART. 5º - A Sociedade beneficiada ficará sujeita a todos os encargos advindos desta concessão.

ART. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARI,

RENATO BAPTISTA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

JOSÉ RENATO REIS DE JESUS
SEC. DA ADMINISTRÇÃO E REC. HUMANOS

Lei nº 1.570
Sanciona-se em 14/11/95
Prefeito Municipal

Rua Osvaldo Aranha, 1790 - Cx. postal, 53 - Taquari - RS
CEP 95860-000 - Telefax (051) 653.1266

Cresça com TAQUARI!

CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, de conformidade com o Regimento Interno (art. 159, inciso III), requer a V. Exa. a inclusão das seguintes emendas ao projeto de lei nº 2.048/95

APROVADO
Em 01/11/95
PRESIDENTE

Emenda nº 1:

Acrescente-se parágrafo primeiro ao art. 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

Parágrafo Primeiro - Fica proibido o uso de prédios na área concedida para fins residenciais".

APROVADO
Em 01/11/95
PRESIDENTE

Emenda nº 2:

Acrescente-se parágrafo Segundo ao art. 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

Parágrafo Primeiro - .....

Parágrafo Segundo - Anualmente será enviado à Câmara, pela beneficiada, prova da regularidade de funcionamento da entidade".

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1995.

Ver. Paulo Mulinari